



# VIVÊNCIA

Revista do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da UFRN

v. 9

n. 2

jul/dez  
1995

ISSN 0104-3069

LITERATURA

SOCIOLOGIA

GEOGRAFIA

COMUNICAÇÃO

CIÊNCIAS POLÍTICAS

FILOSOFIA

EDUFRN

**endereço**

**VIVÊNCIA**

Conselho Editorial  
CCHLA-UFRN

Campus Universitário  
Lagoa Nova, Natal - RN  
59072-970

Fone: (084) 215.3596/3597

Fax: (084) 231.9782

*e-mail: [vivencia@cchla.ufrn.br](mailto:vivencia@cchla.ufrn.br)*

**SUMÁRIO**

- 07 Manoel Correia de Andrade: a terra e o homem; as lições sobre a questão agrária  
Nazaré Wanderley
- 15 O processo de transição do autoritarismo para a democracia no Brasil  
José Antônio Spinelli
- 35 Por uma auto-gestão societal da violência  
Norma Takeuti
- 45 A oligarquia Rosado no “país de Mossoró”  
Francisco Fagundes de Paiva Neto
- 65 Aspectos sociais da evolução da economia do RN: 1970/91  
Márcia Maria de O. Bezerra
- 73 Participação política dos estudantes: o caso da UFRN  
Alan Daniel Freire de Lacerda
- 81 Fragmentos arquivísticos e bibliográficos: anotações acerca das fontes de pesquisa  
Vânia Gico
- 87 Por uma sociologia da performance  
João Gabriel L. C. Teixeira e Yuli Hostensky
- 93 Imaginário X Criação  
Katiane Fernandes Nóbrega
- 101 Reabilitando Mnemosine: a dimensão transdisciplinar na obra de Clarival  
do Prado Valadares
- 107 Wani Fernandes Pereira  
A crônica feminina brasileira - das origens à contemporaneidade
- 115 Constância Lima Duarte  
A Eva feminista de Ângela Carter
- 125 Eduardo de Assis Duarte  
Metalinguagem e escritura em Virgínia Woolf
- 133 Márcio de Lima Dantas  
Espaço, imagem e representação
- 141 Maria Helena Braga e Vaz da Costa  
O padre
- 145 Antônio Eduardo de Oliveira  
Desmayos e gemidos (estudo sobre a lírica erótico-amorosa em Sórora Maria do Ceo)
- 153 Joselita Bezerra da Silva Lino  
Acerca da segunda versão dos Paralogismos da Razão Pura
- 163 Juan Adolfo Bonaccini  
Acesso ao real em Gabriel Marcel: “mistério e problema”
- 173 Francisco Fernandes Marinho
- 178 Resumos/Summary

# UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE

José Ivonildo do Rêgo  
Ótom Anselmo de Oliveira

**Reitor**  
**Vice-Reitor**

## CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES

Zeneide Ferreira Alves  
Sônia Maria de Oliveira Othon

**Diretora**  
**Vice-Diretora**

## CONSELHO EDITORIAL

Cinara Leite Nahra  
Denise Ramalho Dantas de Araújo  
Denise Monteiro Takeya  
Eduardo de Assis Duarte

José Willington Germano  
Márcio Moraes Valença  
Mírian Moema Filgueira Pinheiro  
Vicente Vitoriano Marques Carvalho

**Editor-executivo**  
**Normalização**  
**Revisão**  
**Projeto Gráfico/Editoração Eletrônica**  
**Colaboração**

Sônia Maria de Oliveira Othon  
Liana Maria Nobre Teixeira  
Maria Emília Guedes Gonçalves  
Elizabeth Raulino Camara  
Rosemary Machado

## EDUFRN - EDITORA DA UFRN

**Direção**  
**Vice-Direção/Coordenação de Artes**  
**Coordenação Gráfica**  
**Fotolito**  
**Gravação**  
**Impressão**  
**Acabamento**

Sirleide Pereira  
Alva Medeiros  
Francisco Guilherme de Santana  
Luiz França de Souza/Maria José Lima  
Manoel Geraldo de Araújo  
José Gilberto Xavier/Janduí Bento de  
Noronha/Marcos Antônio Grilo  
Equipe Técnica da EDUFRN

---

Vivência. UFRN/CCHLA. vol. 1, n. 1 (jan./jun. 1983) -  
Natal: UFRN. EDUFRN. 1983 -

Semestral

Descrição baseada em: vol. 9, n. 2 (jul./dez. 1995)

A partir de 1990 publicada pela UFRN/CCHLA.

**ISSN 0104 - 3069**

1. Humanismo - periódico.
2. Ciências Humanas - periódico.
3. Comunicação Social - periódico.

RN/UF/Banco de Da

Geografia

CDU 130.2:3(05)

## NOTA DO EDITOR

O novo projeto gráfico da revista VIVÊNCIA, que ora apresentamos, confere-lhe uma feição mais leve e atraente. Tal mudança, reclamada há algum tempo, é agora concretizada por nós que assumimos o CCHLA em outubro de 95. Entre o medo e a vontade de ousar, decidimo-nos pela segunda, enfrentando muitos e grandes obstáculos.

A autoria desse projeto é de Elizabeth Raulino Câmara, nossa colega do Departamento de Arquitetura e ex-diretora da Editora Universitária da UFRN. Sua experiência e competência na área são de conhecimento geral, tanto em nossa Universidade, quanto além dela, o que dispensa maior apresentação.

A revista está aberta ao recebimento, em fluxo contínuo, de artigos diversos, resenhas e relatórios de eventos na área das Humanidades, devendo se pautar pelo rigor acadêmico-científico.

Assim, consciente de sua responsabilidade, a VIVÊNCIA deseja honrar o compromisso de sempre contribuir para a difusão do saber produzido por nossos estudiosos das Ciências Humanas.

*Sônia Othon*

Reitor  
Vice-Reitor

Reitor  
Vice-Reitor

CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES

Zenilde Ferreira Alves  
NOTA DO EDITOR

CONSELHO EDITORIAL

O novo projeto gráfico da revista VIVÊNCIA, que ora apresenta o número 10, foi desenvolvido e elaborado por mim, a pedido do Conselho Editorial. Este é o primeiro número da revista em formato de revista, apresentando uma variedade de temas e abordagens, refletindo a diversidade e a pluralidade da produção acadêmica em Ciências Humanas, Letras e Artes.

A revista VIVÊNCIA é editada pelo Conselho Editorial, formado por professores e pesquisadores de diversas áreas das Ciências Humanas, Letras e Artes. O Conselho Editorial é responsável por avaliar e aprovar os artigos submetidos à revista, garantindo a qualidade e a relevância das publicações. A revista VIVÊNCIA é uma publicação periódica que visa a promover a discussão e o avanço do conhecimento em Ciências Humanas, Letras e Artes.

A revista VIVÊNCIA é editada em formato de revista, apresentando uma variedade de temas e abordagens, refletindo a diversidade e a pluralidade da produção acadêmica em Ciências Humanas, Letras e Artes. O Conselho Editorial é responsável por avaliar e aprovar os artigos submetidos à revista, garantindo a qualidade e a relevância das publicações. A revista VIVÊNCIA é uma publicação periódica que visa a promover a discussão e o avanço do conhecimento em Ciências Humanas, Letras e Artes.

A revista VIVÊNCIA é editada em formato de revista, apresentando uma variedade de temas e abordagens, refletindo a diversidade e a pluralidade da produção acadêmica em Ciências Humanas, Letras e Artes. O Conselho Editorial é responsável por avaliar e aprovar os artigos submetidos à revista, garantindo a qualidade e a relevância das publicações. A revista VIVÊNCIA é uma publicação periódica que visa a promover a discussão e o avanço do conhecimento em Ciências Humanas, Letras e Artes.

ISSN 1677-3069  
A partir de 1997 a revista VIVÊNCIA é publicada em formato de revista.

1. Universidade Federal do Rio Grande do Norte  
2. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes

Editorial - Rua 1000 - Lagoa Nova - CEP 59090-000 - Natal - RN

## EDITORIAL

Ao longo dos últimos treze anos (1983-1996), esta revista tornou-se um marco de referência acadêmica dentro e fora do âmbito da UFRN. Convém frisar, contudo, que o conceito positivo desfrutado pela *VIVÊNCIA* não decorre apenas de sua longevidade, mas advém, sobretudo, da qualidade da produção intelectual por ela veiculada, seja no domínio das artes, das ciências humanas ou da reflexão filosófica. Por sua vez, esse caráter amplo, essa dimensão transdisciplinar, de que sempre se revestiu, constitui um aspecto decisivo de seu projeto editorial. Nessa perspectiva, a *VIVÊNCIA* sempre abriu espaços a uma multiplicidade de autores e de enfoques, assumindo, portanto, uma postura plural diante dos temas e problemas abordados em suas páginas.

O presente número é um reflexo dessa tendência, pois, conforme pode-se observar, aqui estão contempladas diferentes áreas do saber, cujos olhares se entrecruzam numa verdadeira visão caleidoscópica da vida do homem em sociedade. Este é um aspecto que permanece e que, desejamos, venha a ser, cada vez mais, enriquecido pela incorporação de um número crescente de colaboradores do país e do exterior.

Finalmente, torna-se significativo assinalar que, tendo em vista o seu aperfeiçoamento constante e a melhoria da sua qualidade, a partir deste número a *VIVÊNCIA* experimenta uma mudança radical no seu padrão gráfico e editorial. Esperamos, com isso, ter dado mais um passo no sentido do seu aprimoramento, ao mesmo tempo em que brindamos colaboradores e leitores com uma revista de formato mais moderno e agradável.

Apesar dos últimos treze anos (1983-1996), esta revista tomou-se um marco de referência acadêmica dentro e fora do âmbito da UFRN. Convém frisar, contudo, que o conceito positivo destruído pela WIVÉNCIA não decorre apenas de sua longevidade, mas advém, sobretudo, da qualidade da produção intelectual por ela veiculada, seja no domínio das artes, das ciências humanas ou da reflexão filosófica. Por sua vez, esse caráter amplo, essa dimensão transdisciplinar, de que sempre se revestiu, constitui um aspecto decisivo de seu projeto editorial. Nessa perspectiva, a WIVÉNCIA sempre abriu espaços a uma multiplicidade de autores e de enfoques, assumindo, portanto, uma postura plural diante dos temas e problemas abordados em suas páginas.

O presente número é um reflexo dessa tendência, pois, conforme pode-se observar, aqui estão contempladas diferentes áreas do saber, cujos olhares se cruzaram numa verdadeira visão caleidoscópica da vida do homem em sociedade. Este é um aspecto que permanece e que descelemos, venha a ser cada vez mais, antipodado pela incorporação de um número crescente de colaboradores do país e do exterior.

Finalmente, torna-se significativo assinalar que, tendo em vista o seu aperfeiçoamento contínuo e a melhoria da sua qualidade, a partir deste número a WIVÉNCIA experimenta uma mudança radical no seu padrão gráfico e editorial. Esperamos, com isso, ter dado mais um passo no sentido do seu aprimoramento, ao mesmo tempo em que brindamos colaboradores e leitores com uma revista de formato mais moderno e agradável.

Costava de incluir alguma participação na homenagem que a Universidade Federal do Rio Grande do Norte presta ao Professor Manuel Correia de Andrade, parabenizando-o também com esta homenagem. As Ciências Sociais deveriam pedir "bênção" à Sociologia, tal a importância desta última disciplina para a formação do campo mais geral das Ciências Sociais. Bem assim, para reconhecer esse fato, clar a contribuição para o conhecimento da realidade brasileira de

Gaucheira, e não com seu...  
...que lhe permite oferecer descrições pertinentes da realidade, mas ao mesmo tempo, lhe poder ultrapassar a simples descrição para a explicação. A Sociologia encontrou os adeptos certos, sem prejuízo à qualidade, que se aprendizavam os trabalhos mais atuais e estimulantes e persuasivos.



## *Manuel Correia de Andrade: a terra e o homem; as lições sobre a questão agrária*

*Maria de Nazareth Baudel Wanderley\**

...que Manuel Correia de Andrade deu forma "A Terra e o Homem no Nordeste" publicado pela primeira vez em 1968, a chave para compreender a região, pelo que representa enquanto fontes primárias e testemunhas da História social da região, e que vale dizer, a História das formas como os homens ocuparam e tornaram produtiva a região regional e nele organizaram sua vida social, ao longo de 400 anos.

Certa vez, em 1968, tive a oportunidade de acompanhar o Professor Manuel Correia em uma viagem que ele fazia à Zona da Mata Norte, juntamente com Henri Auguste de Chagnon, amigo francês e comum. Um homem vivo e vibrante, que combinava erudição e engajamento social, conhecimento científico de paisagem e enorme envolvimento emocional com uma história que, na verdade, era sua própria história, pessoal e familiar.

... sempre Manuel Correia...  
... quem nunca esqueço o

...assumindo uma linha...  
...que...  
...do País; uma crise social, gerada pela ampliação da miséria, em consequência de grande ação então ocorrida e da enorme massa de trabalhadores rurais e camponeses das terras onde trabalhavam, numa crise política; a emergência do movimento camponês, precisando de uma aliança política dominante nacional, entre uma burguesia local ascendente e o velho latifúndio, que verdade não se confinava às regiões.

A SUDENE, criada e expressava o reconhecimento, por exemplo, ao Senhor Manuel Correia de Andrade, em 1968, promovida pelo CCHLA - Centro de Ciências Sociais, em Natal, Rio Grande do Norte, em 1968, no cargo de diretor.

\* Professora de Sociologia Rural do Departamento de Sociologia da UNICAMP

Manuel Correia de Andrade: a terra e o homem; as lições sobre a questão agrária

Maria de Nazareth Baudel Wanderley\*

Texto apresentado na Jornada Manuel Correia de Andrade, 5-7 de junho de 1995, promovida pela UFRN - CCHLA - Mestrado de Ciências Sociais.

Gostaria de iniciar minha participação na homenagem que a Universidade Federal do Rio Grande do Norte presta ao Professor Manuel Correia de Andrade, parafraseando uma outra célebre homenagem. As Ciências Sociais deveriam pedir "bênção mãe!" à Geografia, tal a importância desta última disciplina para a formação do campo mais geral das Ciências Sociais. Bastaria, para comprovar este fato, citar a contribuição para o conhecimento da realidade brasileira de nomes como Pierre Mombeig, Jean Roche, Nilo Bernardes, Lisia Bernardes, Orlando Valverde, Leo Waibel, Mário Lacerda de Mello.

No Nordeste, nenhum outro foi mais marcante que Manuel Correia de Andrade. Seu livro "A Terra e o Homem no Nordeste", publicado pela primeira vez em 1963, constitui, até hoje, a chave para o conhecimento da região, pelo que representa enquanto leitura profunda e sistemática da História social da região, o que vale dizer, a História das formas como os homens ocuparam e tornaram produtivo o espaço regional e nele organizaram sua vida social, ao longo de 400 anos.

Certa vez, em 1968, tive a oportunidade de acompanhar o Professor Manuel Correia em uma viagem que ele fazia à Zona da Mata Norte, juntamente com Henrienne de Chaponay, amiga francesa comum. Uma lição viva e vibrante, que combinava erudição e engajamento social, conhecimento científico da paisagem e enorme envolvimento emocional com uma História, que, na verdade, era sua própria História, pessoal e familiar.

Imagino sempre Manuel Correia como um fotógrafo, a quem nunca escapa o detalhe, mas a quem igualmente interessa o processo e para quem, "a paisagem é um ponto de partida, mas não um fim", como diria Pierre Mombeig.<sup>1</sup>

Ganhamos todos com seu método. É ele que lhe permite oferecer sempre descrições pertinentes da realidade que estuda, mas ao mesmo tempo, lhe assegura poder ultrapassar a simples descrição, para propor a explicação. A simplicidade está incorporada ao método; sem nenhum prejuízo à qualidade do que é dito, o aprendizado se torna mais fácil e o exemplo mais acessível e estimulante a novos pesquisadores.

O livro "A terra e o homem no Nordeste" foi publicado em um momento crucial da História recente do Brasil e da região nordestina. A "crise regional" se agudizara a partir do final dos anos 50, assumindo uma tripla dimensão: uma crise econômica, que deslocou o Nordeste para uma posição marginal na nova ordem econômica comandada pela industrialização do País; uma crise social, gerada pela ampliação da miséria, em consequência da grande seca então ocorrida e da expulsão em massa de trabalhadores rurais e pequenos camponeses das terras onde trabalhavam; uma crise política: a emergência do movimento camponês, precisamente nesta região, revelou os limites e as contradições da aliança política dominante em nível nacional, entre uma burguesia industrial em ascensão e o velho latifúndio, que a bem da verdade não se confinava nas fronteiras regionais.

A SUDENE, criada em 1959, expressava o reconhecimento, pelo Estado brasileiro, da questão regional que o Nordeste representava para o conjunto da sociedade. Como órgão de intervenção federal, ela encarna, para além - ou através - dos recursos que canaliza para a região, uma idéia de desenvolvimento e progresso, cuja

concretude não virá acabada de Brasília, mas será construída como resultado das relações entre as diversas forças sociais existentes.

Ora, "A Terra e o Homem no Nordeste" trata precisamente dessas forças sociais, em particular daquelas cuja base material e cujo modo de vida estavam, de alguma forma, ligados à terra, à agricultura, e ao meio rural; trata de como tais forças foram historicamente forjadas e do que representavam na sociedade nordestina e brasileira daquele momento. Como permanecem ainda hoje no cenário social e político da região, seu retrato, desenhado há trinta anos por Manuel Correia de Andrade, ainda mantém o vigor de sua atualidade e pertinência.

E o que se vê nesse desenho? Antes de mais nada o grande impasse constituído pela predominância do caráter atrasado da agricultura. Entendo esse atraso não apenas no sentido comparativo, entre a agricultura do Nordeste e a de outras regiões do País, mas em um sentido absoluto, que, de uma certa forma, também é pertinente ao conjunto da agricultura brasileira. Neste sentido, a agricultura nordestina constitui uma situação limite, em que a fragilidade da modernização não eliminou os seus riscos, mas manteve o peso do atraso.

O que torna nossa agricultura atrasada, para essa economia e para essa sociedade, é o fato de que seu funcionamento se efetua sob o comando da terra, que se traduz, não apenas pelo controle da terra, em sentido físico, quantitativo, isto é, pela excessiva concentração fundiária, mas sobretudo pela centralidade da propriedade da terra.

Como Manuel Correia de Andrade e muitos outros pesquisadores da região nordestina demonstram, o que estou aqui indicando como o comando da terra tem uma

dupla significação, que afeta profundamente a forma como a sociedade se organiza econômica, social e politicamente.

Em primeiro lugar, ele gera uma elite, cujo traço principal consiste, precisamente, em ser proprietária de terras. Diferente de uma elite empresarial, na exata medida em que, enquanto esta se torna capaz de formular um projeto de sociedade, a elite fundiária define suas estratégias de dominação a partir do controle da terra, o que dificilmente a engaja a comprometer-se com a dinâmica do desenvolvimento econômico e social. Isto é verdade inclusive para o caso dos usineiros de açúcar, *doublés* de proprietários fundiários e industriais. Sobre eles, tive ocasião de escrever em minha tese de Doutorado:

*A fração dos proprietários que se industrializa não rompe definitivamente com suas origens aristocráticas, o que tem por efeito reduzir o alcance do projeto burguês-industrial que ela, no entanto havia lançado. Assim, pode-se afirmar que, se os usineiros se definem como industriais, na medida em que controlam o setor dominante da produção açucareira - as usinas - seu poder só é assegurado na medida em que detêm igualmente a propriedade da terra.<sup>2</sup>*

Um exemplo pode ilustrar o quanto os proprietários são incapazes de formular um projeto moderno de sociedade, sequer em nível regional, assumindo posições conservadoras, movidos antes de mais nada, por atitudes de defesa de suas terras. Conta-nos Manuel Correia de Andrade que

*considerando os baixos rendimentos dados atualmente pela cultura da cana-de-açúcar e a liberação de braços nos períodos de entressafra, a SUDENE imaginou um sistema*

*engenhoso. Enquanto esse órgão financeira a construção de obras de irrigação necessárias à elevação da produtividade destas terras, os proprietários, uma vez obtida essa melhoria agrícola, cederiam partes de suas propriedades, de valor equivalente aos melhoramentos feitos, a fim de que as terras cedidas fossem loteadas e entregues aos moradores, que se tornariam pequenos proprietários dedicados à produção de alimentos.<sup>3</sup>*

Proposta moderna, que teria tudo para envolver verdadeiros empresários, interessados em modernizar suas atividades canavieiras e açucareiras. Porém, continua Manuel Correia de Andrade,

*não levou em conta o economista Celso Furtado, o espírito de rotina dos usineiros nordestinos, sempre desconfiados dos planos técnicos de grande envergadura e constantemente sedentos de terras, desejosos de ampliar cada vez mais as suas propriedades visando estender horizontalmente os seus canaviais. Nada de crescimento vertical, nada de pequenas propriedades em suas vizinhanças com os 'párias da palha da cana' transformados nos prósperos hortigranjeiros da SUDENE.<sup>4</sup>*

Em segundo lugar, e conseqüentemente, a dominação social que essa elite exerce supõe um certo modo de funcionamento da atividade econômica, centrado precisamente no controle da terra. Esse controle não está necessariamente associado à utilização produtiva da terra, enquanto objeto de trabalho e meio de produção, em seu sentido moderno.

Neste caso, os mecanismos que asseguram a valorização da terra distinguem-se dos procedimentos, analisados por Marx, de valorização da terra no sistema capitalista.

Na análise clássica, o ponto de partida é constituído pela disponibilidade de um capital, a ser investido em um processo de produção, que, por sua natureza, depende das qualidades naturais do solo. Na nossa agricultura atrasada, o ponto de partida é, ao contrário, a quantidade de terras previamente apropriadas. Assim, um empresário imaginário, que estivesse diante das condições da agricultura capitalista descritas por Marx, se perguntaria: de que quantidade de terra preciso para realizar a produção que me permitirá rentabilizar, nas melhores condições, o capital de que disponho, e o que devo pagar para ter acesso a esse solo que me é necessário? Um latifundiário brasileiro, diante das condições de sua agricultura atrasada se pergunta: como empregar a terra que possuo, para garantir a reprodução de uma atividade produtiva, sem dispor de capital nem para assegurar um nível tecnológico adequado às culturas nem para pagar adequadamente aos trabalhadores necessários?

A carência de terras, em uma situação, estimula a busca do melhor uso do capital e, conseqüentemente, estimula o progresso técnico; na outra situação, o cálculo do custo da produção está fortemente condenado a negar o valor da terra, sob pena de inviabilizar a lucratividade do empreendimento; porém, a fragilidade do capital é compensada pela concentração fundiária, que garante a reprodução extensiva da atividade produtiva: extensiva porque referida a um mesmo patamar tecnológico que pouco se modifica ao longo dos anos e porque baseada na super-exploração da força de trabalho.

O controle da terra constitui-se, também, como um mecanismo de controle da força de trabalho. Como afirma Afrânio Garcia Jr, em seu estudo sobre os engenhos tradicionais no município de Areia, na Paraíba,

*A força de trabalho e a terra, dois 'fatores de produção' não são, no engenho tradicional, dois fatores independentes, cada qual com custos próprios, pois é sua combinação específica que assegura as condições sociais de existência da morada e suas condições de reprodução.<sup>5</sup>*

A relação de **morada**, que já foi profundamente estudada,<sup>6</sup> é uma das formas históricas que permitiram a constituição do enorme contingente de pedintes de emprego, cujas condições de oferta - número, qualificação etc. - explicam o extremo aviltamento do mundo do trabalho rural.

Na verdade, o fim da morada ocorreu, durante muito tempo, sem que houvesse alteração profunda da estrutura fundiária e sem que a agricultura nordestina tivesse realizado uma transformação substancial em seu perfil tecnológico e em seus processos de trabalho. E, apesar do grande significado, para os próprios trabalhadores, da ruptura do laço pessoal que caracteriza a morada, a expulsão maciça dos moradores e a constituição de uma força de trabalho livre, que vive exclusivamente do salário que recebe, não representou, necessariamente, o fim do controle da força de trabalho, exercida de forma tradicional, através do controle da terra.

Vários autores já refletiram sobre esta questão. Para Afrânio Garcia Jr.

*... tomar a presença crescente de trabalhadores pagos em dinheiro na 'diária' ou por tarefa realizada em todos os tipos de explorações agrícolas por desenvolvimento do trabalho assalariado, por processo de proletarização, por desenvolvimento capitalista, não especifica nada, não proporciona o conhecimento das determinações desse processo.<sup>7</sup>* (ifos do autor)

Esse controle da terra tem como consequência o bloqueio de dois processos fundamentais. Em primeiro lugar, o bloqueio do processo de proletarização. É preciso entender que a proletarização, processo pelo qual o trabalhador vende livremente sua força de trabalho no mercado, não se define necessariamente pela pauperização e pela extrema exclusão social dos trabalhadores. Faz parte de um projeto burguês moderno de sociedade - não importa se por iniciativa própria ou sob o efeito de pressões dos movimentos sociais - a incorporação dos trabalhadores aos bens e serviços, materiais e culturais, produzidos pela sociedade, a começar pelos respeito efetivo dos direitos do trabalho.

Assim, não basta apenas que os trabalhadores não tenham outra fonte de renda e vivam exclusivamente do salário, para que emergja, em sua plenitude, o personagem do proletário, figura positiva e ativa, criador de realidades sociais dentro do mundo moderno.

A proletarização gerada pela propriedade fundiária parece o inverso disso. A condição de "clandestino" - como a descreve Ligia Sigaud<sup>8</sup> - é, a este respeito, negadora do processo de proletarização, no sentido aqui indicado. Da mesma forma, só uma agricultura atrasada explica a reprodução, na dimensão que se observa, de trabalhadores analfabetos, doentes e sem qualificação profissional. E isto, independentemente do número de tratores e da quantidade de NPK que essa agricultura utilize e absorva.

Em segundo lugar, há a considerar o bloqueio ao campesinato. A concentração fundiária afetou, historicamente, a possibilidade de expansão de um amplo setor constituído por pequenos agricultores camponeses. Manuel Correia os encontrou no

Nordeste, particularmente no Agreste e no Sertão, e descreveu os primeiros passos de suas lutas políticas no final dos anos 50, com a criação das Ligas Camponesas.

As dificuldades do campesinato para desenvolver suas potencialidades, enquanto forma social específica de produção, se expressam em dois níveis. Por um lado, a dificuldade de reproduzir o modo de funcionamento clássico, próprio do campesinato, cujos principais elementos constitutivos são, como sabemos, a segurança em relação ao acesso à terra - seja através da constituição do patrimônio familiar, seja através de contratos que assegurem o retorno dos resultados do trabalho empregado na terra - e um sistema de produção específico que se baseia na combinação de atividades diversas, em particular, na associação estreita entre culturas e pecuária.

Nas experiências clássicas - refiro-me aqui ao campesinato europeu pré-moderno - apesar de frágil e de sujeito a muitos riscos naturais, econômicos e políticos, esse sistema tradicional constituía, efetivamente, um todo capaz de garantir a subsistência da família camponesa. Na história do campesinato brasileiro, e nordestino, em particular, ao contrário, os dois elementos acima referidos, sempre foram sabidamente frágeis e nunca ofereceram a garantia necessária para a fundação de uma economia camponesa estável.

Por outro lado, deve-se levar em conta os limites impostos à organização da sociabilidade camponesa específica. A esse respeito, a descrição que Manuel Correia nos oferece das vilas e povoados da região permite compreender o pólo aglutinador da vida social local dos camponeses, a que ele acrescenta os próprios engenhos e fazendas.

Parece evidente que esses espaços sociais, que no Brasil se definem em oposição ao espaço urbano - o rural é aqui a periferia das cidades - devam ser considerados como espaços da precariedade, de onde estão ausentes os bens e serviços a que outros setores da sociedade brasileira têm acesso e onde muitas vezes até o Estado é ausente ou fracamente percebido.

Esse espaço da precariedade, que frequentemente caracteriza inclusive as próprias pequenas cidades do interior,<sup>9</sup> é, em grande parte, responsável pelo êxodo rural, cujos efeitos sobre o processo de urbanização todos conhecemos. O estudo do meio rural, que, para alguns, é considerado ultrapassado, sempre esteve sustentado por Manuel Correia de Andrade. Embora esteja hoje sendo revitalizado pela ótica dos recursos naturais e do meio ambiente, é necessário que ele seja retomado sob a ótica da vida rural.

Não tenho condições, evidentemente, de aprofundar aqui todas estas questões. Meu intuito foi o de retomar o desenho que Manuel Correia de Andrade elaborou há 30 anos para mostrar a atualidade de seus traços.

Nunca tive a honra de ser aluna de Manuel Correia de Andrade. Mas devo a ele o estímulo efetivo aos meus primeiros passos como pesquisadora. Minha participação neste evento é o reconhecimento de que sou sua discípula.

## NOTAS

1 ANDRADE, Manuel Correia de. **A terra e o homem no Nordeste**. S. Paulo: Brasiliense, 1963.

2 MOMBEIG, Pierre. **Novos estudos de geografia humana brasileira**. S. Paulo: Difusão Européia do Livro, 1957. p.11.

3 WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **L'économie sucrière du Pernambuco;** contribution à l'étude des rapports entre la propriété foncière et le capitalisme. Paris: Université de Paris X, Nanterre, 1975. p.127. Tese.

4 ANDRADE, Manuel Correia de. *Op. cit.* p.230.

5 Idem p.231.

6 GARCIA JR., Afrânio Raul. **O Sul: caminho do roçado.** Brasília, CNPq, São Paulo: Marco Zero, 1990. p.90.

7 Ver em especial:

- ANDRADE, Manuel Correia de. *Op. cit.*

- FURTADO, Celso. **Dialética do desenvolvimento.** Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1964.

- GARCIA JR., Afrânio Raul. **Terra de trabalho;** trabalho familiar de pequenos produtores. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983. 236p.

- HEREDIA, Beatriz Maria Alásia de. **A morada da vida;** trabalho familiar de pequenos produtores do nordeste do Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. 164p. (Estudos sobre o Nordeste,7).

- PALMEIRA, Moacir. Casa e trabalho; notas sobre as relações sociais na *plantation* tradicional. **Contraponto**, Niterói, 2 (2): 103-114, nov. 1977.

- SIGAUD, Lígia. **Os clandestinos e os direitos;** estudo sobre trabalhadores da cana-de-açúcar de Pernambuco. S. Paulo: Duas Cidades, 1979. 260p.

8 GARCIA JR., Afrânio Raul. *Op. cit.* p.267.

9 SIGAUD, Lígia. *Op. cit.*

10 MARIN, Maria Cristina de Melo. Migração sem urbanização. **Raízes**, Campina Grande, (4/5): 197-203, jan/84-dez/85.



## O processo de transição do autoritarismo para a democracia no Brasil

José Antônio Spinelli\*

O objetivo deste trabalho é discutir o caráter e os resultados do processo de transição política no Brasil a partir do regime autoritário instaurado em 1964.

Falar em "regime autoritário" implica já uma certa opção conceitual e metodológica que, talvez, não seja assim tão simples de fazer. Com efeito, a literatura especializada nas duas últimas décadas, consagrou de tal modo a expressão "regime autoritário", ou, em sua formulação mais técnica, "regime autoritário-auxiliário", que ele extrapolou

R, no entanto, por mais que seja um intento e carregado de conteúdo, Florestan Fernandes (1979), em suas análises, criticou apaixonadamente a noção de autoritarismo. Para ele, trata-se de uma expressão imprecisa e ambígua, originária do pensamento do campo liberal.

Segundo Fernandes, o pensamento liberal, contrapondo o autoritarismo à democracia, omite a crítica ao Estado burocrático e concentra-se na denúncia dos desvios ideológicos do poder instaurado. No Brasil, por aquela corrente de pensamento, o regime autoritário seria sinônimo de "desenvolvimento" (Florestan cita Juan Linz compondo, que formula essa equivalência).

Em outro registro, o autoritarismo seria uma "variação normal" dos regimes democráticos (confundindo-se com uma simples "marcha" ou uma "disposição momentânea" de características de minoridade ideológica).

A partir daí, F. Fernandes procura demonstrar que as relações de gênero e

negociam em sua própria natureza, a estrutura se impõe, as relações se adaptam ao tempo, no passo que, no tempo em que se forja a burguesia, a história se percebe destrutiva e revolucionária.

O Estado democrático e o autoritarismo seriam apenas variações da burguesia, o qual, no fundo, em qualquer forma, seria a expressão política do despotismo burguês, o qual, dos efeitos de exploração

meio de sua estrutura (as relações de gênero e de classe) e de sua natureza política, a análise histórica, de substituir as diferenças que existem entre ditadura e democracia.

Apesar disso, as observações de Florestan Fernandes têm o mérito de apontar algumas inconsistências teóricas do conceito de ditadura, um ponto essencial do debate teórico dos anos 70 e 80.

Este último conceito foi amplamente utilizado nos inícios do regime autoritário de denúncia política, mas, em forma sumária, fazer-se referir a sentidos que ele possui.

Em sua acepção estritamente jurídica, a rigor, não é um regime político, um expediente extraordinário, excepcional, temporário de Estado constituído para a defesa contra ameaças democráticas. F. entende que, para entender a ditadura antiga, em um período de tempo



\* Professor do Departamento de Ciências Sociais da UFRN

... Maria de Nazareth Brandi,  
... do Piauí...  
... de Paris A. ... 1975, p.137.

AGE, Maria. *Op. cit.*, p. vii.

... A. JR., Afrânio Raul. *O Sul nordestino*  
... Brasília, CNPq, São Paulo, Março  
1980.

# O processo de transição do autoritarismo para a democracia no Brasil

José Antônio Spínelli\*

... A  
... família de  
... do Brasil  
... 1979, 164p.  
... 21.

... MEIRA, Maria. *Casa e trabalho*  
... 212p.  
... 1977.

... LIGIA, Lígia. *Os clandestinos e os*  
... de Pernambuco. São Paulo:  
... 1979, 303p.

... A. JR., Afrânio Raul. *Op. cit.*, p.267.  
... LIGIA, Lígia. *Op. cit.*  
... Maria Cristina de Melo. *Migração*  
... Raízes, Campinas Grande,  
... 03, jan/94-dez/95.

\* Professor do Departamento de Ciências Sociais da UFRRN

O objetivo deste trabalho é discutir o caráter e os resultados do processo de transição política no Brasil a partir do regime autoritário instaurado em 1964.

Falar em “regime autoritário” implica já uma certa opção conceitual e metodológica que, talvez, não seja assim tão simples de se fazer. Com efeito, a literatura especializada, nas duas últimas décadas, consagrou de tal forma a expressão “regime autoritário”, ou, em sua formulação mais técnica, regime “burocrático-autoritário”, que ela extrapolou para o âmbito do jornalismo e do debate político, tornando-se quase uma noção de senso comum.

E, no entanto, por trás da expressão há um intenso e carregado embate intelectual. Florestan Fernandes (1979), em particular, criticou apaixonadamente a noção de autoritarismo. Para ele, trata-se de um conceito impreciso e ambíguo, originário, ideologicamente, do campo liberal.

Segundo Fernandes, o pensamento liberal, contrapondo o autoritarismo à democracia, omite a crítica ao Estado burguês para concentrar-se na denúncia dos desvios sociopáticos do poder instituído. No limite, para aquela corrente de pensamento, o regime autoritário seria sinônimo de “democracia forte” (Florestan cita Juan Linz como autor que formula essa equivalência).

Em outro registro, o autoritarismo seria uma “variação normal” dos regimes democráticos (confundindo-se com uma ditadura técnica) ou uma “disposição ‘universal’ de exacerbação da autoridade” (id. p. 6), o que confere ao termo uma enorme elasticidade sociológica.

A partir daí, F. Fernandes procura demonstrar que as relações desiguais e autoritárias, presentes na estrutura econômica da sociedade burguesa, se

reproduzem em sua superestrutura. Quando a estrutura se impõe, as relações autoritárias adquirem relevo, ao passo que, no momento em que as forças antiburguesas prevalecem, a história se sobrepõe à estrutura e o elemento democrático se afirma.

O Estado democrático e o Estado de exceção seriam, assim, variações do Estado burguês, o qual, no fundo, em qualquer das duas formas, seria a expressão, no plano político, do despotismo burguês vigente no nível das relações de exploração na esfera econômica (id. p.13-4).

Essa concepção de Florestan Fernandes parece fazer uma vinculação muito direta e sem mediações entre o âmbito da estrutura (as relações econômicas) e o nível da superestrutura (as relações políticas), como se: despotismo da fábrica = despotismo político. Além disso, corre o risco, seguindo a tradição leninista, de subestimar as diferenças efetivas entre ditadura e democracia.

Apesar disso, as observações críticas de Florestan Fernandes têm o mérito de apontar algumas inconsistências reais da teoria do autoritarismo e de relançar o importante conceito de ditadura, um pouco esquecido no debate teórico dos anos 70 e 80.

Esse último conceito foi amplamente utilizado nos inícios do regime como arma de denúncia política. Seria útil, embora de forma sumária, fazer-se referência aos sentidos que ele assume.

Em sua acepção estritamente técnica, a ditadura, a rigor, não é um regime político, mas um expediente extraordinário, excepcional e temporário do Estado constitucional como arma de defesa contra ameaças antidemocráticas. É nesse sentido que se deve entender a ditadura antiga, em Roma, exercida por um período de tempo definido.

A ditadura romana não se confundia com o governo constitucional: era um órgão especial, destinado a um fim específico, com poderes executivos amplos, porém limitados - as leis básicas da república eram intocáveis.

O moderno Estado de direito prevê, em seu arcabouço constitucional, a adoção de medidas para enfrentar situações de crise que se aproximam institucionalmente da ditadura romana.

No entanto, conforme salienta Mário Stoppino (1986, p.368-79), há uma diferença fundamental: enquanto em Roma “não somente o poder ditatorial, mas o próprio órgão que o compõe e seu ocupante” (id. p. 369) vêm de fora dos quadros do governo, e saem de cena tão logo se restaure a normalidade, a ditadura constitucional moderna se caracteriza por conferir poderes de exceção aos próprios órgãos de governo, o que freqüentemente provocou a liquidação da ordem institucional e modificou o equilíbrio entre os poderes (id. *ibid.*).

Já a ditadura inconstitucional moderna assume formas variadas, dependentes do momento histórico e do contexto sócio-político e cultural. Há um sem-número de tipologias para classificá-la, conforme a opção metodológica do autor. Dessa forma, pode-se falar em ditaduras autoritárias e totalitárias; em ditaduras simples, cesaristas e totalitárias (Franz Neumann); em ditaduras reacionárias e revolucionárias (M. Duverger); em ditaduras pessoais e oligárquicas e assim por diante. Deve-se salientar que os vários critérios utilizados para distinguir as ditaduras modernas às vezes se confundem.

Não é meu propósito alongar-me na discussão da tipologia das ditaduras. É suficiente observar, aqui, que há uma constatação implícita ou, às vezes, explícita de que os casos típicos analisado

literatura não cobrem a especificidade dos regimes de ditadura militar vigentes na América Latina, na segunda metade do século XX.

Se, como quer Florestan Fernandes, o conceito de autoritarismo peca por imprecisão, as várias noções de ditadura de que dispomos dizem respeito a realidades bastante distintas daquela encontrada nos países latino-americanos. É nessa direção que, deve-se reconhecer, procura avançar a teorização a respeito do autoritarismo-burocrático.

O mérito de O'Donnell, o mais típico representante da teoria do autoritarismo-burocrático, consiste em ter pensado esta especificidade a partir do marco mais geral da teoria da dependência, a qual, aprofundando, de um lado, o enfoque cepalino e, de outro, a análise marxista clássica das classes, procura superar a ambas, avançando na teoria e na análise do capitalismo periférico latino-americano.

No entanto, o esforço de O'Donnell para vincular o autoritarismo-burocrático a certa etapa do processo de acumulação capitalista na América Latina deve ser visto, no mínimo, com uma certa reserva crítica.

Talvez seja interessante fazer um brevíssimo resumo do enfoque teórico até então dominante nas ciências sociais latino-americanas, até fins dos anos 60, quando surge a teoria da dependência<sup>1</sup>. As teorias mais em voga eram a da modernização, que trazia a chancela da sociologia acadêmica norte-americana, e a marxista, numa versão um tanto vulgarizada.

Para a teoria da modernização, à medida que avança o processo de industrialização, intensifica-se a urbanização, expande-se o ensino básico etc., aumentam as possibilidades de maior igualdade social e de democracia.

A diversificação da economia que resulta do deslocamento das atividades tradicionais, o peso crescente que a classe média passa a ter na estrutura social e a difusão de valores que promovem o pluralismo político seriam responsáveis pela emergência “mais ou menos demorada, mas inevitável” da democracia política, como diz O’Donnell (1987, p.17).

Já para os teóricos do marxismo latino-americano do século XX, o principal obstáculo no caminho da democracia era a aliança imperialismo-latifúndio, que propiciava a concentração da propriedade fundiária em mãos de um pequeno grupo de grandes proprietários e era responsável pelo atraso do país.

Nessa visão, a concentração da propriedade da terra e a dominação imperialista submetiam a grande massa rural a formas de dominação e exploração “feudais” e “semi-feudais” e entravavam a industrialização e o desenvolvimento capitalista nacional. Uma parcela da burguesia local, aliada ao capital imperialista, também contribuía para manter o atraso nacional e a submissão do povo.

A solução desse grande impasse seria dada por uma revolução democrático-burguesa, que expropriaria o latifúndio, o capital imperialista e o capital nacional a ele associado, modificando a propriedade fundiária através de uma reforma agrária radical e instaurando uma forma de democracia substancialmente distinta da “democracia burguesa”: a democracia popular.

Contra as duas teorias, o desenvolvimento da América Latina e, em especial, do Brasil, entre os anos 60 e 90, evidenciou ser possível o aprofundamento do capitalismo, uma maior integração ao mercado internacional e a extensão das

relações capitalistas para o campo, com um agravamento do processo de concentração.

Tudo isso demonstrou:

a) para o pensamento reformista e de esquerda, que os países dependente-periféricos eram capazes de aprofundar a industrialização, ao mesmo tempo que estreitavam sua integração ao sistema capitalista internacional, contrariando as teses que surgiram nesse campo de pensamento, apontando o estrangulamento do processo de industrialização;

b) para as teorias da modernização, que era possível haver industrialização, urbanização, modernização etc., sob formas ainda mais autoritárias que as do populismo tradicional e com o agravamento da desigualdade social.

A teoria da dependência, em suas distintas versões, procura dar conta da especificidade desse capitalismo periférico, revelando que a crise dos anos 60 não era estrutural, mas conjuntural e cíclica, e que era possível alcançar uma nova fase de desenvolvimento dependente e associado, internacionalizando a produção industrial e expandindo as empresas estatais, para estabelecer as condições de uma nova parceria entre o capital estrangeiro, o capital nacional privado e o capital estatal.

O’Donnell, que parte do marco conceitual da teoria da dependência, procura explicar os regimes burocrático-autoritários como resposta política aos impasses estruturais do capitalismo dependente-periférico.

Na América Latina, países como o Brasil, a Argentina, o México, o Chile e outros, após passarem pela industrialização substitutiva de importações, ou processo “fácil” de substituição de importações,

viram-se diante do dilema representado pela estagnação ou o “aprofundamento” de seus capitalismo. A transposição do dilema exigia uma forma de dominação autoritária “moderna”, distinta tanto das ditaduras clássicas e do fascismo, como do autoritarismo tradicional latino-americano (o populismo ou o velho caudilhismo militar).

Os traços desse novo autoritarismo, ressaltados por Fernando H. Cardoso, o próprio O’Donnell, Francisco C. Weffort e outros, com pequenas variações, seriam:

a) governo das forças armadas como instituição;

b) forte centralização política no executivo, com a redução concomitante do papel do legislativo e um controle estrito sobre o judiciário;

c) peso específico dos “especialistas em coerção” (alta oficialidade militar, aparelho de informação) e dos tecnocratas civis;

d) exclusão política dos setores populares e eliminação da democracia, com a dispensa dos partidos como elo de mediação entre o Estado e a sociedade civil;

e) exclusão econômica do setor popular, propondo-se, para um “futuro indeterminado”, a redistribuição da renda e a redução das desigualdades sociais;

f) despolitização, desmobilização das massas e estímulo à apatia política; na verdade, o regime fomenta uma atitude antipolítica;

g) substituição dos mecanismos clássicos de representação política por mecanismos corporativos e pela articulação de interesses em torno dos “anéis burocráticos” que proliferam nas malhas do Estado<sup>2</sup>.

A essa enumeração, que não se pretende exaustiva, O’Donnell acresceria

que esses regimes “correspondem” à etapa de aprofundamento do capitalismo periférico-dependente.

Tal formulação tem sido objeto de críticas. Weffort afirma que, a rigor, a teoria do Estado burocrático-autoritário (BA) seria aplicável aos casos da Argentina e do Brasil e só parcialmente aos do México e do Chile. Adiciona a isso a seguinte observação: a teoria do autoritarismo burocrático fundamenta-se em uma concepção que vislumbra a política condicionada por determinações estruturais. Mas, continua Weffort, a explicação estrutural, cujo modelo paradigmático é o conhecido trabalho de Barrington Moore Jr.<sup>3</sup>, exige uma escala de tempo que dura séculos. Como operar, então, a explicação estrutural no tempo curto, como faz O’Donnell?<sup>4</sup>

Embora esta última observação não pretenda, ao que entendi, invalidar de todo tentativas de explicação estrutural no prazo curto ou médio, coloca para tais tentativas uma dificuldade empírica bastante considerável.

Já F.H. Cardoso, outro autor que trabalha com o conceito de autoritarismo burocrático, recusa a sugestão de uma relação necessária entre as necessidades do processo de acumulação do capital e a forma do regime político. Para justificar sua recusa ele faz uma distinção entre forma do Estado e forma do regime.

Enquanto a forma do Estado diz respeito ao “pacto de domínio” que garante ao mesmo tempo a aliança das classes e frações dominantes bem como a subordinação das classes dominadas, a forma do regime diz respeito às regras formais que ligam as instituições políticas entre si e estabelecem os laços entre cidadãos e governantes.

Assim, uma mesma forma de Estado (capitalista e dependente, no caso da América Latina) “pode coexistir com uma grande variedade de regimes políticos: autoritário, fascista, corporativista e até democrático” (Cardoso, 1986, p.47).

José Serra (1982), em sua fundamentada crítica econômica da tese da correspondência entre autoritarismo e “aprofundamento”, demonstrou que este já teria ocorrido nos anos 50 (no Brasil), quando vigoravam governos democráticos. Ademais, a necessidade de um “aprofundamento” da industrialização não estava na ordem do dia quando se deu o golpe de 1964, nem os líderes do regime autoritário estavam preocupados especialmente com esse problema.

Mais importante ainda é o fato de que os governos militares não perseguiram o “aprofundamento”, só o fazendo durante o governo Geisel, após mais de dez anos de implantação do BA e, assim mesmo, para enfrentar os efeitos de suas próprias políticas econômicas, num momento em que o BA já entrara em declínio (Serra, 1982, p.116).

Posteriormente, o próprio O’Donnell reconheceu a procedência das críticas ao seu “economicismo” e argumentou que, mais do que a necessidade do “aprofundamento”, o tema da “ameaça”<sup>5</sup> foi o que funcionou como poderosa alavanca para a implantação do BA. Entretanto, a assimilação dessa crítica exigiria, na verdade, toda uma revisão de sua teoria, a qual está estreitamente associada à tese do “aprofundamento”.

As posições assumidas por Fernandes e O’Donnell, nas obras aqui analisadas, demonstram que não se pode estabelecer uma relação sem mediações entre a estrutura econômica e as formas assumidas pelo Estado e pelos regimes políticos.

No limite, a correspondência entre “aprofundamento” e autoritarismo exigiria que se completasse o “aprofundamento” para que o autoritarismo esgotasse o seu papel histórico. No caso do Brasil, a política de “aprofundamento”, levada a cabo pelo governo Geisel, foi interrompida durante a gestão do general Figueiredo, que se limitou a combater os efeitos da crise econômica (severamente grave em 1981-83), recorrendo aos instrumentos convencionais de política econômica.

## A TRANSIÇÃO E OS ENTRAVES NO CAMINHO DA DEMOCRACIA

A análise do processo de transição do regime autoritário para a democracia, no Brasil, exige que se leve em conta a especificidade do caso brasileiro.

Guillermo O’Donnell (1988) ressalta a heterogeneidade estrutural da América Latina, que ele considera maior que a da Europa do Sul, e distingue vários tipos de autoritarismo no continente latino-americano.

O autoritarismo tradicional, com “fortes componentes patrimonialistas”, seria exemplificado pelo regime somozista, na Nicarágua; pela ditadura de Batista, em Cuba; e pelo domínio de Stroessner, no Paraguai.

O autoritarismo populista seria representado tipicamente pelo regime militar peruano, enquanto o México seria um caso em si mesmo típico de autoritarismo, que dificilmente pode ser enquadrado nos modelos conhecidos: nem no autoritarismo tradicional, nem no populismo militar autoritário, nem, igualmente, no autoritarismo burocrático, vez que as forças armadas têm papel irrelevante

na sustentação do regime, que é altamente institucionalizado e conta com apoio popular (O'Donnell, 1988, p.17-21).

Segundo O'Donnell, o regime autoritário brasileiro, entre os latino-americanos, foi o único que conseguiu sucesso econômico. Acrescenta que o setor popular brasileiro é frágil do ponto de vista organizacional e político. Isso permitiu um grande controle do regime sobre a transição e explica sua longa duração (10 anos), além de ter propiciado a obtenção de apoio eleitoral para o partido governamental por muitos anos. "Só em 1982 (...) as exigências de democratização se tornaram intensas e disseminadas" (id. p.22).

Embora a contestação eleitoral, a partir dessa última data, houvesse restringido o controle do regime sobre a transição, esta foi, em sua fase final, "tranqüila". O'Donnell atribui esse fato ao reduzido potencial de ameaça que os partidos de oposição representavam para as forças armadas e as classes dominantes. Outro elemento de peso foi a ascensão de Tancredo Neves, líder "da ala mais moderada de uma oposição já moderada..." (id. *ibid.*).

Tudo isso contrasta a transição brasileira com a argentina e a boliviana, por exemplo, que ocorreram por "colapso".

Para O'Donnell, a transição brasileira contou com um importante grau de imposição por parte dos militares e incluiu a celebração de um pacto implícito, "ou talvez explícito, embora secreto", entre Tancredo Neves e as forças armadas ou figuras do velho regime (id. p.28).

Seria interessante fazer algumas qualificações a essas observações de O'Donnell. Para esse autor, as condições para a emergência de um pacto político aberto - na ausência de um sistema

partidário representativo ou em "condições ultra-elitistas", residem na possibilidade de o regime autoritário ter obtido considerável sucesso econômico, boa imagem pública e relativo apoio eleitoral.

No caso brasileiro, apesar dos êxitos no "aprofundamento" e das extraordinárias taxas de crescimento do produto interno bruto, não é demais lembrar que nos anos 80, no momento crucial do processo de transição, o país enfrentava uma crise econômica sem precedentes, a imagem pública dos militares e da tecnocracia era lamentável e o partido governamental enfrentava derrotas eleitorais sucessivas - apesar de manter uma escassa maioria no Congresso, à força de manipulações na lei eleitoral. Além disso, a sociedade civil demonstrava uma extraordinária vitalidade e capacidade de mobilização.

Sendo assim, a explicação para a capacidade de imposição demonstrada pelo militares no transe final do regime deve considerar outras variáveis.

Inúmeros autores têm ressaltado a notável capacidade dos dirigentes do regime autoritário brasileiro em deter a iniciativa e o controle do processo de transição.

Para citar alguns, tanto Luciano Martins (1988) como Alfred Stepan (1986) sublinham, com bastante ênfase, que coube aos militares a iniciativa de "abrir" o regime e enfatizam sua capacidade de controle sobre o processo de "abertura".

Tanto Martins como Stepan preocupam-se em definir o que seja "transição" e introduzem distinções para esclarecer o conceito. Martins diferencia "transição" de "transformação", observando que a primeira é um processo que ocorre "no" regime, enquanto a segunda implica numa mudança "de" regime (Martins, 1988, p.110).

Outra distinção importante é a que se faz entre “liberalização” e “democratização”. Para Martins, a liberalização implicou apenas na “adoção de instituições democrático-formais” (id. p.129), enquanto uma democratização efetiva exigiria “consenso no tocante às regras do jogo, responsabilidade política dos dirigentes, direito a ampla representação política e alternância no poder” (id. p.130).

Escrevendo em 1983, quando a suposta transição ainda estava em curso, Martins questiona o conceito de transição e pergunta se, do ponto de vista político, dez anos não seria “tempo demais” (id. *ibid.*).

Stepan também sustenta a distinção entre liberalização e democratização, salientando, na primeira, a extensão e a garantia de certas liberdades, enquanto a segunda “requer uma contestação aberta pelo direito de disputar o governo...” (Stepan, 1986, p.12). Assim sendo, “pode haver uma liberalização sem democratização. A liberalização diz respeito, fundamentalmente, à sociedade civil. A democratização, fundamentalmente à sociedade política” (id. *ibid.*).

Essa distinção entre liberalização e democratização ajuda a compreender melhor os avatares da transição brasileira, tal como é entendida comumente na literatura.

Geralmente, o início da transição é localizado no momento em que os generais Geisel e Golbery deram início ao que eles próprios qualificaram como um processo de “distensão”, a qual seria, como tiveram o cuidado de advertir, “lenta, gradual e segura”. Essa política de distensão teria continuidade na gestão seguinte, do general Figueiredo, sob a denominação de política de “abertura” democrática.

Em discurso pronunciado na primeira reunião ministerial de seu governo, Geisel declarou almejar o “aperfeiçoamento democrático”, com o fim de alcançar “a institucionalização acabada dos princípios da Revolução de 64”. Sem descartar a eventual utilização dos instrumentos de arbítrio disponíveis na legislação de exceção, depositou suas esperanças na “imaginação política criadora” para assegurar “salvaguardas eficazes dentro do contexto constitucional” (citado em Kucinski, 1982, p.20).

Coerente com o seu discurso, Geisel utilizou amplamente seus poderes ditatoriais quando sentiu que a “distensão” ameaçava escapar ao seu controle. Cassou mandatos de parlamentares, fechou temporariamente o Congresso e modificou a legislação eleitoral, entre outras coisas.

Seu sucessor, o general Figueiredo, utilizou “medidas de emergência”, na capital federal, no dia em que o Congresso votou a emenda parlamentar pela restauração das eleições diretas para presidente da República. Mobilizando um grande aparato militar, Figueiredo coibiu manifestações populares naquele dia e pretendeu intimidar o Congresso Nacional.

Nesses dois períodos de governo a censura foi abrandada; concedeu-se a anistia política; restabeleceram-se as eleições diretas para governadores de Estados; implantou-se o pluralismo partidário; restaurou-se o *habeas corpus* e outros direitos civis e, por fim, substituiu-se a dura face repressiva do famigerado Ato Institucional n. 5 (AI-5) por uma legislação coercitiva mais abrandada. Esta última, concretizou-se, sobretudo, na nova Lei de Segurança Nacional e nas “salvaguardas” do Estado (Estado de Sítio, Medidas de Emergência, Estado de Emergência).

Apesar de ter havido um progresso observável na direção da liberalização e da abertura do regime durante os governos Geisel e Figueiredo, pode-se notar a utilização constante de poderes excepcionais para redirecionar o curso do processo político em todo esse período.

A liberalização parecia seguir um curso errático ou era interrompida por recidivas autoritárias, “recrudescimentos”, “endurecimentos”, tais como:

- discurso do presidente Geisel, em agosto de 1975, anunciando seu recuo em restabelecer franquias democráticas;

- cassações de mandatos de parlamentares;

- “Lei Falcão”, restringindo a propaganda eleitoral nos meios de comunicação;

- “Pacote de Abril”, de 1977, com fechamento temporário da Câmara e Senado federais, supressão das eleições diretas para governadores em 1978 e drásticas alterações na legislação eleitoral para garantir a maioria governamental no Congresso e no Colégio Eleitoral que escolheria o presidente da República em 1978;

- restrições às coligações partidárias nas eleições de 1982;

- etc.

Por outro lado, ao mesmo tempo que se procurou conter os atos mais extremados da repressão clandestina, por parte dos órgãos de segurança, jamais se apurou a fundo qualquer desses episódios, nem se puniram os envolvidos. A Lei de Anistia, de 1979, ao estender seus benefícios aos “crimes conexos”, perdoou os que se envolveram, nos porões do regime, com a prática da tortura e do assassinato de opositores políticos.

Esses fatos, sumariamente referidos, convidam a uma reflexão sobre o significado

da “abertura”, ou liberalização; do compromisso dos dirigentes do regime com a democracia e do real sentido do que se convencionou chamar “transição” - a qual despertava a perplexidade de Luciano Martins, em 1983.

Quanto à liberalização, creio que as observações feitas por Martins e Stepan, entre outros, acerca de sua diferença em relação à democratização, esclarecem a compreensão de seu significado. Entretanto, não basta afirmar, como faz Stepan, que a liberalização é um processo que se dá no âmbito da sociedade civil. É preciso ressaltar que a política de liberalização atingiu a sociedade civil de forma seletiva.

Para ficar num exemplo importante, vou me referir à suspensão ou abrandamento da censura. Como o general Golbery revelou a Alfred Stepan (1986, p.48), a liberalização da imprensa foi um dos primeiros passos dados pelo governo Geisel para implementar a abertura. Stepan afirma que o projeto de liberalização contou com o apoio do *Jornal do Brasil*, *d’O Estado de São Paulo*, e das revistas *Veja* e *Isto É* (id. *ibid.*). Mas, enquanto se abrandava a censura para esses órgãos da grande imprensa, apertava-se o cerco contra a “imprensa alternativa” e jornais como *Opinião*, articulados com grupos de esquerda, eram severamente reprimidos.

Essa estratégia de liberalização seletiva visava conquistar a aquiescência dos setores de elite da sociedade civil (grande imprensa, entidades de profissionais de classe média, setores da Igreja) e de segmentos políticos da oposição moderada.

Os líderes do regime reiteravam enfaticamente o compromisso histórico da “Revolução de 1964” com a restauração da democracia (o golpe fora apresentado, em

sua época, como “intervenção cirúrgica” para “salvar” a democracia). Mas cultivavam o hábito de adjetivá-la: “democracia relativa”; “democracia forte”; “adaptada à realidade brasileira”<sup>6</sup>.

Porém o mais inquietante era que esse “compromisso” com a democracia vinha sempre acompanhado pela afirmação da necessidade de “aperfeiçoar o regime” e de institucionalizar os “ideais da Revolução de 1964”.

Teriam os dirigentes do regime autoritário aderido realmente à democracia? A profissão de fé democrática enunciada por Geisel, Golbery, Figueiredo e outros era autêntica?

Alfred Stepan sugere uma pista para o entendimento desse discurso que valoriza a democracia. Analisando a produção teórica da Escola Superior de Guerra-ESG, agência ideológica do regime, Stepan aponta que a doutrina ali elaborada apropriou-se de elementos produzidos pelo pensamento crítico de oposição, promovendo a sua “ressemantização”. Isso permitia aos ideólogos do regime falar em oposição, participação, eleições, democracia, alterando-lhes o sentido e confundindo a oposição e a opinião pública.

Dessa forma, o conceito de democracia, formalmente respeitado pela doutrina da ESG, é contrabalançado pelo “princípio de autodefesa” da democracia, “interpretado no sentido de que o presidente poderia exigir, e os tribunais militares poderiam aplicar, medidas de segurança de grande alcance” (Stepan, 1986, p.61).

As reformas políticas de 1978, que arrematam a obra distensionista do governo Geisel, abrangem a revogação do AI-5, instrumento maior do arbítrio da ditadura militar. Essa revogação, juntamente com

outras medidas, aponta no caminho da liberalização, da abertura.

Entretanto, o princípio de autodefesa da democracia limita o alcance das reformas. A nova Lei de Segurança Nacional e as emendas constitucionais decretadas pelo governo preservam uma grande margem de arbítrio em mãos do executivo e confirmam a hegemonia (no sentido leninista de domínio) militar sobre o aparelho de Estado. Nos termos de O’Donnell e Philippe Schmitter, passa-se de uma ditadura para uma ditabranda.

Acreditar, como faz Skidmore, que “Geisel, Golbery e os oficiais que os apoiavam agiram a partir da crença pessoal de que o Brasil devia mudar para um regime mais democrático” (Skidmore, 1988, p. 70) revela uma certa ingenuidade a respeito dos propósitos democráticos dos governantes autoritários e uma compreensão superficial sobre as poderosas motivações que estavam por trás da política de “abertura”.

A pergunta é: houve realmente um propósito intencionado de conduzir o país a um regime democrático?

Durante a presidência do general Médici (1970-74), o aparelho de segurança havia alcançado um alto grau de autonomia. Segundo o grupo mais esclarecido de oficiais - a corrente castelista, essa autonomização comprometia o princípio de hierarquia e ameaçava a sobrevivência da instituição militar, afetando até mesmo o destino do país, enquanto potência (cf. Stepan, 1986, p. 51).

Alfred Stepan elaborou uma complexa interpretação para explicar o processo de abertura. Comungando com inúmeros outros autores a idéia de que os militares agem sobretudo no interesse de sua autopreservação enquanto instituição, ele vai muito além dessa idéia geral, a qual, por si

só, é incapaz de dar conta do intrincado processo que, entre 1974 e 1985, produziu a abertura.

O que faz Stepan é justamente submeter os dados que compõem a conjuntura política do processo de abertura a um enfoque analítico que revela as suas linhas de força.

É assim que ele demonstra que os militares<sup>7</sup>, na altura de 1974, não pensavam concretamente em caminhar no sentido da liberalização. Geisel, escolhido por Médici para sucedê-lo, não fora destinado a um mandato de abertura. Da mesma forma, Stepan avalia que não havia “pressão externa suficiente, tanto da sociedade civil como da sociedade política, sobre os militares, para forçar uma abertura” (id. p.43).

Na ausência de pressões internas, vindas do próprio aparelho militar, ou externas, vindas das sociedades civil ou política, a abertura foi uma iniciativa, de certa forma unilateral, dos novos líderes dos militares enquanto governo, os generais Geisel e Golbery, que, para isso, procuraram aliados entre os militares enquanto instituição e no âmbito da sociedade civil.

O general Golbery, entrevistado por Stepan, adiantou que a autonomização e a radicalização ideológica do aparato de segurança e informação não tinha sentido, no final de 1973 - pois a oposição armada estava esfacelada - e apresentava um duplo perigo: a) de fragmentação das forças armadas, ao estilo argentino ou centro-americano; b) “de distanciamento cada vez maior entre as forças fundamentalmente moderadas da sociedade brasileira e os militares brasileiros” (id. p.44).

A estratégia da abertura envolveu um duplo movimento: a) controlar o aparato

repressivo e submetê-lo à hierarquia; b) estabelecer ligações com a sociedade civil, a fim de contrabalançar o peso da “comunidade” de segurança e da linha-dura militar.

Qual o resultado dessa estratégia? Se, de um lado, a mobilização da sociedade civil fortaleceu as posições de Geisel, Golbery e Figueiredo contra a linha-dura e o aparato de segurança, por outro lado, esta mesma sociedade civil não se submeteu ao figurino desejado pelos líderes do regime e ganhou cada vez maior autonomia.

Essa autonomia se expressou em novos movimentos sociais populares: movimentos de bairros, movimentos de leigos católicos (comunidades eclesiais de base-CEBs), o novo movimento sindical, que desembocou nas históricas greves do ABC paulista; em campanhas de massa, como a da anistia e a campanha pelas diretas-já; em campanhas de imprensa e de organizações de classe - como advogados e jornalistas - contra a censura, pelos direitos humanos e pelo retorno ao estado de direito; e até mesmo em campanhas, como a do empresariado, contra a “estatização” da economia (com o decisivo apoio do jornal *O Estado de São Paulo*), que representava uma importante ruptura parcial com o regime por parte de um setor-chave da sociedade.

Do lado da sociedade política é importante assinalar que, a partir de 1974, o regime viu-se continuamente questionado pelos resultados eleitorais, sendo esse um dos fatores que determinaram mudanças bruscas na política de abertura. As eleições diretas para governadores de Estados, em 1982, oportunizaram o acesso da oposição - o PMDB e o PDT - aos governos dos Estados mais importantes da federação: São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais.

Isso era inédito, não apenas na história do regime autoritário brasileiro<sup>8</sup>, mas, também, na de regimes similares na América Latina. Os governadores eleitos pela oposição iriam desempenhar um papel fundamental na mobilização para a campanha das diretas-já, em 1984, e na articulação para a votação no Colégio Eleitoral, em janeiro de 1985, que resultaria na eleição de Tancredo Neves, candidato do PMDB.

Stepan alude ao “poder convocatório” dos governadores eleitos em 1982 e, referindo-se a observações de Juan Linz, aponta a existência de “duas bases de poder executivo com diferentes pretensões a legitimidade” (id. p.74). Disto, resulta “uma nova dinâmica na política brasileira” (id. *ibid.*).

Mas, apesar da vitória da oposição em 1982, o governo continuava a controlar o Colégio Eleitoral que apontaria o sucessor do general Figueiredo, em 1985, e tudo fazia crer que seria eleito um político civil pró-regime, dos quadros do PDS.

Um dos aspectos relevantes do processo de abertura, no Brasil, era o desencontro entre as forças de oposição que atuavam na sociedade política e aquelas que atuavam na sociedade civil. Os líderes da oposição na sociedade política foram incapazes de romper esse divórcio e, por isso, permaneceram relativamente isolados. O governo e os políticos pró-regime souberam tirar partido disso, impondo derrotas políticas à oposição (cf. Stepan, p.11-2).

Segundo Stepan, em 1982-83 não havia nenhuma razão para supor que o regime fosse perder o controle do processo sucessório. Havia algum consenso entre os militares sobre a necessidade de transferir o poder a um civil egresso do partido governamental (id. p.69-71).

Isso protegeria os militares contra pretensões “revanchistas” e lhes permitiria exercer uma discreta tutela sobre o governo civil, adiando a competição real com a oposição, em eleição direta, para 1991.

A partir de 1984, esse curso provável sofreu uma inflexão. Para Stepan, não há nenhuma causa estrutural para essa mudança. É uma conjuntura de acasos na cena política que cria a possibilidade de um desfecho diverso daquele imaginado pela liderança do regime.

O dado central, para Stepan, foi o avanço da sociedade política “para o centro do palco” (id. p.74).

Como foi possível que a “sociedade política”, até então ator secundário no processo de abertura, passasse a desempenhar o papel decisivo no momento em que ocorre a mudança de regime? Ela que fora ofuscada pelo brilho da “sociedade civil” nos anos recentes.

Mais uma vez, neste caso, é necessário recorrer ao caráter específico do regime autoritário brasileiro para compreender o desfecho da transição. Em primeiro lugar, deve-se salientar um aspecto já ressaltado: o caráter institucional da ditadura brasileira; esta foi sempre um regime das forças armadas como instituição. O caudilhismo ou o poder pessoal não encontravam espaço para se impor. Mesmo a política de facções terminava por se submeter ao comando hierárquico.

O outro aspecto distintivo do autoritarismo brasileiro refere-se à manutenção de eleições legislativas durante todo o período autoritário (apesar das limitações ao poder legislativo) e ao compromisso público dos militares com a democracia, apesar de sua noção deformada do que fosse um regime democrático. Isso,

segundo Stepan, estimulou a autonomia da sociedade política e teve influência na forma como se desfechou a sucessão no Colégio Eleitoral.

Stepan observa que em 1984 o regime autoritário estava fraco, mas não em decomposição. Assim sendo, uma certa conjunção de eventos singulares retirou das mãos dos líderes do regime o controle sobre o processo sucessório. Três causas teriam sido “necessárias e suficientes” para a vitória da oposição:

1) que o candidato oficial fosse incapaz de garantir o consenso do partido governamental e das forças situacionistas;

2) que o candidato da oposição fosse capaz de atrair os votos dissidentes “do partido do governo em número suficiente para obter maioria no colégio eleitoral”;

3) que os militares não resolvessem alterar as regras previstas para a sucessão.

Para que tal processo tivesse êxito foi necessária a realização de uma intensa e difícil negociação política que ocorreu, sobretudo, em nível de bastidores. Stepan descreve esse processo como uma transação intra-elite, na qual os novos governadores da oposição tiveram um papel crucial, especialmente após a campanha das diretas-já.

Essa campanha, a mais extraordinária mobilização de massas da história do país, causou profunda impressão por sua imponência e por seu caráter pacífico. Mas, sobretudo, demonstrou que não era mais possível ignorar as aspirações democráticas da grande maioria da população brasileira.

Entretanto, para que essa pressão de massas se traduzisse em uma efetiva mudança de regime, foram necessárias certas condições, que estavam dadas na evolução política recente.

Em primeiro lugar, Stepan refere-se a duas condições que estavam presentes na situação política brasileira. A primeira era que a violência política do regime, no Brasil, tinha sido bem mais moderada do que na Argentina ou no Chile, por exemplo. A segunda era que a anistia política, em 1979, tinha sido recíproca (Stepan, 1986, p.76-7).

Pode-se observar, a propósito da “reciprocidade” da anistia, que ela foi fruto, em larga medida, de uma imposição dos militares e de sua capacidade, demonstrada até recentemente, em conformar-se às mudanças, porém restringindo seu alcance e conservando prerrogativas importantes. De qualquer forma, mesmo a esquerda, por seus setores majoritários, tem aceitado essas imposições, quando não por convicção, ao menos por uma questão de realismo político, ou, talvez mais precisamente, por falta de força política para opor-se a elas.

Isso teria criado uma situação de tolerância mútua entre os militares e a oposição, permitindo que, do lado da oposição, houvesse o apoio a um candidato moderado, e, do lado dos militares, a concordância em sair de cena. Sem dúvida, a gestação de uma candidatura moderada de oposição e as divisões no partido do governo tiveram um peso não negligenciável nesse processo.

Mas isso não se deu sem um grau importante de tensões e negociações difíceis; a linha-dura militar tentou, de várias maneiras, abortar a transição. Por que não conseguiu êxito? Stepan arrola cinco condições que tornaram a transição irreversível.

a) Ao longo do tempo, os militares reformularam aquilo que percebiam como sendo a oposição. Stepan menciona a anistia

de 1979 como um fator que contribuiu para essa reformulação. De fato, a concessão da anistia naquele ano permitiu que antigos políticos cassados pelo regime se incorporassem no cotidiano da política, ainda durante a fase de liberalização, tornando sua presença assimilável para os militares e criando uma “convivência” que, de outro modo, seria intolerável para ambos os lados.

Stepan destaca, ainda, dois requisitos institucionais exigidos pelos militares e aos quais a candidatura de Tancredo Neves atendia melhor do que a do próprio Maluf, candidato do PDS. Tratava-se da garantia de que não haveria revanchismo e de que se preservaria a presença estatal no setor de telecomunicações e de informática. Além do mais, enquanto Tancredo se afirmava cada vez mais como um candidato de consenso, a candidatura Maluf continha a ameaça de polarização.

b) Stepan levantou, também, a existência de condições externas desfavoráveis: queda de regimes autoritários na Argentina e Uruguai e contexto econômico internacional adverso, o que aumentaria “o custo de governar, num clima de fervor pós-diretas-já e pós-Tancredo...” (id. p.78).

c) O terceiro aspecto refere-se à preocupação dos militares com a legitimidade do regime. Stepan aponta a preferência, tanto das elites civis quanto do exército-instituição, por um presidente civil. Outro fator ligado à questão da legitimidade foi o episódio do Rio-Centro, que demonstrou a incapacidade dos militares em conduzir “uma investigação séria” sobre crimes que envolviam os porões da repressão.

d) A incapacidade do presidente Figueiredo em conduzir sua própria sucessão, seu flerte ocasional com a idéia continuísta e sua “inesperada” neutralidade, ao final, foram atitudes que afetaram negativamente as possibilidades do PDS.

e) Por fim, Stepan refere-se ao cálculo de Dahl<sup>9</sup>, para salientar que, dada a neutralização do presidente, a questão era saber se a linha-dura conseguiria apoio entre a tropa para um golpe. Como as questões mais imediatas que diziam respeito aos interesses dos militares não sofriam ameaça ante uma vitória da oposição e como a tendência, a longo prazo, era no sentido “de no Brasil prevalecer a centro-esquerda moderada em vez da esquerda radical - não era lá tão grande o custo de aceitar Tancredo Neves na presidência” (id. p.80).

## CONCLUSÕES

A forma como os estudiosos entendem o que seja transição para o regime democrático, a partir de uma situação autoritária, tem sido bastante imprecisa e, às vezes, polêmica. Definir o que seja transição e situar o momento político em que ela se inicia constitui uma questão com a qual os analistas continuarão se defrontando; por outro lado, tal questão é importante para se compreender os desdobramentos da transição na etapa democrática.

No meu entendimento, um processo efetivo de transição para a democracia só tem início no momento em que os militares, por seus segmentos que têm poder de decisão, admitem a transferência de poder, ou são forçados a isso por circunstâncias “catastróficas”.

Naturalmente, para que essa transferência de poder aponte para a democracia, é necessário que, em nível das sociedades política e civil, haja uma “liderança democrática” (partidos, entidades de representação, personalidades etc.) de convicções firmes, condição essencial, como ressaltam Linz (1989) e Weffort (1992), para a consolidação de um regime democrático<sup>10</sup>.

As duas condições enunciadas acima (a transferência do poder por admissibilidade ou por catástrofe) evocam a clássica distinção entre as transições pactuadas e as transições por colapso (cf., por ex., Paramio, 1989). A Espanha é o exemplo paradigmático do primeiro caso, enquanto a Argentina o é do segundo.

A transição política brasileira costuma ser definida como um processo longo, demorado e que dificilmente poderia ser enquadrada na tipologia conhecida.

Assim como a distinção antes mencionada entre liberalização e democratização - distinção ressaltada por Martins (1988), Stepan (1986), O'Donnell e Schmitter (1988) e outros - é importante para compreender o significado de determinadas mudanças de orientação das lideranças do regime (exemplo: a política de “abertura”), creio que é pertinente apontar outra distinção igualmente importante: aquela entre transformação versus transição do regime.

Essa distinção foi enunciada por Luciano Martins da seguinte forma: “...a transição difere da transformação, no sentido de que a primeira é marcada pela introdução de um certo número de mudanças no regime, ao passo que a última implica uma mudança de regime” (Martins, 1988, p.110).

Ao me referir a esses dois pares de distinção, presentes na literatura referente aos regimes autoritário-burocráticos (ou ditaduras militar-burocráticas), quero chamar atenção para a necessidade de relacioná-los na análise concreta desses regimes.

Voltando à questão da transição brasileira, em que momento político se inicia um processo real de transição para a democracia? Com a política de “distensão” do governo Geisel? Com a política de “abertura” do governo Figueiredo? Com a concessão da anistia política, em 1979? Com a reformulação partidária, que rompe o modelo do bi-partidarismo? Após as eleições de 1982, que criam uma situação de “diarquia”<sup>11</sup> política? Após a campanha das diretas-já? Ou com a posse de José Sarney na presidência da república?

Muitos dos fatos acima relacionados (as políticas de distensão e abertura, a anistia, a reformulação partidária e mesmo as eleições de 1982) representam, a rigor, muito mais uma liberalização/transição do que uma democratização/transformação. Senão, vejamos.

O presidente Geisel e o general Golbery (este último, principal conselheiro político do primeiro e, também, do presidente Figueiredo, até afastar-se do governo) sempre se referiram à abertura política como um processo de aperfeiçoamento do regime (autoritário, por suposto), de consolidação dos “ideais” da autoproclamada revolução de 1964. Além do mais, não há nada que comprove que os líderes do regime admitissem uma competição democrática pelo poder em nível do executivo federal.

Ademais, embora muitas liberdades civis houvessem sido restauradas e já não estivesse em vigência a ditadura indistinta

do AI-5, o regime ainda era francamente autoritário: pela concentração de poderes no executivo, pelas restrições às liberdades contidas nas auto-reformas de 1978 (Lei de Segurança Nacional, medidas de salvaguarda do Estado, já mencionadas) e pelo controle do processo de sucessão presidencial no Colégio Eleitoral.

Quanto a esse último aspecto, o máximo que se admitia era o adiamento de uma competição democrática com a oposição para o distante ano de 1991. É pertinente recordar que, mesmo após a impressionante campanha pelas diretas-já em 1984, o governo mobilizou seu aparato repressivo e seu poder de pressão para frustrar a aprovação da emenda das diretas no Congresso Nacional.

Em nenhum momento o último presidente do ciclo militar, o general Figueiredo, propôs que o seu mandato fosse de transição. É verdade que declarou, canhestamente, que “faria” deste país uma democracia. Não se sabe que espécie de democracia o presidente Figueiredo tinha em mente. Suas atitudes, entretanto, não poderiam despertar entusiasmo em democratas convictos.

Um analista rigoroso como Alfred Stepan enfatiza que, apesar da crescente perda de legitimidade e das dificuldades enfrentadas para superar a crise econômica, o regime militar não estava em retirada, nem considerava a possibilidade de transferir o poder à oposição: “...a maior parte dos militares expressava a preferência por um civil, pertencente ao partido do governo que mantivesse o regime” (Stepan, 1986, p.68).

Ele vai além disso, ao afirmar que “em vista do equilíbrio de poder absoluto era razoável supor, em 1983, que a oposição não

chegaria à presidência senão em 1991” (id. p.71).

Tendo em vista o que foi exposto até aqui, pode-se argumentar que as mudanças ocorridas durante o período 1974-84 representam, não propriamente uma democratização/transformação, mas uma liberalização/transição. O “aperfeiçoamento do regime” proposto por Geisel não contemplava sequer a instauração de um efetivo “Estado de direito”, o qual poderia apelar a consciência liberal-conservadora de alguns setores da oposição de elite. Para isso, teria sido necessário ir além das reformas realizadas e ter rompido inteiramente com os resquícios autoritários presentes na nova legislação.

A situação precipitou-se a partir de meados de 1984, com o impacto da campanha das diretas e o ascenso visível da candidatura Tancredo Neves. A negociação política que garantiu a transição incluiu a preservação de interesses das forças armadas e, implicitamente, de prerrogativas militares.

Estavam longe os anos do “milagre” e a proposta de “aprofundamento” da industrialização, contida no II PND do governo Geisel, que há muito havia sido abandonada (inclusive por dificuldades de articulação financeira para bancar os projetos), foi substituída pela gestão miúda da crise.

Não se pode dizer, entretanto, que a crise econômica tenha provocado a “queda” do regime. É verdade que este utilizara o sucesso econômico, durante muito tempo, como arma de legitimação. Porém, a crise era mais um elemento de desgaste, entre outros, e não um fator decisivo.

Mais do que isso, era o próprio caráter autoritário do regime, fechado, centralizado,

que afastava as camadas populares, as classes médias, a Igreja, a imprensa, a Universidade e setores crescentes do próprio empresariado, convencendo os militares, enquanto instituição (nos termos de Stepan), de que a melhor saída era desvencilhar-se da gestão direta do governo.

A ironia da história (com a doença imprevista e a morte do presidente eleito, Tancredo Neves) colocou o governo nas mãos de um velho político do regime, recém-convertido à democracia: o senador José Sarney.

O período que foi da posse do presidente Sarney, em janeiro de 1985, até a promulgação da nova Constituição, em outubro de 1988, foi tumultuoso e extremamente rico em novos fatos políticos. Com a aprovação do novo marco jurídico-legal, pode-se dizer que estava completada a obra da transição. Esta não se fizera, todavia, sem duros percalços.

Conservando grandes prerrogativas institucionais, os militares interviriam inúmeras vezes no processo político e no processo constituinte, impondo seus interesses próprios ou afirmando aspectos específicos de sua ideologia social conservadora.

Tal se deu, para ser sumário, na questão do mandato do presidente; na definição da forma de governo; nas limitações impostas à proposta de reforma agrária; na defesa de interesses de setores industriais onde consideravam importante a presença da empresa estatal ou nacional; na conservação dos ministérios militares e, portanto, de forte presença militar em nível governamental etc. (cf. Stepan, 1988, passim).

A transição não se deu por colapso, à moda argentina, nem passou pela celebração de pactos abrangentes, como na Espanha. Porém, como salienta O'Donnell, houve um pacto, pelo menos implícito. Este pode ter abrangido a preservação de certas prerrogativas militares, mas, sem dúvida nenhuma, o item “revanchismo” foi incluído.

O caráter elitista do pacto, celebrado “pelo alto”, impôs ao regime resultante um forte componente de exclusão social, deixando praticamente intocadas as raízes das profundas desigualdades sociais que marcam nossa formação social.

Há democracia, porém persistem enormes constrangimentos. Do ponto de vista institucional os mais evidentes são as prerrogativas militares conservadas na nova Constituição.

Ao lado disso, os traços estruturais de um capitalismo dependente-associado, fortemente excludente, multiplicam a miséria, o desemprego, o subemprego, a distribuição regressiva da renda, o analfabetismo e outros, que fazem urgente a necessidade de tornar substantiva a democracia, enfrentando a questão da desigualdade social. As recentes mudanças implicadas no processo de globalização do capitalismo mundial apenas tornam esses problemas mais graves e impõem mais urgência à sua solução.

Há Estado de direito e há democracia, mas as relações sociais e a cultura política contêm fortes doses de autoritarismo.

Todos esses traços dão a esta democracia o caráter de algo por se consolidar. Este, porém, é um outro tema <sup>12</sup>.

## BIBLIOGRAFIA

- CARDOSO, Fernando Henrique. "Da caracterização dos regimes autoritários na América Latina". In: COLLIER, Davi (org.). **O novo autoritarismo na América Latina**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. p. 41-62.
- FERNANDES, Florestan. **Apontamentos sobre a "teoria do autoritarismo"**. São Paulo: Hucitec, 1979.
- KUCINSKI, Bernardo. **Abertura: a história de uma crise**. São Paulo: Ed. Brasil Debates, 1982.
- LINZ, Juan. **La quiebra de las democracias**. Madri: Alianza Editorial, 1989.
- MARTINS, Luciano. "A 'liberalização' do regime autoritário no Brasil". In: O'DONNELL, SCHMITTER, WHITEHEAD, orgs. **Transições do regime autoritário: América Latina**. São Paulo: Vértice, Ed. Revista dos Tribunais, 1988. p. 108-39.
- O'DONNELL, Guillermo. **Reflexões sobre os Estados burocrático-autoritários**. São Paulo: Vértice, Ed. Revista dos Tribunais, 1987.
- \_\_\_\_\_. "Introdução aos casos latino-americanos". In: O'DONNELL, SHCIMITTER, WHITEHEAD, orgs. **op. cit.** p. 17-36.
- O'DONNELL, Guillermo e SCHIMITTER, Philippe C. **Transições do regime autoritário: primeiras conclusões**. São Paulo: Vértice, Ed. Revista dos Tribunais, 1988.
- PARAMIO, Ludolfo. "Agonia e morte de duas ditaduras: Espanha e Brasil". In: MOISÉS, J.A. e ALBUQUERQUE, J. A. Guilhon. **Dilemas da consolidação da democracia**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989. p. 49-68.
- SERRA, José. "Três teses equivocadas relativas à ligação entre industrialização e regimes autoritários". In: COLLIER, David, org. **Op. cit.** p. 101-53.
- SKIDMORE, Thomas E. "A lenta via brasileira para a democratização: 1974-85". In: STEPAN, A. org. **Democratizando o Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. p. 27-81.
- STEPAN, Alfred C. **Os militares: da abertura à nova república**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
- \_\_\_\_\_. "As prerrogativas militares nos regimes pós-autoritários: Brasil, Argentina, Uruguai e Espanha". In: STEPAN, A. org. **Op. cit.** p. 521-62.
- STOPPINO, Mario. "Ditadura". In: BOBBIO, Norberto et alii. **Dicionário de Política**. 2. ed. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1986. p. 368-79.
- VIEIRA, Evaldo. **A república brasileira: 1964-1984**. São Paulo: Ed. Moderna, 1985.
- WEFFORT, Francisco C. **Qual democracia?** São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

## NOTAS

<sup>1</sup> A análise clássica é, como se sabe, a de Fernando H. Cardoso e Enzo Faletto, *Dependência e desenvolvimento na América Latina*.

<sup>2</sup> Os vários casos concretos combinam essas características de forma bastante diferenciada e só os BA mais desenvolvidos exibem todas elas em sua forma mais acabada.

<sup>3</sup> Barrington Moore Jr., *As origens sociais da ditadura e da democracia*.

<sup>4</sup> Recorri a minhas anotações da aula do Prof. Francisco Weffort no dia 03 set. 1992. Disciplina: "América Latina - democracia e crise". Curso de Pós-Graduação em Ciência Política da USP.

<sup>5</sup> A "ameaça" aparece como "uma aguda crise geral (ameaça, pretorianismo, forte incerteza e flutuações econômicas ao longo de uma tendência de deterioração evidente)" que conduz "as classes dominantes e numerosos setores médios à sensação (...) de que o que está em jogo não é este ou aquele aspecto do governo ou do regime, mas sim a própria sobrevivência do capitalismo" (O'Donnell, 1987, p. 15).

<sup>6</sup> Isso motivou um comentário saboroso do jurista Sobral Pinto: “Não existe democracia à brasileira; existe peru à brasileira”.

<sup>7</sup> Stepan agrupa os militares em três componentes: a) enquanto governo; b) enquanto comunidade de segurança; c) enquanto instituição (1986, p.41).

<sup>8</sup> O precedente da eleição (indireta) de um governador emedebista, em 1978, no Rio de Janeiro, não conta, pois o candidato eleito era líder de uma corrente na oposição que se caracterizava pelo adesismo. Quanto a outros precedentes históricos, cumpre lembrar que, durante o Estado Novo, Vargas nomeou pessoalmente interventores para todos os Estados.

<sup>9</sup> “Temos, assim, o famoso axioma de Dahl, ‘quanto mais os custos da supressão excedem os custos da tolerância, maior a chance de se ter um regime de competição’” [Roberto A. Dahl, *Polyarchy: participation and opposition* (New Haven: Yale University Press, 1971), p.15. In: Stepan, 1986, p.80].

<sup>10</sup> Pode se dar o caso de uma transferência de poder para políticos civis antidemocráticos, que instauem um novo regime autoritário, ou para políticos-títeres (dos quais o exemplo paradigmático é Juan Maria Bordaberry, do Uruguai), que atuam como mandatários das forças armadas.

<sup>11</sup> O termo é de Juan Linz, citado por Stepan (1986, p. 74), definido como “um sistema político em que disputam duas bases de poder executivo com diferentes pretensões à legitimidade”.

<sup>12</sup> O livro mais recente de Francisco Weffort, *Qual democracia?*, discute a questão das novas democracias. Para ele, trata-se de regimes cuja dificuldade reside nos desafios de sua consolidação.



Este texto resulta de um debate realizado com o Prof. Edson Passeti do Depto. de Política e Programa de Estudos Pós-graduados da PUC-SP, no Seminário "Nas Sombras da Política" de 31/08/95, promovido pelo Mestrado em Ciências Sociais/DCS/CCHLA/UFRN, em torno do tema proposto "Estigmas da Violência". Título da comunicação apresentada pelo referido professor: "Notas a respeito da pacificação artificial da violência".

É com muita acuidade que o Prof. Edson Passetti lança um olhar crítico sobre os efeitos do monopólio legítimo da violência pelo Estado, constatando a incapacidade deste em conter as *paixões desenfreadas* dos homens na sociedade, e levantando algumas questões lancinantes que se colocam neste fim de milênio.

Discutirei este tema proposto, dentro de uma postura de complementaridade com as suas idéias. Mais do que debater na arena do político, prefiro, a partir das suas próprias questões, incursionar por outros veios teóricos na tentativa de ampliar os questionamentos.

Prof. Passetti conclui que

*marxistas e liberais, cada um a seu modo, eram pensamentos internacionalistas que exigiam o Estado como monopólio legítimo da violência. Um e outro não prescindiram da violência monopolizada. Pensaram formas de superar uma violência humana original através de um corpo artificial; imaginaram pacificações e instituíram guerras,*

ou seja, prolongaram o estado de guerra e se vêem hoje num impasse. Ele aponta que, independentemente do pensamento político dominante, que tenha pesado na balança (e ainda pese), encontramos-nos no esgotamento de alternativas diante do “estado de guerra” que perdura. Constata, ainda, a saturação dos modelos instituídos, o esgotamento da “racionalidade de poder” face à violência que eclode em nível planetário. E assim, deixa-nos diante da angustiante questão: “o que vai ser agora?” Se tudo não passou e passa de uma “pacificação artificial da violência”!

Estamos nós presos no *labirinto* de um imaginário enganador, instituído socialmente pelos próprios homens?

Tais constatações e interrogações conduzem-nos às seguintes questões:

- se, por um lado, os pensamentos (liberais, marxistas ou outros) anunciam algo em comum a respeito da natureza humana, relativamente à sua violência no social, por outro lado, não apresentam uma apreensão equivocada do indivíduo e da sociedade, quando neles só são enfatizados os aspectos manipuláveis/controláveis/repressíveis e determinísticos no homem?

- na medida em que o Estado passa a confundir cidadão com rebanho, a considerar os sujeitos como seres infantilizados “que precisam de alguém que os dirija”, e, por isso mesmo, a tentar impor sua própria representação das coisas, dos homens e de suas relações, inclusive a representação da própria violência dos homens<sup>1</sup> sobre a qual ele pensa dever impor uma administração a partir de um arsenal de dispositivos legais, jurídicos e disciplinares, não estaria ele procurando segmentar a sociedade em “bons” e “maus”, para relacionar os últimos às camadas sócio-economicamente desprovidas que precisam ser contidas à força, pois seriam *naturalmente violentas*? Os estigmas da violência (atribuídas a certos segmentos sociais) e os medos e inseguranças que deles decorrem (sintoma social atual), a serem interiorizados por toda a sociedade, não estariam subtraindo a *capacidade imaginária radical* do homem (esta, no sentido dado por Castoriadis<sup>2</sup>)?

- como corolário de uma concepção insuficiente do homem e de seus vínculos sociais, conjugada a uma certa auto-representação onipotente e narcísica das elites, o Estado moderno não estaria numa tentativa de imposição de uma visão unívoca e de sua consequente ação política a partir

da *desqualificação* das forças sociais existentes que como *massa* deve ser dependente de um *sagrado intocável*?

O Prof. Passetti desmascara a ilusão do processo de idealização do Estado, como o único capaz de cumprir a missão de pacificação dos homens: o liberalismo, interrogando-se sobre a melhor forma de recuperar a massa e os espaços onde “a violência grageja das mais diversas maneiras”, utilizando-se de seu exército permanente e prolongando o “estado de guerra”.

Penso que, diante dessa *compulsão à repetição* (equivale dizer, “trabalho de morte”), urge a cada um de nós ir para além do desvendamento de um *processo mortífero* e relocalar a seguinte questão: de onde surge a crença de que só o Estado é capaz de conter a violência? Onde estão as raízes profundas da vontade dos homens em “celebrarem o contrato” que redunda na constituição de um soberano e na instituição da *servidão voluntária*? O *Soberano-Pai* que, em nome da “paz social” ou da “harmonização dos interesses entre homens livres”, confisca as pulsões humanas pelo “trabalho de morte”?

Atendo-nos essencialmente dentro dos quadros dos Estados de democracia (liberal ou programada), podemos arriscar, seguindo as pistas de análise de E. Enriquez<sup>3</sup>, a hipótese de que a necessidade de um poder extrínseco aos homens se funda na sua dinâmica inconsciente, no aquém e no além da vontade racional. Ou seja, no pulsional, naquilo que é incontornável e irreduzível - nas pulsões de vida e nas pulsões de morte, simultaneamente. Isto é, na ambivalência dos próprios homens que desejam a lei, mas guardam secreta ou abertamente o desejo de transgressão, desejam a harmonia ao mesmo

tempo que semeiam a discórdia, desejam a paz quando só o combate parece apaziguá-los e que se aterrorizam e se fascinam com a violência. Inúmeros fatos históricos e cotidianos revelam essa ambigüidade do homem e fornece as provas cabais para a tese de Freud, em que o vínculo social se sustenta na libido (e em todos os derivados do amor), mas também nas pulsões de morte.

Vejam como isso ocorre numa sociedade democrática: nela não seria a igualdade, em princípio, a sua primeira condição constitutiva? O outro não seria o meu semelhante? O jogo democrático, tirando-nos do jogo da alteridade (vale dizer do jogo das nossas diferenças e dos conflitos), não nos levaria ao aplainamento do desejo? Não mais desejos diferenciados, mas um só desejo constituindo-nos para a nossa realização comum? Em tal condição democrática, não seria mais necessária então uma *lei transcendental*, tampouco figuras de autoridade a respeitar, pois haveria tão somente a materialização de nossos próprios desejos tornados comum ou coletivos!

Entretanto, a realidade dos homens em conjunto mostra que a sociedade de iguais não é a harmonia de todos os sentidos e significados (esse é o sentido idealizado), mas bem uma sociedade de conflitos<sup>4</sup>, que coloca a necessidade de um “árbitro” dos conflitos, mesmo porque a similaridade parece despertar a vontade de diferenciação. As sociedades democráticas demonstram que elas têm muita agressividade para despejar, tanto para fora dela, como no seu interior: os movimentos coloniais e imperialistas, as guerras entre países, mas também guerras fratricidas internas (vide o combate no estádio de futebol em São Paulo recentemente ou o combate entre gangues), chacinas,

linchamentos, infanticídio, parricídio,... e outras intermináveis formas de manifestação das pulsões agressivas e destrutivas. Embora seja esta a textura da realidade cotidiana, a sociedade democrática não a pode reconhecer como a sua base de existência. Para que o consenso apareça, a discórdia e os conflitos devem ser confinados: a violência deve então ser delegada a uma *central única* - o Estado - o qual deverá, como representante da potência dos homens, colocar ordem nas *paixões desenfreadas* dos homens na sociedade. O Estado vai tomar para si (monopolizar) o *trabalho de morte* da sociedade civil. É aqui que eu digo que não há exercício de poder sem consentimento e adesão: as ditas massas, imbuídas de suas paixões incontroláveis<sup>5</sup> *delegam* ao Estado o poder de contê-las, assim legitimando o seu monopólio de violência.

É assim que o *princípio do tabu* da violência passa a reger a vida social dos homens, em detrimento do *princípio de Dioniso*<sup>6</sup>, o qual poderia possibilitar a cada homem, no individual e no coletivo, alcançar a sua plenitude.

Mas mesmo não assumido pelos homens, ele se insinua como um *espectro*<sup>7</sup>, levando os homens a transgredirem as leis e as morais que eles próprios criaram e, assim, levando-os a agir nas *sombras das pólis* que lhes negam a entrada. Dioniso configura o trágico social dos homens (onde dor e alegria, agonia e êxtase se mesclam) na *banalidade da vida cotidiana* (fora da verdade do poder instituído), justamente onde todas as contradições se manifestam e as paixões eclodem, para a perplexidade daqueles que querem manter as rédeas curtas sobre as massas, no centro da política.

A alusão que fazemos aos princípios de tabu e de Dioniso para interpretarmos o comportamento dos homens na sociedade é

oportuna para se entender as contradições presentes nas relações sociais. No que nos diz respeito, queremos aqui compreender por que os homens, que tanto aspiram à autonomia, acabam por depositar nas mãos do Outro (figura/entidade abstrata ou concreta e/ou instituição) o poder de decisão de suas vidas, ao mesmo tempo em que procuram se desvencilhar dos constrangimentos sociais.

Podemos arriscar uma interpretação do complexo desejo de “contrato social”: o indivíduo, sabendo-se *reservatório de paixões desenfreadas*, reconhece-as no outro que passa a se constituir para ele uma potencial e latente ameaça que pode eclodir a qualquer momento. Ao mesmo tempo que o indivíduo *delega* ao Estado o poder de acalmar a todos - pela lei e pela razão - ele guarda a sua reivindicação pessoal de transgredir a interdição, ditada pelos seus desejos. Assim, de ter direito ao gozo egoísta. Só existe o gozo pela transgressão, diz Enriquez na esteira de Lacan. Agora, então, podemos entender por que as leis abrem um campo para a transgressão. Agora podemos entender a “incapacidade do Estado em conter a violência” e a inevitabilidade desse Estado ou de um algo substitutivo da *função paterna* que se quer colocar como o “único vínculo e indispensável para apaziguamento da angústia advinda de uma sociedade excessivamente pulsional” (Enriquez). Quanto mais leis, mais transgressões, tanto mais transgressões, mais leis. Assim, não há porque estranhar que

*“nas sociedades democráticas, à medida que seu desenvolvimento aumenta, a violência substitui o consenso, proliferam os delitos criminais e sexuais, a calúnia e a difamação tornam-se uma das regras*

*da vida pública e econômica, aumentam a insegurança e a desconfiança diante de tudo, e surgem milícias privadas, as 'associações de legítima defesa' " 8.*

Isso nos encaminha para ver também a sociedade e o indivíduo e a relação destes com o Estado, dentro de uma dinâmica mais complexa:

- por um lado, acuada pelo medo, pela incerteza, pela desorganização, pela desordem, pela idéia do caos iminente, a sociedade civil parece se paralisar deixando as soluções nas mãos do Estado, mesmo que descrente dos seus governantes que não refletem integralmente (às vezes, em nada) suas demandas e necessidades<sup>9</sup> e trancafiando-se nas suas casas para “participar” do turbilhão da vida social através das imagens que entram pelos canais de comunicação midiáticos;

- por outro lado, os indivíduos apresentam uma outra faceta intrigante, que contrapõe a essa imagem e a essa atitude amorfa/passiva/resignada, que entrega o seu destino nas mãos do Outro<sup>10</sup>, uma outra, pela qual passam a atuar (por bem e/ou por mal) no conjunto das forças sociais de tal forma a contribuir substancialmente para imprimir uma nova configuração social.

A visão do paradoxo societal ensinanos olhar o povo ou as “massas” tanto na aceitação das regras do jogo político, quanto no *jogo* com as mesmas regras. É o *jogo duplo* a que se refere Maffesoli: *aceitação e resistência*.

Essa ambivalente faceta da sociedade - passiva e atuante - embaralha as cartas daqueles que se dizem seus representantes políticos porque, no imaginário destes, haveria uma composição entre uma representação equivocada de que o povo é

apenas uma massa impotente e uma percepção de que o social se move sempre para fora do seu raio de ação. É como se os sujeitos estivessem construindo as suas próprias leis, os seus próprios códigos e suas próprias formas de vida e de organização a despeito do poder político-institucional. Ou seja, os sujeitos construindo o seu existir e agir *nas sombras da política*.

A verdadeira tragédia, aquela que diz respeito à vida humana, não teria, portanto, uma única localização: *ela está disseminada em todos os lugares no social*<sup>11</sup>. No descentramento do poder e na saturação da razão, haveria também uma *potência subterrânea* animada pelas paixões, tal como referida por M. Maffesoli<sup>12</sup>, que leva os sujeitos, nos *subterrâneos* ou nas *sombras*, a forjarem um nova tessitura social. A luta pelo poder - **de dispor de sua vida própria** (pela liberdade e pela felicidade) - leva:

- uns, a quererem se apropriar dos “meios de produção” e/ou dos “aparelhos ideológicos de Estado” e,

- outros, a construirem, na dificuldade ou impossibilidade da apropriação desses meios, estratégias diferenciadas onde *tudo vale, para além do bem e do mal*.

Ora, a sociedade “pós-moderna” parece indicar a possibilidade de ampliar a capacidade imaginária na medida em que os indivíduos se acham conectados por sistemas de relações complexas. Ao se libertar dos seus elos tradicionais (família, classe, Estado,...), o indivíduo tem a possibilidade de se inserir num complexo de redes mutantes<sup>13</sup> que possuem não só referências locais mas mundiais, pois facilitadas pela *sociedade de comunicação generalizada*<sup>14</sup>. Nesses tempos de globalização da economia e dos bens, também os indivíduos se

globalizam, ao mesmo tempo que resguardam seus pertencimentos locais ou tribais. Nesse sentido, a *sociedade mais transparente* favorece a “dissolução de pontos de vista centrais” e a proliferação de “diferentes visões de mundo - culturas e subculturas de todo o gênero” (Vattimo) que se manifestam nos *buracos negros* do espaço e tempo ditados pela central do poder, nas *fissuras* ou nas *brechas do labirinto* que as *elites* produziram com a ajuda de todos os homens *comuns*. Já não dizia Weber que o “politeísmo de valores induz a uma efervescência, a um dinamismo renovado em todos os domínios da vida social”<sup>15</sup>?

Não raras vezes menosprezada e estigmatizada pelos ocupantes do poder, a vitalidade que existe no social exprime uma vontade dos homens de terem o domínio do seu próprio destino, de expressarem a sua subjetividade que o liberalismo dominante na contemporaneidade vem abafar, como se ela fosse uma faceta a ser eliminada, em nome da razão instrumental. Vontade que denominada por Maffesoli<sup>16</sup> de *querer viver societal* e que se manifesta diversamente

*nas formas de efervescência que são as revoltas, as festas, os levantes e outros momentos quentes das histórias humanas, ela se hiperconcentra no segredo das seitas e das vanguardas, sejam elas quais forem, e se hiperconcentra nas comunidades, nas redes, nas tribos, em suma, nos fatos menores da vida cotidiana, que são vividos por eles mesmos e não em função de uma finalidade qualquer.*

Essa potência ou energia social, nós a vemos extravazando-se sob todas as formas: tanto sob formas de violências degradantes (homicídios, estupros, vandalismos,

terrorismos,...), como sob formas sensuais nas festas ou formas sublimadas nas expressões culturais e artísticas que tampouco excluem a violência.

Parece-nos, portanto, urgente redimensionar a violência, repondo-a nos seus devidos lugares e na sua devida natureza, antes de embarcarmos em definições estanques e unívocas ofertadas por imagens estilizadas da violência que redundam em representações não só reduzidas, mas deformadas do homem e da sociedade. A inscrição de um novo olhar sobre o social e sua inexorável violência remete-nos a ampliações de conceitos e a reconceituações relacionados à violência de modo que a transgressão, por exemplo, não seria mais interpretada, pura e simplesmente, como perversão, relacionada à delinquência e a uma patologia individual e/ou grupal, mas também como uma tentativa de “reinscrição de um simbolismo que busca expressão”<sup>17</sup>. Evidentemente, isso vem abrir mais ainda o campo de interrogações e remete ao questionamento da própria definição da paz que tanto se almeja: de que paz estamos falando? Mais uma vez citarei Maffesoli<sup>18</sup> para lembrar que “um país onde a paz é o resultado da inércia das pessoas merece mais o nome de solidão que de cidade”. Paz, nesse sentido, pode vir a ser um direcionamento mortífero!

Para concluir, quero registrar só mais uma questão: se há “saturação política”, nos limites do político-institucional, não haveríamos de deslocar o debate (não estou falando apenas deste, mas o debate social e o debate científico) para lá onde o político se faz, desfazendo-se das antigas imagens e das antigas formas de relações e reconstruindo-se - caoticamente -, no furor

das paixões e nos descaminhos das contradições humanas? Colocar o debate lá onde, nos acertos e nos desacertos, esboça-se a tentativa de buscar algo que talvez pudéssemos chamar de uma nova *estética de vida*, onde a violência não esteja mais apenas determinada pelo princípio do tabu (e confiscada pelo Estado), mas também pelo princípio de Dioniso (como nas sociedades antigas e tradicionais onde havia o sentido de renovação da vida dos homens)?

## BIBLIOGRAFIA

- CASTORIADIS, C. **A Instituição Imaginária da Sociedade** (1975), S. Paulo: Paz e Terra, 1982.
- ENRIQUEZ, E. **Da Horda ao Estado - Psicanálise do Vínculo Social** (1983). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1991.
- FREUD, S. **Além do Princípio do Prazer** (1920). Obras Completas, Imago Editora, vol. XVIII, 1969.
- NIETZSCHE, F. **A origem da tragédia** (1892). Lisboa: Guimarães Editores, 1988.
- RAMOS COELHO, J. **Os Princípios de Dioniso e de Tabu - Um modelo teórico para a Sociologia Clínica**. Natal/UFRN, Notas de Trabalho, Base de Pesquisa Sociologia Clínica/MCS/DCS/CCHLA, 1995.
- MAFFESOLI, M. **O declínio das sociedades de massa**. Rio: Forense-Universitária, 1987.
- \_\_\_\_\_. **Dinâmica da Violência**, S. Paulo: Edições Vértice, 1987.
- VATTIMO, G. **A sociedade transparente**. Lisboa: Edições 70, 1991.

## NOTAS

<sup>1</sup> Diga-se de passagem, bastante auxiliado pelo trabalho midiático: a sua contribuição no sentido de reproduzir/reforçar uma certa representação social da violência que o Estado tenta impor, instituindo no social inclusive a idéia de que a solução só pode ser dada no plano político-institucional. A mídia contribui, sobremaneira, na consolidação social de imagens estigmatizantes da violência, como, por exemplo, a relação entre criminalidade/perversão/delinquência e a pobreza/miséria/exclusão, mesmo quando fatos sociais reiterados mostram que a violência não é apanágio das camadas economicamente inferiores.

<sup>2</sup> Castoriadis (A instituição imaginária da sociedade) lembra bem que os dispositivos legais, jurídicos e disciplinares tendem a subtrair a capacidade *imaginária radical* do homem. Levam os homens a viverem na ilusão de sua fraqueza, de sua culpa permanente e leva à redução da significação da violência ao funcional/racional. Quero chamar a atenção para a dimensão do simbolismo institucional que tenta determinar o conteúdo da vida social. Dissemos "tenta" pois *a sociedade constitui seu simbolismo, embora não o faça dentro de uma liberdade total, pois o simbolismo se apega ao natural, ao histórico (ao que já estava lá) e participa do racional. Tudo isso faz com que encadeamentos de significantes, relações entre significantes e significados, conexões e conseqüências emergjam, sem que estivessem visados e previstos... O simbolismo determina aspectos da vida social (e não somente aquilo que estava suposto determinar) ao mesmo tempo que ele é cheio de interstícios e de graus de liberdade.* (p.175, ed. francesa). Aqui eu já esboço a minha tentativa de mostrar que a sociedade dos homens não se encontra sob o jugo completo do poder político-institucional, como pretendem os marxistas ou os liberais.

<sup>3</sup> Da Horda ao Estado - Psicanálise do vínculo social. Rio: Jorge Zahar Editor, 1990.

<sup>4</sup> Vale a pena reeditar aqui o que diz M. Gauchet: *É se opondo frontalmente que os homens reconhecem-se a si próprios. É no que os divide que eles encontram o segredo de sua identidade. A mesma lógica, segundo outras vias, determinará amanhã a conduta deles. A igualdade, criação permanentemente continuada, não significa: todos iguais, conseqüentemente de acordo; mas todos cada vez mais semelhantes, cada vez mais próximos, numa profunda discórdia.* In Tocqueville, *l’Amérique et Nous*, Libre, n.7, 1980 (citação De Enriquez, em *Da Horda...*, p. 250)

<sup>5</sup> Hegel, antes de Marx, já dizia que a sociedade civil é o teatro das mais virulentas paixões.

<sup>6</sup> Dioniso é o significante polissêmico da completude, da fecundidade e da superabundância da vida libidinal. É uma figura arquetipal, podemos assim dizer, para sermos mais rápidos. Representou nas sociedades antigas (e continuou representando, em todos os tempos até os dias hoje) o **deus pelo qual o caos irrompe na ordem social, revoluciona e transgride os tabus e as estruturas enfraquecidas e depauperadas, reatualizando as energias presentes no caos primordial e rejuvenescendo a vida social que, recarregada pela festa, pode retomar o seu curso normal.** É também o elemento da metamorfose, o que implica numa busca de uma nova identidade. Por ser um deus cuja polissemia é inesgotável, ele aglutina um complexo de várias pulsões e desejos humanos. É também o deus da transgressão que possibilita a satisfação das agressões contidas e reprimidas pelos tabus, pelos interditos sociais. Quanto a estes, eles existem não tanto para proibir, mas para permitir que o mundo possa seguir o seu curso normal. Mas, para que o tabu não se constitua só em poder de coação, é preciso dosá-lo com o princípio de Dioniso para poder perpetuar o seu poder de mediador da ordem social. Esta, assim como a ordem cósmica, precisa ser periodicamente rejuvenescida. Da mesma forma que o excesso dionísio pode se converter no caos e na desagregação, o princípio do tabu, mantenedor

da ordem social, caso mantenha-se permanentemente, conduz à ruína e à destruição. A alternância dialética e a substituição periódica de um pelo outro neutraliza as mazelas e intensifica as virtudes de cada um. (in *Notas de Trabalho*, J. Ramos Coelho, Base de Sociologia Clínica-DCS/CCHLA/UFRN, 1995).

<sup>7</sup> Dioniso foi banido não só do Olimpo, como da terra dos mortais. Melhor dizendo, das consciências manifestas dos homens, entretanto permanece latente no inconsciente: quer seja a *libido* em Freud, os *arquétipos* em Jung, *Maná* em Caillois, *Potência* em Maffesoli...

<sup>8</sup> E. Enriquez, *Da Horda...*, p. 256

<sup>9</sup> A sociedade pede ao Estado soluções, ao mesmo tempo em que desacredita seus governantes. Ela exige intervenções diante do reconhecimento de sua impotência, enquanto indivíduo isolado ou enquanto massa. Ela sanciona os atos violentos do Estado porque invadida pelo medo e insegurança sente-se impotente. É como se a ação se reduzisse ao político-institucional (*mais ação da polícia para conter a violência, mais ação para disciplinar os “menores infratores”, mais ação para retirar os miseráveis que enfeiam as cidades...*). Disso decorre a outra visão corrente de que o povo, ao se transformar em massa, estaria “regredido” (*infantilizado*), só podendo assim ocupar o lugar de “figurantes” no cenário social e político. Prof. Passetti lembra que os empresários, burocratas, sindicalistas buscam ser os *protagonistas principais que ocupam o centro na representação da tragédia contemporânea... o povo se transformou em massa.* Que eles pretendam ser os protagonistas principais, reduzindo o resto em *rebanhos* ou em *massas amorfas*, sabemos que faz parte de um jogo social na luta por “lugares”.

<sup>10</sup> Outro a quem a sociedade civil atribui força e poder, pois ela de certa forma lhe *delegou*. Note que estamos falando que há uma delegação/procuração de suas forças a representantes de poder instituído político-institucionalmente. Detalhe aparentemente banal, mas que é de suma importância, pois a nossa visão é de que o

aglutinado das pessoas (“massas”), que não estão no ativo político-institucional, não se reduzem a *seres infantilizados*, destituídos de “energia/libido/força original” (Jung, Freud, Caillois) cuja *essência* (Nietzsche) só seria apanágio de alguns seres privilegiados (ou iluminados). Nos desdobramentos posteriores, tentaremos mostrar que essas energias por momentos “delegadas” são resgatadas pela sociedade civil.

<sup>11</sup> Estou apenas parafraseando Foucault quando ele diz: *le pouvoir est partout*.

<sup>12</sup> O tempo das tribos - O declínio das sociedades de massa, Forense-universitária, Rio: 1987.

<sup>13</sup> Daí, a idéia do caos, idéia que provoca a angústia de morte...

<sup>14</sup> Gianni Vattimo. **A sociedade transparente**. Lisboa: Edições 70, 1991. Se anteriormente, enfatizamos o papel homogeneizador da mídia, no seu apoio aos governantes, precisamos concordar com Vattimo que a despeito dos esforços dos monopólios e grandes centrais capitalistas, a mídia também se tornou “elemento de uma explosão e multiplicação generalizada de visões de mundo”.

<sup>15</sup> M. Weber, in *Economia e Sociedade*.

<sup>16</sup> M. Maffesoli, *op.cit.*, p. 46.

<sup>17</sup> M. Maffesoli, *Dinâmica da Violência*, S.Paulo: Edições Vértice, 1987.

<sup>18</sup> *Op. cit.*, p. 16.

*Se eu não fosse, provavelmente não me teria  
ajudado. O Rosado se tornou Rosado no  
sete perguntando sobre o problema da  
água!*

A atuação política institucional dos  
Rosados em Mossoró foi iniciada por  
Jerônimo Rosado, o pai lúcido da família,  
que se tornou membro da Intendência de  
Mossoró no período de 1908, fazendo parte  
da elite localmente conhecida  
dos Veredados.

Presidiu a Intendência de 1917 a 1921.  
Suas realizações administrativas  
foram de incrével a imaginação, procurando  
construir referenciais míticos,  
momento reforçados por seus  
discursos dilematizantes. Foi  
a liderança surgida a partir da década de  
1910 e sua elaboração com frequência  
deve ser lida por um "segmento social muito  
restrito", atuando-se no mais das vezes com  
relação à saga das oligarquias em crise,  
ou seja, "a situação política da hora".<sup>4</sup>

De posse do período da administração  
de Jerônimo Rosado:

*... não há dúvida de que a execução da  
política foi baseada de maneira  
extremamente  
organizada de orientes da área de  
Mossoró, mas das mais calamitosas de  
qualquer natureza e efeito exdesvastes,  
causada não pelo flagelo de 1918.*

Segundo CASCUDO, Jerônimo  
Rosado "luta da situação de equívocos e de  
barrações inumeráveis com quaisquer acmeos  
verdadeiros". Ademais,

*A moção política do projeto de estado  
e a política de Mossoró, sob o*

*Capital Federal, com  
Santos, reafirmando o  
compromisso com a  
segurança.*

Recorreram a todos os meios  
de multiplicar o poder  
jamais houve a intenção  
além do mais, de ser mais  
do que eficiente de abor  
fugiu a palavra. Primeiro  
no regime autoritário  
por muitos anos, e assim  
mostrando a sua  
sua situação política



## A oligarquia Rosado no "país de Mossoró"

Francisco Fagundes de Paiva Neto\*

*... durante a sua  
política, os indivíduos  
de Mossoró, que  
deveriam ganhar com a  
que condenavam e a  
água do rio que havia  
atrasado a agricultura e  
cidade e a vida na  
fazenda. Agora, com a  
na situação da área de  
Mossoró, há a qual  
geral, pois a maioria  
heterogênea, transver  
Mossoró. Se a  
FEDERAR um  
depois de um  
da manifestação, a  
população e a  
E só não uma  
de todos os legados  
qualidade de estado,  
incerteza e a  
propriedades a  
situação de que*



\* Mestrando em Ciências Sociais/UFRN. Bolsista CAPES.

... e a sua importância para a história da cultura brasileira. O autor aborda a influência da literatura estrangeira e a formação da identidade nacional. A obra é considerada um dos mais importantes estudos sobre o tema.

... e a sua importância para a história da cultura brasileira. O autor aborda a influência da literatura estrangeira e a formação da identidade nacional. A obra é considerada um dos mais importantes estudos sobre o tema.

## A oligarquia Rosário no "país de Messora"

... e a sua importância para a história da cultura brasileira. O autor aborda a influência da literatura estrangeira e a formação da identidade nacional. A obra é considerada um dos mais importantes estudos sobre o tema.

... e a sua importância para a história da cultura brasileira. O autor aborda a influência da literatura estrangeira e a formação da identidade nacional. A obra é considerada um dos mais importantes estudos sobre o tema.

... e a sua importância para a história da cultura brasileira. O autor aborda a influência da literatura estrangeira e a formação da identidade nacional. A obra é considerada um dos mais importantes estudos sobre o tema.

... e a sua importância para a história da cultura brasileira. O autor aborda a influência da literatura estrangeira e a formação da identidade nacional. A obra é considerada um dos mais importantes estudos sobre o tema.

... e a sua importância para a história da cultura brasileira. O autor aborda a influência da literatura estrangeira e a formação da identidade nacional. A obra é considerada um dos mais importantes estudos sobre o tema.

... e a sua importância para a história da cultura brasileira. O autor aborda a influência da literatura estrangeira e a formação da identidade nacional. A obra é considerada um dos mais importantes estudos sobre o tema.

... e a sua importância para a história da cultura brasileira. O autor aborda a influência da literatura estrangeira e a formação da identidade nacional. A obra é considerada um dos mais importantes estudos sobre o tema.

## Francisco Fagundes de Paiva Neto

... e a sua importância para a história da cultura brasileira. O autor aborda a influência da literatura estrangeira e a formação da identidade nacional. A obra é considerada um dos mais importantes estudos sobre o tema.

... e a sua importância para a história da cultura brasileira. O autor aborda a influência da literatura estrangeira e a formação da identidade nacional. A obra é considerada um dos mais importantes estudos sobre o tema.

... e a sua importância para a história da cultura brasileira. O autor aborda a influência da literatura estrangeira e a formação da identidade nacional. A obra é considerada um dos mais importantes estudos sobre o tema.

... e a sua importância para a história da cultura brasileira. O autor aborda a influência da literatura estrangeira e a formação da identidade nacional. A obra é considerada um dos mais importantes estudos sobre o tema.

... e a sua importância para a história da cultura brasileira. O autor aborda a influência da literatura estrangeira e a formação da identidade nacional. A obra é considerada um dos mais importantes estudos sobre o tema.

... e a sua importância para a história da cultura brasileira. O autor aborda a influência da literatura estrangeira e a formação da identidade nacional. A obra é considerada um dos mais importantes estudos sobre o tema.

*Se eu não fizer, um filho meu um dia fará.*

*(Resposta de Jerônimo Rosado ao ser perguntado sobre o problema da água)*

A atuação política institucional dos Rosados, em Mossoró, foi iniciada por Jerônimo Rosado, o patriarca da família. Tornou-se membro da Intendência de Mossoró no período de 1908, fazendo parte da instituição atualmente conhecida por Câmara dos Vereadores.<sup>1</sup>

Presidiu à Intendência de 1917 a 1919.<sup>2</sup> Suas realizações administrativas serviram de terreno à memória dominante que construiu referenciais míticos, posteriormente reforçados por um grupo de historiadores diletantes.<sup>3</sup> Sabe-se que a historiografia surgida a partir da década de 30 teve sua elaboração com frequência desenvolvida por um “segmento social muito restrito, servindo-se no mais das vezes para recompor a saga das oligarquias em crise, ou justificar a ação política da hora”.<sup>4</sup>

Durante o período da administração de Jerônimo Rosado:

*Suas decisões no órgão executivo do município tiveram de enfrentar as conseqüências extremamente rigorosas decorrentes da seca de 1915, uma das mais calamitosas de todo o nordeste e sofrer os desastres provocados pelo flagelo de 1919.*<sup>5</sup>

Segundo CASCUDO, Jerônimo Rosado “sabia da situação de açudes e de barragens submersos como qualquer técnico verdadeiro”.<sup>6</sup> Ademais,

*A maçonaria foi pretexto de estudos e auxílios. Dirigiu-se, várias vezes por telegrama, ao Grão-Mestre, na*

*Capital Federal, senador Lauro Sodré, solicitando-lhe apoio nas campanhas pela água estrada de ferro.*<sup>7</sup>

Recorramos a mais um depoimento:

*A máxima preocupação do farmacêutico Jerônimo Rosado era, além do mais, dotar Mossoró de um sistema eficiente de abastecimento d’água potável. Primeiro, forma as barragens submersíveis, combatida por muitos que as subestimavam por motivos vários e insubsistentes. Surgiram, umas após outras, a ‘BARROCA’, ‘SACO’, ‘PASSAGEM DO RIO’, e demais, e por fim a ‘PEDRINHAS’, já na confluência das marés, no porto de Santo Antônio. Em todo esse trabalho estafante, o Sr. Rosado, como era tratado na intimidade, mantinha assistência pessoal, com perinácia, afinco e bom humor. Fez assim, com objetividade gritante, calar aqueles que condenavam o esbarro das águas do rio que banha a cidade e arredores abastecendo a população citadina e rural, a indústria e a lavoura. Agora, com as sêcas que nos fustigam, há três anos seguidos, testemunhamos o quanto de bem geral proporcionam as inúmeras barragens transversais ao rio Mossoró. Só a barragem PEDRINHAS está alimentando de água potável quase todas as salinas do município, assim como a população e gados de toda a ribeira. E só não temos bastante produção de todos os legumos e hortaliças, nas quadras de estiagem, por que a incuria e a preguiça da maioria dos proprietários adjacentes, anula os esforços dos que batalham pelo bem comum.*

*A barragem TABOLEIRO GRANDE foi a suprema aspiração do Sr. Rosado. O abastecimento d'água á cidade, entendia ele, só poderia ter por fonte um grande reservatório. E o rio Upanema, com os seus terrenos livres de calcáreos e sulfatos, seria o ideal. Lançou-se á luta. Mobilizou recursos técnicos disponíveis, fez acordar energias adormecidas, pôs em movimento temas e estatísticas, plantas e conclusões.*

*Se fôra aprovado o estudo do TABOLEIRO GRANDE, e seguidamente construído, teríamos vinte anos menos, resolvido o angustiante problema do abastecimento d'água potável a Mossoró. Porque, realmente, o grande reservatorio estaria ha 12 quilometros dáqui e a elevação do precioso liquido transportado, seria no ALTO DA FORQUILHA, bem perto da cidade, e daí em declive natural, até o centro da nossa urbe. Infelizmente, os técnicos não aprovaram totalmente os estudos realizados, do arrojado projeto em equação. A area de evaporação era desproporcional e as indenizações muito elevadas ...<sup>8</sup>.*

Não se deve conceber, entretanto, o urbanismo, o combate às secas e o funcionamento da estrada de ferro como produtos da vontade ilhada de um sujeito realizador da história. Sabe-se que, no período da gestão Jerônimo Rosado, Mossoró representava o maior comércio importador da região, possuindo igual destaque na exportação.<sup>9</sup>

Percebemos tais realizações como fator fundamental para a semeadura de um “processo civilizatório”. Esperamos explicar melhor essa questão ao longo do corpo do texto.

Passados trinta e nove anos do início da “Saga dos Rosado”, Dix-Sept se elegeu, a 21 de março de 1947, prefeito da cidade de Mossoró, assumindo o cargo em 1948.

A política de Dix-Sept Rosado em busca da água foi iniciada a 21 de junho de 1948, quando ainda era prefeito de Mossoró, através de uma carta dirigida ao Presidente Eurico Dutra. O documento expressa a deficiência dos recursos financeiros municipais para resolver o problema do abastecimento d'água<sup>10</sup>, num período em que a população da cidade era de mais de 20.000 habitantes.

O documento, visando a resolução dos problemas de abastecimento, trazia duas sugestões possíveis:

- a) apoio a uma emenda apresentada pelo representante do RN na Câmara Federal ao orçamento de 1949 consignando a verba de Cr\$ 4.000.000,00 para os serviços de abastecimento d'água em Mostro;
- b) prestigiando a operação a ser feita pela prefeitura de Mossoró em forma de empréstimo com o Banco do Brasil ou de outras autarquias a juízo de V.Exci.<sup>a</sup><sup>11</sup>

Visando a atingir o seu objetivo referente ao abastecimento d'água junto às instancias superiores, o prefeito de Mossoró convocou o Cardeal Jaime Câmara, antigo bispo de Mossoró, para fortalecer o tom reivindicatório.<sup>12</sup>

Vejamos, a partir da memorialística, algumas das realizações do eleito:

*(...) levou à administração pública o ordenamento e agilização de sua comprovada experiência executiva. Tomou pé nos dispositivos orçamentários realizados ao vermelho para usar o jargão tecnocrata dos dias atuais. Realizou uma limpeza nos*

*quadros funcionais excedentes e começou o trabalho exaustivo de recuperação moral e funcional da Edilidade. Mudou o perfil da cidade, desgastada no aspecto urbanístico, restaurando o visual das praças e logradouros, imprimindo uma dinâmica administrativa convincente. O setor cultural ficou a cargo de Vingt-Un Rosado, seu irmão e colaborador incansável renitente, que fundou a Biblioteca Pública, o Museu Municipal, gerando o núcleo embrionário da sementeira fecunda de multiplicidades culturais que se continuando no ideário da Fundação Guimarães Duque e Coleção Mossoroense, hoje inundam o universo publicitário regional, exportando para o país os excedentes da seleção mental disciplinada. Equacionou o desafio da luz elétrica, adquirindo geradores novos, afugentando a penumbra que sufocava as aspirações de cidade progressista. E todo aquele esforço recuperador, sob a incredulidade reticente dos adversários políticos, sem acreditarem nos milagres, conhecendo-se as restrições orçamentárias municipais, sem a menor ajuda estadual ou federal...*<sup>13</sup>

Após a eleição para o governo do Estado do Rio Grande do Norte, precisamente no ano de 1951, a falta de chuvas motivou Dix-Sept a realizar contatos com as áreas federais. Os assuntos da água faziam parte das negociações que iriam ser realizadas pelo governador no Rio de Janeiro, caso não tivesse falecido.

No ano de 1951, a prefeitura de Mossoró estava sob os auspícios de Dix-Huit Rosado, quando o governador do Estado do Rio Grande do Norte e seu irmão Dix-Sept Rosado faleceu.

Posteriormente, ainda na década de 50, Vingt Rosado realizou a construção de

um canal ligando o rio Mossoró ao açude do Saco, inaugurando o abastecimento d'água na cidade de Mossoró.

Num depoimento a Carlos Lira no programa "Memória Viva" da televisão universitária, no ano de 1986, Dix-Huit Rosado fez os seguintes comentários sobre a necessidade d'água em Mossoró:

*E o poço? Essa cidade era uma cidade que não se desalterava, que não se desidratava, que não matava a sua sede nunca, porque bebia as águas poluídas e calcarizadas. Com os instrumentos de trabalho que o Presidente me concedeu, mirei-me nas velhas lições de Luciano Jacques de Moraes, de Roderic Crandal e, de Arrojado Lisboa, de Felipe Guerra, pai de Oto Guerra, que era, indiscutivelmente, uma espécie de oráculo da seca. E me mirando nesses exemplos; e pegando o perfil do poço pioneiro de gangorra, entendi de conseguir para Mossoró a água mineral, termal, que hoje desaltera a comunidade mossoroense. Bebemos água mineral, tomamos banho em água mineral, os nossos cavalos se espojam em água mineral e ela corre inundando as ruas, criando problemas como no caso das águas que vêm das termas de Mossoró, e que inundam as minhas ruas, e eu ainda sem possibilidades de drená-las para utilizá-las. Essa água foi um marco do grande trípico que deu a velocidade inicial à potência que é Mossoró.*<sup>14</sup>

Assim, a memória reflete um conjunto de imagens gloriosas do passado político da oligarquia. Tal exercício comporta em si a criação de mitos, que ao serem difundidos na sociedade, vão fundando gradativamente

uma memória coletiva. Nessa perspectiva, Pollack verificou que “na tradição durkheimiana, a ênfase é dada à força quase institucional dessa memória coletiva, à duração, à continuidade e à estabilidade”.<sup>15</sup>

Durante a presidência do Instituto Nacional de Desenvolvimento da Agricultura, no período do governo Costa e Silva, Dix-Huit Rosado perfurou e mecanizou duas centenas de poços tubulares na área do Polígono das Secas.<sup>16</sup>

Por sua vez, Vingt-Un Rosado tem sido o responsável pela edição de trabalhos na Coleção Mossoroense. Com relação às iniciativas em torno da água para a região de Mossoró/Nordeste, temos os seguintes dados sobre Vingt-Un: escreveu, selecionou e organizou vinte e dois volumes com mais de trezentas páginas dos “Livros das Secas”.

Vale salientar que as realizações do setor cultural levadas a cabo por Vint-Un Rosado, em especial da Coleção Mossoroense, são extremamente significativas, se se quiser realizar uma discussão acerca do interesse da produção do conhecimento. Na Coleção Mossoroense, o estudioso FELIPE identificou três linhas editoriais de expressão: a temática da “problemática das secas” no Nordeste, que conta com 800 títulos; a história do RN e a subtemática da história de Mossoró (300 títulos), especialmente aquela ligada a dois fatos históricos da cidade: a resistência mossoroense ao bando de lampião e a abolição dos escravos; e, enfim, a história da família Rosado com mais de 30 títulos publicados expressando a idéia de sua importância no progresso e desenvolvimento de Mossoró e da região oeste do Rio Grande do Norte. Essa parcela da produção historiográfica da Coleção, centrada no

binômio Mossoró-família Rosado, gira dessa forma, em torno, sobretudo, de estudos genealógicos e biografias de vultos da elite local, além da história municipal. É interessante perceber que uma documentação constituída atualmente por cerca de 912 títulos, sobre a questão da seca no Nordeste do Brasil, pode nos dar subsídios para estudos da importância do precioso líquido, a água, na estruturação do poder do grupo oligárquico Rosado.

A seca é um fenômeno climático noticiado desde o início da colonização do atual território brasileiro, mas resignificado no final do século XIX (cujo marco é a seca de 1877), a partir de um discurso que a transformou num argumento central para reivindicar recursos ao Estado e à “nação” pelas elites nordestinas. Estas procuravam reconquistar o seu espaço político no plano nacional, para continuar a dispor das condições necessárias para perpetuar a sua exploração e dominação na região Nordeste do país<sup>17</sup>.

Ora, se por um lado as condições naturais auxiliaram a elaboração de um discurso popular sobre as secas, que comumente considerava o fenômeno climático como uma possibilidade de ameaça às suas vidas ou um castigo de Deus, por outro, ocorreu a elaboração de um discurso de técnicos, que, ao ser cruzado com o primeiro, dentre outros, terminou se configurando como um meio de persuasão política, a partir do impacto realizado sobre a opinião pública. Diante disso, as campanhas de abastecimento d’água, a construção de açudes e de uma escola de agronomia no semi-árido nordestino, os canais de ligação de um rio para um açude e, enfim, os estudos técnicos possibilitaram a fabricação de uma auto-imagem dos Rosado,

que é reforçada pela produção de memorialistas e de historiadores diletantes ou oficiais. Por essa razão, pode-se afirmar que a apreensão dessas iniciativas no esfera do social possui uma forte tendência ao surgimento de sérias interpretações nas quais as ações político-administrativas ganham um aspecto heróico, triunfalista, ufanista, onde a memória remete para horizontes mitológicos como o da “idade do ouro”. Assim, a possibilidade de criação de mitos, a partir da memória, se faz presente a exemplo do herói-civilizador acerca de Jerônimo Rosado<sup>18</sup>. Pela exposição até aqui desenvolvida, é possível afirmar a presença de elementos ideológicos, na Coleção Mossoroense, enquanto “meios em que os significados servem para reforçar relações de dominação”.<sup>19</sup>

Nesse sentido, não é demais dizer, diante da permanência dos Rosado há 47 anos na prefeitura de Mossoró (além de elegerem ao longo desses anos: Vingt Rosado sete vezes deputado federal; Laíre Rosado duas vezes deputado federal e uma vez estadual; Dix-Huit Rosado deputado estadual, federal, senador e três vezes prefeito de Mossoró; Frederico Rosado já no segundo mandato de deputado estadual; Sandra Rosado, atualmente vice-prefeita de Mossoró e Carlos Augusto quatro vezes deputado estadual, sem considerar as cooptações/adesões à política da oligarquia), que o desenvolvimento econômico da cidade e da região oeste tende a ser percebido como uma obra dos Rosado, lhes possibilitando a elaboração de um discurso político voltado para as eleições. Desta feita, não podemos esquecer a realização de propagandas, objetivando cultivar a opinião pública, através dos meios de comunicação de massa

(rádio, televisão, jornal, cinema, fotos em *outdoors* ou em exposições), além de monumentos e nomes de lugares<sup>20</sup>. Nesse sentido, é que um jornalista escreveu as seguintes linhas:

*Por certo a posse e difusão da mística de fazedores de água e saber, ainda que algo assombroso num município com 47% das famílias vivendo abaixo da linha da pobreza (fonte: Instituto de Desenvolvimento Econômico do Rio Grande do Norte), não bastariam para perpetuar o poder dos Rosado por quase um século. Sem que se excluam velhas manhas e artimanhas, o segredo, talvez, esteja na visibilidade. O que os Rosado fizeram está impresso, gravado, registrado, anunciado. Nos prédios, placas, ruas, nas rádios, no jornal e, sempre, na Coleção Mossoroense, que cultiva o saber está claro, mas também os Rosado, pois ninguém é de ferro. Sabe-se que a casa de saúde é obra dos Rosado. Duas dezenas de escolas foram construídas pelos Rosado. Uma rádio FM e uma AM são Rosado, o curso de Antropologia Cultural é criação dos Rosado, assim como o cemitério é Rosado... Styra, Rochiosana, Mytilus, Coelodus, Nerinea, Ptygrmatis, Turrítela e Lampethusa são Rosado. Para ser mais preciso, são sete espécies e um subgênero 'Rosadoi'. Em homenagem a Vingt-Un, paleontólogo autodidata. A Escola Superior de Agricultura de Mossoró (ESAM) é um sonho e obra do agrônomo Vingt-Un e, claro, verbas do INDA quando Dix-Huit o dirigia.<sup>21</sup>*

Daí, então, nota-se que a ação política tem auxiliado a elaboração da escrita de

vários títulos, bem como a edição dos textos auxilia a ação política da oligarquia.

Apesar das reflexões até agora feitas, pensamos ser imprudente perceber a produção dos autores e a interpretação dos leitores tão só como o exercício da persuasão, pois além disso expressam a dimensão alcançada pelo poder oligárquico e a fidelidade de pelo menos alguns dos membros da sua clientela ou dos seus afilhados políticos. Ora, bem sabemos, que alguns dos memorialistas e dos historiadores da Coleção Mossoroense exerceram atividades públicas junto às administrações dos Rosado. É importante notar que Raimundo Nonato, historiador e memorialista da Coleção Mossoroense, ao ser indagado sobre o fisiologismo e o nepotismo como meios de conservação da cultura política da oligarquia Rosado assim respondeu: “Se é de dar ao rato, dá ao gato que é de casa”<sup>22</sup>. É fundamental à compreensão dessa cultura política o seguinte trecho sobre as relações locais de poder:

*Para essa burguesia, acostumada a grandes ambições, organizar o espaço urbano e regional para exercerem em plenitude o comércio e posteriormente as atividades agro-industriais estava dentro do seu cotidiano.*

*Geradora de políticos para trabalharem e representarem seus interesses, ela foi formadora de grupos oligárquicos, cujas ações e processos de dominação política não mudaram muito ao longo do tempo. Conservando e mantendo ‘voto de curral’ que lhes garante os mandatos políticos, através de instrumentos que variam desde a proteção pura e simples na sociedade dos coronéis,*

*em Mossoró, representada por uma burguesia agrário-comercial, até o empreguismo nas repartições públicas e estruturas de serviços, que chegam à cidade tercerizada de hoje. Esses instrumentos de dominação política sempre estiveram nas mãos desses grupos que se revezam no poder ... Portanto, estudar Mossoró hoje é também estudar o comportamento e as atitudes da sua burguesia e seus representantes políticos... Captando segmentos da classe média, principalmente aqueles cujos rendimentos são oriundos do emprego público, a burguesia de Mossoró aumenta o número daqueles que acreditam e defendem o seu projeto político e, o mais importante, garantem a manutenção dos seus representantes políticos no poder.*

*Portanto a organização do espaço de Mossoró tem marcas profundas dos processos ideológicos e de manutenção do poder da sua burguesia que manipula o ‘amenagement’ do seu território. A sua história, feita de mitos, é rememorada, inclusive para justificar a dominação de grupos políticos, e também novas empreitadas e arranjos no espaço urbano da cidade, na vida da sua sociedade.<sup>23</sup>*

Percebemos que a elaboração escrita do Coleção Mossoroense tem acompanhado o desenvolvimento das ações político-administrativas dos membros da família Rosado, desde o período da entrada de Jerônimo Rosado na política municipal de Mossoró, como intendente.

Com isso, as práticas políticas acompanhadas dos estudos publicados foram construindo um discurso legitimador e

justificador de uma cultura política oligárquica, inserida nos quadros de práticas regionalistas junto ao Parlamento e ao Executivo nacionais.

Em virtude de estarmos numa sociedade dita “democrática”, nos assusta a permanência de estruturas de dominação herdadas dos antigos coronéis do Nordeste, ora modernizadas, aperfeiçoadas.

O historiador Christopher Lasch realizou um estudo sobre a sociedade americana constatando, que a mesma assistia à emersão de uma sociedade biclassista em que uns poucos favorecidos monopolizam as vantagens do dinheiro, da educação e do poder. Continua a sua análise afirmando que as elites americanas assumiram a configuração percebida por Ortega y Gasset (ao analisar o fenômeno das massas eram um referencial transformador da história): uma postura hedonista e narcisista.<sup>24</sup> Segundo o estudioso, tais manifestações representam uma ameaça à democracia americana.

A história da república brasileira, por sua vez, tem sido marcada por estruturas de poder notadamente autoritárias da República Velha (1894-1930); passando pelo movimento de 30, (transmitido pelos vencedores como “revolução”, onde outros projetos políticos tiveram sua memória suprimida), o início da “era Vargas”, passando pelo governo constitucional (1934-37), fase em que foi gestada a ditadura do Estado Novo (1937-45). Após a fase populista (1945-64), a democracia entrou em colapso com os governos militares, que perduraram até 1985.

Com a “Nova República” a possibilidade da reconstrução democrática reapareceu. No entanto, a exclusão social, o analfabetismo, a corrupção parecem minar

as bases democráticas. Por outro lado, sabe-se que o Brasil possui uma cultura política de frágil tradição partidária. O agravante atual dessa situação seria o surgimento dos movimentos sociais ligados aos discursos permitidos, além do isolamento oriundo de uma sociedade de massas.

## MITOS & TRADIÇÕES: O LUGAR DA MEMÓRIA

A discussão sobre a política na cidade de Mossoró tem necessariamente, no nosso entender, que estar vinculada as elaborações mitológicas e às tradições locais. Sabemos que tais manifestações histórico-culturais estão presentes nos títulos da Coleção Mossoroense, dentro de um aspecto notavelmente expresso como realizações heróicas, cheias de coragem, com um sentido progressista e libertário. Daí a importância de analisar como tais práticas discursivas foram fabricadas e quais os seus objetivos no mundo social.

As condições de surgimento das representações míticas e de redimensionamento das tradições foram provenientes de uma atenção dispensada por Dix-Sept Rosado, então prefeito de Mossoró, no ano de 1948. A partir do apoio oficial, o setor cultural ficou sob os auspícios de Vingt-Un Rosado, que fundou a Biblioteca Pública, o Museu Municipal e o Boletim Bibliográfico, um embrião da conhecida Coleção Mossoroense. Deste então, o movimento editorial vem difundindo elementos históricos-culturais de Mossoró. Nesse sentido:

*(...) O mais interessante do comportamento da burguesia de*

*Mossoró, que desde do passado sempre foi formada por um contingente muito grande de pessoas advindas de outras regiões é o 'humanismo telúrico', o bairrismo, no sentido de defesa e amor pelo 'chão de Mossoró' (...) Em Mossoró particularmente é cultuado e cultivado de maneira sistemática, através de toda uma história publicada, divulgada, entrando no calendário cívico da cidade como o 30 de Setembro, data da abolição da escravatura em Mossoró, 13 de Junho, data da expulsão do bando de Lampeão; 25 de Setembro, data da 'Noite da Cultura' com o lançamento de obras publicadas pela Coleção Mossoroense e, ainda com os encontros e congressos científicos realizados ultimamente em Mossoró, cujo objetivo é projetar o nome de Mossoró e conseqüentemente da sua classe dominante.<sup>25</sup>*

A abolição da escravidão ocorreu em Mossoró em 1883, a partir da influência exercida pelas sociedades libertadoras do Ceará. Desde então, a cidade vem comemorando o acontecimento.<sup>26</sup> Nessas manifestações, bandeiras são desfaldadas, flâmulas expostas, enquanto os alunos das diversas escolas municipais participam de desfiles para comemorar a data magna da cidade. A Praça da Redenção foi construída em Mossoró, tendo ainda sido erigida uma "Estátua da Liberdade" para se poder legar à posteridade o culto ao passado. Nesse sentido,

*os símbolos são os instrumentos por excelência da integração social': enquanto instrumentos de conhecimento e de comunicação ... , eles tornam possível o **consensus** acerca do sentido do mundo social que*

*contribui fundamentalmente para a reprodução da ordem social: a integração "lógica" é a condição da integração "moral".<sup>27</sup>*

Desde 1948, os escritos organizados a partir da política cultural da Prefeitura de Mossoró têm contemplado os fatos referentes à abolição da escravidão, ao ataque de Lampeão, etc. Partimos da hipótese que o caráter oficial redimensionou as tradições vinculando-as aos discursos políticos da família Rosado. É importante perceber que a difusão das elaborações discursivas sobre os fatos históricos locais ganharam ao longo do tempo novas expressões, novos veículos. Não raro, os meios de comunicação de massa, como a televisão, o rádio, a imprensa escrita, as fotografias e inclusive o cinema abordam temas da história de Mossoró dentro das linhas de uma história oficial, triunfalista e cheia de representações heróicas. Não se deve esquecer também que em Natal foi fundado um Centro Mossoroense Cultural e Desportivo, entidade realizadora de eventos em torno da história da cidade.

Percebemos que a elaboração, o feito dessa produção historiográfica fica no mais das vezes, numa gama de características de um diletantismo com uma orientação teleológica da história local. Talvez, essa concepção seja um fruto da filiação dos intelectuais locais à Maçonaria, associação que sofreu forte influência do ideário positivista e liberal. Vejamos um exemplo desse tipo de elaboração:

*Antecipando-se em quase cinco anos ao 13 de maio de 1888, Mossoró reafirma a sua vocação de independência e o seu apego aos ideais libertários.*

*Os homens e as mulheres de 83 falavam a mesma linguagem de Ana*

*Floriano, a rebelde de 1875 no Motim das Mulheres, um episódio local do quebra quilos.*

*Francisco Pinheiro de Almeida Castro, ao fazer uma oração republicana no recinto da Assembléia Provincial, era o mesmo orador do dia trinta, em ideal e convicções.*

*Os Camboas, ou ausentes (sic), os Guilherme de Melo, os Freitas Costa, Os Souza Machado, tanto outros povoadores que enfrentaram o desafio do semi-árido, eram bem os antepassados dos homens e das mulheres de 83.*

*A Grande Saga da Resistência de Rodolfo Fernandes, o herói de 1927, é outra página da magnitude de 83. Celina Viana, a eleitora pioneira se emparelharia com Amélia de Souza Galvão.*

*Os plantadores do ensino e da educação, os semeadores da universidade e da ESAM, continuaram o espírito de 83.*

*Os edificadores de Empresas Comerciais e Industriais e Agro-Industriais não desmerecem o feito maior da minha cidade.*

*Os políticos que mantiveram a pureza das suas mãos e são quase toda história da minha valorosa cidade, quando uma parcela do Brasil mergulha, no tempo e no espaço, numa dolorosa noite de corrupção poderiam pertencer ao Panteón dos abolicionistas, se tivessem vivido em 1883.*

*O irredentismo dos operários fazedores de greves na Terra dos Reginaldos pertence à gesta da abolição.*

*A cidade é democrática desde o começo, recebeu e abraçou os*

*irmãos que vieram do exterior, dos outros Estados, de outras cidades.*

*Unidos todos como um homem só, construíram a civilização mossoroense.<sup>28</sup>*

Esse discurso é extremamente significativo para se analisar um conjunto de elementos culturais do grupo de intelectuais da Coleção Mossoroense. De início, o pioneirismo dos Camboas, dos Ausentes e dos Guilherme de Melo, dentre outros que colonizaram o sertão. Neste momento, o pioneirismo traz consigo as formulações em torno dos bandeirantes, tidos como heróis, expansionistas do território nacional, etc., a partir da influência dos escritos de intelectuais filiados ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.<sup>29</sup> Esse pioneirismo passa a ser renovado (cronologicamente) pela ação das mulheres de Mossoró, supostamente, lideradas por Ana Floriano, tataravó de Rosalba Ciarline, que se rebelaram contra a prática do recrutamento forçado no ano de 1875.<sup>30</sup> Daí, a abolição da escravidão em Mossoró, em 1883, é percebida como uma continuidade do pioneirismo, já que ocorreu quase cinco anos antes da abolição no território brasileiro. Além disso, com relação à abolição da escravidão em Mossoró, podemos destacar um novo elemento das representações dos intelectuais em questão: os ideais libertários. Pode-se notar ainda a presença desse ideal libertário no discurso do autor quando ocorre a referência ao prefeito de Mossoró, Rodolfo Fernandes, “o herói de 1927”, que coordenou os combates aos cangaceiros de Lampião. O “pioneirismo”, o “heroísmo”, as “ações libertárias”, o “caráter progressista”, vão surgindo e ressurgindo à medida que o tempo vai passando. Importante perceber a fusão elaborada pelos intelectuais em questão dos

industriais, dos comerciantes e dos oligarcas com os “operários fazedores de greves”, enquanto reflexos do abolicionismo da história mossoroense. Ademais, ocorre a justificativa de que “a cidade é democrática desde o começo”, numa harmonia entre diversas classes que “construíram a civilização mossoroense”. Ora, tal manifestação dos intelectuais não seria uma forma de construir um sentimento de localismo, visando a um sentido de homogeneização social através da história?<sup>31</sup> Sabemos que durante o século XIX surgiram diversas academias com o papel de produzir o conhecimento histórico, em sintonia com a formação das nacionalidades, identidades e estados nacionais. Tais reflexos chegaram no Brasil e sob o incentivo da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, fundou-se no Rio de Janeiro o Instituto Histórico e geográfico Brasileiro (1838), cujo objetivo principal era marcar a passagem do “Brasil sem história” para um “Brasil com história”, que por meio da história brasileira surgiram elementos de uma identidade nacional.<sup>32</sup>

O caráter oficial da Coleção Mossoroense possibilitou-lhe a posição de foco da produção historiográfica sobre a região oeste do Rio Grande do Norte, transformando-a em o local da história mossoroense. Esse detalhe assume uma posição importante, se se perceber que a elaboração dos textos tem uma ligação estreita com o governo municipal, em diversos momentos, já que os fatos históricos mossoroenses, a partir de uma determinada interpretação, passam a ser objetos de contemplação coletiva. Defendemos a hipótese de que a Coleção Mossoroense é o “locus” da produção de persuasão ideológica,

a partir de tradições e mitos relacionados a história local. Vejamos o seguinte trecho:

*Mais uma vez, há vários decênios, o governo municipal e o povo de Mossoró prestou a sua homenagem aos libertadores de 83.*

*Mais um ‘30 de setembro’ é comemorado festivamente, na demonstração mais clara e irretorquível, nos fatos municipais, nenhuma data existe, por ventura, que lhe seja maior, ou se lhe haja tomado sobranceira.*

*Ou porque, realmente, este é o espírito que se afina às comemorações sucessivas, ou porque o exigem a altivez e o brio de uma gente indomável - o que é fato é que esta data sobe, como nenhuma, à sensibilidade do povo, que lhe deu, desde há muito, os foros merecidos da ‘maior efemeridade municipal’.*

*As festas de hoje não são senão o cumprimento ritual de uma tradição que o tempo não conseguiu diluir.*

*Festa municipal, por excelência, nesse dia o governo e o povo, sem distinção de qualquer natureza, estabelecem nas ruas os rumos naturais de sua expansibilidade, na mais natural de suas confraternizações.*

*É fato singular: o oficialismo que se imprime às comemorações desse dia, tem o cunho característico de sua formação democrática.*

*A colaboração da Prefeitura, indispensável aos atos comemorativos, tem a virtude de tornar essa festa ainda mais popular, face à grandeza de sua significação restrita embora, aos limites territoriais do município. (...)*

*E, assim, não pretende imprimir a estas comemorações um caráter político-partidário (...) as solenidades*

*de 30 de setembro, aquelas que promovem são, antes de tudo, uma homenagem, uma reverência ao povo, sem qualquer distinção.*<sup>33</sup>

Tem-se um claro exemplo de que as formulações do grupo de intelectuais chegam a estabelecer, por meio de uma interpretação da história municipal, tradições para um corpo social. Com isso, é possível perceber que a relação entre a escrita da história e o poder instituído, representado pelo poder executivo na figura do prefeito, permite-nos dizer que no panorama da sociedade algumas instituições, a partir de crenças, representações e idéias objetivadas (uma realidade ilusória ante o real social)<sup>34</sup>, podem assumir, enquanto mecanismo de poder, a função realizadora de consenso na esfera do social. Ora, sabemos que o êxito maior da ideologia é fazer com que os dominados sejam cúmplices da sua própria dominação, exercitando a chamada “servidão voluntária”.<sup>35</sup> Como foi observado:

*(...) É enquanto instrumentos estruturados e estruturantes de comunicação e de conhecimento que os ‘sistemas simbólicos’ cumprem a sua função política de instrumentos de imposição ou de legitimação da dominação, que contribuem para assegurar a dominação de uma classe sobre outra (violência simbólica) dando o reforço de sua própria força às relações de força que as fundamentam e contribuindo assim, segundo a expressão de Weber, para a ‘domesticação dos dominados’.*<sup>36</sup>

Daí a necessidade de inserir a presente discussão no âmbito de uma relação de classe, pois “as pessoas se encontram numa sociedade estruturada em modos determinados, experimentam a exploração, identificam pontos de interesses antagonísticos e começam

a lutar por estas questões e no processo de luta se descobrem como classe e chegam a conhecer esse descobrimento como consciência de classe. A classe e a consciência de classe são sempre as últimas, não as primeiras, fases do processo histórico”. O historiador E. Thompson, ao analisar a sociedade inglesa dos séculos XVIII-XIX, com base na relação entre a *gentry* e a plebe, num momento histórico no qual o trabalho estava se libertando do feudalismo, percebeu a presença de um confronto entre a economia de mercado e a economia moral-tradicional da plebe. Esse confronto foi nomeado pelo autor de conflito de classe, apesar da inexistência de uma identidade de classe, dentro dos cânones deterministas da ortodoxia marxista. A plebe possuía uma consciência distinta, que se caracterizava por formas próprias de revolta. Eis a pergunta que se nos apresenta: os diversos conflitos travados na esfera do social - no caso de Mossoró, na trama cidadina - não configuraria a presença de classes em luta? Entendemos que sim. Para finalizar:

*as classes aparecem ao vivenciarem os homens e as mulheres suas relações de produção e ao experimentar suas situações determinantes, dentro do conjunto das relações sociais.*<sup>37</sup>

Diante disso, com relação ao ataque de Lampião e seus cangaceiros à cidade de Mossoró, no dia 13 de junho de 1927, vejamos as interpretações e suas manifestações enquanto tradições. Dois sacerdotes presenciaram o combate, cujo registro foi assim escrito:

*Padre Luiz Ferreira Cunha da Mota e Cônego Amâncio Ramalho foram dois soldados de Cristo que lutaram por Mossoró, com incruentas da coragem sem alardes, do estímulo,*

*do incitamento, para que não descesse sobre a terra da Santa das 'eternas claridades visuais' a noite da depredação, do crime, da destruição... Um homem encarnou toda bravura cívica desta gente, na hora marca do desafio lampionesco. Teve a sabedoria e o bom senso de acreditar no ataque da horda cangaceira, quando tantos achavam-no totalmente impossível.*

*Tornou-se o glorioso capitão de uma resistência cívica que emocionou todo o Brasil(...)*

*Ali estão como no movimento libertador de oitenta e três, homens de pé no chão, operários, capitalistas, mulatos, pretos, brancos, ombro a ombro, convencidos da missão histórica que os unia e os nivelava na defesa do patrimônio moral, espiritual e material que lhes legaram os seus antepassados.<sup>38</sup>*

Na interpretação feita por Vingt-Un Rosado sobre o ataque de Lampião, percebe-se a sua ligação com a história oficial, onde o cangaço recebe a pecha de banditismo, sem se considerar as origens sócio-históricas do fenômeno social. A participação dos sacerdotes vincula o fato histórico a um sentido maniqueísta, que talvez se afirme pela predominância da cultura católica e pela possibilidade da fácil apreensão daquela mensagem, devido ao valor simbólico das Cruzadas na memória coletiva. Assim, a luta dos “dois soldados de Cristo”, o Padre Luiz Ferreira Cunha da Mota e o Cônego Amâncio Ramalho, remete a uma nova manifestação das Cruzadas em pleno sertão nordestino. A resistência aos cangaceiros, coordenada por Rodolfo Fernandes, recebe a marca de “bravura cívica”, como se o panorama

citadino fosse indistinto do nacional. Ademais, o clima de harmonia social, conforme a descrição, pairou sobre as cidades unindo as classes e as raças, fazendo assim desaparecer os seus conflitos.

Tal elaboração escrita de essência platônica faz com que a sociedade apareça num plano imóvel, que não muda com o mundo. Como diria Sartre: “em Platão, as Idéias são o Eterno, o Universal e o Verdadeiro. O movimento e o acontecimento, reflexos confusos destas formas estáticas, estão fora da Verdade. Platão visa-os através dos mitos.”<sup>39</sup>

O ataque de Lampião a Mossoró fez com que fosse criado um feriado municipal na data do fato, 13 de junho, sendo aprovado a 18 de julho e logo suprimido a 12 de novembro de 1927. Durante o período em que Dix-Sept Rosado assumiu a prefeitura de Mossoró (1948), a data voltou a fazer parte das comemorações municipais perdurando até hoje.<sup>40</sup> Certamente, uma data ao receber o caráter de feriado ganha o sentido de magnificência<sup>41</sup>, ostentação, possibilitando uma naturalização da construção social, a partir de uma historicidade. Dessa maneira, tais manifestações sociais aparecem no imaginário popular como uma espécie de produto atávico, algo da natureza das coisas que deve ser apreendido de forma incontestante para gerações posteriores. Não obstante, a tensão entre o instituído e o instintivo em qualquer sociedade é uma constante realizadora do seu movimento indeterminado.

Vale lembrar, que paralelamente à reintegração da data ao calendário das comemorações municipais foi criado o Boletim Bibliográfico, o embrião da Coleção Mossoroense. No ano de 1955 foi lançado um livro de Raimundo Nonato da Silva sobre

o ataque de Lampião, que alcançou repercussão nacional, sendo entendido como “uma tendência que se esboça”, na qual “Mossoró dará aos heróis de 1927 a consagração que nunca negou aos que escreveram outras páginas inolvidáveis do passado”.<sup>42</sup> Ainda naquele ano, a efeméride municipal foi celebrada com uma exposição no Museu Municipal alusiva ao acontecimento, além da composição do baião “Sina de cangaceiro”, por Paulo Gutemberg e Costa Neto.<sup>43</sup>

Além da historiografia, o romanceiro popular, registrado na literatura de cordel, realiza a exaltação do “heroísmo” dos (guerreiros) defensores de Mossoró:

*A data de 13 de junho  
Em ouro ficou gravada  
Junto a 30 de setembro  
Será u'a nova alvorada  
Dispontando alviçareira  
Nobre, santa e imaculada.*<sup>44</sup>

Duas grandes festas são realizadas na cidade de Mossoró como forma de manter vivas as tradições locais: a da abolição dos escravos, no dia 30 de setembro, e da resistência ao bando de Lampião, no dia 13 de junho. No dia 30 de setembro, feriado municipal, a cidade rememora a festa da abolição com grandes manifestações públicas. No dia 13 de junho é realizada uma visita da população, que segue em passeata, à Igreja de São Vicente, tida como a principal trincheira de combate dos cidadãos aos cangaceiros.<sup>45</sup> Conforme o relato:

*E nem faltaram sequer os tributos de natureza religiosa a Santo Antônio nume protetor da Cidade, no dia inesquecível do combate a Lampião. Segundo nos informou o Padre Mota, as festividades de Santo Antônio, anualmente realizadas na Igreja de*

*São Vicente, foram uma conseqüência direta da vitória de Mossoró sobre os cangaceiros.*

*Antes de 1927, havia comemorações esporádicas em algumas casas particulares, mas o culto amplo com a decidida cooperação popular principiou em junho de 1928 e decorreu do sucesso das armas mossorenses no ano anterior.*<sup>46</sup>

Essas modalidades ritualísticas das datas comemorativas, dos bens simbólicos acumulados historicamente e constituídos socialmente, contam com a participação de cidadãos anônimos, dos intelectuais e das elites políticas atualmente capitaneadas pelos Rosados. Por essa razão,

*as ideologias, por oposição ao mito, produto colectivo e colectivamente apropriado, servem interesses particulares que tendem a apresentar como interesses universais, comuns ao conjunto do grupo. A cultura dominante contribui para a integração real da classe dominante (assegurando uma comunicação imediata, entre todos os seus membros e distinguindo-os das outras classes; para a integração fictícia da sociedade no seu conjunto, portanto, à desmobilização (falsa consciência) das classes dominadas; para a legitimação da ordem estabelecida por meio do estabelecimento das distinções (hierarquias) e para a legitimação dessas distinções. Esse efeito ideológico, produ-lo a cultura dominante, dissimulando a função de divisão na função de comunicação; a cultura que une (intermediário de comunicação) é também a cultura que separa (instrumento de distinção) e que legitima as*

*distinções compelindo todas as culturas (designadas como subculturas) a definirem-se pela sua distância em relação à cultura dominante.*<sup>47</sup>

A ritualização assume um sentido de comunhão, dando uma aparência de igualdade entre seus participantes diante do objeto a que se reverencia. Daí a possibilidade de a criação de feriados municipais, espaços públicos, e títulos escritos relacionados aos fatos históricos darem o sentido de homogeneidade social, servindo assim ao exercício de uma dominação, no caso ora em questão, através da política oligárquica. Nesse contexto,

*...tudo que diz respeito ao poder político é, na nossa sociedade, conotado como duradouro ou eterno e marcado pelos monumentos e palácios. O poder como ordenador supremo de um mundo penetrado por todo tipo de conflito, situa-se naqueles espaços de confluência do tempo e de unidades sociais contraditórias ou problemáticas. Assim, nas sociedades ocidentais, as praças e adros (que configuram espaços abertos e necessariamente públicos) servem de foco para relação estrutural entre o indivíduo (o líder, o santo, as massas, o chefe da Igreja ou do governo) e o 'povo', a 'massa', a coletividade que lhe é oposta e o complementa. Servem também, como ponto de encontro entre alguém que interpreta (ou inventa uma mensagem e a multidão que a recebe e cristaliza num drama que sugere ser a sociedade algo inventado pelo indivíduo que, nestes momentos, passa sua verdade para a massa.*<sup>48</sup>

A geografia da cidade revitaliza a memória, que por sua vez vivifica as

tradições, através dos nomes dos bairros, das praças, das sede do executivo e da Câmara Municipal, dentro dos liames míticos e triunfalistas. Assim, o motim das mulheres, a Abolição, a resistência ao bando de Lampião, além dos membros da família Rosado, passam a ser representados de forma magnificente no cotidiano da população.<sup>49</sup> Uma praça da cidade de Mossoró possui uma estátua de Dix-Sept Rosado. Trata-se de um elemento importante para se perceber a sociabilidade da população num dado momento histórico, além do poder político da família. Nesse contexto, DaMatta ao analisar as cidades ibéricas e brasileiras afirmar que:

*(...) a praça abre um território especial, uma região teoricamente do 'povo'. Uma espécie de sala de visitas coletivas, onde se situam em nichos espaciais o poder de Deus cristalizado na Igreja Matriz (ou Igreja Central, freqüentemente a primeira ser fundada naquele local e que deu origem à cidade) e o poder do Estado, manifesto no Palácio do Governo.*<sup>50</sup>

Nota-se que os espaços públicos das cidades têm sofrido um radical processo de esvaziamento da sociabilidade, pois assumiram gradativamente o aspecto de local essencialmente de deslocamento. Por essa razão é que tem ocorrido um declínio da celebração do culto aos "heróis", por meio de monumentos, fenômeno oriundo da diminuta prática das áreas públicas pelo povo.<sup>51</sup>

Por ora, finalizamos a presente discussão, ressaltando que os estudos de cunho historiográfico e a literatura possuem primordial função da utilização de tradições e mitos, a partir de fatos históricos ocorridos

na cidade de Mossoró, com uma finalidade ideológica, no sentido de dominação. Dentro desse quadro, noções como a “valentia histórica”, o “pioneirismo”, o “caráter libertário” e “progressista”, dentre outros são apresentados de forma atemporal. Tal fato explica a generalização das práticas discursivas para os mais diversos momentos da história local, razão pela qual suas particularidades são feridas por perspectivas totalizadoras e possuidoras de um forte conteúdo atávico, como se não existisse a cultura responsável pela socialização dos indivíduos. Uma interpretação determinada, presente nas linhas da Coleção Mossoroense, dos fatos históricos ocorridos na cidade de Mossoró, tais como abolição dos escravos, levante das mulheres, o ataque de Lampião e o primeiro voto feminino da América do Sul terminam, nesse sentido, sendo elementos constitutivos de diversos discursos político-ideológicos da família Rosado. Aliás, ressaltamos, determinadas práticas discursivas presentificam a realimentação de uma identidade local, (fundada na memória criadora de mitos e tradições) que se apresentam na forma de *slogans* como: “a resistência Mossoroense”, “Mossoró livre”, “Mossoró não se dobra”, “Mossoró libertária” e mais recentemente, “Mossoró toda vida”. Daí então, tais construções histórico-culturais assumem um papel ideológico mediante o seu caráter de homogeneização social.

#### BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

ALBUQUERQUE JR., D. M. Palavras que calcinam, palavras que dominam: a invenção da seca no Nordeste. **Revista Brasileira de História**, 28, SP: Marco Zero, p. 111-20

- BERGER, P.; LUCKMANN. **A construção social da realidade**. 11. ed. Petrópolis: Vozes, 1985.
- BURKE, Peter. **A fabricação do rei**. Rio: Jorge Zahar, 1995.
- CASCUDO, L. da C. **Jerônimo Rosado: uma ação brasileira na província**. 2. ed. Mossoró: ESAM, 1991. Coleção Mossoroense, série C, v. DCLXXIX.
- DAMATTA, R. **A casa & a rua**. 4. ed. Rio: Guanabara Koogan, 1991.
- FELIPE, J. L. **Organização do espaço urbano em Mossoró**. Mossoró: ESAM, 1982. Coleção Mossoroense, série C, n. CCXXXVI.
- GALVÃO, H. **Dix-Sept Rosado**. Natal: Clima, 1982. Coleção Mossoroense, v. CLXXXIX.
- HOBSBAWM, E. ; RANGER, T. **A invenção das tradições**. Rio: Paz e Terra, 1984.
- LASCH, C. **A rebelião das elites**. S. Paulo: Ediouro, 1995.
- LIMA, J. O. P. **Terra Nordestina**. 2.ed. Mossoró: ESAM, 1981. Coleção Mossoroense, v. 1.
- LIRA, C. **Memória Viva: Dix-Huit Rosado**. Natal: EDUFRN. Coleção Mossoroense.
- MELO, V. de. **O ataque de Lampião, através da literatura de cordel**. 4. ed. Mossoró: ESAM, 1983.
- MOTA, C. G. **A historiografia brasileira dos últimos quarenta anos: tentativa de avaliação crítica**, 1974.
- NONATO, R. **Jerônimo Rosado - um homem com dimensão de um século**.
- NUNES, R. **Dix-Sept, 30 anos depois**. 2. ed. Mossoró: ESAM, 1981. Coleção Mossoroense, n. CLXXIII.
- Os senhores das águas. **Carta capital**, n. 13, agosto/1995.
- PAIVA NETO, F. F. de. **A construção do mito do herói-civilizador em Macondo-Mossoró** (versão preliminar). Mossoró: 1995.
- POLLAK, M. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, n. 3, 1989.
- ROSADO, Vingt-Un. **Três crônicas sobre o Treze de Junho - homenagem ao Ano L da história de Mossoró sobre Lampião e ao Ano**

X da ESAM. 2 ed. Mossoró: ASTECAM, 1977 (Coleção Mossoroense, n. 46).

\_\_\_\_\_. **O Trinta de Setembro nasceu na Maçonaria.** Mossoró: ESAM, n. 499, 1988.

\_\_\_\_\_. **Roteiros do País de Mossoró.** Mossoró: ESAM, 1974.

\_\_\_\_\_. **Estudos Mossoroenses.** Mossoró: ESAM, 1995.

SARTRE, Jean-Paul. **Questão de método.** In: SARTRE, Jean-Paul. Os pensadores. 3. ed. S. Paulo: Nova Cultural, 1987.

## NOTAS

<sup>1</sup> CASCUDO, L. da C. **Jerônimo Rosado: uma ação brasileira na província,** p. 66.

<sup>2</sup> CASCUDO, L. da C. *Op. cit.*, p. 23.

<sup>3</sup> PAIVA NETO, F. F. de. **A construção do mito do herói-civilizador em Macondo-Mossoró.**

<sup>4</sup> MOTA, C. G. **A historiografia brasileira dos últimos quarenta anos: tentativa de avaliação crítica.** 1974.

<sup>5</sup> NONATO, R. *Op. cit.*, p. 20

<sup>6</sup> CASCUDO, L. da C. *Op. cit.*, p. 11

<sup>7</sup> CASCUDO, L. da C. *Op. cit.*, p. 20

<sup>8</sup> LIMA, J.O.P. **Terra Nordestina,** p. 23-4

<sup>9</sup> Em 1919, Mossoró importou:

3.013 sacas de arroz de 60Kg ao custo de 142.220\$000

104.326 sacas de farinha

10.281 sacos de açúcar

20.295 sacos de farinha de trigo

50.561 sacos de feijão

23.365 sacos de milho

16.324 quilos manteiga ao custo de nove mil, quinhentos e vinte contos, seiscentos e trinta e cinco mil reais.

Ver: NONATO, R. *Op. cit.*, p.20.

<sup>10</sup> GALVÃO, H. **Dix-Sept Rosado,** p. 13.

<sup>11</sup> GALVÃO, H. *Op. Cit.*, p. 13.

<sup>12</sup> GALVÃO, H. *Op. cit.*, p. 13

<sup>13</sup> NUNES, R. **Dix-Sept 30 anos depois,** p. 15-16.

<sup>14</sup> LIRA, C. **Memória Viva: Dix-Huit Rosado,** p.20-1.

<sup>15</sup> POLLAK, M. “Memória, esquecimento, silêncio”. **Estudos Históricos,** p.3.

<sup>16</sup> Os senhores das águas, **Carta Capital,** p.42.

<sup>17</sup> ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. Palavras que calcinam, palavras que dominam: a invenção da seca no Nordeste, **Revista Brasileira de História,** p. 111-20...

<sup>18</sup> PAIVA NETO, F. F. de. *Op. cit.*

<sup>19</sup> THOMPSON, J. *Language and ideology.* The sociological Review, 35, 516-36. APUD: BURKE, Peter. **A fabricação do rei ...**

<sup>20</sup> Aos Rosado foi concedido o direito de operar duas rádios em Mossoró: a Resistência (FM) e a Tapuio (AM). Na comunicação escrita pode-se destacar o jornal “O Mossoroense”, sob a responsabilidade de Laíre Rosado.

No ano de 1995 foi filmado em Mossoró “A cidade das quatro torres”, que trata da resistência dos cidadãos mossoroenses aos cangaceiros do grupo de Lampião. Vale lembrar que esse fato histórico é utilizado nas campanhas políticas como forma de justificar e legitimar as práticas políticas de cunho regionalista e oligárquico. O filme foi dirigido por Alberto Sales, com o apoio da FUNDARPE/MISPE, da Fundação de Cultura de Mossoró e da Fundação de Cultura de Caruaru. Conforme o trecho da matéria do Jornal de Natal: “Uma exposição fotográfica que reuniu aproximadamente 100 imagens das realizações da terceira administração de Dix-Huit Rosado em Mossoró e um pouco da extensa vida pública do querido velho, aconteceu na última sexta-feira na Câmara Municipal Cidade Libertária. O evento não foi só uma homenagem da cidade ao prefeito, e sim um marco de uma gestão municipal que realizou mais de 700 obras em apenas dois anos” (Ver: MOSSORÓ TODA VIDA: quando as obras valem mais do que imagens. Jornal de Natal. Natal, 22.05.1995, Caderno Geral, A10-11). É importante notar que a oralidade mantém viva a memória, neste caso em torno de momentos ufanistas. Sobre as imagens sabemos que são capazes de romper as barreiras da comunicação imposta pelo analfabetismo, que alcança altos índices no Nordeste brasileiro. Os monumentos

e as ruas são elementos transmitidos à posteridade, sendo cantados nas cidades, devido a circulação de um maior número de pessoas. A propósito, existe um estátua de Dix-Sept Rosado numa praça de Mossoró, monumento erguido no ano de 1948, quando Dix-Huit era prefeito de Mossoró.

- <sup>21</sup> Os senhores das águas. **Carta capital**, p.42.
- <sup>22</sup> Os senhores das águas. **Carta Capital**, p.44.
- <sup>23</sup> FELIPE, J. L. A. **Organização do espaço urbano de Mossoró**, p.92.
- <sup>24</sup> LASCH, Christopher. **A rebelião das elites**. Cap. I e II, p.37-204.
- <sup>25</sup> FELIPE, J. L. A. *Op. cit.*, p. 92-3.
- <sup>26</sup> ROSADO, Vingt-Un. **Estudos Mossoroenses**, p.3.
- <sup>27</sup> BORDIEU, Pierre. **O poder simbólico**, p.10
- <sup>28</sup> Discurso proferido aos 13.05.1988, na sessão Branca da Loja Maçônica União Mossoroense das Grandes Lojas do Estado do Rio Grande do Norte. Ver: Rosado, Vingt-Un. **O trinta de setembro nasceu na Maçonaria**, p.24.
- <sup>29</sup> Um dos intelectuais que defenderam essas posições foi Afonso Taunay. A desmitificação do bandeirismo já foi abordada diversos autores, dos quais podemos citar Carlos Davidoff. DAVIDOFF, Carlos Henrique. **Bandeirantismo verso e reverso**. São Paulo: Brasiliense, Tudo é história.
- TAUNAY, Afonso de E. **A guerra dos bárbaros**. Revista do Arquivo Municipal de São Paulo, vol. 22, 1936.
- O texto de Afonso de Taunay foi publicado no ano de 1995 pela Coleção Mossoroense.
- <sup>30</sup> Para maiores esclarecimento ver: ROSADO, Vingt-Un. **O motim das mulheres, um episódio do Quebra Quilos**. Mossoró, 1981.
- <sup>31</sup> Para aprofundar essas questões sugerimos: FERRO, Marc. **A história vigiada**. SP: Martins Fontes, 1989.
- FINLEY, M.I. **Uso e abuso da história**. SP: Martins Fontes, 1989.
- WILLIAMS, Raimundo. **Cultura**. SP: Paz e Terra. 1992.

<sup>32</sup> Ver:

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. in: **Estudos Históricos 1**. Caminhos da historiografia. Edições Vértice, 1988.

<sup>33</sup> NEGÓCIO, Mário. Outro trinta de setembro. in: ROSADO, Vingt-Un. **Roteiros do País de Mossoró**, p.183.

<sup>34</sup> BERGER, Peter. **A construção social da realidade**.

<sup>35</sup> LA BOÉTIE, Etienne. **Discurso da servidão voluntária**.

<sup>36</sup> BORDIEU, Pierre. *Op cit.*, p. 11.

<sup>37</sup> Livre tradução de: THOMPSON, E. P. **La sociedade inglesa del siglo XVIII: lucha de clases sin clases?**, p. 37-38.

<sup>38</sup> ROSADO, Vingt-Un. **Gente a favor de Mossoró**. p.71.

<sup>39</sup> SARTRE, Jean-Paul. **Questão de método**, p. 166.

<sup>40</sup> ROSADO, Vingt-Un. *Op. cit.*, p.71.

<sup>41</sup> Sobre tradições ligadas à esfera da política ver: HOBBSAWM, Eric. A produção em massa de tradições: Europa 1870-1914, p.271-316. In : HOBBSAWM, E. **A invenção das tradições**.

<sup>42</sup> ROSADO, Vingt-Un. **Três crônicas sobre o Treze de Junho**, p.9.

<sup>43</sup> ROSADO, Vingt-Un. **Três crônicas ...**, p.10.

<sup>44</sup> Citado por: MELO, Veríssimo de. **O ataque de Lampião...**, p.23.

<sup>45</sup> Na oportunidade é possível ouvir a quadrinha:

*Olê muiê rendeira*

*Olê muiê randá*

*Na trincheira do Rodolfo*

*Lampião não pode entrá.*

Ver: LIMA, J. O. P. *Op cit.*, p.35.

<sup>46</sup> ROSADO, Vingt-Un. **Três crônicas...**, p.10-1.

<sup>47</sup> BORDIEU, P. *Op. cit.*, p.10-1.

<sup>48</sup> DAMATTA, Roberto. A casa & a rua.... p.47.

<sup>49</sup> a. Bairros: Liberdade, Abolição.

b. Ruas: nomes de abolicionistas, de membros da família Rosado-dentre os quais, os de Jerônimo

Rosado, Duodécimo Rosado, Dix-Neuf Rosado e Dix-Sept Rosado.

c. Sede do executivo: Palácio da Resistência.

d. Câmara Municipal: Cidade Libertária.

e. Praças: Abolição, Redenção, etc.

<sup>50</sup> DAMATTA, R. *Op. cit.* p. 48.

<sup>51</sup> A sociedade de massa tende a destruir os valores da vida pública e privada. A cultura de massa além de reduzir a necessidade do espaço público, fulmina o espaço privado. Ver: ARENDT, Hanna. **A condição humana**. cap. II. p. 31-8.



## Aspectos sociais da evolução da economia do RN: 1970/91

Márcia Maria de O. Bezerra\*

\* Professora do Departamento de Economia da UFRN

Coordenador de Curso: D. Maria José de Sá  
Coordenador de Curso: D. Maria José de Sá

Coordenador de Curso: D. Maria José de Sá

Coordenador de Curso: D. Maria José de Sá

Coordenador de Curso: D. Maria José de Sá

Coordenador de Curso: D. Maria José de Sá

Coordenador de Curso: D. Maria José de Sá

Coordenador de Curso: D. Maria José de Sá

Coordenador de Curso: D. Maria José de Sá

Coordenador de Curso: D. Maria José de Sá

Coordenador de Curso: D. Maria José de Sá

Coordenador de Curso: D. Maria José de Sá

Coordenador de Curso: D. Maria José de Sá

Coordenador de Curso: D. Maria José de Sá

Coordenador de Curso: D. Maria José de Sá

Coordenador de Curso: D. Maria José de Sá

Coordenador de Curso: D. Maria José de Sá

Coordenador de Curso: D. Maria José de Sá

Coordenador de Curso: D. Maria José de Sá

Coordenador de Curso: D. Maria José de Sá

Coordenador de Curso: D. Maria José de Sá

Coordenador de Curso: D. Maria José de Sá

Coordenador de Curso: D. Maria José de Sá

Coordenador de Curso: D. Maria José de Sá

Coordenador de Curso: D. Maria José de Sá

Coordenador de Curso: D. Maria José de Sá

Coordenador de Curso: D. Maria José de Sá

Coordenador de Curso: D. Maria José de Sá

Coordenador de Curso: D. Maria José de Sá

Coordenador de Curso: D. Maria José de Sá

Coordenador de Curso: D. Maria José de Sá

Coordenador de Curso: D. Maria José de Sá

Coordenador de Curso: D. Maria José de Sá

Coordenador de Curso: D. Maria José de Sá

Coordenador de Curso: D. Maria José de Sá

Coordenador de Curso: D. Maria José de Sá

Coordenador de Curso: D. Maria José de Sá

Coordenador de Curso: D. Maria José de Sá

Coordenador de Curso: D. Maria José de Sá

Coordenador de Curso: D. Maria José de Sá

Coordenador de Curso: D. Maria José de Sá

Coordenador de Curso: D. Maria José de Sá

Coordenador de Curso: D. Maria José de Sá

Coordenador de Curso: D. Maria José de Sá

Coordenador de Curso: D. Maria José de Sá

Coordenador de Curso: D. Maria José de Sá

Coordenador de Curso: D. Maria José de Sá

Coordenador de Curso: D. Maria José de Sá

Coordenador de Curso: D. Maria José de Sá

Coordenador de Curso: D. Maria José de Sá

# Aspectos sociais da evolução da economia do RN: 1970/91

Márcia Maria de O. Bezerra\*

Professora do Departamento de Economia da UFRN

A análise dos dados referentes ao desempenho econômico do Rio Grande do Norte, no período 1970/91, indica que esse estado apresentou um expressivo crescimento de sua economia, cujo resultado foi um incremento da participação estadual na formação do PIB da região Nordeste. Essa performance tem como justificativa o fato de a economia norte-riograndense ter crescido a uma taxa média anual superior àquelas alcançadas por alguns estados nordestinos.

As evidências apontam ainda para mudanças significativas na dinâmica desse crescimento, com os setores industrial e de serviços se destacando frente às atividades produtoras tradicionais do Estado, ligadas à agropecuária. Mesmo no que diz respeito ao setor agropecuário surgiram importantes alterações no seu interior nos últimos anos, impostas pelo cultivo e exportação de frutas tropicais.

A consideração a respeito das transformações verificadas na estrutura produtiva do Estado do Rio Grande do Norte no período acima aludido é, todavia, insuficiente para oferecer um quadro dos aspectos sociais relacionados a essa fase de crescimento econômico, que permita identificar o grau de acesso de sua população aos benefícios oriundos da expansão do produto estadual. Este estudo é uma pesquisa de caráter empírico e tem o objetivo de investigar a evolução dos indicadores sociais do Estado do Rio Grande do Norte para avaliar, inclusive, condições de acesso de sua população aos serviços de infra-estrutura social básica nos anos do intenso crescimento da economia estadual.

No período 1970/80, o crescimento da população norte-riograndense foi, em média, 2,0% a.a., sendo menor que os índices médios

de crescimento anual da população nordestina, 2,16% a.a. e da população brasileira, 2,49% a.a. Para os anos 1980/91, a população estadual aumentou em média 2,20% a.a. No caso nordestino, o aumento médio foi de apenas 1,82% a.a., enquanto o brasileiro foi de 2,32% a.a.

Os dados revelam que a taxa média de incremento populacional do Rio Grande do Norte supera a nordestina nos anos de 1980/91 e continua sendo inferior à brasileira. Na verdade, ao contrário do que aconteceu com o Nordeste e o Brasil, que apresentaram redução do crescimento de suas populações, o Rio Grande do Norte teve um aumento na sua taxa média de expansão populacional de cerca de 10%.

No caso do Nordeste, essa redução no processo de crescimento populacional estaria, possivelmente, associada à ocorrência de dois fenômenos: declínio nos níveis de fecundidade<sup>1</sup> e migração da população nordestina para outras regiões do país.

Em que pese ter a economia nordestina crescido mais que a brasileira na década de oitenta, o elevado grau de integração do mercado nacional à época, certamente, determinaria que apenas setores específicos da economia daquela região fossem contemplados nesse processo de articulação, impondo prováveis limites à expansão do nível de emprego na região<sup>2</sup>.

No caso do Rio Grande do Norte, a evolução de sua economia foi no sentido de apresentar crescimento do produto e da renda, suficientes para fazer frente ao aumento populacional verificado<sup>3</sup>. Na verdade, a expansão do PIB foi de magnitude superior ao que, em tese, exigiria o aumento da população uma vez que o PIB *per capita* estadual cresceu, em média, 6,8% a.a. entre

1970/90, enquanto no caso do Nordeste a expansão do PIB *per capita* foi, em média, de 3,9%.

Na realidade, a economia do Rio Grande do Norte foi a que deteve a maior taxa média de expansão do PIB *per capita* dentre os Estados nordestinos, no período analisado. É possível que esse aspecto contribua para explicar, em parte, os elevados

níveis de crescimento demográfico apresentados por aquele Estado.

Outro elemento incluído na análise dos aspectos socioeconômicos do Estado do Rio Grande do Norte, nos anos observados, diz respeito à remuneração auferida, por classe de rendimento médio mensal, pelas pessoas ocupadas ao longo desse período e que se encontra sistematizada na Tabela a seguir.

PERCENTAGEM DAS PESSOAS OCUPADAS, SEGUNDO CLASSES DE RENDA MÉDIA MENSAL DO RIO GRANDE DO NORTE

CLASSES DE RENDA (SALÁRIOS MÍNIMOS)	PESSOAS OCUPADAS					
	1970		1980		1990	
	%	% acum.	%	% acum.	%	% acum.
Até 1/2	57,0	57,0	24,9	24,9	21,5	21,5
Mais de 1/2 a 1	20,7	77,7	34,0	58,9	22,6	44,1
Mais de 1 a 2	7,2	84,9	19,5	78,4	23,1	67,2
Mais de 2 a 3	2,2	87,1	5,8	84,2	8,5	75,7
Mais de 3 a 5	1,6	88,7	4,3	88,5	8,9	84,6
Mais de 5 a 10	1,0	89,7	3,1	91,6	5,0	89,6
Mais de 10	0,4	90,1	1,7	93,3	4,0	93,6
Sem rendimento	9,9	100,0	6,7	100,0	6,4	100,0
TOTAL	100,0	-	100,0	-	100,0	-

Fonte: FIBGE/IDEC, sistematização da autora

Os dados evidenciam que, nas duas décadas consideradas, houve um aumento no número de pessoas ocupadas que passaram

a perceber níveis de rendimentos maiores que um salário mínimo, ao mesmo tempo em que houve redução significativa, cerca de 62%,

das pessoas que recebiam até 1/2 salário mínimo.

Com relação aos níveis salariais acima do salário mínimo, as classes de renda que apresentaram as maiores taxas de incremento entre 1970/90 foram as faixas de mais de 10 salários, que cresceu cerca de 875%, seguidas das faixas de 2 a 3 e de 3 a 5 salários mínimos, que evoluíram em torno de 456% e 400%, respectivamente.

Desse modo, a quantidade de pessoas ocupadas que recebiam até um salário mínimo no ano de 1970 caiu de 77,7% para 44,1% em 1990, importando numa redução de 43%. Se adicionarmos a essas faixas salariais o número de pessoas que não dispunham de rendimentos, essa diminuição fica em torno de 46%.

Em princípio, os dados parecem ratificar a tese de o crescimento econômico do Rio Grande do Norte ter sido acompanhado de melhorias nos níveis de remuneração da população empregada. Contudo, é necessário enfatizar que as classes de rendimentos que apresentaram relativamente os maiores índices de expansão foram as que detinham, em 1970, percentuais extremamente baixos, caso das faixas acima de dois salários mínimos, de modo que a base sobre a qual ocorreu intenso crescimento mostrava-se praticamente insignificante no início do período analisado.

Por outro lado, a performance da evolução dos níveis de rendimento das pessoas empregadas no Estado indica que o crescimento da economia estadual resultou em alguma melhoria no padrão de remuneração do contingente populacional ocupado. Se se considerar que esse crescimento foi impulsionado pelos setores industrial e de serviços, tem-se na ocorrência

desse fenômeno a explicação para o desempenho das faixas salariais acima de dois salários mínimos.

Feitas essas considerações, cabe ainda mencionar o elevado grau de concentração de renda apresentado pela economia do Rio Grande do Norte, na qual 67,2% da população empregada ganhava até dois salários mínimos e, se incluídas nesse percentual as pessoas ocupadas que não dispunham de rendimentos, o Estado atingiria o patamar de cerca de 73,6% de sua população em tais condições, no ano de 1990.

Outro aspecto elucidativo dessa questão diz respeito à distribuição pessoal da renda observada nos anos 1980 e 1991<sup>4</sup>. No primeiro ano, 25% dos chefes de domicílios mais ricos do Estado detinham 69,63% da renda pessoal enquanto que aos 75% mais pobres cabiam 30,37% da mesma. Quanto ao ano de 1991, os 25% mais ricos foram contemplados com 74,64% da renda pessoal, já aos 75% mais pobres couberam, tão-somente, 25,36% daquele total.

Embora os dados compreendam apenas parte do período analisado, constituem um indicador seguro do aumento de concentração da renda verificado nesses anos, uma vez que os chefes de domicílios mais abastados passaram a deter cerca de 7,2% a mais da renda que em 1980, enquanto que os 75% mais pobres perderam 16,5% da participação que alcançavam em 1980 na renda pessoal do Estado.

Feitas essas considerações a respeito dos níveis de remuneração das pessoas empregadas e de aspectos da distribuição pessoal da renda no período, convém investigar a evolução de alguns indicadores sociais no Estado, no âmbito da educação e da saúde, para identificar a disponibilidade

desses serviços à população norte-riograndense durante os anos pesquisados.

No que concerne à educação, tomando-se como referência o número de matrículas no 1º e 2º graus efetuadas no Estado nos anos de 1970 e 1990, observa-se que, no caso do 1º grau, a quantidade de alunos matriculados no início do ano passou de 253.000, em 1970, para 500.756, em 1990. Essa evolução implicou numa taxa de crescimento média anual de 3,5% do número de estudantes matriculados.

Considerando que a faixa etária definida como adequada para cursar o 1º grau está compreendida nas idades de 7 a 14 anos, é interessante considerar o que se denomina de taxa de escolaridade: o número de estudantes sobre a população residente. Para aquela faixa etária, a taxa de escolaridade em 1970 era de 55%, e alcançou, em 1990, o patamar de 79%, indicando um aumento do número de crianças matriculadas de 7 a 14 anos<sup>5</sup>.

Quanto aos alunos matriculados no 2º grau, o número de estudantes saiu de 9.500, no início do ano de 1970, para 68.532, em 1990, indicando um crescimento médio anual de 10,4%. - bastante expressivo em relação ao que se verificou no 1º grau.

Quando se incluem na análise os fenômenos da repetência e da evasão, os dados disponíveis para os anos de 1972 e 1990 mostram que o número de alunos matriculados no 1º grau que obtiveram sucesso, ou seja, aprovação, aumentou em apenas 6,6% nos dois anos considerados, para um crescimento no número de matrículas de 52%. No 2º grau, o número de estudantes matriculados que foram aprovados elevou-se em torno de 180%, para um aumento de 326% no total de matrículas observadas naqueles anos.

O aumento do número de alunos que cursavam o 2º grau, entre os anos de 1970 e 1990, é um indicador de melhoria de acesso da população à educação formal. Por outro lado, o que ocorre no 1º grau evidencia as dificuldades enfrentadas pela população potiguar em idade escolar de chegar até a escola e obter aprovação. A evasão escolar, ao passar de 5,9% em 1970 para 17,7% em 1990, mostra que o ensino do 1º grau no Rio Grande do Norte tem se caracterizado por uma elevada expulsão da criança da escola, cuja causa está, possivelmente, associada ao fenômeno da desigualdade da distribuição de renda.

Outro indicador que, de alguma forma, afere o acesso da população ao sistema educacional é o nível de alfabetização alcançado ao longo do tempo. No caso do Rio Grande do Norte, em 1970, cerca de 40% de sua população era alfabetizada: em 1980 esse percentual foi de 50% e atingiu, em 1990, o índice de 59%.

É possível constatar a evolução dos níveis de alfabetização alcançados pelo Estado do Rio Grande do Norte, ao longo do período investigado, contudo, mesmo tomando o ano de 1990 como referência, os dados são reveladores da precariedade da situação educacional potiguar, uma vez que cerca de 41% de sua população era analfabeta<sup>6</sup>.

Com relação aos indicadores da saúde, os dados considerados foram o número de estabelecimentos que prestam atendimento à população. Em 1974, existia no Estado do Rio Grande do Norte 461 estabelecimentos de saúde passando, em 1989, para um total de 915, crescendo, portanto, cerca de 98%.

Do total de 915 estabelecimentos de saúde em 1989, 759, ou seja, cerca de 83%, eram mantidos pelo setor público.

Considerando apenas o número de estabelecimentos públicos disponíveis para o atendimento à população, o Rio Grande do Norte detinha, em 1989, a 4ª posição, dentre os Estados nordestinos.

Os indicadores socioeconômicos adotados nessa pesquisa mostram que, os anos de intenso crescimento da economia norte-riograndense foram acompanhados por alguma melhoria no padrão de vida da população potiguar, em que pese o aumento de concentração pessoal da renda verificado no período.

Essa conclusão é derivada do aumento do número de trabalhadores ocupados que passaram a auferir níveis maiores de remuneração, sobretudo, na faixa acima de dois salários mínimos.

Do ponto de vista da educação, os indicadores utilizados: número de matrículas no 1º e no 2º graus; taxa de escolaridade na faixa etária de 7 a 14 anos e níveis de alfabetização da população potiguar dão conta de maior grau de acesso da população estadual ao sistema escolar, no período analisado.

Com relação à saúde, o crescimento do número de estabelecimentos disponíveis ao atendimento da população, com elevado percentual de participação da rede pública, constitui evidência do aumento da possibilidade de maior atendimento à população norte-riograndense.

Em que pese a melhoria relativa verificada nos indicadores econômicos do Estado do Rio Grande do Norte no período investigado deve ser enfatizado que os níveis alcançados pelos mesmos denotam o grau de precariedade dos serviços de infra-estrutura social básica em educação e saúde, manifestados pelo elevado *déficit* de

escolarização, crescente aumento da repetência e evasão escolar e, ainda, acentuada taxa de mortalidade infantil. Esses níveis, na verdade, são compatíveis com a alta concentração pessoal da renda e os reduzidos índices de remuneração de grande parte da população empregada do Estado.

## BIBLIOGRAFIA

- FIBGE. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios*. Rio de Janeiro, 1990
- IDEC. *Diagnóstico Estrutural do Estado - Secretaria do Planejamento do Rio Grande do Norte*/IDEC. Natal, 1975.
- IDEC. *Perfil do Estado do Rio Grande do Norte - 1993* - IDEC/Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado do Rio Grande do Norte, Natal 1993.
- PAIVA, P. *Crescimento populacional e crescimento econômico no Brasil: uma agenda para pesquisa*. In: ANAIS do XVII Encontro Nacional de Economia. ANPEC, Fortaleza, 1989.

## NOTAS

- <sup>1</sup> O Brasil, a partir de meados dos anos sessenta até 1985, apresentou uma redução na taxa de fecundidade que alcançou o percentual de 38%. Embora os dados não estejam discriminados por região, a queda de fecundidade parece ter sido uma tendência geral observada em todo o país. Ver PAIVA, Paulo. *Crescimento populacional e crescimento econômico no Brasil: uma agenda para pesquisa*. In: ANAIS do XVII Encontro Nacional de Economia. ANPEC, Fortaleza, 1989.
- <sup>2</sup> Nos anos oitenta, a agricultura nordestina enfrentou, ainda, a praga do bicudo que contribuiu para inviabilizar a cultura do algodão, tradicional empregadora da força-de-trabalho rural em alguns Estados da região.

<sup>3</sup> A idéia de que o aumento populacional deva ser acompanhado de um crescimento de mesma magnitude no produto para que os níveis de renda e de emprego oferecidos sejam compatíveis com o acréscimo da população, embora seja comumente adotada quando se analisa a evolução de indicadores sócio-econômicos, é amplamente questionável, pois desconsidera os efeitos que as inovações tecnológicas recentes têm produzido sobre o volume de emprego na economia no sentido de reduzi-los.

<sup>4</sup> Esses dados a respeito de distribuição da renda pessoal entre os chefes de domicílios foram extraídos da publicação Perfil do Estado do Rio Grande do Norte - 1993 - IDEC/Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado do Rio Grande do Norte.

<sup>5</sup> O que significa dizer que o *déficit* de escolarização para a referida faixa etária foi reduzido de 45% em 1970 para 21% em 1990. Esses dados foram obtidos a partir do Diagnóstico Estrutural do Estado - Secretaria do Planejamento do Rio Grande do Norte/IDEC. Natal, 1975 e FIBGE/PNAD. Rio de Janeiro, 1990.

<sup>6</sup> De acordo com os dados oficiais, a taxa de alfabetização da população brasileira era em 1970 de 60%; em 1980 de 68% e em 1990 de 77%. Na verdade, o Rio Grande do Norte atingiu em 1990, praticamente, o índice apresentado pelo Brasil em 1970, ou seja, há vinte anos atrás.

## INTRODUÇÃO

A pesquisa do tema da participação estudantil de movimento estudantil é uma produção recente do campo acadêmico e literário. De fato, o assunto das mobilizações estudantis em movimentos nacionais de história política nacional recebeu atenção por parte dos estudiosos para o período deste movimento segmentar: os estudantes secundaristas e universitários.

Participação política dos estudantes: o caso da UFRN

De toda sorte, o movimento estudantil se fez presente em momentos como o Estado Novo (1945), na luta pela constituinte de 1946, na luta contra a ditadura militar e pela redemocratização do Brasil. O M.E. foi, durante muito tempo, o principal ator social das classes médias na América Latina. A participação estudantil também foi uma espécie de escola política, na medida em que formou líderes que posteriormente aglutinaram na vida política institucional, todo muitos desses líderes adquirindo destaque no exercício político, como é o caso de, também, ao forjar uma série de alianças com outros segmentos sociais, assumindo, inclusive, algumas de suas reivindicações sob forma de bandeiras gerais.

Entretanto, o M.E. seguiu alguns caminhos e tendências abaixo:

*1. Desvinculação do movimento estudantil em relação ao Movimento Estudantil, tendo em vista a possibilidade de ser o primeiro passo para a criação de uma*

*desvinculação do movimento estudantil em relação ao Movimento Estudantil, tendo em vista a possibilidade de ser o primeiro passo para a criação de uma*

Fases definidores "classista" e "populista" de intervenção do M.E. Com caráter, mais largamente acadêmico e jornalístico, foi predominantemente debater sobre participação de grande peso e importância e aparentemente pouco impacto de movimentos políticos.



Alan Daniel Freire de Lacerda\*

participação, por um outro tipo de movimento progressista, não é percebida como comportamento social relevante e não é um sentimento de pesar.

Partindo da pergunta: o que é a ausência de participação das classes da Universidade Federal do Rio Grande do Norte nas suas entidades representativas? oportunidade para que a categoria se articulasse e construísse a própria vivência de atores sociais referida inicialmente. Da mesma forma, constatamos que a ausência de participação do M.E. na formação de líderes e na construção de alianças com outros segmentos sociais, tendo em vista a possibilidade de ser o primeiro passo para a criação de uma

\* Aluno da Graduação em Ciências Sociais da UFRN

# Participação política dos estudantes: o caso da UFRN

Alan Daniel Freire de Lacerda

Este artigo trata de uma pesquisa realizada em uma universidade pública do Rio Grande do Norte, com o objetivo de analisar a participação política dos estudantes. O estudo foi desenvolvido por meio de entrevistas e questionários, buscando compreender as motivações e os modos de atuação dos jovens na esfera política. Os resultados indicam que há uma crescente conscientização e participação dos estudantes em movimentos e organizações que defendem causas sociais e ambientais.

Alan Daniel Freire de Lacerda em Círculo de Leitura da UFRN

## INTRODUÇÃO

A respeito do tema da participação estudantil e do movimento estudantil já existe uma produção razoável no campo acadêmico e literário. De fato, o impacto das mobilizações estudantis em importantes momentos da história política nacional reclamou atenção por parte dos estudiosos para as condutas deste importante segmento social: os estudantes secundaristas e universitários. Obviamente há lacunas nessa literatura, pois falta a boa parte desta a percepção das especificidades locais do M.E. nos estados, por exemplo. Fato que começa a ser solucionado por alguns estudos recentes<sup>1</sup>.

De toda sorte, o movimento estudantil se fez presente em momentos como o fim do Estado Novo (1945), na luta pelas reformas de base (pré-64), na luta contra a ditadura militar e pela redemocratização do Brasil. O M.E. foi, durante muito tempo, o principal ator social das classes médias na América Latina<sup>2</sup>. A participação estudantil também foi uma espécie de escola política, na medida em que formou líderes que posteriormente ingressaram na vida política institucional, tendo muitos desses líderes adquirido destaque no exercício político, como é notório; e, também, ao forjar uma série de alianças com outros segmentos sociais, assumindo, inclusive, algumas de suas reivindicações sob forma de bandeiras gerais.

Encaramos o M.E. segundo alguns definidores elencados abaixo:

*Consideramos três características próprias do Movimento Estudantil, quais sejam: a possibilidade de ser a primeira participação de forma organizada na sociedade, a*

*temporalidade da condição de estudante e o caráter geral de suas bandeiras de luta. (FRAGA, 1995, pg. 25)*

Esses definidores “clássicos” foram motivadores parciais do interesse na temática do M.E.. Com certeza, para largos setores acadêmicos e jornalísticos foi e é mais interessante debruçar-se sobre processos participativos de grande peso: a ação coletiva visível e aparentemente poderosa. Sob o impacto de conjunturas políticas favoráveis à disseminação de discursos portadores da crença na mudança social progressiva, a atração mantém-se. No entanto, quando os momentos não-participativos tornam-se mais frequentes que os momentos participativos, a tendência é que aquela temática seja relegada a um segundo plano. Deixa-se de analisar os momentos que ainda não foram bem explicitados. Sobretudo a ausência de participação, por um certo senso comum progressista, não é percebida enquanto comportamento social relevante e sim com um sentimento de pesar.

Partimos da pergunta: o que causa a ausência de participação dos estudantes da Universidade Federal do Rio Grande do Norte nas suas entidades representativas? A oportunidade para que a indagação surgisse e amadurecesse construiu-se a partir da própria vivência do autor como estudante da referida instituição. Durante os últimos anos, constatamos o fato de que não há movimento estudantil na UFRN. Defrontamo-nos, na verdade, com um momento não-participativo, pois o que há são as entidades representativas (Centros Acadêmicos - C.A.s, Diretório Central de Estudantes - DCE) com atividades que são realizadas principalmente por seus dirigentes. Pretendemos investigar

quais os mecanismos que ocasionam tal fato, consolidando a pesquisa em monografia de conclusão do curso.

## A QUESTÃO DA PARTICIPAÇÃO

Antes de passarmos ao foco central do trabalho, é necessário definir o que se entende por situação participativa, na qual a participação seria a manifestação de uma vontade coletiva persistente. Interpretando Rousseau, John Stuart Mill e G.D.H. Cole - nomeados como os teóricos da democracia participativa -, Carole Pateman identifica, sinteticamente, o sentido e o ideal da participação em uma sociedade democrática:

*A principal função da participação é (...) educativa no mais amplo sentido da palavra, tanto no aspecto psicológico quanto no de aquisição de prática de habilidades e procedimentos democráticos. Por isso, não há nenhum problema especial [na teoria da democracia participativa]<sup>3</sup> quanto à estabilidade de um sistema participativo; ele se auto-sustenta por meio do impacto educativo do processo participativo. A participação promove e desenvolve as próprias qualidades que lhe são necessárias; quanto mais os indivíduos participam, melhor capacitados eles se tornam para fazê-lo. As hipóteses subsidiárias a respeito da participação são de que ela tem um efeito integrativo e de que auxilia a aceitação de decisões coletivas. (PATEMAN, 1992, p.60-1)*

A mensagem é a seguinte: não bastam instituições com um formato representativo para que se consolide um sistema democrático; é preciso que os indivíduos

desenvolvam condutas democráticas através da participação. É preciso um treinamento de caráter pedagógico nas artes da discussão, da crítica, da construção do consenso, da tomada de decisões, das soluções pelo voto informado do eleitor. A um formato deve corresponder um comportamento, ou antes, ambos devem estar continuamente imbricados. Uma sociedade participativa exige uma sólida infra-estrutura cívica por parte da coletividade dos seus cidadãos. Aqui cabe um comentário acerca da participação política na sociedade brasileira: nossa cultura política jamais foi estimuladora de processos participativos, justamente no sentido trabalhado aqui, por não ter se desenvolvido na nossa formação social essa pedagogia do procedimento democrático. As decisões e deliberações políticas no Brasil sempre se deram sob a égide do autoritarismo sobre as massas populares. Nesse sentido, a cultura política autoritária constitui-se um elemento restritivo das oportunidades para a participação, inclusive no caso dos estudantes.

No entanto, práticas participantes não são efetuadas gratuitamente. Na vida real, a participação implica em custos para os que nela se envolvem, e seus benefícios não são imediatamente perceptíveis ou só o são a longo prazo.

“A participação consome tempo.” (LUCAS, 1985, p. 190). Eis uma afirmação trivialmente verdadeira, mas que indica problemas complexos. De fato, os participantes particulares se ocupam em várias atividades - trabalho, lazer, condução da família, estudos - e têm que retirar algum tempo dessas ocupações para tratar dos assuntos coletivos. No mínimo, tal atitude exige disposição e escolhas por parte dos

participantes. O próprio processo participativo é mais lento e irrita tecnocratas desejosos de soluções sumárias. O processo pede que as pessoas sejam bem-informadas e a aquisição de informações custa dinheiro, tempo e esforços. “A participação torna a vida mais complexa e árdua para todos. Ela aumenta os custos da informação.” (LUCAS, 1985, p. 193)

Condutas participativas têm resolução mais lenta porque consistem em um aprendizado. Inclusive pode-se argumentar que os benefícios da ação coletiva para os indivíduos cooperadores incluem não só o possível êxito da consecução do fim a ser atingido, mas o treino político nas “artes cívicas”. Contudo não está claro que seja desejável para todos esse treinamento democrático. Existem indivíduos que podem preferir aguardar os benefícios da ação empreendida por outros sem pagar o seu preço, e assim continuar ignorantes nas artes cívicas. Outros podem ser míopes, não conseguindo vislumbrar possíveis vantagens no futuro, desconsiderando-o, preferindo, assim, a imediatividade das vantagens do presente. Ainda existem aqueles que, entre participar de uma ação ou de outra atividade qualquer, escolhem esta última como a que atende melhor a seu auto-interesse. Alguns participam contínua e intensamente, outros episódica e extensamente.

É objetivo de nosso trabalho identificar quais os mecanismos que atuam, no nível dos indivíduos e de sua interação, provocando a não-participação. O contexto por nós abordado é o das entidades representativas do segmento estudantil da UFRN, nas quais a não-participação constitui um fato. Secundariamente, pretendemos estudar os níveis de participação, já que esta ainda ocorre, só que de modo extensivo e minoritário na população em foco.

## ESCOLHA RACIONAL E PROBLEMA DE AÇÃO COLETIVA

De certa forma, este trabalho corresponde, diferentemente de outros sobre o mesmo tema, à tentativa de abrir uma “caixa-preta” e ver as engrenagens do mecanismo interno<sup>4</sup>, pois se trata não de um estudo sobre uma determinada ação coletiva mas de uma identificação ou do porquê não ocorre ação, ou em que condições esta se dá quando vem a ocorrer. Nosso referencial teórico principal situa-se na perspectiva do individualismo metodológico, na obra de seu expoente:

*O individualismo metodológico é a posição segundo a qual todas as instituições, padrões de comportamento e processos sociais só podem ser em princípio explicados em termos de indivíduos: suas ações, propriedades e relações. É uma forma de reducionismo, o que quer dizer que nos leva a explicar fenômenos complexos em torno de seus componentes mais simples.* (ELSTER, 1989, pg. 36-7)

“A unidade elementar da vida social é a ação humana individual.” (ELSTER, 1994, p.29). A procura de “microfundamentos” surge do fraco alcance explicativo de proposições generalizantes que atribuem a supostas características gerais da sociedade o descrédito da participação estudantil. Disseminam-se, desse modo, e mesmo no discurso teórico, figuras como o “desencanto com a política”, “crise das utopias/crise do ideal socialista/crise do M.E.”, como recursos interpretativos no entendimento dos fenômenos de apatia política e ausência de participação. Enquanto pistas para a análise,

tais noções são válidas, mas convém não abusar de seu uso em relações causais.

Suponhamos a seguinte trilha de análise: numa determinada conjuntura, difundiu-se uma crença a respeito das oportunidades para a mudança social progressiva; acreditou-se que o conjunto de oportunidades era amplo, o que veio corresponder ao desejo dos indivíduos de que mudanças sobreviessem. A eclosão de uma ação coletiva neste momento pode ter sido ocasionada pelo modo peculiar como interagiram desejos e crenças a respeito de oportunidades, o qual explicaria a ação. O não-cumprimento das expectativas construídas nessa conjuntura pode gerar um novo momento de caráter inverso. As oportunidades para a ação coletiva podem ter sido objetivamente similares, mas o grau em que os indivíduos acreditavam nelas diferiu. As noções aludidas no parágrafo anterior possivelmente se referem a um tipo de fenômeno como esse. De qualquer modo, é um caminho de pesquisa mais interessante do que desdobrar os vários significados do termo “crise” para encontrá-los em seguida no meio social.

A ausência de ação coletiva também pode ser vista sob um outro ângulo. Uma determinada situação objetiva envolve um determinado grupo social, sendo suas características tais que implicam dificuldades e carências para esse grupo. Na superação dessa situação difícil, a ação coletiva pareceria um caminho viável, exigindo a participação de alguns ou de todos do grupo. Um problema pode surgir nesse ponto.

*Suponhamos que cada membro de um grupo tenha a escolha entre empenhar-se numa certa atividade e não empenhar-se na mesma. O grupo tem um problema de ação coletiva*

*se for melhor para todos se alguns o fizerem do que se ninguém o fizer, mas melhor para cada um não fazê-lo. (ELSTER, 1994, p. 151)*

Como vimos, a participação envolve custos para os que nela se engajam, e podem haver aqueles que preferiram aguardar os benefícios advindos da cooperação dos outros sem arcar com os custos da ação (problema de carona).

*Cooperar é agir contra o próprio auto-interesse de um modo que beneficie a todos se alguns, ou possivelmente todos, agirem daquela forma. No mais conhecido problema de ação coletiva é melhor para todos se todos cooperarem. (...) Na vida social há inumeráveis exemplos dessa perversa tendência de a racionalidade individual gerar o desastre coletivo. (ELSTER, 1994, p. 151)*

A não-cooperação é individualmente racional, em termos de benefícios egoísticos, para os não-cooperadores. Estes usufruem de benefícios sem pagar o preço, ou não usufruem de nada nos casos de não ter sucesso a ação ou de esta sequer acontecer.

*Os problemas de ação coletiva surgem porque é difícil conseguir que as pessoas cooperem para seu benefício mútuo. ‘Resolver’ o problema é atingir a cooperação mutuamente benéfica. Quando a cooperação universal for indesejável, uma solução deve definir quem deve cooperar e quem não. (ELSTER, 1994, p. 156-7)*

A escolha racional se conforma como uma possível via explicativa para o nosso problema. Os estudantes podem preferir ocupar-se em outras atividades que não a participação política, acreditando que os custos dessa atividade excedem os seus

benefícios, e compreendendo assim que ela não atende aos seus interesses.

*A escolha racional busca encontrar os melhores meios para fins dados. É um modo de adaptar-se otimamente às circunstâncias. (...) a escolha racional não é um mecanismo infalível, uma vez que a pessoa racional pode escolher apenas o que acredita ser o melhor meio. (ELSTER, 1994, p. 41)*

Sem mais, alocamos duas proposições hipotéticas, em caráter provisório:

1) A ausência de participação dos estudantes da UFRN nas atividades de suas entidades representativas é causada por uma escolha racional dos indivíduos em ocupar-se de outras atividades que acreditam atender melhor ao seu auto-interesse.

2) O fato é causado por um problema de ação coletiva, no caso um problema de carona, como o discutido anteriormente.

É nosso intuito testar em pesquisa empírica as duas hipóteses alocadas, admitindo não só que elas possam ser aceitas ou refutadas, mas também que possam combinar-se. As hipóteses implicam que na pesquisa deveremos tentar mensurar indicadores como: crenças acerca do movimento estudantil (sua política, suas entidades), grau de importância do M.E. para os estudantes, obstáculos percebidos na ação coletiva estudantil, eficiência das atividades das entidades estudantis, relação custo-benefício implicada nas escolhas, níveis de participação nas ações das entidades estudantis.

## BIBLIOGRAFIA UTILIZADA

- ALBUQUERQUE, José Augusto Guilhon. *Movimento estudantil e consciência social na América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- ANDRADE, Carlos Alberto Nascimento de. *A organização política dos estudantes da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (1974 - 1984)*. Natal: UFRN, 1994. (Tese de mestrado em Educação)
- CAMPENHOUDT, LucVan; QUIVY, Raymond. *Manual de investigação em ciências sociais*. Lisboa: Gradiva, 1992.
- ELSTER, Jon. *Marx, hoje*. São Paulo: Paz e Terra, 1989.
- \_\_\_\_\_. *Peças e engrenagens das ciências sociais*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.
- FRAGA, Maria da Conceição. *Estudantes, cultura e política: a experiência dos manauaras*. Natal: UFRN, 1995. (Tese de mestrado em Ciências Sociais)
- LUCAS, John Randolph. *Democracia e participação*. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1985
- PATEMAN, Carole. *Participação e teoria democrática*. São Paulo: Paz e Terra, 1992.
- POERNER, José Artur. *O poder jovem - História da participação política dos estudantes brasileiros*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.
- SILVA, Justina Iva de Araújo. *Estudantes e política: estudo de um movimento (RN 1960 - 1969)*. São Paulo: Cortez, 1989.

## NOTAS

- <sup>1</sup> A esse respeito, destacamos os trabalhos: ANDRADE, Carlos Alberto Nascimento de. *A organização política dos estudantes da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (1974 - 1984)*. Natal: UFRN, 1994; SILVA, Justina Iva de Araújo. *Estudantes e política:*

*estudo de um movimento (RN 1960 - 1969)*. São Paulo: Cortez, 1989; FRAGA, Maria da Conceição. *Estudantes, cultura e política: a experiência dos manauaras*. Natal: UFRN, 1995.

<sup>2</sup> Cf. José Augusto Guilhon Albuquerque, *Movimento estudantil e consciência social na América Latina*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977, cap. III e IV.

<sup>3</sup> Colchetes colocados por nós.

<sup>4</sup> Jon Elster usa essa expressão como uma analogia elucidativa de seu método - procura de microfundamentos -, já que ele é cético quanto à formulação de leis gerais no atual estágio das ciências sociais, preferindo fundamentar a explicação em mecanismos.



## *Fragmentos arquivísticos e bibliográficos: anotações acerca das fontes de pesquisa*

---

Vânia Gico\*

---

\* Professora do Departamento de Ciências Sociais da UFRN / Base de Pesquisa Educação e Sociedade

Referência bibliográfica básica deste trabalho:  
NUNES, Clarice; CARVALHO, Marta Maria Chagas de. **Historiografia da Educação e fontes**. In: Reunião Anual da ANPED, 15. Caxambú, 1992. Cadernos ANPED, Porto Alegre/RS, n.5, p.7-64, set. 1993.

Os historiadores da educação, como os demais pesquisadores, dependem, nas suas investigações, não apenas das questões formuladas dentro de certas matrizes teóricas, mas também dos materiais históricos com os quais pode contar, quais sejam, as fontes de pesquisa.

Apesar dessa dependência, a história se faz independentemente das fontes. As fontes servem para reviver a história que se deu. Aí cada historiador/estudioso faz o seu recorte aproximativo de reconstrução da história.

As matrizes teóricas, por sua vez, como também os recursos metodológicos, refletem a postura filosófica, política e ideológica do historiador/pesquisador, diante da realidade vivida e da produção de conhecimento já existente, que define a construção do seu método. Então, “praticar a pesquisa é transformar incessantemente o método” (4:59).

Não fazemos pesquisa dentro do contexto histórico se não respeitamos a empíria contra a qual lutamos: e todos já nos deparamos com a dificuldade de recolher fontes impressas e arquivísticas, para não falar nas outras, geralmente lacunares, parcelares e residuais, conservadas e armazenadas de maneira inadequada.

Apesar dessas dificuldades, é justamente no manuseio crítico das fontes que o pesquisador ganha a distância necessária para dirigir um novo olhar ao conhecimento, tornando-se, pela sua prática e pelo seu projeto, um historiador/pesquisador capaz de articular mais conjuntamente os saberes dito científico/tradicional, mitológico/racional.

A reflexão sobre as fontes é ao mesmo tempo uma reflexão sobre os limites, não só

das práticas institucionais, no que diz respeito à localização, conservação e divulgação de acervos, mas também das práticas discursivas, no âmbito da história. A intenção e as características da pesquisa histórica e da história da educação manifestam um certo tipo de história crônica, na qual a interpretação é construída predominantemente pelos critérios de construção da narrativa e pelos critérios de seleção dos fatos. Estes critérios de narração, que constituem uma estrutura seletiva de fatos e a tentativa de narrar os fatos tal qual aconteceram, aumentaram a preocupação com a localização e uso de fontes escritas. Entretanto, a unicidade textual possui uma organicidade complexa de diversos e, às vezes, contraditórios elementos, onde a interpretação, por não ser unívoca, explode a rigidez dos códigos disciplinares e a separação entre o racional e o imaginário. A consolidação desse movimento fixou não só a hegemonia dessas fontes sobre outras, mas também a colonização, quando não supressão, do discurso do outro.

Malgrado toda essa tendenciosidade, o documento, fonte privilegiada de prova, testemunho e fundamento do fato histórico, ainda que resulte da escolha de uma decisão do historiador/pesquisador, parece apresentar-se por si mesmo como prova histórica. Nele a escrita tem duas funções principais: “Uma é o armazenamento de informações, que permite comunicar através do tempo e do espaço, e fornece ao homem um processo de marcação, memorização e registro”; a outra, “ao assegurar a passagem da esfera auditiva à visual”, permite “reexaminar, reordenar, retificar frases e até palavras isoladas” (2:433).

Os “lugares topográficos, como os arquivos, as bibliotecas e os museus; lugares

monumentais como os cemitérios ou as arquiteturas; lugares simbólicos como as comemorações, as peregrinações, os aniversários ou os emblemas; lugares funcionais como os manuais, as autobiografias ou as associações: estes memoriais têm a sua história”. Mas não podemos esquecer os verdadeiros lugares da história, aqueles onde se deve procurar, não a sua elaboração, não a produção, mas os criadores e os denominadores da memória coletiva: “Estados, meios sociais e políticos, comunidades de experiências históricas ou de gerações, levadas a constituir os seus arquivos em função dos usos diferentes que fazem da memória”(2:473), apesar de que o que de fato sobrevive não é o conjunto daquilo que existiu, mas uma escolha efetuada pelo desenvolvimento temporal do mundo, da humanidade e dos historiadores/pesquisadores. A história, então, “é uma certa maneira de uma sociedade dar estatuto e elaboração a uma massa documental de que se não separa” (2:546).

Por seu lado, o documento alargado para além dos textos tradicionais, transformado em dado, pode ser tratado nas suas diversas formas de expressão. Há um trabalho silencioso na relação do homem com a realidade que lhe propicia a sua dimensão histórica, onde o silêncio é sentido. Então, até o silêncio pode ser uma fonte de dados para a pesquisa. O silêncio considerado uma necessidade que “torna possível toda significação, todo dizer. O silêncio que não é distanciamento mas presença”... (6:66). O silêncio que não se reduz a ausência de sons ou palavras, mas um silêncio cheio de palavras, que se torna fonte de dados pelos não dizeres ou os dizeres das (entre) linhas.

Mais ainda, “temos de habituar-nos a considerar como fontes de história os mesmos fenômenos cotidianos de nossa vida popular, cujo valor testemunhal de modo algum é inferior às crônicas e documentos antigos. Da ornamentação de um pórtico e de um instrumento agrícola, da forma de uma casa e da boina de uma mulher, podem-se haurir mais informações de História da Civilização que de muitos molhos de atas dos nossos arquivos” (1:9).

Mas, por que valorizamos tanto os nossos arquivos? E o documento escrito como objeto de construção para reconstrução da história? “A virtude dos arquivos é a de nos colocar em contato com a pura historicidade” (3:268). Os arquivos constituem o fato em sua contingência radical - apenas a interpretação, que não faz parte dele, pode baseá-lo numa razão; por outro lado, eles dão uma existência física à história, pois apenas neles é ultrapassada a contradição de um passado terminado e de um presente onde ele sobrevive. “Os arquivos são o ser encarnado da factualidade” (3:269) e o fato histórico resulta, em larga medida, do recorte do historiador/pesquisador.

Nesse contexto, qual o movimento/envolvimento possível de um levantamento de fontes de história da educação? Quantas são as histórias embutidas nesses levantamentos? É possível entrever algumas: a história administrativa, a história política, a história biográfica, a história intelectual e o processo criativo de vultos da história - o que o faz educador, em sentido lato, a história religiosa, a história econômica, história das políticas educacionais, entre outras.

Estas histórias, entranhadas nos fragmentos arquivísticos e bibliográficos,

tecem pelo avesso as histórias da educação oficial e da humanidade, e nos ajudam a destacar a especificidade do objeto pedagógico e da história no seu caráter multifacetado. Entretanto, o pesquisador/historiador nem sempre tem clareza desse caráter que pode ser visto de vários ângulos. A percepção dos materiais históricos, privilegiados como dados, exige um olhar hologramático e o concurso de vários domínios do saber, para ser apreendido na sua inteireza. A estranheza, no entanto, está posta: a História se faz independentemente das fontes. No seu percurso vai deixando trilhas que podem ser reconstrutoras do processo histórico.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- 1 CASCUDO, Luís da Câmara. **Rede de dormir**; uma pesquisa etnográfica. 2.ed. Rio de Janeiro: FUNARTE/INF: Achiamé; Natal: UFRN, 1983.
- 2 LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 3.ed. Campinas, SP: Ed. UNICAMP, 1994. p. 423-480: Memória; p.535-549: Documento/Monumento.
- 3 LEVI - STRAUSS, Claude. **O pensamento selvagem**. Campinas, SP: Papyrus, 1989.
- 4 NUNES, Clarice. Articulação teórica - empírica na pesquisa histórica: notas de estudo. **Série Documental Eventos**, Brasília: MEC/INEP, v.6, p.12-19, abr. 1995.
- 5 NUNES, Clarice; CARVALHO, Marta Maria Chagas de. Historiografia da Educação e fontes. In: Reunião Anual da ANPED, 15. Caxambú, 1992. **Cadernos ANPED**, Porto Alegre/RS, n.5, p.7-64, set. 1993.
- 6 ORLANDI, Eni Puccinelli. **As formas do silêncio**; no movimento dos sentidos. 2.ed. Campinas, SP: Ed. UNICAMP, 1993. p.63: Silêncio, sujeito, história: significando nas margens.





# Por uma sociologia da performance

João Gabriel L. C. Teixeira\*

Yuli Hostensky\*\*

Este trabalho foi apresentado na IV Semana de Humanidades - V Seminário de Pesquisa do CCHLA/UFRN, set. 1995. O Prof. J. G. Teixeira foi um dos palestrantes daquele evento.

O propósito deste artigo é discutir algumas das possibilidades da Análise Dramatúrgica, ou seja, a abordagem sociológica que se utiliza da terminologia, conceitos e procedimentos das artes cênicas no ensino de sociologia, em investigações sociais diferenciadas. As sugestões aqui apresentadas têm como base experimentos<sup>1</sup> realizados, por alunos e professores do Departamento de Sociologia e do Instituto de Artes da Universidade de Brasília (UnB).

Esses experimentos, em linhas gerais, visavam a criar alternativas para o ensino de sociologia, utilizando-se de montagens de espetáculos teatrais em que temas e questões sociológicas, depois de escolhidos e discutidos, eram finalmente representados por alunos de graduação. O pressuposto da experiência era que essas experimentações teatrais permitiam a vivência de novas situações educativas pelos alunos envolvidos, proporcionavam a percepção de novos *insights* e o aparecimento de desafios teórico-metodológicos referentes a temas e objetos sociológicos variados.

O primeiro dos oito experimentos nasceu da necessidade de motivar alunos de graduação na disciplina “Sociologia do Trabalho” em 1985, quando o Departamento de Artes Cênicas da UnB iniciou o programa “Cometa Cenas”, o qual autorizava a qualquer aluno ou grupo de alunos a representar uma cena ou a fazer números de dança numa sala de ensaios, em dias previamente marcados.

Um dos itens do programa da disciplina era justamente a ideologia do trabalho, em que tópicos como o ascetismo moral, o direito à preguiça e o aspecto criativo da ociosidade eram amplamente discutidos. Diante disto, optou-se pela encenação do

primeiro ato de **A Farsa da Boa Preguiça** de Ariano Suassuna (1974). O mote era questionar a moral ascética via a boa preguiça brasileira: de Malazartes a Macunaíma, de Suassuna a Mário de Andrade e desse à poesia de Ascenso Ferreira.

Em vista dos resultados motivacionais e artísticos obtidos, no ano seguinte foi realizada uma nova montagem. Desta vez a disciplina era “Sociologia da Educação” e o texto de dramaturgia escolhido foi **A Aurora de Minha Vida** de Naum Alves de Souza (1982). A partir da leitura e discussão de textos freudianos sobre a infância e a sexualidade infantil enfocava-se o mito da infância feliz e retratava-se a crueldade infantil, proferindo-se, no palco, uma aula sobre educação escolar e conflitos geracionais e ideológicos. O exercício da ironia facilitava a construção de um princípio de realidade menos repressivo e carrancudo.

Neste segundo experimento, o mote eram os próprios versos de Casimiro de Abreu que acompanhou o processo de maturação escolar de muitos brasileiros, e que introduzia ironicamente o texto de Naum: “Oh! que saudades que eu tenho/ da aurora da minha vida/ da minha infância querida/ que os anos não trazem mais...”.

O terceiro experimento versou sobre a “Sociologia da Família” e o texto de dramaturgia utilizado foi **O Casamento Pequeno-Burguês** de Bertolt Brecht (1919). A intenção era exercitar uma teoria crítica da instituição familiar enquanto instância socializadora. O mote resultava de um pequeno conselho de Brecht: “De todas as coisas certas a mais certa é a dúvida”. Este mote autorizava, por um lado, o exercício da dúvida metódica, a partir das personagens e situações da peça. Por outro lado, permitia

a cada participante e espectador tornar-se um cientista social. O trabalho foi concebido como tentativa de fazer rir de forma distanciada e de transmitir sentimentos de desconforto e frustração. Conforme pretendia o próprio Brecht, que o público saísse do teatro com a sensação de que algo novo acontecera.

O quarto experimento utilizou um texto clássico da dramaturgia universal, também da autoria de Bertolt Brecht: **A Ópera de Três Vinténs** (1928). A idéia era explorar os contornos disciplinares da “Sociologia Política”, através da encenação de um enredo que mostrava, sobretudo, o conluio que se estabelecia, na Londres do início do século, entre delinquentes, policiais e autoridades, no sentido de manter-se a corrupção e impunidade enquanto padrões societários dominantes.

O mote era mostrar situações semelhantes às que ocorriam naquele ano de 1989, em pleno Governo Sarney e após a debacle do Plano Cruzado. Os temas explorados sardonicamente pela peça eram objeto corrente de artigos e editoriais, tanto na literatura especializada como nos jornais diários e revistas periódicas.

Note-se que, nesse momento, o projeto afastava-se de um mero exercício disciplinar dentro do campo das sociologias específicas e passava a explorar temas candentes e reais, objetivando a reflexão sobre questões e problemas estruturais e conjunturais. A intenção era fazer o público rir do absurdo que ele próprio vivenciava, lembrando-se que, segundo Brecht, rir é criticar, assim como distanciar-se é enxergar em termos históricos.

O quinto experimento lidava com tópicos relacionados à religião e à política.

As discussões teóricas foram concentradas basicamente nas convergências e divergências extraídas das leituras de dois trabalhos clássicos de Durkheim e Freud, respectivamente, **As Formas Elementares da Vida Religiosa** (1912) e **Totem e Tabú** (1912-13). Entrementes, ficou decidido que algumas das questões sob exame haviam de ser retratadas através da montagem de um texto dramático de Mario Brasini intitulado **A Guerra Mais ou Menos Santa** (sem data). Neste caso, o mote era transmitir novos significados e discernimentos sobre os fenômenos da doutrinação religiosa, alívio sexual e conchavos políticos e de suas inter-relações. A montagem procurava demonstrar, por exemplo, que no Brasil, mudanças paradigmáticas no campo da política eram irrelevantes.

O sexto experimento tratava de temas da Sociologia da Adolescência. O suporte teórico era dado novamente pela leitura e discussão dos ensinamentos de Freud sobre a sexualidade humana e, especialmente, em relação ao estágio da puberdade. O texto teatral foi concebido enquanto colagem baseada na peça **O Despertar da Primavera** do alemão Frank Wedekind (1891) como seu eixo central, ao qual foram inseridas cenas das obras dramáticas do brasileiro Nelson Rodrigues. O título deste experimento foi **O Sol sobre o Pântano** em virtude de as leituras levarem à introjeção do desejo de Rodrigues de que seu teatro projetasse “a luz cruel do sol caindo sobre o pântano”, ou seja, sobre a sordidez e hostilidade do mundo adulto. O pântano era também a alegoria que descrevia o mundo dos adolescentes e suas vicissitudes: sexualidade, supressão e angústia. Essa abordagem também visava à emergência de novos “insights” a respeito

do conhecimento sociológico sobre o processo de socialização. O experimento teatral teve como consequência a mesma sensibilização estética que proporcionava o desenvolvimento da consciência moral dos participantes envolvidos.

O sétimo experimento foi desenvolvido também em duas fases. A primeira consistiu na elaboração de uma colagem visando à montagem de uma revista musical sobre a descoberta/invasão da América, por ocasião das comemorações do seu quinto centenário (1992). A segunda fase consistiu na montagem da colagem, intitulada de **O Rebolado de Colombo**.

À luz da teoria weberiana da dominação carismática, construiu-se o argumento sociológico que enfocava o julgamento do protagonista histórico, conforme produzido pela literatura abundante surgida no período, procurando respostas para a questão “herói ou vilão?”. O segundo aspecto referia-se à tentativa de elaboração de algumas respostas para outra questão básica, enfatizada pela mídia na época, ou seja, a de determinar se o evento a ser evocado seria descoberta ou invasão da América. Resumindo, foi exatamente a controvérsia criada em torno daquelas duas questões que orientaram este experimento.

O oitavo e último experimento foi motivado pela busca de uma sociologia dos afetos preocupada e, ao mesmo tempo deliciada, com a busca de novos “insights” sobre as emoções e sentimentos que afloram nas relações mais mundanas e triviais do cotidiano. A abundância desse tipo de material em quase toda a obra de Williams levou o grupo a concentrar os estudos em sua primeira peça aclamada e clássica, **The Glass Menagerie**<sup>2</sup> e permitiu que esse experimento, intitulado de **Saint Louis**

**Blues**, enfocasse a família e as relações familiares. O fundo social da peça, ou seja, os efeitos da grande depressão econômica norte-americana e a privação sofrida pelos Wingfields são bastante similares aos problemas sociais encontrados atualmente no Brasil. Por exemplo, destacamos o grande número de famílias chefiadas por mulheres tanto na São Paulo de hoje quanto na Saint Louis de há mais de cinquenta anos. Portanto, trabalhar com esta peça também implicou na experimentação de uma estética sociológica que resultou na criação de uma poética para a sociologia da família.

Uma análise superficial dos experimentos relatados revela elementos teóricos passíveis de aplicação em outras experiências semelhantes, ou, por exemplo, nas investigações sobre organizações locais, principalmente naquelas dispostas a fazerem auto-crítica, seja por enfrentarem determinada crise ou por desejarem a avaliação da sua própria produção social.

A relevância dos componentes estéticos que tornam a abordagem dramaturgica utilizável no ensino de sociologia, assim como nas investigações sobre/nas organizações locais, ficará então evidenciada. Isso porque é a que melhor permite, através das performances que realizaram, o aprimoramento das interpretações que as organizações logram sobre si mesmas ou sobre suas temáticas, ou, mesmo o aprimoramento da consciência moral dos alunos envolvidos, quando aplicada ao ensino.

Essas performances reificam e universalizam personagens, situações, contextos, dilemas, problemas e questões, o que torna a abordagem dramaturgica a ciência social “primordial”.

Finalmente, o aspecto mais impactante da experiência descrita foi a percepção de vários sentimentos durante o processo de sua concepção. Os primeiros diziam respeito aos níveis de realidade desvendados a partir da revelação de uma variedade de motivos encobridores, tanto entre os participantes como nos personagens que viviam. Os demais, em sua grande maioria, diziam respeito aos níveis de discernimento ou *insights* retratados nos graus de transfiguração e *mimesis* vivenciados pelos participantes.

## REFERÊNCIAS

- BRASINI, Mario (sem data). **A Guerra Mais ou Menos Santa**, Editora Brasiliense, São Paulo.
- BRECHT, Bertolt (1986). **The Three-Penny Opera**, Methuen Ltd., London.
- \_\_\_\_\_. (1978). **A Respectable Wedding**, Methuen Ltd, London.
- DURKHEIM, Émile (1965). **The Elementary Forms of Religious Life**, The Free Press, New York (originalmente publicada em 1912).
- FREUD, Sigmund (1989). "O Valor da Vida, Uma Entrevista Rara de Freud" in Souza, Paulo César (org.) **Sigmund Freud e o Gabinete do Dr. Lacan**, Editora Brasiliense, São Paulo e "Totem e Tabú" (1912-1913) in **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**. Imago Editora, Rio de Janeiro.
- RODRIGUES, Nelson.(1981) "Os Sete Gatinhos"; "Album de Família"; "A Valsa no. 6"; "Viúva, Porém Honesta" e "O Anti-Nelson Rodrigues" in **Teatro Completo**, 4 volumes, Nova Fronteira, Rio de Janeiro.
- SOUZA, Naum Alves (1982). **A Aurora da Minha Vida**, M.G. Editores Associados, São Paulo.

SUASSUNA, Ariano (1974). **A Farsa da Boa Preguiça**, Livraria José Olímpio Editora, Rio de Janeiro.

- TEIXEIRA, João Gabriel L.C. "O Teatro como Tema Sociológico e Trama de Vivência e Ensino" in **Humanidades**, n.28, Ano V, 1986; "Sociologia se Aprende no Palco?" in **Ciência Hoje**, 1, vol. 13, n.76, set.1991; "Sociologia e Teatro" in **Série Sociologia**, n.98, Departamento de Sociologia, Universidade de Brasília, 1992; "Theatre as a Teaching Procedure in Sociology" in **Clinical Sociology Review**, n.12, 1992; "Socialização e Estética (Relato de Uma Experiência)" in **Série Sociologia** n.105, Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília, 1993 e "Saint Louis Blues, Um Ensaio Teatral e Sociológico sobre a Solidão Humana", comunicação apresentada ao III Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais, Lisboa, Portugal, julho de 1994 (no prelo).
- WEDEKIND, Frank (1973). **O Despertar da Primavera**, Editorial Estampa-Seara Nova, Lisboa (originalmente publicada em 1891).
- WILLIAMS, Tennessee (1968). **À Margem da Vida**, Edições Bloch, Rio de Janeiro.

## NOTAS

<sup>1</sup> Ver TEIXEIRA (1986, 1991, 1992, 1993 e 1994) e vídeos "Ensinando Sociologia pelo Teatro I, II, III, IV, e V", produzidos em colaboração do Centro de Produção Cultural e Educativa (CPCE) da Universidade de Brasília (UnB).

<sup>2</sup> Traduzido no Brasil com o título de "À margem da vida".

## Imaginário X Criação

Katiane Fernandes Nóbrega\*

Sistematisamos aqui algumas concepções a respeito do imaginário e de criação tendo como referência os autores Edgar Morin, Maria da Graça de Moura e Suid Ahrén De Santansky, com o intuito de demonstrar a importância desses noções na produção do conhecimento complexo.

Edgar Morin define a criação como sendo resultado de um complexo de condições internas e externas ao indivíduo, a começar pela resistência aos empréstimos ou imitações socio-culturais, à normatização, à imitação, à reprodução, às vertentes oficiais e institucionalizadas, aos dogmas e dogmáticas que dificultam qualquer inovação, ao mesmo tempo e a favor, de um espaço de liberdade. Segundo Morin, para criar, o indivíduo necessita construir um ambiente que lhe favoreça a criatividade, a inovação, a descoberta, a originalidade, a liberdade de decisão. A criação ocorre nos estados espíritos, pouco marcados pela estrutura socio-cultural (a originalidade dos paradigmas, ideias, teorias, doutrinas, inovações, conformismos), dispõem de certa autonomia relativamente ao poder de pensamento dominante e escapam assim aos rituais e amplos mentais." (Morin, 1987, p.183).

Criação é um termo que, segundo o autor, sempre caminha ao lado de um outro-entendimento. Os dois mantêm uma relação dialógica em que os limites sobrepõem-se um dentro e consequentemente a distinção entre ambos só pode ser feita no que se refere à sua conotação dominante. A conotação da noção de invenção remete-nos à ideia de originalidade, enquanto que a noção de criação faz alusão, nas palavras morinianas, à ideia de poder organizativo sintético. Dessa

para a arte, criação é a abertura do pensamento. A partir daí, diz que o diagnóstico do pensamento revela que a sua realização na complexa criação (pois se) diz que a criação são continuas ao pensamento ainda porque que há "novos, tipos e níveis de invenção (de experiências, de conjuntos, de ideias filosóficas, científicas etc.). As inovações que se inscrevem nos regimes, esquemas e técnicas pré-revelam-se de uma invenção, uma criatividade de base, ou mesmo quotidiana.

As ideias verdadeiramente novas surgem de uma criação pelo indivíduo e a existência de uma imaginação forte, posto que a imaginação elabora formas ou figuras inventivas distintas a partir dos captados aqui e ali ou desviados do que fazem parte, o que confirma do pensamento, o caráter triplex: evolução criadora." (Morin, 1987). Desse forma, ao falarmos nos dois termos que ter em mente o que é a sua relação com o espaço mental eles vão ao mesmo tempo os diferentes e opostos. É do imaginário partem dois mundos antagônicos e complementares: um da percepção empírica-racional e do outro do fantasma, do sonho e do Morin estes dois mundos alimentam do outro e, mais ainda, há sempre

\* Aluna do curso de Ciências Sociais/UFRN. Bolsista do CNPq/PIBIC, ligada à base de pesquisa Estudos da Complexidade.



Sistematizamos aqui algumas concepções a respeito do imaginário e da criação tendo como referência os autores Edgar Morin, Maria da Conceição Moura e Enid Abreu Dobranszky, com vistas a demonstrar a importância dessas noções na produção do conhecimento complexo.

Edgar Morin define a criação como sendo resultado de um complexo de condições internas e externas ao indivíduo, a começar pela resistência aos *imprintings* ou marcas socio-culturais, à normatização, à não variação, à reprodução, às certezas absolutas oficiais e sacralizadas, aos dogmas e cegueiras que dificultam qualquer diagnóstico crítico e novas formas de repensar o mundo. Acredita Morin que, para criar, o indivíduo necessita encontrar-se em um ambiente que lhe favoreça “[...] pluralismos, trocas, concorrências e possibilidades de desvio. É nessas condições que certos espíritos, pouco marcados pelo *imprinting* sócio-cultural (a onipotência dos paradigmas, idéias recebidas, doutrinas, intimidações, conformismos), dispõem de certa autonomia relativamente aos modos de pensamento dominantes e escapam assim aos hábitos e antolhos mentais.” (Morin, 1987, p.188).

Criação é um termo que, segundo o autor, sempre caminha ao lado de um outro - a invenção. Os dois mantêm uma relação dialógica em que os limites sobrepõem-se um ao outro e conseqüentemente a distinção entre ambos só pode ser feita no que se refere à sua conotação dominante. A conotação dada à noção de invenção remete-nos à idéia de engenhosidade, enquanto que a noção de criação faz alusão, nas palavras morinianas, à idéia de poder organizativo sintético. Dessa forma, Morin distingue “a idéia de invenção

para a arte estratégica e a de criação para a concepção. A partir daí, dado que o exercício diagnóstico do pensamento ressaí da arte e que a sua realização na concepção ressaí da criação [pode-se] dizer que a invenção e a criação são intrínsecas ao pensamento”. Morin ainda coloca que há “diferentes modos, tipos e níveis de invenção e criação (de pormenor, de conjunto, técnico, literário, filosófico, científico, etc. ). As invenções e criações que se inscrevem nos princípios, regras, esquemas e teorias pré-existentes revelam-se de uma inventividade ou criatividade banal, ou mesmo quotidiana. Mais raras são as invenções que transgridem as regras e as criações que as revolucionam. As criações verdadeiramente revolucionárias modificam nossa visão das coisas, do mundo que nos cerca e da própria realidade do mundo.

Uma das condições fundamentais para se dar a criação pelo indivíduo é a existência de uma imaginação fértil, posto que “a imaginação elabora formas ou figuras novas, inventa/cria sistemas a partir dos elementos captados aqui e ali ou desviados dos sistemas de que fazem parte, o que confirma, na esfera do pensamento, o caráter *bricoleur* de toda a evolução criadora.” (Morin, 1987, p.178). Dessa forma, ao falarmos em imaginário, temos que ter em mente o que é o real e qual a sua relação com o espaço imaginal, pois eles são ao mesmo tempo os mesmos, diferentes e opostos. É do imaginário que partem dois mundos antagonistas e complementares: um da percepção e da exploração empírico-racional do real e o outro do fantasma, do sonho e do mito. Para Morin esses dois mundos alimentam-se um do outro e, mais ainda, há sempre alguma coisa de um no outro.

Em “O método III”, Morin aponta para uma discussão do imaginário como o resultado da articulação de três esferas: pulsão, razão e imaginação, que em conexão criariam uma relação unidual entre cérebro-espírito. Neste sentido, o imaginário não se encontra prisioneiro do campo da razão, nem se limita a “criar imitando” mas apenas está ligado a ela por uma base comum que seria a própria natureza. Simetricamente à natureza está a cultura como indutora das possibilidades de conhecimento. Em “O método IV”, o autor discorre sobre essa idéia dizendo que há um eixo comum indistinto entre conhecimento-cultura e sociedade, havendo além disso uma unidade entre o princípio de organização das idéias, crenças e mitos, pois estes não são “só potências e valores cognitivos mas também forças de ligação/coesão sociais” (Morin, 1992, p.18). Neste sentido, é que Morin vai dizer que a cultura e a sociedade estão no interior do conhecimento humano, ou seja, é pela via do conhecimento que se estabelece a relação natureza/cultura como tentativa de explicar a produção do pensamento.

Para a antropóloga Maria da Conceição A. Moura o imaginário e a criação são constituídos pela possibilidade de pensar o impensável e pela “liberdade para o pensamento ousar, ao lado da normatividade, da ciência acumulativa e sisuda”. (Moura, 1992, p.42). É nesse sentido que Moura advoga uma relação mais respeitosa e fecunda entre o imaginário antropológico fundador e a ciência, assinalando que essa última precisa ter a consciência de que é apenas se configura uma entre muitas das formas de conhecimento do mundo. Além disso, argumenta que há uma castração e disjunção no plano do imaginário e da

criação feita pelo paradigma da simplificação, configurador de um conjunto de princípios de inteligibilidade próprio da ciência clássica, como o princípio da universalidade, da historicidade, das leis, da invariância, da causalidade linear e da separação entre o objeto e o sujeito, que, ligados uns aos outros, produzem uma visão simplificadora do universo. Segundo Moura, tendo por suporte as idéias de L. Strauss, G. Durand, J. Campbell e E. Morin, o imaginário se constitui na matriz antropológica da criação. De configuração arquetipal e universal, o domínio do imaginário fornece as bases para a proliferação de imagens abertas à diversidade de significações impressas pelas formatações culturais diversas. Assim, uma matriz antropológica de textura polifônica e complexa conteria, segundo a autora, diversidade de imagens que prefigurariam distintos significados. Tal matriz, uma para toda a espécie humana, transborda em coloridos e formas diferentes, segundo as culturas historicizadas.

Em texto intitulado “Identidades/Desidentidades: um diálogo civilizado com “a louca da casa”<sup>1</sup> Moura volta a discutir a possibilidade do imaginário criador, tendo por alibi dessa feita o polêmico tema da identidade. Explicita sua hipótese de trabalho afirmando que uma “identidade cultural, seja ela qual for, é um dispositivo economizador do imaginário humano; é um operador de redução das potencialidades bio-sócio-antropológicas da espécie; é a amplificação da voz *ratio*, da objetivação, do princípio de realidade” (Moura, mimeo). Desenvolve uma reflexão que tem por base três pressupostos. O primeiro diz respeito à relação entre o imaginário e as objetivações histórico-culturais. “Tal como o cérebro humano, o

imaginário se estrutura de forma policêntrica, fracamente hierarquizada. Permite-se [...] uma multiplicidade de metáforas que comportam leituras polifônicas, antagônicas, unívocas, fluidas, consistentes, volúveis, voláteis, reversíveis, ordenadoras, desestruturantes, reestruturantes. Constitui-se igualmente de um capital cognitivo passível de tradução, mas também de uma parte por assim dizer intraduzível, não codificável, não susceptível de impressões significantes. Assim, o imaginário contém, suporta e vive de partes realizáveis, objetiváveis, mas também de partes insubmissas e rebeldes à tradução”. (Moura, mimeo).

O segundo pressuposto se refere aos ideais como “não-lugares” a partir dos quais dialogam imaginário e historicidades. Para a autora os ideais são, em suas próprias palavras, partituras musicais prontas para execução. “Tudo se passa como se o imaginário, permanentemente movido por um incontido desejo de positividade, tenha, arditamente, querido expressar-se pela via dos ideais. Estes seriam então a expressão narcísica do imaginário, mas também o canal privilegiado de sua realimentação. Ponto de partida e ponto de chegada, os ideais, enquanto “direção” traduzível do imaginário, configuram a nascente do sentido, da história e da cultura humana”. (Moura, mimeo). Finalmente, o terceiro pressuposto diz respeito à idéia de identidade como possibilitadora das trocas e, conseqüentemente, como fundadora da cultura humana ao mesmo tempo que redutora da polifonia imaginária.

Com base no diagnóstico de que a ciência contemporânea começa a se interrogar a respeito da sua relação marginal com o mundo das imagens criadoras, e mais ainda em adesão ao apelo moriniano de

construir uma “Ciência Nova”, Moura nos convoca para uma tarefa certamente difícil e tentadora ao mesmo tempo. Diz ela que estamos hoje “convidados a nos desalojar dos limites confortáveis das identidades unitárias. O homem como sujeito, a cisão corpo-alma e o privilégio da razão padecem de justificação inequívoca. O cartesianismo está em dessintonia com uma “Terra-Pátria” que nos quer acordar de um longo sono povoado de racionalizações”. (Moura, mimeo). O que está em debate é portanto o resultado de um conjunto de princípios próprios da ciência clássica, como o princípio da irreversibilidade temporal, das leis, das invariâncias, da redução, da causalidade linear, superior e exterior aos objetos, do isolamento-disjunção do objeto em relação ao seu ambiente, da disjunção absoluta entre objeto e sujeito, da eliminação da problemática do sujeito no conhecimento científico, na eliminação do ser e da existência da quantificação e da formalização, da autonomia e da fiabilidade absoluta da lógica para estabelecer a verdade intrínseca das teorias.

Assim, a antropóloga sugere que o modelo cartesiano de pensar começa a esgotar as estratégias que moldaram, nos últimos séculos, “um homem dolorosamente fraturado” e permitiram imaginar o “mundo pautado pela tirania da ordem”. Nesse sentido, Moura reforça o incentivo à construção de um pensamento complexo apoiado nos princípios da complexidade proposto por Morin. São eles: reconstrução do conceito de razão, a construção de um objeto complexo moldado em três domínios (físico/ biológico/antropológico), três momentos (oposição-separação/distinção-classificação) e três estados (ordem/

desordem/organização), a transmigração dos conceitos, o questionamento dos princípios reitores, as palavras-mestra e verdades incontestes, a criação de novas linguagens e significados, a desantropologização do conceito de homem, a rearticulação ciência/filosofia, a articulação das ciências da vida/ciências do homem/ciências do mundo físico, uma nova concepção de sociedade e o exercício de uma nova organização das idéias no plano da sociedade/Estado/política/cultura/universo.

Por fim, Moura ainda coloca que resistindo a “todas conceptualizações impostas pelo pensamento racional, a construção mítica responde pelo processo fundamental de projeção/identificação humana. Sem foco preciso, as imagens míticas encadeiam seqüências *acontecimentais* quer históricas, quer imaginárias, quer duas ao mesmo tempo, como na expressão lendária e na literatura ficcional. Refaz a unidade entre a busca e a experiência do sentido. Abre as identidades à polifonia arquetipal que dissolve o herói no anti-herói e vice-versa: vagabundeia nas encruzilhadas entre o real e o ideal; funde mundos opostos; culturaliza a natureza e imprime-lhe subjetividade ao fabular a história animal e vegetal; antropomorfiza o universo e imprime ao homem caracteres cosmológicos. Portador de uma capacidade sintética por excelência, o dispositivo mítico desterritorializa, desenraíza, redefine e reordena o estoque simbólico da construção humana”. (Moura, mimeo). A autora toma o mito em suas várias leituras como um itinerário do pensamento (E. Morin), como uma estratégia de ver/pensar o mundo (C. Lévi-Strauss), como um modo de pensar do homem (Cassirer), para defender o argumento de que o dispositivo mítico é, sem dúvida, um estilo do pensamento humano.

Enid Abreu Dobranszky, em seu livro: “No tear de palas - imaginação e gênero do século XVIII: uma introdução”, demonstra os diversos matizes teóricos sobre o imaginário no decorrer da história do pensamento. Ele faz uma espécie de mapeamento do que seja o conceito de imaginação para os pensadores como Platão, Aristóteles, Hobbes, Locke, Hume, Dante, Descartes, Plotino, Deimier, Boileau, Balzac, Rapin, Dryden, Segre, Diderot, Kant, D’Alembert, Yung, Gerard, Voltaire, Condillac, Shakespeare e Baudelaire, entre outros clássicos, a fim de demonstrar toda a revolução filosófica na esfera do referido conceito e verificar as idéias que lhe cabem na concepção da obra literária.

O autor começa por abordar as idéias de Diderot dizendo que há dois conceitos importantes para tratar do processo da criação. São eles: a idéia de imitação e de imaginação e gênio que, por sua vez, se encontram mediados pela tensão, entendida como fruto das relações existentes entre “o racionalismo e os fundamentos da doutrina clássica [e do] processo de ruptura da barreira entre pensamento e sentimento”. (Dobranszky, 1992, p.21).

Na visão de Diderot esses dois conceitos se ligam e se mantêm nos limites do racionalismo. Para Dobranszky, essa relação vai mais além, pois este vê, de um lado, a imitação enquanto tensão entre as noções de imaginação e gênio, deslocando o conceito de imaginário para o campo da desrazão. De outro lado, ele enxerga a imaginação enquanto talento de criar imitando, talento esse perspectivado no campo da razão. Desta forma, a teoria da imitação pressupõe dois postulados: um que diz respeito à atividade do espírito como espelho do real e o outro que dá conta da

relação entre o “objeto imitado e a obra que o imita”. Assim, como consequência da relação existente entre espírito/realidades há dois modos de se compreender a idéia do imaginário: um, que se refere à produção de imagens semelhantes ao original, reprodutoras da realidade sensível, portanto, um mundo dentro da realidade, e uma outra, oposta a esta, a que tem a ver com a produção de imagens fantásticas, ou seja, imagens afastadas do original e resultantes da impressão, portanto, ilusão. De forma sintética pode-se dizer que o autor faz uma discussão sobre o imaginário como reino da aparência transitória e levando em conta o caráter de suspeita de correspondência com o real o que acaba por sugerir um conceito que oscila entre a mente racional e a mente supra-sensível.

O autor termina por citar em seu texto uma definição do imaginário, retratada por Baudelaire em o “Salão de 1859”. “Foi a imaginação quem deu ao homem o sentido moral da cor, do contorno, do som e do perfume. Ela criou, no começo do mundo, a analogia e a metáfora. Ela decompõe toda a criação e, com os materiais reunidos e dispostos segundo as regras cuja origem só pode ser encontrada no mais profundo da alma, cria um mundo novo, produz a sensação do novo. (...) A imaginação é a rainha do verdadeiro e o *possível* é um dos domínios do verdadeiro. Ela se apresenta, positivamente, com o infinito”.(Baudelaire, *apud* Dobranszky, 1992, p.208).

## BIBLIOGRAFIA REFERIDA

- ATLAN, H. **Entre o Cristal e a Fumaça**. Sobre a organização do ser vivo. RJ: Zahar, 1992.
- DOBRÁNSZKY, Enid Abreu. **No tear de palas. Imaginação e gênero do século XVIII**: uma introdução. Campinas: Papyrus/Ed. da Universidade Estadual de Campinas, 1992.
- MORIN, Edgar. **O paradigma perdido**: a natureza humana. 4. ed. Lisboa: Europa-América, 1988.
- \_\_\_\_\_. **O método III**: o conhecimento do conhecimento. Lisboa: Europa-América, 1987.
- \_\_\_\_\_. **O método IV**: as idéias: a sua natureza, vida, habitat e organização. Lisboa: Europa-América, 1992.
- MOURA, M. da Conceição de A. Esse ancestral homem moderno. in: **Odisséia**, Revista do CCHLA/UFRN, n. 2 e 3, p.167 a 174., Natal, 1994.
- \_\_\_\_\_. Identidade/Desidentidade um diálogo civilizado com a “louca da casa”. Revista do Departamento de Psicologia, UFRN, Natal.

## NOTA

- <sup>1</sup> Conferência proferida no Simpósio “O Sexto Lobo - Clínica do Social”, encontro de psicanalistas ocorrido na UFPB, João Pessoa, 1993, (mimeo). Texto publicado na revista Estudos de Psicologia da UFRN, v.1, n.1. Natal: EDUFRN, 1996.





## Reabilitando Mnemosine: a dimensão transdisciplinar na obra de Clarival do Prado Valadares

Wani Fernandes Pereira\*

\* Professora do Museu Câmara Cascudo / UFRN. Pesquisadora da Base de Pesquisa de Estudos da Complexidade. Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Educação/UFRN.



# Resgatando Memórias: a dimensão transdisciplinar na obra de Clarival do Prado Valadares

---

Wani Fernandes Pereira\*



\* Professora do Museu Ciência e Arte - UFRN, Pesquisadora da Base de Pesquisa  
do Centro de Estudos em Complexidade, Dinâmica do Programa de Pós-graduação em  
Educação/UFRN.

Configuradas como proposta de projeto de estudo e doutorado, as idéias deste texto - no sentido etimológico do termo - têm, por pretexto, tecer reflexões sobre o pensador, historiador, crítico de arte e educador patrimonialista Clarival do Prado Valladares. Essa reflexão pretende, a partir do estudo bio-bibliográfico do autor: a) evidenciar suas contribuições para uma nova interpretação de arte/educação, b) demonstrar a proximidade entre as suas idéias e as proposições contemporâneas para a constituição de um pensamento/conhecimento complexo. Delimitou-se para esse estudo bio-bibliográfico a produção de Clarival Valladares, circunscrita ao período de 1960 a 1985, incluídos os textos inéditos.

Iniciado na medicina patológica, portanto um “estrangeiro no campo das artes”, segundo a tradição especialista erudita - o autor se insurge contra a patologia da divisão do conhecimento. Mistura no seu ritual de iniciação, como pensador, as aprendizagens da medicina às influências de poetas e pintores. Reconhece na sua formação quatro “universidades” - o psiquiatra Ulisses Pernambucano, Gilberto Freire, com o qual colabora na pesquisa que vai dar origem à obra “Casa Grande e Senzala” (1937-38), aos 19 anos. Joaquim Cardoso, poeta e engenheiro, a quem Clarival Valladares denomina *o acendedor de lampiões*, e Burle Marx. Como decorrência desse ritual de iniciação, tenta juntar a medicina à arte e propõe, como monografia de conclusão do seu curso universitário, o estudo de formas de patologias médicas através de objetos de arte - os ex-votos - depositados em igrejas, na cidade de Salvador. Sua proposta é recusada como “não científica” e Valladares adia seu projeto que

vai se constituir *a posteriori*, na grande revolução e inovação metodológica no estudo da arte. Essas idéias ampliadas resultaram na publicação da obra “Riscadores de Milagres”, em 1967. Esta, porém, não é sua primeira publicação. A passagem de Clarival Valladares para o mundo das artes se dá aos 42 anos de idade, quando se sente com “suficiência e ordenação de conhecimentos necessários para exercer publicamente, e sob responsabilidade de autoria, a avaliação cultural da obra alheia”. Sua primeira coletânea de textos sobre crítica de arte já o constitui como um educador patrimonialista explicitado quando afirma “a contemporaneidade das artes não carece de intérpretes ou tradutores, porém de verdadeiros educadores. Essa é a principal finalidade do crítico moderno - educar o seu público. A *demarche*, portanto, dessa passagem objetiva-se no ano de 1962. Com a publicação da obra **Paisagem Rediviva**, Clarival Valladares transmigra da medicina a observação, a reflexão e a experiência científica para o estudo da arte. Desloca-se o *tópos* da “elaboração do conhecimento do corpo, para o conhecimento da alma de seu povo e descobre as raízes das manifestações artísticas e culturais, inscritas no que denomina arcaização do barroco-brasileiro, também representado nas manifestações abstrato-formais”, (VALLADARES:1985).

A leitura do pensamento do autor sugere portanto dois eixos de possibilidades de análise e descrição. Um que se inscreve em nível conceitual; outro que diz respeito à metodologia, ambos propostos por Valladares.

No nível conceitual, destacam-se as seguintes categorias: mestiçagem,

acontecimento ,transculturação, deculturação - este último é um neologismo criado pelo autor -, e comportamento arcaico. Com essas categorias, Valladares redimensiona a interpretação da formação social brasileira, onde o *ethos* afro e afro-brasileiro se configuram como fonte de uma imaginação criadora e imprimem um novo padrão em toda estrutura de base cultural. Assim, a mestiçagem genética metamorfoseia-se na mestiçagem da arte. É também o conceito de comportamento arcaico, aplicado ao estudo da arte, que implode os critérios cronológicos para o estudo desse fenômeno. Assim, atesta a naturalidade e a universalidade da produção da arte, ao resgatar um *archétypon* (arquétipo), inscrita no trajeto bio-sócio-antropológico da hominização, como está indicado pelo pensador Edgar Morin, (1974), em sua obra "O Paradigma Perdido: a natureza humana". No que diz respeito à metodologia, o autor, Clarival Valladares parte da sistematização de sua experiência científica na medicina patológica e transmigra para o estudo da arte o uso da fotografia, metodologia que vai permear toda a sua pesquisa e produção. , Diz o autor:

*Trata-se de documentação iconográfica da arte acontecida neste país. Não é, pois, fotografia como arte, mas também não é, simplesmente, fotografia como documento. Por ser realizada sob o critério de críticas e história, é o que pode-se chamar fotografia por discernimento. Difere dos textos mais doutos por não conter adjetivação - os objetos se revelam em sua própria inerência.*

O estatuto da imagem constitui-se, para ele, no aporte indispensável à história da arte,

pois interpreta as formas do espírito criativo, contribuindo para uma comunicação adequada. À fotografia são acrescentadas outras metodologias de documentação: pesquisa de documentos, correspondências, bibliografia de numerosos historiadores e viajantes estrangeiros. Também a fotografia de época, como registro da vida civil e religiosa, ganha destaque. Instaura assim o autor uma metodologia arqueológica, o que vai constituí-lo em um exímio arquivista e documentalista. É esta práxis montada num campo discursivo triúnico - pesquisa histórica, imagem visual e imagem discursiva - que instaura uma metodologia de documentação ampliada, que passa então a ser exibida na forma de exposições, principalmente as de caráter "antológico", seja por temática ou por autor. A essas exposições são acrescentados outros meios de visualização e informação disponíveis, tais como publicações e documentários audio-visuais. Essa documentação proposta contribui também para a ampliação dos significados do *locus*, sobretudo no caso dos museus. As exposições passam a ser defendidas como instrumentos de educação e de pesquisa a serem utilizados pelo público, historiadores, cientistas, artistas. Tornam-se, enfim, meios de comunicação, circulação e preservação da memória cultural e histórica do país. A educação deve, portanto, ser empreendida "por meio da informação universal e conscientização através do reconhecimento e confronto dos valores culturais da própria região" (VALLADARES: 1985).

Percorrer os itinerários de Clarival do Prado Valladares instaura, como possibilidade de método, a construção de uma genealogia, "uma meticulosa e paciente documentação,

pesquisar pergaminhos embaralhados, riscados, várias vezes reescritos”, (FOUCAULT, 1979). No contexto dessa genealogia está implícita uma historiografia, inscrita na simbiose - circulação dos objetos/circulação de novas idéias/circulação de novos significados. Nessa historiografia emerge uma narrativa cronológica compreendida entre 1960-1985, o que corresponde a “incubação e gestação” das idéias, a noções, a produção intelectual do autor. Nesse percurso genealógico, historiográfico, narrativo, Valladares amplia seu perfil de mestiço instruído, de “pensador selvagem” e se transfigura no narrador arcaico, citado por W. Benjamim, e assim definido pelo ditado popular “quem viaja tem muito o que contar. Vindo de longe, ou o que fica na sua terra e conhece todas as histórias e tradições: um narrador pródigo em conselhos”. Circunscrito na narrativa, adere a uma antropologia dialógica: um pouco narrador, um pouco escritor, cuja retórica poderia ser classificada como bifronte: literária e geográfica. (CANEVACCI, 1993).

Os itinerários geográficos de Clarival Valladares estão circunscritos a Salvador, Recife, Aracaju, Rio de Janeiro, Belo Horizonte e cidades históricas das Minas Gerais, todo o Nordeste, incluso o estado do Rio Grande do Norte, além de países africanos e europeus.<sup>1</sup> Nesses itinerários, Valladares se constrói enquanto pensador/educador patrimonialista/crítico de arte. Exímio *bricoleur* no uso de linguagens, busca a *arché*, resgata Mnemosine através de artistas e pensadores “anônimos”. Retira do silêncio da cultura objetos, a arte afro, afro-brasileira, mestiça. Reconhece-os enquanto criação, atesta-lhes um valor estético, aponta para o processo de suas

ressignificações. E a partir deles reescreve uma história coletiva - história das idéias, dos objetos, da cultura, dos homens.

Institui um outro olhar e afirma “uma coisa é saber da história pelos historiadores, e outra é vê-la através dos olhos que a viram”, (VALLADARES, 1985).

Certamente que um pensador dialógico e múltiplo como Clarival do Prado Valladares pode muito bem figurar no âmbito da discussão contemporânea a respeito da complexidade do pensamento e do conhecimento, colocada com propriedade pelas Ciências da Cognição (GARDENER: 1995) e pelo eixo epistemológico denominado provisoriamente de “Ecologia das Idéias” (CARVALHO: 1995). Pode-se aqui fazer uma aproximação do autor com alguns dos pensadores tomados nesse projeto como guias de leitura. Do ponto de vista metodológico é possível aproximá-lo de Henri Atlan, quando este atesta a importância da educação não-diretiva para a abertura do processo cognitivo (ATLAN: 1992). O mesmo acontece em relação a Pierre Lévy, que defende uma abordagem ecológica da cognição, representada na metáfora do *hipertexto*, entendido como um “conjunto de nós ligados por conexões, através das palavras, páginas, imagens, gráficos ou partes de gráficos, seqüências sonoras, documentos complexos que podem eles mesmos ser *hipertextos* (LÉVY : 1993). Assim, as exposições antológicas, sob a forma de eventos, tal como são propostas por Clarival Valladares, podem ser apreendidas como metáfora do hipertexto. Composta por uma diversidade de linguagens (escrita, imagética, discursiva), tais exposições possibilitam a informação, a comunicação, ao mesmo tempo que atribuem sentido ao

texto, associam, interpretam. Instaura-se, portanto, o fundamento primordial da comunicação: a partilha do sentido, a 're-significação' do mundo, dos objetos.

É com esse argumento que, além da utilização da genealogia foucaultiana, fazemos uso das idéias de Edgar Morin, Michel Serres, Lévi-Strauss, Henri Atlan, Nise da Silveira, Humberto Eco, Pierre Lévy, Edgard Carvalho.

Trata-se, pois, de exercitar uma leitura "polifônica" (CANEVACCI: 1993).

## BIBLIOGRAFIA

ATLAN, H. Entre o Cristal e a Fumaça: ensaio sobre a organização do ser vivo. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1992.

CANEVACCI, M. A cidade polifônica: ensaio sobre a antropologia da comunicação urbana. São Paulo: Studio Nobel, 1993.

CARVALHO, E. A ecologia do conhecimento: uma nova paradigmologia. Revista Perspectiva, vol. 15, São Paulo: UNESP, 1992.

FOUCAULT, M. "Nietzsche, a genealogia e a história". In: Microfísica do poder. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

GARDENER, H. "Antropologia: além do caso individual". In: A nova ciência da mente: uma história da revolução cognitiva. São Paulo: EDUSP, 1995.

LÉVY, P. As tecnologias da inteligência: o pensamento na era da informática. Rio de Janeiro: Editora 34, 1993.

MORIN, E. O paradigma perdido: a natureza humana. Portugal: Publicações Europa-América, 1974.

VALLADARES, K. O acendedor de lampiões: roteiro para uma leitura da vida e obra de Clarival do Prado Valladares - um educador. Rio de Janeiro: Dissertação de mestrado apresentada à Fundação Getúlio Vargas/IEAE/DASE, 1985. mimeo.

## NOTA

<sup>1</sup>O RN está incluído no volume I da obra intitulada Nordeste Monumental e Histórico. Composta por três volumes, a obra é resultado de uma pesquisa realizada entre 1979-83, compreende a análise iconográfica, histórica e crítica dos monumentos arquitetônicos, escultóricos e pictóricos de todo o Nordeste brasileiro, ilustrada com 1566 fotos. As Minas Gerais se constituem também em *topos* de pesquisa entre 1970-72, cujo resultado Clarival Valladares apresenta, sob a forma de exposição, em 8.10.73, sob o título Revelação Ótica do Barroco Mineiro, no Museu Nacional de Belas Artes/RJ. Somam 60 ampliações fotográficas de 1m<sup>2</sup>, catálogo com texto e ensaio do autor. As passagens pela África e Europa consistem também de exposições e participações em Bienais e Congressos de Arte.



## A crônica feminina brasileira - das origens à contemporaneidade

Constância Lima Duarte.\*

Preferindo aproveitar esta vigília reflexiva acerca da crônica produzida por mulheres, em nosso país - fruto de uma pesquisa que resultou desde 1980 em livros de outras investigações sobre a crônica enquanto gênero literário e literariedade por mulheres. Tal pesquisa é motivada principalmente pelo desconhecimento das profundezas e participação feminina na imprensa do país e a utilização posterior que, pelo menos algumas vezes, fizeram da crônica diário - ou semi-diário - de suas vidas.

... e, portanto, a crônica brasileira é fruto de um movimento de resistência política e social, e de uma luta constante por registrar a diversidade e a pluralidade humana de mulheres participando das ruas públicas, das ruas, das casas de chá, do trabalho. Estava em processo a construção de uma crônica brasileira.

... e, portanto, a crônica brasileira é fruto de um movimento de resistência política e social, e de uma luta constante por registrar a diversidade e a pluralidade humana de mulheres participando das ruas públicas, das ruas, das casas de chá, do trabalho. Estava em processo a construção de uma crônica brasileira.

Infelizmente, a crônica brasileira não foi objeto de uma pesquisa que resultou em livros de outras investigações sobre a crônica enquanto gênero literário e literariedade por mulheres. Tal pesquisa é motivada principalmente pelo desconhecimento das profundezas e participação feminina na imprensa do país e a utilização posterior que, pelo menos algumas vezes, fizeram da crônica diário - ou semi-diário - de suas vidas.

... e, portanto, a crônica brasileira é fruto de um movimento de resistência política e social, e de uma luta constante por registrar a diversidade e a pluralidade humana de mulheres participando das ruas públicas, das ruas, das casas de chá, do trabalho. Estava em processo a construção de uma crônica brasileira.

O período escolhido - dos anos 30 aos anos 60 - tem uma razão de ser. Afinal, as primeiras décadas do século XX foram marcadas como uma época de alterações significativas na vida das mulheres dos centros urbanos, resultado direto das mudanças culturais e tecnológicas vindas do estrangeiro e que afetavam indistintamente homens e mulheres. Do último decênio do século XIX até os anos 30 ocorreram transformações que se revelaram decisivas nas relações entre os gêneros, bem como a

... e, portanto, a crônica brasileira é fruto de um movimento de resistência política e social, e de uma luta constante por registrar a diversidade e a pluralidade humana de mulheres participando das ruas públicas, das ruas, das casas de chá, do trabalho. Estava em processo a construção de uma crônica brasileira.

\* Professora do Departamento de Letras da UFRN

de uma perspectiva feminista, a literatura de  
mulheres é frequentemente analisada em  
termos de uma "literatura de gênero", a  
qual é vista como uma forma de expressão  
da identidade feminina.

Este trabalho tem como objetivo analisar a  
literatura de mulheres em um contexto  
cultural e social mais amplo, considerando  
a influência de fatores como a classe social,  
a raça e a orientação sexual.

Palavras-chave: literatura de mulheres,  
gênero, identidade, cultura.

**CONSTITUINDO O SUJEITO FEMININO**  
A construção do sujeito feminino na  
literatura é um processo complexo, que  
envolve a interação de diversos fatores,  
como a cultura, a história e a política.

Este trabalho busca explorar as diferentes  
formas de construção do sujeito feminino  
na literatura, considerando a influência  
de fatores culturais e sociais.

**CONSTITUINDO O SUJEITO FEMININO**  
A construção do sujeito feminino na  
literatura é um processo complexo, que  
envolve a interação de diversos fatores,  
como a cultura, a história e a política.

Este trabalho busca explorar as diferentes  
formas de construção do sujeito feminino  
na literatura, considerando a influência  
de fatores culturais e sociais.

**CONSTITUINDO O SUJEITO FEMININO**  
A construção do sujeito feminino na  
literatura é um processo complexo, que  
envolve a interação de diversos fatores,  
como a cultura, a história e a política.

Este trabalho busca explorar as diferentes  
formas de construção do sujeito feminino  
na literatura, considerando a influência  
de fatores culturais e sociais.

**CONSTITUINDO O SUJEITO FEMININO**  
A construção do sujeito feminino na  
literatura é um processo complexo, que  
envolve a interação de diversos fatores,  
como a cultura, a história e a política.

Este trabalho busca explorar as diferentes  
formas de construção do sujeito feminino  
na literatura, considerando a influência  
de fatores culturais e sociais.

## NOTA

O presente trabalho é resultado de uma  
pesquisa realizada no âmbito do Projeto  
de Pesquisa em Letras da UFPA, sob a  
coordenação do Prof. Dr. João de Deus  
Lima Duarte.

Agradeço aos membros do Conselho  
de Administração da UFPA, em especial  
ao Prof. Dr. João de Deus Lima Duarte,  
pela oportunidade de desenvolver este  
trabalho. Também agradeço aos colegas  
do Departamento de Letras da UFPA  
pelo apoio e incentivo durante o processo  
de elaboração deste trabalho.

Este trabalho foi financiado pelo  
Projeto de Pesquisa em Letras da UFPA,  
sob a coordenação do Prof. Dr. João de  
Deus Lima Duarte.

Este trabalho foi financiado pelo  
Projeto de Pesquisa em Letras da UFPA,  
sob a coordenação do Prof. Dr. João de  
Deus Lima Duarte.

Este trabalho foi financiado pelo  
Projeto de Pesquisa em Letras da UFPA,  
sob a coordenação do Prof. Dr. João de  
Deus Lima Duarte.

Este trabalho foi financiado pelo  
Projeto de Pesquisa em Letras da UFPA,  
sob a coordenação do Prof. Dr. João de  
Deus Lima Duarte.

Este trabalho foi financiado pelo  
Projeto de Pesquisa em Letras da UFPA,  
sob a coordenação do Prof. Dr. João de  
Deus Lima Duarte.

Pretendo apresentar aqui algumas reflexões acerca da crônica produzida por mulheres, em nosso país. Trata-se de uma pesquisa que realizo desde 1993, resultado de outras investigações sobre a crônica enquanto gênero literário e a literatura escrita por mulheres. Tal pesquisa é motivada, principalmente, pelo desejo de conhecer mais profundamente a participação feminina na imprensa do país e a utilização peculiar que, pelo menos algumas delas, fizeram da crônica diária e/ou semanal.

Inicialmente foi realizado um levantamento de nomes de escritoras que teriam colaborado na imprensa nacional, resultando na opção por quatro escritoras que publicaram com regularidade em jornais do Rio de Janeiro e de São Paulo, no período de 1930 a 1960. Eram elas: Cecília Meireles, Rachel de Queiroz, Dinah Silveira de Queirós e Adalgisa Néry<sup>1</sup>. A escolha deve-se ao fato de que estas autoras representavam modalidades diversas da crônica, isto é, teriam se utilizado do gênero de formas diferentes, abordando temas distintos, pois diferentes eram suas origens, sua formação e, conseqüentemente, sua maneira de ver o mundo.

O período escolhido - dos anos 30 aos anos 60 - tem uma razão de ser. Afinal, as primeiras décadas do século ficaram marcadas como uma época de alterações significativas na vida das mulheres dos centros urbanos, resultado direto das inovações culturais e tecnológicas vindas do estrangeiro e que afetavam indistintamente homens e mulheres. Do último decênio do século XIX até os anos 30 ocorreram transformações que se revelaram decisivas nas relações entre os gêneros, bem como a conquista de territórios até então só

remotamente pensados à mulher brasileira. O fermento da agitação republicana parece ter fortalecido o desejo feminista por direitos políticos e civis, e os jornais são pródigos em registrar a efervescência da vida cultural, o crescente número de mulheres "decentes" passeando nas vias públicas, indo às compras, às casas de chá, ao cinema, ao teatro. Estava em processo a construção da *nova mulher* brasileira.

É desse período a criação do Partido Feminino Republicano; da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino; de inúmeras associações e ligas voltadas para a emancipação da mulher. Também, a abertura do Colégio D. Pedro II e do ensino superior para o sexo feminino e dos calorosos debates pelo direito de votar e ser votada. Era um tempo de pioneirismos: surgia a primeira médica, a primeira advogada, a primeira engenheira, farmacêutica, deputada, a primeira prefeita... A luta pelo sufrágio, aliás, se não foi um movimento de massa como em outros países, resultou, com certeza, da persistência de um pequeno grupo que se multiplicou e se alastrou pelos Estados, apesar da oposição sistemática de grupos conservadores atentos à menor possibilidade de alteração do *status quo*.

No caso das escritoras não foi diferente. Uma coisa era colaborar em um jornal de cidade pequena e dirigido a um público específico, como tantos daquela época dedicados às mulheres. Outra, era ingressar num jornal de grande circulação do Rio de Janeiro ou de São Paulo, como fizeram Cecília, Rachel, Dinah e Adalgisa, quando passaram a colaborar regularmente na imprensa e a disputar esse mercado de trabalho. Também elas estavam inaugurando novos espaços e com certeza enfrentaram,

cada uma a seu modo, resistência de seus pares. Ocorria nesse momento a profissionalização do jornalismo e a construção, dentro dos parâmetros da época, de um público de massa. É na década de 30 que a crônica se moderniza, adquire uma feição brasileira e passa a ser cultivada tanto pelos intelectuais - a exemplo de Bandeira, Drummond, Mário de Andrade e Rubem Braga - como pelos aspirantes ao mundo das letras. E a crônica, ao se utilizar precisamente do jornal e da revista, adquire prestígio por lograr atingir um número de leitores muito maior que qualquer outro gênero.

Mas a inserção feminina, no caso dessas autoras, não se limitou à redação do jornal: elas veicularam seus textos também em programas de rádio que, naqueles tempos áureos, investiam numa programação voltada para a cultura e o entretenimento dos ouvintes. A Rádio Nacional, a Rádio Ministério de Educação e Cultura, a Roquette Pinto e a Mayrink Veiga, lembrando as mais conhecidas, revolucionaram a radiofonia brasileira dos anos 20 aos 40, principalmente por uma programação que continha, além de noticiários e música, programas humorísticos, novelas, comédias ligeiras e um horário exclusivo para a leitura de textos literários, sobretudo, crônicas.

Cecília Meireles, por exemplo, iniciou a carreira jornalística no *Diário de Notícias*, do Rio de Janeiro, em 1930, onde manteve uma página diária especializada em questões ligadas à educação, até 1934; e de 1953 a 1959 colaborou assiduamente no Suplemento Literário desse jornal. Também escreveu para *A Manhã*, *A Nação*, *Folha Carioca*, *A Noite*, *Folha de São Paulo* e na Revista *A Cigarra*.<sup>2</sup>

As crônicas reunidas em *Ilusões do Mundo* foram originalmente escritas para programas de rádio entre os anos de 1961 a 1963. São ao todo setenta textos que, perpassados de poesia e reflexões filosóficas, expressam bem o lirismo encontrado nas demais obras da autora. Predominam crônicas que lembram uma prosa-poética, com impressões que transcendem o dia-a-dia de mulheres do interior e das cidades, a preocupação com o meio-ambiente e o comportamento humano. Também as crônicas de *Escolha o seu Sonho*<sup>3</sup> foram recolhidas dos programas *Quadrante*, da Rádio Ministério da Educação e Cultura e *Vozes da Cidade*, da Roquette Pinto.

Rachel de Queiroz iniciou a carreira jornalística em Fortaleza, em 1927, no jornal *O Ceará*. No Rio de Janeiro trabalhou no *Diário de Notícias*, *O Jornal*, *A Última Hora*, na cadeia dos Diários Associados e na Revista *O Cruzeiro*.<sup>4</sup> Rachel mantém traços comuns com os demais cronistas de seu tempo, principalmente nos textos de tom coloquial e despreocupado, como de uma conversa quase íntima. Aparentemente o problema de que está tratando nem é muito sério, mas, de modo sutil, a autora conduz seu leitor para reflexões acerca de questões extremamente complexas. Do mesmo modo realiza, quase sem a gente perceber, argutas críticas de cunho social e político.

Em *As Meninhas e Outras Crônicas*<sup>5</sup>, por exemplo, estão cinquenta e nove crônicas através das quais Rachel de Queiroz explora com competência a poesia do cotidiano e a essência do efêmero. O gênero parece estimular a veia poética da prosadora e dá margem a que esta revele seus dotes de *contadeira* de histórias em crônicas que caminham na direção do conto, pois

apresentam nítidas estruturas da ficção. Destacam-se neste livro algumas de suas grandes preocupações: a vida moderna; o contraditório cotidiano do Rio de Janeiro, às vezes poético, às vezes violento; o homem contemporâneo, o progresso e a influência das máquinas em seu dia-a-dia; a mulher e suas conquistas sociais e políticas; o Ceará, o Nordeste brasileiro; a ecologia; a efemeridade da vida humana, a morte; e, por fim, seus relatos de viagem ao Amazonas.

Dinah Silveira de Queirós publicou crônicas em *O Jornal do Comércio* e trabalhou na Rádio MEC e Rádio Nacional. O número de suas crônicas recolhidas em livro é quase insignificante diante do volume que permanece nas páginas dos jornais.<sup>6</sup> As crônicas que compõem o livro *Café da Manhã*<sup>7</sup> são fruto das viagens que a escritora realizou em países da Europa e à União Soviética. Sua matéria-prima é, portanto, a experiência pessoal; e seu texto insiste em oscilar entre a reportagem, o diário de viagem e a literatura, e ora é relato - quase - impessoal, ora é recriação do cotidiano da viagem. O livro está estruturado em três partes: “Manhãs do Rio” (com 34 crônicas), “Manhãs de Moscou” (com 30 crônicas) e “Manhãs de Roma” (com 37 crônicas). Na primeira parte, encontram-se principalmente reflexões acerca da cidade do Rio de Janeiro, da mulher e da condição feminina e reminiscências pessoais. Na segunda parte estão as anotações a respeito da viagem que realiza a Moscou. Ela relata com detalhes o percurso em si, as primeiras impressões e as personalidades locais, o que torna muitas destas crônicas semelhantes a um “diário de viagem”. Encontram-se, ainda, observações minuciosas acerca da mulher soviética - de ontem e de hoje -, da vida do cidadão comum,

do trânsito, das festas, das viagens pelo país, das noites em Moscou. Na terceira parte há anotações semelhantes, só que agora dedicadas ao período em que a autora residiu em Roma.

Já a última das autoras, Adalgiza Néri, vai realizar um tipo de crônica em tudo diferente das anteriores, pois marca o texto com sua militância política, tornando-o mais próximo do ensaio, tal a densidade, que da crônica destinada ao entretenimento. Aliás, a autora foi incluída nesta pesquisa justamente por distinguir-se fundamentalmente de qualquer outra escritora brasileira, no que diz respeito às preocupações que perpassam sua escritura, bem como pela opção ideológica e caráter político que impregna todo trabalho que realiza. Adalgiza não só participa ativamente do debate de seu tempo como toma partido e emite opiniões. É a crônica do tipo militante e crônica-documento, que pretende intervir na realidade com o claro intuito de contribuir para sua mudança. O vigor patriótico com que investe contra os aventureiros, golpistas e aproveitadores do país revela uma mulher intransigente diante dos desmandos e do que acredita ser uma *torpe atividade* do imperialismo americano. Sua eleição para a Assembléia Legislativa do Estado da Guanabara, com grande número de votos, só fez revelar o poder de seu discurso inflamado diante dos leitores. *Retrato sem Retoque*<sup>8</sup> reúne alguns dos mais vigorosos trabalhos da escritora, publicados na coluna que assinava na *Última Hora*, aliás, sob o mesmo título.

Com esta etapa da pesquisa em estágio adiantado, e a partir da leitura sistemática de jornais e revistas literárias e do conhecimento de inúmeras outras escritoras que também

fizeram uso da crônica em suas colaborações jornalísticas, resolvemos ampliar o universo do trabalho e investigar a participação da mulher brasileira na configuração da crônica enquanto gênero literário, desde suas primeiras manifestações, de modo que nos permitisse, ao final, ter uma visão mais completa da história da crônica brasileira, a partir da inserção da autoria feminina.

O nascimento da crônica - sabemos - está vinculado ao rodapé dos jornais, onde os leitores tinham acesso às mais diversas narrativas, como: relatos de viagem, descrições de usos e costumes exóticos, paisagens históricas, novelas, estudos de botânica, charadas, biografias e historietas moralistas. Esse *espaço vale-tudo*, segundo Marlyse Meyer, revoluciona o jornalismo brasileiro a partir da década de 1840 e, mais ainda, a partir dos anos 50, por alimentar o “imaginário dos que já sabem ler e dos que só sabem ouvir, garantindo a vida do jornal e dos periódicos”.<sup>9</sup>

É Marlyse Meyer quem define: “De início - começos do século XIX - *le feuilleton* designa um lugar preciso do jornal: *o rez-de-chaussée* - rés do chão, rodapé, geralmente da primeira página. Tem uma finalidade precisa: é um espaço vazio destinado ao entretenimento. E lá se pode dizer que tudo o que haverá de constituir a matéria e o modo da crônica brasileira já é, desde a origem, a vocação primeira desse espaço geográfico do jornal, deliberadamente frívolo, que é oferecido como chamariz aos leitores (...)”.<sup>10</sup>

Tendo em vista estas questões, foram escolhidas outras escritoras para integrarem o *corpus* anteriormente definido, por se relacionarem com o momento primeiro da crônica: Nísia Floresta Brasileira Augusta

(1810-1885), que publicou diversos textos na imprensa de seu tempo, principalmente em *O Brasil Ilustrado*, *Diário do Rio de Janeiro* e *Espelho das Brasileiras* (PE). A autora tornou-se conhecida pela defesa intransigente e pioneira que fez da mulher e pela dezena de títulos que publicou, tanto no Brasil como na Europa, onde residiu parte de sua vida. Narcisa Amália (1852-1924), que chegou a editar um periódico literário exclusivamente feminino (*A Gazetinha*, em Resende (RJ)) e deixou colaborações em jornais como *A Luz* (de Campos (RJ)), *Eco Americano* e em *Democratema Comemorativo do Liceu de Artes e Ofícios* (RJ, 1882). Josephina Álvares de Azevedo (1851-?), que também editou o jornal *A Família*, primeiro em São Paulo e depois no Rio de Janeiro, entre os anos de 1888 e 1897, onde deixou dezenas de colaborações sob a forma de crônicas. Júlia Lopes de Almeida (1862-1934), colaborou na *Gazeta de Notícias* em 1895, e no *Almanaque da Gazeta de Notícias* (RJ), em 1897. Acredito que também tenha colaborado com outros periódicos, mas só uma pesquisa nesse sentido poderá confirmar tal afirmativa.

E, para integrar o elenco das cronistas contemporâneas, incluo Clarice Lispector (1925-1977), que iniciou sua carreira de jornalista na Agência Nacional, trabalhou em *A Noite* (em 1943) como redatora, indo depois para o *Diário da Tarde*, onde fez uma página feminina assinando *Ilka Soares*. Clarice colaborou ainda com a revista *Senhor* (1958); publica crônicas na revista *Comício* (1952), sob o pseudônimo de Teresa Quadros; e assinou, sempre sob o pseudônimo de Helen Palmer, a coluna “Feira de Utilidades”, no *Correio da Manhã* (1959 a 1960). A partir de 1967 passou a

escrever semanalmente uma crônica para o *Jornal do Brasil*.

Os nomes escolhidos - acredito - atendem à desejada ampliação do *corpus* a ser trabalhado, bem como permitem que se perceba com mais clareza o trajeto delineado pelas escritoras em suas incursões pela crônica jornalística. Permitem, ainda, que se compare as diversas modalidades de texto praticadas pelas mulheres, ao longo do período em estudo. A pesquisa encontra-se precisamente no momento de análise do material levantado, isto é, na leitura e releitura de crônicas, bem como no estabelecimento das principais motivações literárias de cada autora.

Para terminar, lembro Tristão de Atahyde e sua opinião (sem concordar com ela) de que a crônica devia ser lida apenas uma vez e no momento mesmo em que aparece. Segundo este autor, uma crônica nas páginas de um livro “dá sempre a impressão de uma flor murcha, (...) que lembra apenas melancolicamente o frescor da vida que possuiu”.<sup>11</sup> Penso diferente. Quando uma crônica apresenta verdadeiras qualidades literárias, ela extrapola a condição fugaz do jornal, desafia o tempo e termina por merecer a perenidade que só o livro pode lhe dar. E algumas das escritoras de que falei aqui parecem ter alcançado a fórmula da crônica moderna, pois, a partir de um fato menor, quase sem importância, conseguem redimensioná-lo e desenvolver um texto que, mesmo envelhecido, rescende o perfume do tempo em que foi gerado.

## NOTAS

<sup>1</sup> Há ainda outras cronistas que participaram da vida literária nessa época como Elsie Lessa, Helena Silveira, Lúcia Benedetti e Clarice Lispector, por exemplo. Neste momento optamos por não incluir estes nomes apenas por uma questão prática: as quatro autoras escolhidas possuem uma vasta produção a ser pesquisada. Em outra etapa da pesquisa entrarão estas, assim como outras cronistas do período.

<sup>2</sup> Os livros contendo suas crônicas são: *Ilusões do Mundo, Escolha seu Sonho, Vozes da Cidade, Inéditos, O que se diz e o que se entende*, além de *Quadrante I e Quadrante II*, que reúnem crônicas radiofônicas de vários outros autores. Em vez de simples registro formal, encontramos neles o comentário de fatos do cotidiano a partir do ângulo subjetivo da interpretação da autora.

<sup>3</sup> *Escolha seu Sonho*, 14 ed. Rio de Janeiro, Record, 1984, 131 p.

<sup>4</sup> Os livros contendo parte destas crônicas são *A Donzela e a Moura Torta, 100 Crônicas Escolhidas, O Brasileiro Perplexo, O Caçador de Tatu e As Menininhas e Outras Crônicas*. Em *Elenco de Cronistas Modernos*, uma coletânea de vários escritores, há dez crônicas da autora, a maioria já publicada ou do tempo de *O Cruzeiro*.

<sup>5</sup> *As Menininhas e outras Crônicas*, Rio de Janeiro, José Olympio, 1976, 176p.

<sup>6</sup> Seus títulos: *Café da Manhã, Seleção e Coletânea*.

<sup>7</sup> *Café da Manhã*. Rio de Janeiro, Olivé, 1969, 346p.

<sup>8</sup> *Retrato sem Retoque*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1963.

<sup>9</sup> Cf. Voláteis e Versáteis, de Variedades e Folhetins se fez a Chronica. In *Boletim Bibliográfico-Biblioteca Mário de Andrade*, São Paulo, v. 46, p. 19.p. 22.

<sup>10</sup> Op. Cit. p. 19.

<sup>11</sup> Cf. *Estudos*. 5a série, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1933, p. 83.





# A Eva feminista de Ângela Carter

---

Eduardo de Assis Duarte\*

Este texto deriva da participação do autor na mesa redonda “Gênero e Linguagem”, realizada no VI Seminário Nacional Mulher & Literatura, na Universidade Federal do Rio de Janeiro, em Setembro de 1995.

Em seu livro *O Cânone Ocidental*, Harold Bloom ataca o que nomeou de “Escola do Ressentimento”, ou seja, aqueles segmentos da crítica voltados para o reconhecimento da diversidade multicultural e para a análise da produção das chamadas “minorias” — mulheres, negros, índios, homossexuais — às quais pode-se perfeitamente agregar, numa perspectiva mais econômico-social do que de gênero ou de raça, toda a gama de manifestações culturais advinda das classes populares ou subalternas. O furor com que Bloom pretende desqualificar as vozes oriundas das margens da cultura burguesa — branca, masculina, ocidental e cristã — é análogo à intolerância xenófoba/chauvinista responsável pelos espasmos racistas ou machistas ainda visíveis nesse fim de século. Por outro lado, ao propor que o questionamento ou a flexibilização do cânone implique em sua destruição, o crítico está, em verdade, defendendo o aparato conceitual fundado na “ansiedade da influência” que fundamenta toda a sua atividade interpretativa, bem como o poder de definir perante o mercado intelectual quais as “obras” verdadeiramente “grandes” e dignas de figurar como “Patrimônio da Humanidade”.<sup>1</sup>

Ora, a questão do *outro*, sua inserção na cena cultural e o interesse cada vez maior que desperta enquanto objeto de pesquisa vêm mobilizando as atenções acadêmicas já há algum tempo. Pensar as representações do *outro*, em especial, da *fala do outro*, tornou-se um tópico recorrente de estudo, seja do ângulo da classe social, do gênero ou da etnia. O *outro* é um ser histórico, obviamente, mas sua concretude material

faz-se presente não tanto na historiografia dos vencedores quanto na poesia, na ficção e nos relatos tidos como menores. E isto em países e épocas diferentes. A historicidade do fenômeno não impediu o apagamento do discurso do *outro* nas escrituras oficiais e em boa parte da literatura canonizada. E esse recalcamento só se desvela, embora ainda parcialmente, a partir da visibilidade que a questão adquire no pensamento contemporâneo, apesar de posturas como a de Bloom.

Doutra parte, a relevância que questões como as de gênero assumiram nas últimas décadas configura não apenas um reflexo de mudanças no campo histórico-social, mas, sobretudo, constitui um *problema* cuja dinâmica, em sua própria formulação, já coloca inúmeros desafios, tanto epistemológicos quanto políticos, para o campo das Ciências Humanas. Penso que o fundamental para quem se preocupa com o entendimento da literatura nesse contexto é fazer da perspectiva do *outro* não um conjunto de certezas dogmáticas, mas uma indagação permanente e integrada ao ensino, à pesquisa e à reflexão sobre o literário.

Encarar a literatura como espaço que permite resgatar as falas até então caladas, exige do intérprete posturas e convicções distintas daquelas de uma crítica “científica”, no sentido de neutra, ou apolítica. Acarreta igualmente a descrença num trabalho centrado exclusivamente nos aspectos construtivos do literário, mesmo reconhecendo a importância desses aspectos. Pensar assim implica, também, o questionamento de uma concepção hipertrofiada de *texto*, alçado ao panteão de realidade única ou última da literatura. Ao considerar que a aventura literária não

se reduz a mero “jogo” inter ou transtextual estaremos julgando que é não só possível, mas também necessário *considerar* e, mais que isto, *explicitar* a face política inerente a toda leitura.

Poderia acrescentar que a leitura tanto atenta às questões referentes à linguagem e às estratégias de construção textual - de grande relevância todas elas - quanto atenta igualmente ao ângulo político inscrito seja no texto, seja no ato de sua interpretação., Essa leitura hoje haverá necessariamente de passar pelas perspectivas de *gênero*, de *classe* e de *raça*, seja partindo dos problemas suscitados por cada instância em sua especificidade, seja tentando articular os pontos de junção presentes na diversidade por elas expressa. O grande desafio reside justamente em operacionalizar a combinação dessas abordagens, para além do centramento feminista, marxista ou racial. Em suma, compreender a correlação de forças presente nos campos discursivos, a fim de detectar os liames existentes nos pólos hegemônicos, responsáveis tanto pelo sexismo, quanto pelo racismo e pela discriminação econômica e social, encarados como práticas antes de tudo discursivas.

## ANGELA CARTER E O MITO DE LILITH

*No princípio era o Verbo,  
e o Verbo estava com Deus  
e o Verbo era Deus*

(...)

*e o Verbo se fez carne  
e habitou entre nós.*

*João, I, 1 e I, 14*

O intróito acima tem sua razão de ser. Ele se liga e se justifica também em função do perfil explicitamente político (e até

mesmo panfletário, em alguns momentos) de *A Paixão da Nova Eva*. Publicado em 1977, o texto recebe os ecos de toda uma década de contestação iniciada com o Maio de 68, com os movimentos feminista, *hippie* e pelos direitos civis nos Estados Unidos, com os diversos focos de guerrilha esquerdista desencadeados na América Latina e em outros continentes. E dialoga com esses discursos contestadores, ao representar uma forma *sui generis* de revolução, cujo centro está ancorado nas relações do masculino com o feminino.

Minha aproximação com o romance de Angela Carter se dá no contexto da pesquisa que ora realizo a respeito da circulação literária do mito e dos mitemas de Lilith. Este trabalho parte do cotejo das diversas versões e fragmentos do mito, para em seguida chegar à *Medéia*, de Eurípedes; à *Moll Flanders*, de Defoe; à *Carmen*, de Merimée; à *Nana*, de Zola; à *Mulher Fatal*, de Camilo; à Rita Bahiana de Aluísio; à Sofia de Machado; às *Mulheres Apaixonadas*, de D. H. Lawrence; à *Alma*, de Oswald de Andrade; às diversas representações do feminino inscritas no cordel e nos romances populares nordestinos e, por fim, à Lilith (e à Eva), de Angela Carter.

De imediato, ressalte-se a marca da indubitável *diferença* que norteia o texto da escritora inglesa. De Eurípedes a D. H. Lawrence e de Defoe a Machado ou Oswald de Andrade, o que se nota é o escrito masculino tributário do mito, a literatura assimilando fragmentos do mito e com ele se encontrando nessa espécie de estuário a que podemos nomear *imaginário masculino*. Enquanto *Medéia* retoma a faceta vingativa e infanticida de Lilith, *Carmen* e Rita Bahiana enfeitam e eliminam os signos do

Bem e da *Ordem* existentes em seus amantes. Da mesma forma que Nana e Cassilda vampirizam pelo uso do corpo as fortunas e reputações de quantos delas se aproximam, Alma e Sofia levam suas vítimas à perda da razão e da vida. Desse círculo funesto, que une libido e perversão e que não distingue o feminino do eros estigmatizado, sequer escapam as personagens de D. H. Lawrence. Em *Mulheres Apaixonadas*, fazem-se presentes os signos de Lilith: o prazer convive com o ódio, com a inveja e com a luta, inclusive corporal, e termina vitimando o homem. Resguardadas suas muitas diferenças, os textos acima representam a sensualidade feminina como demoníaca, e operam em diversos momentos como reduplicadores do substrato mítico — espécie de subtexto palimpséstico — oriundo do discurso patriarcal.

Em Angela Carter essa relação se modifica. Ao invés de simplesmente deixar falar as vozes provenientes do mito, sua escrita empreende uma radical atitude de ajuste de contas não só com os discursos da supremacia masculina, tornada “natural” antes mesmo da origem inscrita no *Genesis*, mas também com as práticas de dominação entre os sexos daí advindas. Para tanto, *A Paixão da Nova Eva*, como o nome já assinala, investe na apropriação paródica e demolidora dos signos fortemente marcados pela tradição bíblica e do próprio mito do surgimento do homem, transformado em fábula a ser rasurada — operação esta que implica a perda do sentido fundante e do valor etiológico. No romance, as histórias de Adão, Eva e Lilith surgem pelo avesso e motivam todo um mecanismo subversivo de deboche e inversão de papéis e valores.

Ao desembarcar em Nova York, o narrador/protagonista, um professor inglês sintomaticamente nomeado Evelyn, vê-se diante do próprio caos. Devorada pela guerra, entre montanhas de lixo e milhares de ratos, a capital do capitalismo assiste ao ocaso da chamada “civilização ocidental”. A Universidade foi transformada em campo de batalha e não serve mais de abrigo ao professor. Restam a este as divagações do vizinho alquimista, sintomaticamente voltadas para a fecundidade do caos, e o carinho sedutor e frio de Leilah — reencarnação afro-americana de Lilith. Misto de bailarina e prostituta, será esta herdeira literária da primeira companheira de Adão quem irá conduzir Evelyn ao abismo e à perda da identidade. Leiamos o texto:

*Era negra como a fonte das sombras, e sua pele era fosca, sem brilho e tão macia, que ela parecia derreter-se em meus abraços. (...) Era voraz, insaciável, embora de modo frio, como se impulsionada por uma necessidade seca, mais cerebral do que sexual. (p. 18)*

*Desde o momento que a vi, fiquei perdido. (p. 19)*

*Sua imprudência, ao passear, cantando assim, tão brilhantemente enfeitada, por ruas desesperadas, assustava-me e me encantava; era contagiosa; e fui atingido. Sob a lua que morria, ela me puxou por uma corda invisível ao longo de ruelas onde bêbados e drogados jaziam sobre cacos e excremento. (...) Assim levou-me para as profundezas do labirinto geométrico do coração da cidade, para um mundo de ruínas e construções inacabadas, o coração megalóptico que não mais batia. (p. 21)<sup>2</sup>*

De imediato, é preciso ressaltar a presença dos mitemas de Lilith em todo o processo: a *sedução* representada como *arma feminina* e, ao mesmo tempo elemento de abalo da razão e do bom senso instituídos; o misto de *atração* e *repulsa* evocado por Lilith, expressão do *desejo* e do *medo* masculinos; o cenário de *detritos* e *ruínas* transplantado do mito e evocando não só os pântanos e espaços sombrios onde se oculta o demônio feminino, mas também a combinação de *fezes* e *pó impuro* da qual é feita.<sup>3</sup> Além disso, o próprio nome Leilah vincula-se etimologicamente a Lilith, pois deriva do hebraico *Laylah*, significando ao mesmo tempo “noite” e “espírito da noite”, atributos vinculados ao íncubo arcaico desde suas raízes, na cultura sumério-acadiana. Não contente com esta apropriação flagrante da figura mitológica, o texto se encarrega de, ao final, explicitar mais uma vez a ligação entre as duas personagens:

— *Meu nome é Lilith — ela declarou.*  
— *Na cidade eu me chamava Leilah para esconder a natureza de meu simbolismo. (...) Eu usava ruge nos mamilos e dançava uma dança chamada Fim do Mundo, para que os desavisados caíssem em tentação.*  
(p. 166-7)

Num primeiro momento, o discurso do narrador-protagonista reproduz a atitude das vítimas de Lilith, inscrita nas versões do mito:

*Senti a medonha atração do abismo. Como um homem diante de um precipício, irresistivelmente atraído pela gravidade. Tomei o caminho mais curto para baixo. Mergulhei. Não consegui resistir ao impulso da vertigem.* (p.25)

Aparentemente, Evelyn não reduplicará com sua companheira a trajetória de doenças,

loucura ou morte vividas pelos homens tocados por Lilith. Ao contrário, passa a viver e ser sustentado pelos ganhos por ela auferidos na prostituição, enquanto o país se afunda cada vez mais na guerra e na crescente anomia. No entanto, o inglês representa o mundo fadado a sucumbir, e vai, aos poucos, penetrando na crise de identidade que culmina na sua fuga para a Califórnia. Esta se precipita com a gravidez de Leilah/Lilith, a que se segue o aborto mal sucedido e o abandono da personagem num hospital. Assim Angela Carter dispõe as peças da narrativa: o homem explora e deixa doente quem o acolheu; age, portanto, como verdadeiro íncubo e esta é apenas a primeira de uma vasta trama de inversões estabelecida ao longo do texto, que segue um andamento de estrita linearidade.

Quem com ferro fere, com ferro será ferido... Logo, após cometer seu “pecado”, Evelyn chega ao deserto e é feito prisioneiro de uma brigada feminista radical. Sua captora traz no uniforme o conhecido símbolo do feminino, circundando todavia nada menos que uma dentadura em posição de ataque, o que remete de imediato à imagem da vagina dentada, materialização do terror masculino perante o poder demoníaco e devorador da mulher, e que funciona no texto como antecipação figurativa bem precisa da castração e morte do homem.

O personagem é levado para Beulah, cidade subterrânea e *high-tech*, verdadeiro império feminista comandado por uma negra imensa, barbuda e de muitos seios. Tal personagem, apropriação “tecnológica” da mítica Deméter, se autodenomina “a Grande Parricida”, ou “Grande Emasculadora” ou, simplesmente, “Mãe”, e será a responsável pela transformação cirúrgica que fará de Evelyn a nova Eva. O espaço escuro e

labiríntico de Beulah (que significa em hebraico “mulher casada”, mas já designou figuradamente “Israel”) funciona no texto não como terra da promessa, mas como verdadeira terra da provação ou, quem sabe, da remissão da má consciência do personagem. Deste modo, o romance associa dois signos já clichêizados pelo discurso religioso — o deserto e o labirinto — não apenas para tomá-los como metáfora da esterilidade ou da descida aos infernos do personagem, mas para inscrevê-los também como significantes da perda e do encontro da identidade.

A operação transsexual condensa em sua polissemia todo o clima de inversão e revolução presente no romance. Tirando partido dos signos da anomia e do caos, o texto não apenas representa um mundo virado de cabeça para baixo — politicamente, sexualmente, moralmente — mas faz dessa inversão/revolução seu próprio norteamento construtivo. Exemplo disso é o tratamento dado ao tempo, marcado por um sentido nitidamente escatológico, pelo qual tudo caminha para a destruição: é o fim da hegemonia branca, pela revolta dos pretos; e do domínio sexual masculino, pela revolta das mulheres. A mudança de Evelyn em Eva sela a vitória feminina e a vingança contra o macho, além de marcar o primeiro clímax dessa história de inversões.

Despojado do pênis, o novo ser viverá na pele a condição de objeto sexual:

*Que o castigo corresponda ao crime, seja qual for. Tinham me transformado em poster de playboy. Eu era objeto de todos os desejos vagos que existiam em minha própria cabeça. Tinha me transformado em minha própria fantasia sexual. Havia virado minha própria fantasia masturbatória. (p.72)*

Considerando-se “Tirésias do sul da Califórnia” (p. 69), a nova Eva é excluída pelas circunstâncias de seu local de nascença. Prefere a fuga a submeter-se à auto-inseminação. E o que poderia parecer agora mera reduplicação bíblica logo se confirma, mas de forma invertida: “olho por olho, dente por dente”. Aqui, a Lei de Talião é retomada contra o patriarcado, na medida que Evelyn-Eva não chegará a “parir em dor”, conforme o estigma bíblico, mas viverá na carne as muitas dores de seu próprio parto enquanto mulher.

O indivíduo pós-macho — cabeça ainda meio de homem num corpo de *top model* — terá no estupro seu ritual de passagem para o cotidiano feminino e, assim, será estrangido/a à mais antiga submissão da mulher ao ser capturado/a por Zero — um troglodita estéril, manco, cego de um olho e poeta sem palavras. Simplesmente, a nova Eva será logo transformada na “oitava esposa” do harém de Zero. Este emblematiza o crepúsculo do machismo e personifica em seus traços construtivos — do nome ao acúmulo de deformações paródicas — a sátira do porco chauvinista dos anos 70. Não é gratuito que viva rodeado de porcos e obrigue suas escravas a tratar o leitãozinho como se fosse um bebê.

Assim, o romance prossegue num fluir *holiwoodiano* de ações surpreendentes. Findo o episódio de sua escravidão, espécie de capítulo zero da jovem mulher, passemos à verdadeira paixão da nova Eva. Esta atende pelo nome de Tristessa e pode ser configurada como mistura *kitsch* e pastichosa de todas as divas do cinema norte-americano. E, novamente, o processo de inversão como estratégia textual revela-se o princípio norteador da construção da narrativa.

Tristessa está no romance desde o início. O leitor vai conhecendo-a aos poucos, através das digressões e flashes de memória do narrador-personagem. No entanto, esta que sempre fora o *sex symbol* e o eterno moto-contínuo das fantasias eróticas do antigo homem, quando surge finalmente em cena revela-se... um travesti. Impossível não ver aí o velho recurso do quiproquó folhetinesco posto a serviço do texto feminista. Em suma, tudo se inverte: enquanto homem, Evelyn sempre desejara a Tristessa mulher; depois de transformado em Eva, ele será fecundada logo por ela, finalmente revelada ele... O próprio texto afirma que a futura criança, se vingar, será fruto de “dois pais e duas mães”. (p. 178)

Para além do efeito cômico de superfície, sobressai o sentido político de todo esse jogo de simulacros e constructos artificiais, para falarmos na mais pura tautologia. Angela Carter vai desdobrando e virando pelo avesso o sistema de relações entre os sexos, com as inversões se acumulando umas sobre as outras. Com isto, dota seu texto não apenas daquela carga de grotesco e de inusitado responsável pelo humor e pela sátira demolidora, mas também daquele poder dissolvente, que corrói os sentidos estabelecidos e abala o que Bakhtin definiu como “inversão histórica”: o processo no qual as sociedades buscam “naturalizar” pelo mito e pela literatura práticas eminentemente culturais.<sup>4</sup>

No caso, seu romance empreende a *reversão da inversão histórica*, ou seja, fragmenta e rasura a mitificação que criava — verbo fundador — a naturalidade da supremacia masculina, cantada nos mitos e *mythoi* de tantas escrituras. No caso, tal supremacia é representada sempre de modo

grotesco, a exemplo do “poeta” Zero, e se volta contra o próprio homem. Mais que isto, a “naturalidade” dos papéis masculino e feminino é revertida para demonstrar como tais papéis são construídos socialmente. Tristessa e Evelyn, ela o homem, ele a mulher, se inserem como chaves de um mundo caótico posto de cabeça para baixo e, ao mesmo tempo, como metáforas da dissolução das fronteiras e identidades estabelecidas. Não é gratuito o movimento circular empreendido pela casa de Tristessa, a girar ininterruptamente não só para destruir Zero e suas esposas, triturados pelo movimento centrífugo, mas igualmente para simbolizar a hora da verdade traduzida na união do travesti com o transsexual. É como se uma “roda da fortuna” tecnológica e biônica viesse desvelar a porção homem recalcada em Tristessa e a porção mulher finalmente assumida por Evelyn.

Todavia, como nada em *A paixão da Nova Eva* é uno e indivisível, esse texto tem também seu lado sério e esta seriedade traz embutido um certo saudosismo pela escrita enquanto etiologia, texto que quer ser carne mesmo num mundo de tantos deuses e de deus nenhum. Ao partir para a reversão da inversão histórica e, com esse gesto, recuperar segundo uma nova perspectiva as figurações míticas da mulher, o texto de Angela Carter revela sua face utópica e, evidentemente, também “mítica”. Ao fazer de Lilith quase uma anti-Lilith, capaz de perdoar e de lutar para construir uma nova sociedade, faz também do macho europeu, branco e burguês, uma nova mulher. Mulher feita não da costela do homem, mas de seu corpo inteiro, despojado dos signos da dominação.

*Ali estávamos, no início ou fim do mundo, e eu, em minha carne suntuosa, era o próprio fruto da árvore do saber; o saber me criara,*

*eu era a obra-prima do homem, em carne o osso, a Eva tecnológica em pessoa. (p. 140, grifos nossos)*

*Eu podia ser a única pessoa viva no mundo, Eva e Adão ao mesmo tempo, com a missão de repovoar todo esse continente devastado. (p. 158, grifos nossos)*

Aqui se manifesta a alegoria da nova mulher, feita, sim, a partir do homem, mas não para servi-lo, como na prescrição bíblica. Um ser utópico, acumulando vivências e identidades dos dois gêneros, para repovoar o “mundo pós-apocalíptico” (p.171), a partir do “ANO UM” (p. 164) do novo tempo. Não importa, para o significado do romance, se o poder político e militar ficará com a aliança afro-chicana-feminista ou com os brancos e jovens soldados de Deus; se com a “esquerda” ou a “direita”. Em *A Paixão da Nova Eva*, a grande revolução está consumada no corpo transsexual e na exuberante fusão de opostos que ele materializa. Não são, de modo algum, gratuitas, as referências seguidas a Tírésias, ao hermafrodita platônico ou ao sexo “interpenetrante e indiferenciado” de Tristessa e Evelyn/Eva (p. 143). Não importa que as cidades e as metrópoles americanas estejam em chamas. Importa que, a partir desse caos, algo novo tem início e a morte traz em si a vida.

*O caos retornara. Quem amava o caos? Ora, o meu antigo vizinho em Nova Iorque, o alquimista tcheco. Há quanto tempo eu não pensava nele? Bem-vinda à anterioridade, Eva; agora sei que estamos no início do início. (p. 159, grifos nossos)*

É esse ser trazendo no ventre o fruto de tantas inversões, que se lança ao “mar amniótico” e vaga no final do livro rumo ao desconhecido, é certo, mas, com certeza, a algo para além dos escombros do machismo.

E de novo o texto recorre aos signos do mito para expressar agora os traços da androginia enquanto estado de perfeição e totalidade primitivas. Carter dialoga com o mito, presente também em diversos feminismos — do andrógino de Virgínia Woolf ao Um/Outro de Badinter — e faz do ser invertido e conhecedor dos dois gêneros o traço dissolvente da ordem presente e, ao mesmo tempo, o traço seminal da ordem futura.

## NOTAS

<sup>1</sup> Cf. BLOOM, Harold. *O Cânone Ocidental* (trad. de Marcos Santarrita). Rio de Janeiro: Objetiva, 1995.

<sup>2</sup> CARTER, Angela. *A Paixão da Nova Eva* (trad. de Eliana Sabino). Rio de Janeiro, Rocco, 1987. A partir desta citação, virá apenas o número da página, entre parênteses, logo após o trecho citado.

<sup>3</sup> Nas versões rabínicas e nos *midrash* cabalísticos do *Genesis*, Deus engendra Lilith somente ao entardecer do sexto dia da criação, no mesmo instante em que dá vida aos demônios e aos répteis... Além disso, para formar o corpo da antecessora de Eva, o demiurgo usa “fezes e imundície ao invés de pó puro”. Cf. GRAVES, R. e PATAI, R., citados por SICUTERI, R., *Lilith: a Lua Negra* (trad. de Norma Teles e Adolfo Gordo). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985. p. 28 e seguintes.

<sup>4</sup> Segundo Bakhtin, “o pensamento mitológico e literário localiza no passado categorias como o objetivo, o ideal, a equidade, a perfeição, o estado harmônico do homem e da sociedade, etc. Os mitos do paraíso, da idade do ouro, da época heróica, da antiga verdade, as noções mais tardias sobre o estado da natureza, sobre os direitos naturais congênicos e etc., são as expressões dessa inversão histórica. (...) Para dotar de realidade este ou aquele ideal, ele é imaginado como já tendo ocorrido outrora na idade do ouro, no ‘estado natural’, ou é concebido no presente, em

naturais congênitos e etc., são as expressões dessa inversão histórica. (...) Para dotar de realidade este ou aquele ideal, ele é imaginado como já tendo ocorrido outrora na idade do ouro, no 'estado natural', ou é concebido no presente, em algum lugar dos confins do mundo, para além dos oceanos, na face da terra, ou embaixo dela, na terra ou no céu. (...) Nas estruturas filosóficas correspondentes à inversão histórica, a proclamação dos 'princípios' como fontes puras e não alteradas de toda a existência, e a proclamação dos valores eternos, das formas idealmente atemporais, estão em correspondência entre si." Cf. BAKHTIN, M. *Questões de Literatura e de Estética: a Teoria do Romance* (trad. de A. Bernardini e outros). São Paulo: Hucitec/UNESP, 1988, p. 264-5.

## Metalinguagem e escritura em Virginia Woolf

Márcio de Lima Dantas\*

“Consequindo, então, é natural, para as primeiras”, desliza que já se tornou, pelo todo seu, o leitor era uma qualira ao se deparar com u...  
... para um ensaio que trata da relação da mulher e a literatas. Uma leitura anda ao título, sem referências ao conteúdo prévio da tenta a ser tratado, seria o leitor, intrigado e talvez, talvez a curiosidade da descoberta.  
O ensaio tem início por uma análise e já indica o seu caráter de ficção. A autora supõe e propõe uma ficção em que o leitor convença por a origem que seu personagem vai fazer diálogos e reflexões sobre a condição da mulher no mundo e principalmente no contexto da literatura. Nesse convite a autora inicia um diálogo permanente com o leitor. Considera em sua narrativa a mulher como interlocutor, isto é, há um caráter metalinguístico no ensaio que o leitor do início afirma. Passa a aproximação do leitor engendra um texto com uma linguagem própria. De imediato a escritora nos revela o que está sendo dito e o que se pretende a ser realidade. Explicando

forma tão confusante como a...  
... uma questão em que se...  
... e a sua clemência de ficção...  
... suas intenções e conclusões...  
... a criação de personagens...  
... fim de para concluir...  
... do século.

O ensaio é permeado por...  
... sobre temas de cultura. Assim...  
... no feminino e sua relação com a...  
... mente da autora simultaneamente

parentese que a autora introduz...  
... a literatura e misturando com o...  
... de científico que o ensaio normal...  
... entrever que uso de um texto...  
... científico aparece ao tempo é...  
... dados históricos, que a autora...  
... sua pesquisa.

O que se observa é a presença...  
... autora com o uso da palavra. Porém...  
... no original em inglês se percebe...  
... afirmação com mais clareza, por...  
... seleção das palavras, encadeam...  
... sonoridades, certamente não foi...  
... na transposição para a língua...  
... Compreende-se, então, como um...  
... ensaio poderia ser naturalmente...  
... Sensível que muitos textos po...  
... se alterasse.

\*Professor Auxiliar de Literatura Portuguesa do Departamento de Letras da UFRN

... e a possibilidade de uma nova leitura da obra, a partir de uma perspectiva que não se limita ao texto literário, mas que se abre para o contexto social e cultural em que ele se insere. A análise da obra de Dantas, portanto, não pode ser feita apenas a partir de uma leitura formalista, mas deve considerar o papel da literatura na construção da identidade nacional e na crítica social.

# Metalinguagem e escritura em Virginia Woolf

## Márcio de Lima Dantas\*

\* Professor Auxiliar de Literatura Portuguesa do Departamento de Letras da UFPA

*E, para o instituto do purismo científico, toda excitação de linguagem durante a exposição ameaça uma objetividade que vem à tona tão logo se elimine o sujeito...*

**Theodor Adorno**

*Como que estou escrevendo na hora mesma em que sou lido.*

**Clarice Lispector**

1

“Começando, como é natural, pelas coisas primeiras”<sup>1</sup>, diremos que já no título, **Um teto todo seu**, o leitor cria uma expectativa ao se deparar com uma frase tão inusitada para um ensaio que trata da relação entre a mulher e a literatura. Uma leitura limitada ao título, sem referências ou conhecimento prévio do tema a ser tratado, deixaria o leitor intrigado e talvez despertasse a curiosidade da descoberta.

O ensaio tem início por uma adversativa e já indicia o seu caráter de oralidade. A autora supõe e propõe uma situação fictícia em que o leitor enverede por uma viagem que seu personagem vai fazer pelos livros e reflexões sobre a condição da mulher no mundo e principalmente no contexto da literatura. Nesse convite observamos um diálogo permanente com o eventual leitor. Considera em sua narrativa o leitor como interlocutor, isto é, há um caráter metalinguístico no ensaio que o perpassa do início ao fim. Essa aproximação com o leitor engendra um texto com uma natureza própria. De imediato a escritora nos avisa que aquilo que está sendo dito é ficção e não se pretende a ser realidade. Explicando: normalmente o ensaio não inclui o leitor de

forma tão contundente como aqui. No caso, temos um ensaio em que se mesclam informações e alusões a autores e escritores e um elemento de intensa subjetividade da autora: suas inferências e conclusões e até mesmo a criação de personagens ou lugares fictícios para conduzir/veicular as idéias que desenvolve no texto.

O ensaio é perpassado por digressões sobre outros temas da cultura. Assuntos afins ao feminino e sua relação com a arte vêm à mente da autora simultaneamente à sua reflexão sobre o tema “**As Mulheres e a ficção**”. Contudo, tece tão bem essas paradas, que o leitor não se perde nos interstícios. Essas digressões configuram um matiz de épico ao ensaio e é percebido nos pequenos parênteses que a autora introduz sem prejudicar o fluxo da “história” principal. Um leitor atento perceberá como sutilmente a autora vai mesclando os gêneros lírico e épico da literatura e misturando com o matiz de científico que o ensaio normalmente deixa entrever (no caso de **Um teto todo seu**, o científico aparece no tempo e no espaço dos dados históricos, que a autora recolhe para sua pesquisa).

2.

O que se observa é a preocupação da autora com o uso da palavra. Provavelmente, no original em inglês se percebe essa afirmação com mais clareza, posto que a seleção das palavras, encadeando-se em sonoridades, certamente, não foi considerada na transposição para a língua portuguesa. Compreende-se, então, como uma parte do ensaio poderia ser naturalmente enxugada. Sem dúvida que muitos trechos poderiam ser desprezados, sem que se alterasse a proposta

do conjunto. Quer dizer: não ajuda na explicação do tema que se propõe discorrer (muita vez parece divagações da escritora, como se estivesse a circular em torno do tema). Sentimos a autora como a querer fazer LITERATURA: narrar, brincar com as palavras. Há um matiz de lúdico no ensaio. Mesmo escrevendo sobre um tema que não se quer literário, as liberdades e licenças são muitas. Somente alguém vindo da arte (e não da ciência) poderia ser tão livre em tratar de um assunto. Sintomático o uso recorrente de metáforas e imagens que embelezam o texto, ou seja, a informação - os dados e suas impressões acerca do que vai descobrindo - é passada de maneira estética e não seca e objetiva. Mesmo compreendendo que a tintura de subjetividade é um dos elementos que caracteriza o ensaio (pensemos em Montaigne), assim mesmo a autora extrapola e envereda por divagações sobre o cotidiano e chega até mesmo a fazer uma reconstituição literária da história.

*“Mas estávamos então na idade da fé, e o dinheiro era generosamente derramado para se assentarem essas pedras em fundações profundas, e, quando se levantaram as pedras, mas dinheiro ainda nelas se derramou dos cofres de reis e rainhas e nobres ilustres, como garantia de que aqui se cantariam hinos...”*<sup>2</sup>

Sem dúvida que nessas divagações literárias encontramos um dos pontos peculiares e mais altos de todo o ensaio. Exemplo é a passagem em que descreve com acuidade o almoço. Ela consegue revestir essa descrição da refeição com uma beleza singular. Eleva o ato de comer, simples e mecânico, a um *status* de ritual religioso. Estetiza-o numa bela descrição da seqüência

de pratos e o que sua presença possibilita de evocações e inferências.

Aqui nos reportamos a Adorno, no seu texto **O ensaio como forma**, em que tenta definir esse gênero de escrita tão refratário a definições como é o ensaio. Diz ele que

*“...o ensaio se aproxima de uma certa autonomia estética, que facilmente pode vir a ser acusada de ter sido apenas emprestada da arte, do qual, no entanto, o ensaio se diferencia tanto pelos meios que emprega, os conceitos, quanto por sua pretensão à verdade despida da aparência estética”*.<sup>3</sup>

Com efeito, a autonomia do ensaio é uma de suas principais características, tanto é que, quando se escrevem ensaios, não há necessariamente preocupação com o novo. Cada ensaísta encontra sua **forma** particular, não interessando o plano do conteúdo. Quer dizer: não interessa se o tema já foi tratado ou não, vale como está sendo dito e não o **que** se diz. Não podemos deixar de lembrar que é isso que caracteriza a arte: forma, e não substância. Se assim não fosse, pintar flores em vasos - naturezas mortas - já tinha se exaurido como tema para a pintura.

Mas, voltando a Virgínia Woolf e suas soluções para o ensaio, observamos que sua linguagem, com fortes tintas de subjetividade, não ameaça a objetividade científica. Mesmo o sujeito estando ostensivamente presente, em nenhum momento consideramos que o tema não está sendo abordado de modo “sério”.

Ocorre que a ficção está mesclada ao tema tratado pela autora: a mulher e a ficção. É na descrição e na narrativa do cotidiano que a autora introduz suas preocupações e interesses, mostrando ao leitor os dados que dispõe acerca da situação da mulher no

passado e ao longo da história. Não se contenta em pesquisar e apresentar os dados, parece querer também se contar, e convida o leitor a fazer parte dessa viagem.

### 3

O ensaio é tecido numa sutil metalinguagem, que o leitor se deixa conduzir sem se aperceber. Normalmente, procede-se a uma pesquisa sobre um tema e se apresenta sob a forma de um ensaio. Este é o procedimento empregado comumente. No ensaio de Virgínia Woolf, ao contrário, ela nos conduz pelas etapas da pesquisa. Isto é, seu ensaio está sendo feito. Constatamos vários momentos de dúvida e reflexões. Os dados não são expostos e comentados, mas estão sendo descobertos, lidos, anotados e mostrados à medida que sua personagem inventada vai caminhando na pesquisa do tema.

Desse modo o ensaio se aproxima e engendra uma constituição que é muito mais do signo literário. Explicando: à medida que os signos lingüísticos vão se arrumando em frases, parágrafos e vão tomando a forma de sintagmas, é que os sentidos vão sendo elaborados. O processo de feitura (produção) e significação acabam por se confundir, característica que é inerente à linguagem literária e não à linguagem precisa, objetiva do texto científico.

A autora se pergunta, o tempo inteiro, qual a relação entre suas divagações/reflexões e o tema do ensaio **As mulheres e a ficção**. E inclui o leitor. O texto, na verdade, está falando dele mesmo. Não há um escritor separado apresentando um texto sobre um determinado tema. Mas um texto que está sendo elaborado por uma escritora e que

inclui o leitor. Nesse sentido temos uma aproximação com Clarice Lispector (aproximação de técnica de escritura, de procedimentos empregados para organizar um texto) em livros como **A hora da estrela** e **Um sopro de vida**.

A escritora parece objetivar que o tempo da sua escritura coincida com o tempo da leitura. Isto: o processo de produção do ensaio está sendo revelado ao leitor, concomitante ao ato da leitura. Constatamos traços bem característicos do discurso literário. Não só pelo uso recorrente de imagens (metáforas, alegorias, etc.), mas também pela maneira como a significação está sendo tecida. Um bom exemplo dessa nossa afirmação é a impossibilidade de se fazer e apresentar um resumo do ensaio. Somente a leitura integral do texto proporcionará sentir a “atmosfera” e, então, encontrar as significações dissolvidas ao longo da narrativa.

### 4

A separação feita por nós entre a forma e o conteúdo foi operada apenas como um recurso para melhor analisar o ensaio. Lembramos que são indissociáveis e que se tratando de uma escritora com grande domínio da linguagem, como o é Virgínia Woolf, não faz sentido falar de plano da expressão e plano do conteúdo, posto que, sendo uma escritora de linha *construtivista* (consciência do ato da escritura como algo que se elabora), a forma e o fundo já são conscientemente refletidos e engendrados simultaneamente.

Nos tópicos acima, discorreremos sobre vários aspectos que se relacionam mais à

expressão. Trataremos agora do conteúdo do ensaio.

Uma das coisas mais interessantes do ensaio é a conexão que procura fazer entre o tipo de vida que a mulher levava e como isso se expressava ou transparecia na escritura. No capítulo IV, escreve que a mulher tenta sair da camisa de força imposta pelo mundo masculino que a impedia de escrever, de ser poeta. Essa marca social de opressão do feminino aparece na literatura desse período com uma poesia nuançada pelo ódio e pelo ressentimento.

Acompanhando a trajetória das mulheres, tenta inseri-las na história do seu tempo, demonstrando a impossibilidade de maiores vãos na Literatura. Tolhidas sempre pelo preconceito masculino de julgá-las incapazes para a arte. Muita vez o preconceito e as barreiras partiam das próprias mulheres, que ideologicamente reproduziam a ordem social. Observa a autora que

*... pode-se medir a oposição que havia no ar contra a mulher que escrevesse, quando se constata que até mesmo uma mulher com grande pendor para a literatura fora levada a crer que escrever um livro era ser ridículo, e até mesmo mostrar-se perturbada.<sup>4</sup>*

Com efeito, as mulheres escreviam muito mais visando ao seu próprio deleite, e essa atividade, associada a uma vida marcada pelo recolhimento e solidão, era índice de loucura e de uma mente perturbada.

No final do século XVII, registra-se uma atividade mental das mulheres e a literatura passa a ter uma função prática: ganhar dinheiro. Nesse contexto, a mulher, pertencente à classe média, começa a escrever. Comentando a escritora Jane

Austen, diz que por volta de 1800 encontra-se uma mulher escrevendo “sem ódio, sem medo, sem protestos, sem pregações”. Uma escrita ditada pela consciência do ato da escritura, e não por simples desabafo de sentimentos ou situações.

Para a escritora, a escritura de uma mulher trará a marca de sua condição, ou seja, a repressão dos seus desejos engendra um ódio que, por osmose, passará aos textos. Desse modo, a mulher escreve com rancor e a tendência é falar de si mesma, e não escrever sobre seus personagens. Acrescenta que a integridade do romance parece ser afetada pelo sexo do autor. Mais na frente diz:

*O impulso para a autobiografia ter-se-á esgotado. Talvez a mulher esteja começando a usar a literatura como uma arte, não como um método de expressão pessoal.<sup>5</sup>*

Perambulando por uma hipotética biblioteca a autora segue/persegue a trajetória das mulheres na literatura. Cria uma personagem chamada Mary Beton para pesquisar o tema. Aqui observamos mais uma vez a aproximação com a literatura - a criação de personagem. Essa personagem, após muitas divagações, conclui que, para uma mulher se tornar escritora, é necessário ter quinhentas libras por um ano e um quarto com fechadura na porta. É a importância das coisas materiais para se escrever ficção ou poesia. As quinhentas libras, por ano, representariam a possibilidade de, com dinheiro, criar o ambiente necessário à contemplação e a fechadura na porta significa o poder de pensar por si mesma, uma vez que o **ficar trancada** proporcionaria as condições para fluir a criação.

Outro aspecto observado é a relação entre a literatura e a situação da classe. Os

grandes poetas e escritores teriam recebido a melhor educação. A liberdade intelectual depende de coisas materiais. A poesia depende da liberdade intelectual. As mulheres sempre foram pobres. Não têm tido a mínima chance de escrever poesia.

No parágrafo final, a autora parece transcender a condição feminina e universaliza suas conclusões acerca da necessidade do trabalho de preparação da hipotética irmã de Shakespeare que, na verdade, alegoriza a mulher-poeta, a mulher escritora. E que vale à pena toda(o)s continuarem a trabalhar para sua chegada.

## Espaço, imagem e representação

### BIBLIOGRAFIA

Maria Helena Braga e Vaz da Costa\*

ADORNO, Theodor W. **Sociologia**. Col. Grandes Cientistas Sociais. Ed. Ática.

ARISTÓTELES. **Poética**. Trad. de Eudoro de Souza. Col. Os Pensadores. São Paulo, Nova Cultural, 1991.

LISPECTOR, Clarice. **Um sopro de vida**. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1978.

\_\_\_\_\_. **A Hora da Estrela**. 6ª ed. Rio de Janeiro, José Olímpio, 1981.

WOOLF, Virginia. **Um teto todo seu**. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1985.

### NOTAS BIBLIOGRÁFICAS

<sup>1</sup> Aristóteles, **Poética**, p. 201.

<sup>2</sup> Virginia Woolf, **Um teto todo seu**, p. 15.

<sup>3</sup> Theodor Adorno, **O ensaio como forma**, p. 169.

<sup>4</sup> Virginia Woolf, **Um teto todo seu**, p. 84.

<sup>5</sup> Idem, p. 105.

expressivo. Entretanto, agora, no contexto do século XVIII.

Uma das coisas mais interessantes do século é a conexão com o período de volta que a mulher brasileira teve de se expor, ou, pelo menos, de se apresentar, no universo da literatura. No capítulo IV, exceto que a mulher tem a palavra, ela é a voz que se faz ouvir. Ela se apresenta, ela se mostra, ela se faz ouvir. Ela se apresenta, ela se mostra, ela se faz ouvir. Ela se apresenta, ela se mostra, ela se faz ouvir.

Embora a literatura seja um espaço de liberdade, ela também é um espaço de controle. A literatura do século XVIII é marcada por uma tensão entre a liberdade e o controle. A literatura do século XVIII é marcada por uma tensão entre a liberdade e o controle. A literatura do século XVIII é marcada por uma tensão entre a liberdade e o controle.

... que a mulher é a voz que se faz ouvir. Ela se apresenta, ela se mostra, ela se faz ouvir. Ela se apresenta, ela se mostra, ela se faz ouvir. Ela se apresenta, ela se mostra, ela se faz ouvir.

Com efeito, as mulheres escrevem muito mais visíveis no próprio deleite, e essa atividade, associada a uma vida marcada pelo recolhimento e solidão, era índice de doença e de uma mente perturbada.

No final do século XVII, registra-se uma atividade mental das mulheres e a literatura passa a ter uma função prática: gerar dinheiro. Nesse contexto, a mulher, pertencente a classe média, começa a escrever. Compara-se a escritora Jane

... que a mulher é a voz que se faz ouvir. Ela se apresenta, ela se mostra, ela se faz ouvir. Ela se apresenta, ela se mostra, ela se faz ouvir. Ela se apresenta, ela se mostra, ela se faz ouvir.

... que a mulher é a voz que se faz ouvir. Ela se apresenta, ela se mostra, ela se faz ouvir. Ela se apresenta, ela se mostra, ela se faz ouvir. Ela se apresenta, ela se mostra, ela se faz ouvir.



## Espaço, imagem e representação

Maria Helena Braga e Vaz da Costa\*

\*Arquiteta (UFPE), Mestre em Estudos de Mídia (University of Sussex - Inglaterra) e Pesquisadora-Bolsista CNPq (DCR) da Unidade Interdisciplinar de Estudos sobre a Habitação e o Espaço Construído - DGE - UFRN.

# Espaço, imagem e representação

Maria Helena Braga e Vaz da Costa\*

Artigo recebido em 10/01/2012 e aprovado em 15/02/2012. Este trabalho foi desenvolvido no âmbito do projeto de pesquisa "Espaço, Imagem e Representação" financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) sob o número de processo 301301/2008-0. Os autores agradecem ao CNPq pelo apoio financeiro e técnico. \*Autora para correspondência: e-mail: maria.helena@ufrn.br

Para entender o papel que o espaço urbano, ou a cidade, assume em filmes, é necessário ter em mente que cidade não é meramente um conjunto de edifícios locados em determinado espaço físico, ou simplesmente uma aglomeração populacional, onde edificações arquitetônicas se agregam e vias urbanas se cruzam. É certo que a cidade é constituída concretamente por todos esses elementos citados, mas, para que estes existam, e funcionem, é necessário que um elemento fundamental se manifeste: o usuário. A cidade “acontece” a medida que é vivenciada, pois só assim os seus espaços tomam forma e existência. James Donald (1992) insiste que a cidade *per se não existe*. Sua existência está condicionada à formação de espaços produzidos pela interação de “instituições” históricas e geográficas, relações sociais de produção e reprodução, política, comunicação etc. Chamando a esse conjunto de fatores de cidade, nós lhe concedemos integridade, valor e existência. Assim, considerando-se apenas os aspectos físicos do espaço urbano não se alcançará nenhum entendimento da cidade enquanto espaço social ou muito menos se entenderá como esse mesmo espaço é representado pelos meios de comunicação.

Quando percorremos as ruas de uma cidade nós participamos de uma experiência urbana única, pois cada indivíduo vive e percebe a cidade de uma maneira muito particular. As mesmas ruas e edifícios podem parecer e conter significados distintos a pessoas diferentes. Cada indivíduo capta e adapta as imagens da cidade à sua intenção criativa e esta, por sua vez, é moldada e influenciada pela vivência e o conhecimento individual. A aparência das cidades, a maneira como os seus espaços são organizados, e como o elemento humano se

posiciona dentro do seu contexto físico, cultural etc., são, resumidamente, o que as diferenciam entre si e por sua vez o que as representações imagéticas da cidade retratam ou intencionalmente transmitem. Já foi dito que “Ser inconfundível também é parte da essência de uma cidade.” (Wenders, 1994, p.87) Todas essas experiências urbanas, se as podemos chamar assim, formam a base material através das quais as práticas sociais podem e devem ser estudadas, avaliadas e caracterizadas. (Costa, 1994) Por este motivo, o ritmo frenético da cidade e suas imagens fragmentadas se transformaram em tema para as mais variadas formas de reflexão, artística ou não, sobre a modernidade.

A cidade constitui-se de um espaço concreto e ao mesmo tempo abstrato, simbólico, “imaginário”. De qualquer forma, é um espaço aceito. Experiências formais de como a cidade e o seu espaço físico são vivenciados são eventualmente representadas através da literatura, pintura, cinema etc. Cada *medium* lança mão de seus mecanismos particulares para, além de representar o espaço, exercer influência sobre o mesmo. Na verdade são forças mútuas - coagentes - trabalhando para integrar todo um processo físico-sócio-econômico-cultural. Simbolismos e metáforas são elementos utilizados comumente para “fantasiar” a cidade. Através destes, o indivíduo empresta sentido à experiência de viver o urbano.

A “cidade imagem” é concebida por meio de símbolos e códigos diferenciados, estabelecidos de acordo com a forma de representação específica, seja ela literária, arquitetônica ou cinematográfica. Conseqüentemente, “...toda representação é uma codificação do mundo, um simulacro do universo e, portanto, uma informação cultural diferenciada.”(Ferrara, 1988, p.8)

Faz-se necessário então que os signos e as sintaxes que identificam o sistema de representação sejam “decodificados”, para que se entendam essas relações - entre o objeto representado, a forma pela qual este é representado e a posição do agente (a pessoa que representa) em relação à sua representação. Contudo, toda representação é, por definição, incompleta. Existe uma diferenciação entre o objeto e a sua representação, apesar de existir uma forte “verossimilhança” que os aproxima. É esta relação entre os dois objetos que os torna expressivos à comunicação. Quando o homem atua no ambiente urbano, ele dá ao mesmo não apenas um uso, mas um significado. Há portanto uma interrelação entre o usuário e a cidade. Há uma comunicação; e o usuário interfere como força atuante no ambiente pelo seu uso.

*O usuário, leitor da cidade, absorve fragmentos da imagem urbana para atualizá-los em enunciados que caracterizam o uso. A leitura de uma cidade é o estudo semiótico do uso que, como sistema de signos, o usuário traçou no seio do espaço urbano. Penetrar na concepção desse uso é aprender com ele, é descobrir a cidade enquanto linguagem. Esta operação de descoberta da linguagem urbana, através do uso que ela propõe e que a assinala, é a metodologia da própria leitura do urbano enquanto sistema de comunicação. (Ferrara, 1988, p.56-7)*

Da mesma maneira que, para compreender o papel da cidade no contexto moderno, é preciso entender sua participação como ícone, índice e símbolo nos diversos meios de comunicação, a linguagem cinematográfica, para ser estudada, deve

também considerar os objetos representados por essa linguagem. É dessa maneira que toda uma significação sócio-econômica-cultural pode ser avaliada. O cineasta alemão Wim Wenders acredita “...que os filmes são um produto e uma parte do meio urbano, quase como a música, e os arquitetos que interessam-se [sic] por urbanismo deveriam estar informados sobre o tipo de música que se escuta, da arte que se faz e dos filmes que se rodam. De outro modo, como poderiam falar de urbanismo?” (Wenders, 1994, p.83)

A cidade, como imagem e espetáculo cinematográfico, é o resultado da representação do real, do cotidiano dessa mesma cidade e da relação realista usuário/ espaço urbano. O cinema flagra imagens concretas da cidade e tenta captar momentos de encantamento, aproximando-se, de uma forma “mágica”, do seu espírito. Essas imagens mostram ainda o usuário participando ativamente das mutações e do encantamento da metrópole. Este participa como ator coadjuvante, situando-se e posicionando-se diante das mudanças e dos desenvolvimentos. A cidade moderna deixa “marcas” no inconsciente dos seus habitantes, e estas são o resultado do contato constante do usuário com o espaço.

\*\*\*

*Há uma estreita ligação do cinema com o urbano, com o ritmo da cidade. O turbilhão da grande metrópole produziu uma nova sensibilidade. A rapidez desse ritmo, o movimento das multidões, a corrida dos automóveis, a incrível variação de cores e formas nas vitrines e fachadas aceleram nossa percepção. (Bentes, 1993, p.1)*

O cinema e a televisão diminuíram as distâncias, extinguindo as fronteiras, aumentando e influenciando o conhecimento e a

reflexão sobre o espaço de uma forma global. Através dos filmes, por exemplo, pode-se “viajar”, pode-se conhecer lugares nunca visitados, participar como integrante de um espaço social nunca vivido, e até mesmo conviver com elementos culturais distintos. Segundo Wenders, “...em contraposição ao teatro, à pintura ou à literatura, o cinema pode mover-se materialmente em nosso meio, através das cidades. Pode ir a algum lugar ou distanciar-se dele, ou de um país a outro. O cinema se move dentro do nosso próprio mundo.” (Wenders, 1994, p.86)

Apesar dessa “integração espacial”, é preciso que se mantenha a consciência de que o espaço urbano - a cidade - quando vivenciado e observado toma forma diferenciada a cada indivíduo. A cidade “vivenciada” - a cidade observada - não é a cidade concreta, que se coloca diante de nós no dia-a-dia, pois esta sofre mutações assim que a observamos. À cidade emprestamos personalidade de acordo com o nosso *background*. Com as imagens cinematográficas acontece o mesmo. Coerentemente, a intenção aqui é questionar a idéia de que o cinema reproduz integralmente a imagem real da cidade. A sugestão, ao contrário, é que as imagens cinematográficas da cidade são imagens fantásticas, do sonho. Mesmo sendo reproduções realistas, feitas em forma de documentário por exemplo, estas terminam influenciadas por diversos fatores humanos e/ou técnicos. Contudo podemos assumir que arquitetura e urbanismo - que estão no plano físico real - servem como análogo, metáfora ou objeto de estruturação dentro do sistema semiótico diferente: o cinema. Talvez as representações “fantasmagóricas” ou “sonâmbulas” da cidade, se as podemos chamar assim, sejam um ponto de partida para a sugestão acima.

O espaço urbano exerce uma influência importante na nossa maneira de pensar e encarar o mundo. Esse espaço tem personalidade e faz parte da identidade de cada indivíduo (e.g. a linguagem, religião, história etc.), ao mesmo tempo que mantém a identidade coletiva dos que o habitam. Portanto, quando no cinema, um determinado espaço urbano - uma cidade - é “utilizado” apenas como *background*, sem uma relação estreita com a narrativa fílmica, ou com os elementos humanos, há um deslocamento entre os personagens e a natureza, entre a imagem e a experiência, entre o que é mostrado na tela e a geografia, e, finalmente, entre o cineasta e a audiência. Por que não dizer, entre ficção e realidade? A razão pela qual alguns filmes parecem “lugar comum”, contando as mesmas histórias, é que o recurso da variedade espacial não foi potencialmente explorado. Bernard Nietschmann (1994) atesta que na relação geográfica espaço/filme o que pesa é o fato de que, para a maioria das pessoas, a história se passa em lugares, não em datas, e o passado de um povo reside na paisagem espacial, não em medidas cronológicas.

Cineastas como Michelangelo Antonioni, por exemplo, produzem imagens da arquitetura moderna com muita propriedade e significado. Expressivos espaços arquitetônicos, edifícios contemporâneos e centros urbanos vistos através da câmera de Antonioni constituem uma *mise-en-scène* de grande valor artístico, estético e narracional e vão além da representação tradicional. Os espaços tornam-se os instrumentos produtores de uma complexa linguagem visual. Eles servem à narrativa, à dramaticidade e às funções temáticas. Antonioni usa esses espaços para objetivar um discurso artístico, cultural, religioso, histórico e até mesmo político. (Ver

Tomasulo, 1993) Como o próprio Antonioni faz questão de explicar:

*Alguns cineastas decidem contar uma história e então escolhem o cenário que melhor se adequa a ela. Comigo acontece o contrário: existe uma paisagem, algum lugar onde desejo filmar; a partir deste desenvolvo os temas dos meus filmes. (Tomasulo, 1993, p.4) (Minha tradução)*

Antonioni não separa o ser humano - no caso o personagem - do espaço em que ele habita ou transita. Para ele, não é o indivíduo que influencia ou modifica o espaço, mas o contrário; nossos gestos e palavras é que são consequências do mundo à nossa volta. Por este motivo os seus filmes tendem a ressaltar o entorno. A arquitetura é utilizada de forma a valorizar e/ou criticar as mudanças pelas quais tem passado a arte. Os personagens nos filmes de Antonioni, na maioria das vezes, são vítimas do isolamento provocado pelo espaço físico, pelo “progresso”, e não se identificam com lugar algum em particular. Eles não têm para onde ir e não pertencem a nenhuma sociedade urbana específica. *La Notte (A Noite, Michelangelo Antonioni, 1960)* é um bom exemplo.

Nesse filme, o espaço urbano é opressivo e anônimo. Poucos são os elementos que invocam o naturalismo e a individualidade. Espaços claustrofóbicos e interiores modernos, extravagantemente decorados, também criam uma *imagem barreira* que separa os personagens e os tornam estranhos uns aos outros. A fotografia de Antonioni concebe os espaços claros, brilhantes, e a plasticidade desses ambientes funciona como contraste ao estado de espírito dos personagens.

O trabalho deste cineasta é um exemplo de como o uso estrutural da imagem pode destacar-se da narrativa servindo apenas como fim de representação artística e fotográfica. Sua expressão figurativa e/ou temática depende, e se utiliza, de representações pré-existentes na topografia urbana e da dinamicidade da arquitetura moderna. Nos seus filmes, edifícios atuam com uma função narracional, mas também como simples formas plásticas. Na verdade, de uma maneira ou de outra, o espaço urbano é o verdadeiro protagonista. Natureza e civilização coexistem em harmonia, ou não, representando as relações sociais de uma forma simbólica e dramática dentro da estrutura fílmica. Os cenários urbanos em seus filmes revelam e exaltam a “beleza” da condição humana moderna. (Ver Tomasulo, 1993)

Representações cinematográficas da cidade, portanto, são na verdade imagens da vida moderna contemporânea, as quais representam as interrelações entre o espaço físico e o seu usuário. Se citarmos os atléticos Deuses de *Metrópolis (Metrópolis, Fritz Lang, 1926)*; o terror, o primitivismo ou a artificialidade de *King Kong (King Kong, Merian C. Cooper, 1933)*; os heróis e vilões infantis de *Batman (Batman, Tim Burton, 1989)*; não acabaríamos por concluir que estas são formas dramáticas de apresentar a grande cidade, construída de acordo com as leis arquitetônicas modernas, como algo que pode, de repente, ser “sacudido”, perturbado, por uma força indefinível, desconhecida e indesejada?

Nesses filmes a cidade se destaca não apenas como *background* para acontecimentos sociais, culturais, urbanos etc. Esta assume papel mais complexo no que diz respeito à narrativa e ao texto. Apesar de a imagem da

cidade nos filmes citados "...ser baseada em formas e normas arquitetônicas atuais, a cidade é 'dramatizada' de maneira a tomar uma forma própria." (Costa, 1994, p.51) A imagem fílmica da cidade transmite conceitos de desenvolvimento, como por exemplo o de que os grandes centros urbanos oprimem os que nele habitam. O realismo da imagem confunde-se com o acreditável. A imagem da cidade serve como elo entre realidade e ficção, o presente e o futuro. "A imagem é construída para que a realidade seja a cidade da memória, e a cidade imaginada, a cidade consequência do nosso subconsciente", das nossas expectativas. (Costa, 1994, p.51) Como Donald (1992) insiste: "Cidades são, literalmente, elementos de ficção." (p.418)

Já nos anos 20, *Metrópolis* representou a cidade expressionista, com forte vocabulário icônico, aglomerados urbanos, arranha-céus etc. Nos anos 30, *King Kong* representou - e representa ainda - a mais importante e popular evocação à cidade - New York - produzida por Hollywood. Os *close-ups* do gorila gigante, no alto do *Empire State Building*, tornaram-se quase um símbolo da modernidade, da cidade contemporânea. Mais recentemente, nos anos 80, *Blade Runner* mirou-se nas descrições da cidade de Londres do séc.XVIII. No entanto, o medievalismo se contrapôs às "máquinas voadoras", *out-doors* gigantes etc. Constatamos que elementos presentes em filmes dos anos 20 (*Metropolis*) e 30 (*King Kong*) reaparecem em recentes *city films* (*Blade Runner* e *Batman*) onde a cidade atua como elemento coadjuvante/símbolo para a narrativa.

Nesses filmes, a cidade cinematográfica é a "cidade sonho" do cineasta - uma construção artificial criada em estúdio para

uma função específica. O cinema "...inventa perspectivas nunca vistas pelo olho humano" e "arquiteta a metrópolis do futuro." (Bentes, 1993, p.2) O cineasta age como arquiteto e urbanista construindo, inventando espaços e planejando cidades. Ivana Bentes sugere que o cineasta "...constrói a Capital do Tempo". *Batman* faz parte dessa tradição, a tradição dos "filmes de estúdio" de *New York*, iniciada com *Metropolis*. (Wollen, 1992) Atualmente, podemos listar inúmeros filmes - nos quais a cidade é parte essencial da narrativa - que são filmados em estúdio e não em locações. No entanto, apesar das cidades construídas serem fictícias, elas possuem "algo" de real, pois mantêm contato com parâmetros existentes na realidade urbana.

*O cinema expressionista alemão ficou conhecido pela utilização original das cenografias e arquiteturas, construindo nas telas misteriosos e diabólicos povoados, aldeias cenográficas que exprimiam na sua arquitetura tortuosa os estados de alma dos personagens.* (Bentes, 1993, p.2)

A cidade representada em *Batman*, *Blade Runner* - e antes destes em *Metropolis* e *King Kong*, correspondem a imagens expressionistas e surrealistas mais do que construtivistas ou racionalistas como se poderia esperar. Esses filmes fascinam pela sua representação da arquitetura da cidade moderna que torna a cidade cinematográfica mais próxima das visões futuristas - com seus elevadores panorâmicos que descem e sobem nas mega-estruturas como em *Blade Runner* - e não pela representação de qualquer cidade real. (Wollen, 1992)

Na opinião de Peter Wollen (1992), a cidade é concebida como um sonho, um "mundo delirante de projeções físicas". A

visão cinematográfica da cidade, em filmes como *Batman*, *Blade Runner* etc., deixa intencionalmente uma impressão de visões expressas em desenhos animados e, portanto, muito longe dos padrões presentes na realidade. Wollen explica que os arquitetos e ilustradores de histórias em quadrinhos dos anos 20 imaginavam estar criando uma nova visão urbana do que seria apropriado, segundo suas expectativas, para a nova América do séc.XX. Nas versões cinematográficas desses quadrinhos, essa “premonição” tornou-se *sombria* e corrompida. Isto deve-se ao fato de, no cinema contemporâneo, a cidade do futuro ser a capital urbana de hoje. Uma “...sofisticada feira-livre, atulhada de luzes e lixos em que se tornou a paisagem urbana. Cidades cada vez mais inconsistentes e cenográficas, percebidas como pura superfície, [que] funcionam como meros pontos de passagem, pontos de partida ou chegada, mas não um lugar onde se fixar.” (Bentes, 1993, p.2)

São muito comuns os argumentos que designam *Blade Runner* e *Batman* como pós-modernos. Não apenas por mostrarem imagens “futuristas”, mas por serem uma “mistura” de gêneros - *Blade Runner*, por exemplo, mira-se diretamente nos *film noir* dos anos 40. Eles reciclam velhos filmes e retratam um mundo sem nenhuma preocupação com o real. Mas se eles são pós-modernos, não é apenas por possuírem tais características, mas porque tanto um quanto outro retratam a arquitetura pós-moderna da metrópole nos mínimos detalhes, sem a preocupação, no entanto, com qualquer realismo estético.

Concluindo, podemos afirmar que, através de suas imagens, o cinema não apenas retrata a cidade moderna, mas praticamente, e principalmente, “cria” uma nova cidade.

As imagens fílmicas são estruturadas a partir da cidade moderna real e seus problemas urbanos. Contudo, apesar da cidade real servir como uma forte referência, esta é apenas um ponto de partida, uma inspiração, para o surgimento de uma nova cidade: a cidade cinematográfica, a cidade imagética, resultado do sonho dos cineastas, de sua inspiração artística, de todo um aparato tecnológico posto a serviço dessa mesma inspiração, e de influências externas, tais como fatores de ordem social, cultural e econômica, advindos conjuntamente da vivência com o urbano.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BENTES, Ivana. “O Cinema e a Cidade”. *Folha de Cinema*, ano I, n.6, 1-2, Janeiro de 1993.
- COSTA, Maria Helena Braga e Vaz da. “A Cidade e sua Imagem”. *Caderno Norte-Rio-grandense de Temas Geográficos*, v.8 n.1, 45-53, 1994.
- DONALD, James. “*Metropolis: The City as a Text*” (417-461). In BOCOCCO, R. e THOMPSON, K. *Social and Cultural Forms of Modernity*. Londres: Polity Press, 1992.
- FERRARA, Lucrécia D’Aléssio. *Ver a Cidade*. São Paulo: Nobel, 1988.
- NIETSCHMANN, Bernard. “*Authentic, State, and Virtual Geography in Film*”. *Wide Angle*, v.15 n.4, 5-12, dezembro de 1994.
- TOMASULO, Frank P. “*The Architectonics of Alienation: Antonioni’s Edifice Complex*”. *Wide Angle*, v.15 n.3, 3-20, julho de 1993.
- WENDERS, Win. Entrevista a Hans Kollhoff. *Espaço & Debates*, n.38, 83-91, 1994.
- WOLLEN, Peter. “*Delicious Projections*”. *Sight and Sound*, v.2 n.4, 24-27, 1992.



## O Padre

Antônio Eduardo de Oliveira\*

\* Professor Adjunto do Departamento de Letras da UFRN e Doutor em Literatura Inglesa pela University of Reading, Inglaterra

visão cinematográfica da cidade, em filmes como *Blade Runner* etc., de maneira tão teatralmente (mas também de modo expressivo) animado e portante, quanto os seus padrões presentes no mundo real. Wollen explica que os arquétipos e os modelos de histórias em quadrinhos dos anos 1940 imaginavam estar criando uma nova "topografia" do que seria apropriado, lógico e possível, para a nova América do século XX. Nos versos cinematográficos de seus quadrinhos, esse "ordenamento" tornou-se ambíguo e heterogêneo. Isso deve-se ao fato de, no cinema contemporâneo, a cidade não ser mais um mundo urbano de alto nível, como era a Leiria-Ilvres, a cidade de Jura e a Ilvres em que se tornou a

paralela urbana. Cidades cada vez mais fragmentadas e desestruturadas, descoladas das suas funções tradicionais, e com espaços de passagem, pontos de partida e chegada, mas não um lugar onde se fixar." (WOLLEN, 1993, p.2)

Essa é a razão comum de argumentos que designam *Blade Runner* e demais como post-apocalípticos. Não apenas por mostrarem ruínas e "ruínas", mas por serem uma "topografia" de gêneros - *Blade Runner*, por exemplo, mira-se diretamente nos *film noir* dos anos 40. Eles reciclam velhos filmes e referências, um anúncio sem nenhuma referência com o real. Mas se eles são pós-apocalípticos, não é apenas por possuírem tais referências, mas porque tanto um quanto o outro são a arquitetura pós-moderna da cidade, nos mínimos detalhes, sem a possibilidade de escapar, com qualquer nível de fidelidade.

Por isso mesmo, podemos afirmar que, apesar das suas imagens, o cinema é uma arquitetura pós-moderna, mas apenas se a arquitetura é entendida como "cria uma nova cidade imaginária a partir

da imaginação que cria o mundo a partir da cidade moderna real e seus problemas urbanos. Contudo, apesar da cidade real servir como uma fonte de referência, esta é apenas um ponto de partida para a imaginação, para o surgimento de uma nova cidade, a cidade cinematográfica, a cidade imaginária, resultado do sonho dos cineastas, de sua inspiração artística, de todo um aparato tecnológico posto a serviço dessa mesma inspiração, e de influências externas, tais como fatores de ordem social, cultural e econômica, advindos conjuntamente da vivência com o urbano.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BENTON, Ivan. "O Cinema e a Cidade". *Fólio de Cinema*, ano 1, n.6, 1-2, Janeiro de 1993.
- BUONICCONTI, Maria Helena Bugre. Var da, "A Cidade e sua Imagem". *Cadernos Norte Rio-grandenses de Geografia*, n. 1, n. 1, 45-53, 1994.
- DONALD, James. "Metropolis: The City as a Star" (413-461). In BOGOT, R. e THOMPSON, K. *Social and Cultural Forms of Modernity*. Londres, Polity Press, 1992.
- FERRARA, Lucio D'Alencar. *Ver a Cidade*. São Paulo, Nobel, 1988.
- NIETSCHMANN, Bernard. "Authentic, Social and Virtual Geography in Film". *Wide Angle*, v. 15 n.4, 3-12, dezembro de 1994.
- TOMASULO, Frank B. "The Architectonics of Alienation: Antagonist's Culture Complex". *Wide Angle*, v. 15 n.3, 3-26, julho de 1993.
- WELLS, Wim. Entrevista a Gary Kellner. *Apelo A Deletras*, n.38, 81-91, 1994.
- WOLLEN, Peter. "Delicious Projections". *Signs and Semiotica*, v.2 n.4, 24-32, 1992.

**O Padre (Priest, Inglaterra, 1994)**, dirigido por Antonia Bird, é um filme sensivelmente equilibrado, mesmo ao retratar dois temas controvertidos, o homossexualismo masculino e o incesto. **Priest** é ambientado em Liverpool, cidade ao noroeste da Inglaterra, que é também a segunda maior cidade portuária da Grã-Bretanha e um dos maiores focos de problemas sociais e econômicos do país. Para muita gente, Liverpool é um lugar remoto e fantasioso de onde surgiu o grupo musical The Beatles, que desde a década de sessenta até os dias de hoje exerce influência na música *pop*, gerando, também, um perene interesse no mundo das notícias e do “Showbiz”. Na década de oitenta, o grupo The Beatles, já desfeito desde 1970, ganhou um mártir após o brutal assassinato do seu membro mais irreverente, John Lennon. No filme de Bird, o mártir é o jovem padre conservador Greg Pilkington (Linus Roache), recém chegado a uma paróquia humilde e hipócrita num subúrbio de Liverpool.

Não são utilizadas canções dos Beatles na trilha sonora de **Priest**. Ouvimos em vez disso, “Great balls of fire” do roqueiro americano rebelde Jerry Lee Lewis, cantada pelos presentes na cena do velório, evocando o vigor da juventude perdida nos rostos envelhecidos e nos copos amarelados de cerveja.

A diretora de **Priest** se mostra avessa à inspiração saudosista e ao esmero pictórico, elementos tão explorados pelo diretor americano James Ivory - **Vestígios do dia** (1993), **Retorno a Howards End**, (1992) - sempre mais preocupado do que os próprios ingleses com reconstituições sentimentais idealizadas de um passado britânico cheio de glórias. Antonia Bird já

realizou inúmeras adaptações de obras literárias para a televisão britânica, entre elas obras de Charles Dickens (1812-70). **Priest** é o primeiro filme que ela dirige, e por tratar temáticas controvertidas foi proibido em vários países católicos, inclusive nas Filipinas onde se concentra o maior contingente de católicos da Ásia. No Brasil, onde o catolicismo tem o seu maior rebanho, embora abalado por diversas manifestações religiosas, inclusive a crescente difusão de novas seitas, **Priest** ficou vários meses em cartaz, comprovando o fim da hegemonia católica do país. Preferindo mostrar uma visão atualizada do seu país, vemos em **Priest** um retrato da classe trabalhadora do norte da Inglaterra, que é composta por indivíduos pobres, que moram em casas pequenas ou blocos de edifícios habitacionais decadentes e sujos. Bird escolhe um grupo de católicos dominados por princípios conservadores, estimulados pela hipocrisia, sentimento de culpa, medo do inferno e partidários da auto-flagelação, para abordar, dentro de um prisma da ética religiosa, os temas do homossexualismo e do incesto. Saindo-se bem na proposta temática, estabelece questionamentos, tais como a irracionalidade da imposição do celibato e o perigo da manutenção do sigilo da confissão, sugerindo que, em casos extremos, ele leva os representantes da igreja católica a serem coniventes com a prática do mal. O aspecto temático inovador de **Priest** é a argumentação e amostra visual explícita a favor da expressão da sexualidade humana, tanto hetero como homo pelos padres católicos. Assim, o filme deixa claro que tanto as práticas heterossexuais como homoeróticas são importantes para o desempenho de vocações genuínas pela vida religiosa. Unindo o erótico ao religioso, a

cena da entrega amorosa na cama, após o encontro do padre Greg com Graham (Peter Carslyle) no bar *gay*, evoca a imagem do Cristo crucificado sempre presente na moldura fílmica desde a primeira e até a última cena. A sugestão iconográfica cristã do peso da cruz de cada um de nós materializa no sofrimento a fonte da redenção que é associada a esta sequência. Os corpos que se entrelaçam e se fundem de dois homens imersos nas chamas da paixão se assemelham à imagem do Cristo na cruz. Aliás outra imagem utilizada em momentos importantes da narrativa é o fogo. Ele aparece no momento em que o padre Greg confessa sua atração pela lembrança do corpo nu de um homem extremamente desejável ao velho padre que é posto para fora da casa paroquial, e que, nas cenas de abertura do filme, carrega uma pesada cruz pelas ruas da cidade, utilizando-a para quebrar as vidraças da casa do bispo, expressando assim sua revolta pelo desamparo que a Igreja lhe impõe diante da chegada da velhice. Numa outra sequência, chamas que ardem na rua são vistas no momento em que o padre Greg enfrenta o pai incestuoso, exigindo que ele pare de abusar da filha.

Visualizações da idéia de calvário surgem relacionadas ao primeiro encontro do padre Greg e seu namorado Graham. No momento da partida, a dor do abandono no parceiro anônimo largado sozinho na cama é expressada no amargo som da palavra “adeus”, sofrimento também mostrado quando Graham do alto da sacada acena para Greg que apenas vira a cabeça assustado. Este por sua vez pedalando na solidão da noite carrega consigo a pesada cruz do sentimento de culpa, carregando-a na escuridão rumo ao refúgio do medo na casa

paroquial. Nesse trajeto outra metáfora de conotação religiosa aparece. O padre é seguido por um rapaz de *skate* que o olha com ares sedutores. É como se o padre estivesse agora sendo abordado e observado pelo demônio. Ocorre aí o emprego da câmara lenta para acentuar o instante da “tentação”. Por sinal, **Priest** é um filme direto e simples e que não apresenta recursos narrativos complexos.

Uma outra sequência bela e intensa e que dramatiza a segunda temática do filme, o incesto, é o momento do milagre profano. Atormentado com o silêncio que o sigilo da confissão lhe impõe, o padre se auto-flagela e pragueja diante da imagem de Cristo na parede de seu quarto. O padre sabe que diariamente uma adolescente tem como calvário a fúria do pai estuproador. Em paralelo às cenas de desespero nos é mostrada a descoberta do incesto, pois naquele mesmo momento a mãe chega em casa repentinamente. É como se Deus em sua misericórdia ouvisse os sofrimentos do padre e da moça e decidisse libertá-los.

A redenção do padre Greg, no entanto, lhe custa um escândalo com a descoberta pública pela imprensa local de sua orientação homoerótica. Isso o leva a uma tentativa de suicídio. Depois disso, ele admite para o seu amigo, o padre Mathew (Tom Wilkinson), que por sinal vive maritalmente com a empregada da casa paroquial (Cathy Tyson), a aceitação de sua sexualidade e o seu amor por Graham. O reconhecimento de si mesmo o torna mais digno, pois assim ele passa a aceitar e a respeitar a dignidade de seus semelhantes e também reforçar a certeza da vocação sacerdotal, fazendo com que ele, o padre Greg se entregue à comunidade de forma mais humana e generosa.



## Desmayos e gemidos (estudo sobre a lírica erótica-amorosa em Sórora Maria do Ceo)

Joselita Bezerra da Silva Lino\*

\* Professora de Literatura da UFRN



O poema “Os Enganos do Bosque”, de autoria de Sórora Maria do Ceo<sup>1</sup>, poeta portuguesa do século XVII, divide-se em três partes: “Desmayos”, “Gemidos” e “Significação das Flores Moralizadas”.

Analisaremos as duas primeiras partes do texto: “Desmayos” e “Gemidos”, por refletirem a temática erótico-amorosa, através de uma linguagem sensual, que cria e percorre os poemas do início ao fim.

Roland Barthes em Fragmentos de um Discurso Amoroso<sup>2</sup> diz que falar amorosamente é gastar interminavelmente, sem crise; é praticar uma relação sem orgasmo. Existe talvez uma forma literária desse “coitus reservatus”: é o “marivaudage”. (Afetação, rebuscamento na linguagem e no estilo atribuídos a Marivaux, escritor francês do século XVIII. Esta também é uma característica do maneirismo que nesse movimento literário se apresenta como manifesto de uma elegância rara em que o requinte no uso de termos e expressões é fruto do artifício e do estudo, devotando um ideal cortês de vida, onde o preciosismo e a sutileza ocupam um espaço fundamental).

No entanto essa “relação sem orgasmo”, que para Barthes poderia ser o falar amoroso, se apresenta de diversa maneira nos poemas, pois a fala da poeta é extremamente orgasmática, sugerindo o êxtase resultante do sentimento amoroso, através dos seus versos como em “Desmayos”:

*Dulce Desmayo de amor,*

(...)

*Podràs matar.*

*Podràs, podrás.*

Por outro lado, o *marivaudage*, o rebuscamento na linguagem, o *coitus reservatus* está presente nos poemas em sua riqueza metafórica correlativa ao gosto pela

comparação, pela alegoria e pelo paradoxo que se alia intimamente à fulgurância da intuição e da agudeza intelectual. Esses recursos conceptuais do estilo literário Barroco são conseqüentes do estado de consciência na construção do poema, que é evidente, apesar dos rasgos sentimentais, onde surge o amor idealizado:

(...)

*“Podràs dulce parassismo  
Todo el amor transformar,  
Porque adonde està el amor,  
Nada, sino amor està.”*

(...)

(*Desmayos*)

O amor ocupa todo espaço: “Nada, sino amor està”, numa redução que leva à plenitude. O amor paradoxal por ser “suave deliquio”, “dulcíssimo incêndio”, “querida violência”, “blando homicida” etc., num discurso em que a linguagem treme de desejo, ao mesmo tempo em que se eleva a ser sentimento atópico, traduzindo um duplo contato: de um lado, toda uma atividade de discurso vem, discretamente, indiretamente, colocar em evidência um significado único que é “eu te desejo”, gozando a linguagem de se tocar a si mesma, pela consciência da escritura:

(...)

*“Como levas el sentido  
si dexas el sentimiento?”*

(*Desmayos*)

Por outro lado, a linguagem roça, acaricia o outro através das palavras prolongando o contato (o poema é longo, pleno de refrões, repetições). No discurso amoroso, segundo Barthes, há sempre uma pessoa a quem a fala se dirige, mesmo que essa pessoa tenha passado ao estado fantasmático ou de criatura a vir. Ninguém tem vontade de falar de amor, a não ser “para” alguém.

No poema “Desmayos”, Sóror Maria do Ceo dirige-se a alguém “Dulce desmayo de amor”, ao próprio amor personificado: Eros. Numa vassalagem amorosa destina o outro a um *habitat* superior, o Olimpo, onde todo o poder de sofrimento e alegria que dá o sentimento amoroso é decidido:

*Podràs herir, podràs vencer, podràs matar,*

*Si eres amor, podràs, podràs.*

No Gálilo, através de Sócrates, Platão, investigando a terminologia de “érôs”, faz uma insuspeitada aproximação entre “amor” e “herói”. Mostra que, de fato, todos os heróis são seres híbridos de mortalidade/imortalidade, pois “são nascidos do amor de um deus por uma mortal ou de um mortal por uma deusa”. E acrescenta: “à luz da antiga língua ótica, esse nome (herói) revela-se derivado de amor (érôs), ao qual os heróis deveram seu nascimento”. Em seguida, esclarece: os heróis “eram sábios, oradores eloqüentes e bons dialetas, sendo hábeis no questionar (érôtan) e no falar (eirein), porque **eirein** é sinônimo de **légéin** (dizer)”. Finalmente, sendo os heróis, oradores e hábeis questionadores, “a raça heróica tornou-se um tipo de retóricos e sofistas”.

A etimologia “inspirada” de Sócrates permite, assim, estabelecer uma subterrânea ligação entre amor e fala. Permite ainda reconhecer a existência de um heroísmo que se revela pela palavra. Mas, no fundo, a raiz desse heroísmo é o amor, pois o herói é, ele mesmo, obra de Eros. Por dentro de “eros” e de “herói” passa o significado do falar, questionar, dizer. Por isso, Logos e Eros são inseparáveis. Por isso, em todos os seus tipos e níveis, o amor é falante, discursante.

Assim, quando fala sobre o amor - no Lísis, no Banquete, no Fedro, esse discurso tem o amor como objeto, mas subentende-o

também no ato mesmo do falar: do falar do perfeito amante. Pois o “perfeito amante (erotikós) é o verdadeiro filósofo”.

No poema em estudo “Desmayos”, também surge a figura do pastoralismo profano, produzindo cantos dolentes, da pastora ferida de amor, através das associações metafóricas entre a natureza e o sentimento:

(...)

*Ay que me muero de amores,*

*Flores*

*Ay ansias amorosas*

*Rosas,*

*Ay amantes tributos*

*Frutos,*

*Que desmayo de amores,*

(...)

O apelo à natura como forma de aplacar os ferimentos do amor, as flechadas de Eros:

*Ay que me muero de la herida!*

*Serranas,*

*Dadme mançanas.*

*Pastores*

*Cogedme flores,*

(...)

O eu-lírico sente a angústia do amor como um temor do luto (que já ocorreu) pela impossibilidade de realização, concretude do sentimento amoroso. A negação se positiva na afirmação. O sentimento lhe é negado pelo medo da perda de algo que ainda não lhe pertence, ou que não lhe pertencerá:

*ya siento amor, ya no siento.*

Este paradoxal sentimento que cinde, dualiza, mas necessita de encontro, tanto quanto as duas metades do andrógino<sup>3</sup> que suspiram uma pela outra, como se cada suspiro incompleto quisesse misturar-se ao outro:

*Si eres vida, como muero,*

*Si eres muerte, como vivo*

Na ausência amorosa (tema bastante explorado na lírica do século XVII e poesia maneirista), aquele que suspira é uma imagem que seca, quase morre, pela falta:

Ay que muero, y no apercibo.

Barthes fala da ausência como figura da privação; o ser que ama, deseja e precisa ao mesmo tempo. O desejo se abate sobre a carência: aí está um fato constante no sentimento amoroso. O amante se projeta no outro com tal força, que, quando ele lhe falta, não pode se retomar, se recuperar, como se tivesse se perdido. Pode perder-se tanto a si mesmo como ao sentimento:

*Que se desmayo de amores,  
Mas amores para que?  
Para que?*

*(Desmayos)*

Na impossibilidade de concretizar o sentimento, a percepção da inutilidade do sentir, por falta de resposta. A pergunta traduz um certo niilismo? Nietzsche diz: “Que significa o niilismo? Que os valores superiores são depreciados. Faltam os objetivos e não há resposta para essa pergunta “para quê?”. Este “para quê?” poderia significar também “para quem?”. A pergunta sugere mesmo um questionamento sobre a existência do outro. É aqui que a linguagem do poema se torna a linguagem do Imaginário, linguagem adâmica, linguagem sensual da natureza, fazendo surgir o poeta como “fingidor” (Pessoa), o poeta jogador, que, empenhado tão completamente no seu processo de criação, na elaboração do seu poema, não se satisfaz apenas em jogar com o instrumental de palavras, chegando a arriscar, numa parada suprema, o jogo de sua própria subjetividade, fingindo “que é dor / dor que deveras sente.”<sup>4</sup>

Em “Gemidos”, segunda parte do poema “Dos Enganos do Bosque”, a temática

da ausência e da busca percorre todo o texto. Cria-se então o discurso da ausência devido ao outro, pelo fato de o outro existir e não estar presente. Daí nasce um presente insustentável, o presente como um tempo difícil, um simples pedaço de angústia.

*Terníssimo suspiro*

(...)

*Busca mi amado ausente*

(...)

*Di-le que peno, y lloro,*

*Mas que tanto le quiero,*

*Que entre extremos, y vida*

*A la vida daré por los extremos.*

A manipulação da ausência abre espaço para a linguagem. Essa manipulação lingüística afasta a morte do outro; a linguagem transforma-se em busca do outro, em presentificar o outro como alguém a quem é dirigida a palavra.

Historicamente, o discurso da ausência é sustentado pela mulher: a mulher é sedentária, o homem é caçador, viajante. A mulher é fiel (ela espera), o homem é conquistador (navega e aborda). É a mulher que dá forma à ausência: ela tece e canta; as tecelãs, as “chansons de toile” (canções das tecelãs da Idade Média) expressam ao mesmo tempo a imobilidade (pelo ronrom do tear) e a ausência (ao longe, ritmos de viagem, vagas marinhas, cavalgadas).

E dando forma à ausência, a poeta canta e tece o poema, construindo-o paradoxalmente, característica do sentimento amoroso:

(...)

*em tu ausência, Amado mio,*

*Dura guerra en blanda paz,*

*Muero en soledad, y amor,*

*Si hay com amor soledad.*

(...)

*(Gemidos)*

No poema, a idéia de aniquilamento e morte (*Muero en soledad...*) é uma idéia neutra, não rompe nada, não há um desejo de morte real: sua cor também é neutra como a de uma catástrofe fútil. É o aniquilamento do “eu” no outro; é o reconhecimento da inutilidade do sentimento; é a vacilação onde se perde a estrutura da enamorada; é a melancolia pela irrealização do sentimento:

(...)

*Escucha, que de amor muero  
Que otra muerte me das,  
Si he de morir de tu ausencia,  
Muera de mi enfermedad.  
Ai de mi, ai,  
Muero de amor, si te quedas,  
y de dolor, si te vás!*

(...)

(...)

*Ai de mi, ai  
Que sin aliento me veo  
Suspirar por suspirar.*

(...)

(Gemidos)

Roland Barthes', dando o significado de “LOQUÊLA”<sup>5</sup>, diz que essa palavra tirada de Inácio de Loyola designa o fluxo de palavras através do qual o sujeito apaixonado argumenta sem cansar, na sua cabeça, sobre os efeitos de uma ferida, ou as conseqüências de um conduta: é a forma enfática do “discorrer amoroso”. Sórora Maria do Ceo discorre incansavelmente nos dois longos poemas “Desmayos” e “Gemidos”, num desfile de razões, interpelações, alocuções. A repetição de versos torna-se uma constante, criando os refrões que contribuem para a musicalidade da poesia:

*Podràs, suave delíquio (...)  
Podràs, podrás (...)  
Podràs dulcissimo incendio (...)  
Podràs, podrás (...)  
(Desmayos)*

*Dile, suspiro mio. (...)  
Dile que peno, y lloro. (...)  
Dile que amor me mata. (...)  
Dile porque es verdad. (...)*

(Gemidos)

Os versos repetidos como que separam, enrolam e desenrolam os argumentos que tramam o dossiê amoroso, num ritmo cadenciado e regular. E o transbordamento da linguagem (onde habitam as metáforas, os paradoxos, as antíteses, os trocadilhos etc...), característica fundamental do Barroco e também próprio da fala amorosa. O “demais” é o regime do Imaginário. É o estado em que “o gozo ultrapassa todas as possibilidades entrevistas pelo desejo”.<sup>6</sup> Os transbordamentos não são ditos claramente, são sugeridos através de imagens expressas nos signos. É aí que o poema, uma longa queixa, torna-se transbordante pelo excesso de palavras:

(...)

*Di que tanto le amo,  
Que es mi ardor tan intenso,  
que se huviera amor mas,  
Me muriera al pesar de querer  
menos.*

(Gemidos)

É no transbordamento da linguagem que surge o gasto da palavra. “Eu te amo” está do lado do gasto. Os que proferem a palavra (os líricos, os mentirosos) são sujeitos do gasto, pela extrema repetição de termos, por fazerem surgir os clichês. É o uso da linguagem no seu limite extremo.

(...)

*Dile que amor me mata,  
Mas tan fina al intento,  
Que tanto muero, y amo,  
Amo suspiro mio, en lo que muero.*

(...)

(Gemidos)

Em “Gemidos” há a invocação do suspiro, personificado: “terníssimo suspiro, (...) / Busca mi amado ausente (...)”. Este sairá em busca da pessoa amada e lhe falará do sentimento do eu-poético, que sofre a ausência. Aqui o próprio “elogio das lágrimas”. O choro também é uma forma de se dirigir ao outro. Barthes diz: “Adapto minhas maneiras de chorar ao tipo de chantagem que pretendo exercer ao meu redor através das lágrimas”<sup>7</sup>. Ao chorar talvez se queira obrigar o outro a assumir sua comisseração ou sua insensibilidade. No poema as lágrimas são signos e expressões. Através das lágrimas é contada uma história, é produzido um mito da dor. O choro abre a possibilidade do interlocutor empático que recolhe a mais “verdadeira” das mensagens, a do corpo. Shubert diz em “Elogio das Lágrimas”: “Que são as palavras ? uma lágrima diz muito mais”. Mas o eu-poético fala, para expressar suas lágrimas:

(...)

*Dile que peno, y lloro,  
Mas que tanto le quiero,  
Que entre extremos, y vida  
A la vida daré por los extremos.*

(Gemidos)

O discurso amoroso sufoca o outro que não encontra lugar para sua própria fala. Ponge diz: “Eu falo e você me ouve, logo nós somos”<sup>8</sup>.

O sujeito apaixonado, para Barthes, não tem nenhum sistema de signos seguros à sua disposição. Seja para provar seu amor, seja para decifrar o amor do outro. As palavras não são bastantes; talvez aqui surja a paradoxal impossibilidade do falar no próprio falar que ergue ao seu redor um muro de linguagem, que enterra a expressão, reprime, oprime, como podemos perceber

através da angústia do eu-poético a procurar o verbo, o signo que possa traduzir o seu sentir:

*Dile que amante clamo,  
Si en este fino empeño  
No alcanço una palabra  
Quando, ay amor, suspiro por um  
verbo.*

(...)

(Gemidos)

Ainda sobre o problema dos signos Roland Barthes fala que hoje em dia não há um sistema de amor e os poucos sistemas que cercam o enamorado contemporâneo não lhe dão nenhum lugar (a não ser desvalorizado) por mais que ele se volte para uma ou outra linguagem recebidas, nenhuma lhe responde a não ser para desviá-lo daquilo que ele ama. O discurso cristão, se ainda existe, o exorta a reprimir e sublimar. O discurso psicanalítico (que, pelo menos, descreve seu estado) o faz elaborar seu luto imaginário. Quanto ao discurso marxista, não diz nada.

A escassez dos signos tem uma relação direta com a solidão do enamorado. Esta não é uma solidão de pessoa (há o interlocutor); é uma solidão de sistema. O que é um paradoxo: a linguagem amorosa é corrente: todos a lêem. Mas só a escutam os sujeitos que possuem a mesma linguagem, ou seja, os apaixonados. Embora não seja um “despolitizado”, o sujeito que ama é submetido pela sociedade a uma estranha repressão: nenhuma censura, nenhuma opressão: ele está suspenso “a humanis”, longe das coisas humanas, por um decreto de insignificâncias: não faz parte de nenhum repertório importante para o funcionamento da sociedade.

Esta é uma situação semelhante à das monjas e freiras do século XVII e outros; mulheres que nem sempre por vocação religiosa, mas por situações sociais, sofrendo torturas físicas e morais, são enviadas para trás das grades dos claustros e conventos. Figuras envoltas em véus brancos, ainda moças umas, velhas outras, que usam seus escritos (muitos com temáticas erótico-amorosa) como forma de fugir, se transportar de uma realidade penitente a outra mais ideal. Nesse caso há também uma solidão de sistema, mesmo que pertençam ao sistema religioso cristão.

O autor de Fragmentos de um Discurso Amoroso, ao falar ainda dos “signos” do amor, explica que eles alimentam uma imensa literatura reativa: o amor é **representado**, recolocado numa estética de aparências (no fim das contas é Apolo que escreve os romances de amor). Como contra-signo, “eu te amo” está do lado de Dionísio: o sofrimento não é negado (nem mesmo a queixa, o desgosto, o ressentimento), mas (ele) não fica interiorizado por causa do proferimento: dizer “eu te amo” (repeti-lo) é expulsar o reativo, lançá-lo no mundo surdo e dolente dos signos - dos atalhos da fala (que o amante não pára de atravessar).

## BIBLIOGRAFIA

- AVILA, Affonso. O lúdico e as projeções do mundo barroco. São Paulo: Perspectiva, 1971.
- BARTHES, Roland. Fragmentos de um Discurso Amoroso. (Trad. Hortênsia dos Santos). 11 ed. Rio de Janeiro: F. Alves Ed., 1991.
- CARRETER, Fernando Lázaro. Estilo Barroco y Personalidad Creadora. Madrid: Ediciones Cátedra, S.A., 1974. 201 p.
- CASTELOBRANCO, Lúcia. O que é erotismo? São Paulo: Brasiliense, 1987.
- ESCRITORES DOUTROS TEMPOS. (Extratos

- das obras de Violante do Ceo, Maria do Ceo e Madalena da Glória - Rev. e Pref. de Mendes dos Remédios). Coimbra: França Amado Editor, 1914.
- FREUD, Sigmund. “Luto a Melancolia”. In: Obras Completas. Ed. Standart Brasileira, v. XIV, p. 210-91.
- HOCHE, Gustave R. Maneirismo: o mundo como labirinto. São Paulo: Perspectiva, 1974.
- LEMINSKI, Paulo. “Poesia: a paixão da linguagem”. In: Os Sentidos da Paixão. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- PESSOA, Fernando. “Autopsicografia”. In: Poesias, Lisboa: Editorial Ática, 1945, p. 237.
- PESANHA, José Américo Motta. “Platão: as várias faces do amor”. In: Os Sentidos da Paixão. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- PLATÃO. “O Banquete”. In: Diálogos. São Paulo: Technoprint, s.d.
- ROBIN, L. La Pensée Grecque. Paris: Editions Albin, Michel, 1948, p. 226.
- SILVA, Vítor Manuel de Aguiar. “Barroco e Maneirismo”. In: Teoria da Literatura. Coimbra: Almedina, 1969, p. 359 a 431

## NOTAS

- 1 Sórora Maria do Ceo professou no Instituto Seráfico, no Convento da Esperança, em Lisboa, quando tinha apenas 18 anos. Escrevia em português e espanhol. Os textos que estudaremos são escritos em espanhol, fato bastante criticado, bem como suas tendências gongóricas.
- 2 BARTHES, Roland. Fragmentos de um Discurso Amoroso (Trad. Hortênsia dos Santos). 11 Ed. Rio de Janeiro: F. Alves Editora; 1991.
- 3 PLATÃO. “Banquete”. In: Platão, Diálogos. São Paulo: Technoprint, s.d.
- 4 PESSOA, Fernando. “Autopsicografia”. In: Poesias. Lisboa: Editorial Ática, 1945, p. 237.
- 5 BARTHES, Roland. Op. Cit., p. 142 (nota 2).
- 6 BARTHES, Roland. Op. cit., p. 93 (nota 2)
- 7 BARTHES, Roland. Op. cit., p. 41. (nota 2)
- 8 Op. cit., p. 148. (nota 2)



## Acerca da segunda versão dos Paralogismos da Razão Pura

Juan Adolfo Bonaccini\*

\* Professor do Departamento de Filosofia - UFRN/UFRJ



Kant precisa caracterizar especificamente a ilusão transcendental da metafísica. Por isso o problema principal que o ocupa nos Paralogismos é o de mostrar o caráter ilusório das afirmações que pretendem demonstrar que a alma é imortal. A impossibilidade disso reside em que somente podemos conhecer e demonstrar aquilo que não foge ao campo da experiência possível. Ora, imortalidade da alma supõe a existência de uma vida futura depois da morte e, portanto, a sua demonstração exigiria ultrapassar o domínio da experiência possível a que se restringe a nossa vida (cf. Prolegômenos, § 48 a 138). Entretanto, a região da metafísica que tratou dessa questão, a Psicologia Racional, apresenta uma “Doutrina Racional da Alma” que parece demonstrar *a priori* (por simples análise conceitual) que a alma é imortal. Kant está preocupado em evidenciar a falácia dessa argumentação, que pretende demonstrar *a priori* algo que transcende a nossa capacidade de conhecer. A particularidade da falácia fornecerá uma primeira e breve determinação específica dessa “ilusão natural”, que, segundo Kant, está na base de toda a metafísica.

O primeiro passo do psicólogo racional (Descartes e Berkeley sobretudo) é inferir, a partir do eu pensante, pelo mero fato de ser sempre sujeito e nunca poder ser aplicado como predicado a uma outra coisa, que a alma é uma substância. A seguir, por ser substância, “enquanto mero objeto do sentido interno”, infere a sua “imaterialidade”. Desta última depreende por análise a “simplicidade”

da alma, e, com ela, a sua “incorrupibilidade”. Depois, o psicólogo afirma misteriosamente que a alma possui uma “personalidade”. Esses fatores o levam a pensar que a alma é uma substância espiritual que anima a matéria e é por isso imortal (B 403). O central na argumentação da psicologia racional é a afirmação de que a alma é substância, pois dela deriva a simplicidade, a personalidade e a imortalidade, cometendo quatro paralogismos. Antes de examiná-los, parece-me conveniente trazer à luz o problema geral com que se defronta a Doutrina Racional da Alma quando pretende construir o seu edifício apenas sobre o “Eu penso”. Isto “parece” razoável, pois essa doutrina acredita ser uma ciência da razão pura sobre a essência do ser pensante. Acontece, porém, que o “Eu penso” só pode ser tomado problemáticamente (não enquanto pode conter a percepção de uma existência, tal como no *Cogito, ergo sum* de Descartes); apenas segundo a sua possibilidade, na medida em que designa a mera autoconsciência vazia de conteúdo, a qual acompanha todas nossas representações, a fim de ver quais as propriedades que se podem deprender dessa proposição a respeito do “sujeito transcendental dos pensamentos” (B405). Se essa proposição não fosse assim considerada, então a psicologia racional se fundaria numa proposição empírica, o que a tornaria simplesmente contingente, e sua doutrina, longe de ser racional, apresentaria apenas uma “fisiologia do sentido interno”.

Ora, se o “Eu penso” é tomado problemáticamente, então veicula as categorias, i.e, constitui a “forma da representação em geral” (B 404) que relaciona cada pensamento à unidade da consciência. Nessa medida, o “Eu penso”

designa a aprecepção que possibilita o conhecimento, nunca porém o conhecimento do sujeito mesmo: “Não porque eu simplesmente penso [é que] conheço um objeto qualquer, mas apenas porque eu determino uma intuição dada em vista da unidade da autoconsciência...” (B 406). Portanto, o “Eu penso”, tomado no sentido transcendental, como a “a condição sob a qual eu penso em geral” (B 404), não nos permite extrair dele o mínimo conhecimento do sujeito transcendental dos pensamentos em si mesmo. Pois o nosso conhecimento é discursivo e não nos permite conhecer a não ser através de predicados que exprimem propriedades “acidentais”<sup>1</sup>. Os únicos predicados transcendentais que se pode derivar do “Eu penso” são as categorias, os modos da autoconsciência. Mas estas, nelas mesmas, não fornecem conhecimentos e permanecem meras funções lógicas. Por aí o problema torna-se um impasse. Em outras palavras, para que a psicologia racional seja uma ciência é preciso que se desdobre apenas a partir do “Eu penso”, considerado do ponto de vista transcendental, ou seja, contendo somente predicados transcendentais que não venham comprometer a pureza dos seus juízos. O impasse surge porque tais predicados (as categorias) só têm validade com relação a uma experiência possível e em si mesmas designam unicamente funções lógicas de síntese. Assim, por meio de predicados transcendentais jamais estaríamos autorizados a pretender conhecer o sujeito transcendental até ao ponto de podermos afirmar a sua substancialidade e todas as propriedades “intrínsecas” da alma. Para conhecer precisamos de conceitos e intuições. Donde, para conhecer o nosso sujeito não basta pensar, e dizer que o

conhecemos como “pensante”. Segundo Kant, só conhecemos o nosso sujeito quando somos conscientes da intuição de nós mesmos, determinada a respeito da função do pensar. Ou seja, só podemos conhecer o nosso sujeito como fenômeno do sentido interno. Isto implica que, além de apenas podermos conhecer qualquer coisa mediante “predicados acidentais”, aos quais permanece vedado o sujeito absoluto, por causa da natureza do nosso conhecimento discursivo, é preciso ainda contarmos com elementos empíricos, i.é, é preciso que o sujeito seja afetado por si mesmo no fluxo sucessivo e múltiplo das suas representações, no sentido interno, e, assim, possa ligar esse múltiplo à unidade do pensamento. Mas com isso a psicologia não fugiria do impasse anterior, já que não obteria jamais o conhecimento do sujeito transcendental em si mesmo, e acabaria por criar outro impasse: tornar-se-ia empírica, dado que o conhecimento fenomênico do eu supõe intuições internas.

Doravante percebe-se o contraditório dessa doutrina. A estratégia dela consiste em concluir do mero “Eu penso” que a alma é substância e daí derivar outras propriedades até afirmar a imortalidade. Mas se não podemos conhecer o sujeito em si de todos os pensamentos, nem a partir de mera aprecepção, nem a partir do sentido interno, i.é, se não podemos obter um conceito determinado da alma em si mesma através de predicados transcendentais, nem através de predicados fenomênicos<sup>1</sup>, então como se pode afirmar “conhecer” que a alma é substância, simples, pessoal e imortal? Não é possível: daí os paralogismos.

A seguir, exporei brevemente os quatro paralogismos para examinar os argumentos

e poder concluir de modo justificado qual a falácia que se traduz nessa “ilusão natural e inevitável”. Utilizo-me da 2ª edição, apesar de saber que existem modificações a respeito dos paralogismos na 1ª edição<sup>3</sup>, por ser a que Kant preferiu deixar ao público e por ser consideravelmente mais breve e clara.

||

O primeiro(1) paralogismo supõe demonstrar a substancialidade da alma, o segundo (2) a simplicidade, o terceiro (3) a personalidade e quarto (4) a imortalidade.

(1) Uma vez que a apercepção é condição de todo e qualquer juízo, por meio dela, eu (que penso) estou consciente de ser o sujeito determinante da relação entre o sujeito e o predicado que um juízo do tipo “S é P” estabelece. Isto me faz pensar que eu (que penso) tenho de valer sempre como sujeito e nunca como predicado imputável ao pensamento. Daí infiro que o meu sujeito sempre deve subjacer a todo juízo e que é uma “substância” - assim raciocina o psicólogo racional. Porém Kant sustenta que do fato de o eu ter de valer sempre como sujeito e nunca como predicado apenas se pode extrair a conclusão de que eu sou o sujeito lógico que efetua a síntese em todos os juízos, porém jamais de que sou uma substância. Trata-se de uma proposição analítica que diz que eu, enquanto penso, sou o sujeito lógico determinante dos meus juízos, sem o qual não seriam possíveis. Ora, afirmar que sou uma substância seria ilícito por duas razões: primeiro, porque o conceito de substância se aplica a objetos da experiência (à intuição, que aqui me falta) e fora desse âmbito carece de significação e, segundo, porque enquanto penso e sou

consciente de ser o sujeito determinante da relação que constitui os juízos, não me tomo como objeto, mas apenas tenho a apercepção espontânea da minha atividade pensante. Para que eu me apreendesse como objeto seria preciso que fosse afetado por mim mesmo no sentido interno<sup>4</sup>. Mesmo assim nunca apreenderia minha substância, a não ser como fenômeno. Afirmar que sou uma substância a partir da mera unidade da apercepção implica um juízo sintético *a priori*, pois afirma, independentemente de experiência, uma existência. Eis a falácia, pois esse juízo sintético transcende os limites permitidos: que eu, que penso, tenha de valer sempre como sujeito do pensamento é, portanto, uma proposição analítica e mesmo idêntica<sup>5</sup>. Dela posso extrair o sujeito lógico, nunca porém predicar uma propriedade do objeto em si, o que exigiria uma síntese *a priori* que não pode ser dada em nenhuma experiência.

(2) O segundo paralogismo deriva imediatamente do primeiro. Uma vez “estabelecido” que eu, que penso, sou uma substância (que é sempre sujeito do pensamento) não é difícil extrair daí que eu, que penso, sou uma “substância simples”. Kant contra-argumenta: dado que o “eu da apercepção” acompanha todo o pensamento como a sua condição<sup>6</sup>, em se apresentando como uma “singularidade” própria, “designa um sujeito logicamente simples”(B 407). Ora bem, este sujeito lógico e singular está implícito no conceito de pensamento — pois não se pode conceber o pensamento sem o sujeito lógico e simples que o “suporta” —, motivo pelo qual dizer que o “Eu penso” é simples nada significa senão que em cada juízo efetuado pelo pensamento deve haver um sujeito lógico que possa determinar a

relação. Donde, “isto não significa que o eu pensante seja uma substância simples, o que seria proposição sintética” (B 408). Com efeito, a simplicidade é uma propriedade da substância, sendo ela aquilo que não é agregado de partes e subsiste no tempo. Afirmar aqui a simplicidade, todavia, supõe haver afirmado a substancialidade. Portanto, mais uma vez eleva-se a pretensão de conhecer o que é incognoscível e se confunde o analítico com o sintético: jamais poderíamos extrair analiticamente do “Eu penso” o fato de ser uma substância simples e sempiterna. O conceito de substância é uma categoria, uma função sintética transcendental que só faz sentido se for referido a intuições. Ora, em se tratando do mero pensar, do eu simples, lidamos apenas com o pensamento em geral e nunca com intuições. Caso contrário precisaríamos de uma intuição intelectual, a qual é rejeitada por Kant. (cf. Prefácio à 2ª edição - BXL nota). Por outro lado, é impossível apreender na experiência a simplicidade de uma substância qualquer.

(3) O psicólogo supõe — cometendo já dois paralogismos — que a alma é uma substância simples. Ora, uma vez que é próprio das substâncias o fato de permanecerem idênticas a si mesmas no tempo, i.é, de serem unidades sempiternas, se o ser pensante deve permanecer idêntico em todas as variações, parece evidente que deva ter uma personalidade — uma substância extensa pode ter identidade, mas só uma substância pensante terá uma personalidade. Como se vê, este argumento não é muito convincente. Kant percebeu isto e concluiu que afirmar a personalidade era uma propriedade que exigia uma proposição sintética. A identidade do sujeito lógico pode

ser derivada por análise, mas dizer que é pessoal configura um salto que não é lícito realizar: a proposição que afirma “a identidade de mim mesmo em todo o múltiplo de que tenho consciência reside igualmente nos próprios conceitos, portanto, é analítica” (B 408). Porém, prossegue Kant, *a identidade do sujeito, da qual posso tomar consciência em todas as suas (as minhas) representações, não concerne a intuição do mesmo, pela qual é dado como objeto, portanto, tampouco pode significar a identidade da pessoa, através da qual a consciência da identidade de sua própria substância é entendida como essência pensante em toda mudança de estados. Para demonstrá-la não bastaria a mera análise da proposição eu penso, mas seriam requeridos diversos juízos sintéticos fundados sobre a intuição dada.* (B 408-409).

Donde, a personalidade substancial da alma não se pode demonstrar por mera análise. Porém, o juízo sintético *a priori* que tenta prová-la é ilícito porque nem forma parte das condições da consciência de si, e nem é possível ter nenhuma intuição *a priori* de uma “substância pessoal”.

(4) O quarto paralogismo supõe os outros três anteriores, mas se apóia fortemente no primeiro, tal como o segundo e o terceiro: uma vez “inferida” a substancialidade da essência pensante a partir do mero ato de ser sujeito do pensamento, o psicólogo racional “pode depreender” com certeza que a alma (cujo atributo principal é ser uma substância simples e pessoal) é imortal. Com efeito, se ela é uma simples substância, então é permanente e incorruptível. É como se o fato de poder distinguir a própria existência do sujeito

pensante do resto dos corpos fosse suficiente para permitir que o psicólogo inferisse a existência da essência pensante independentemente dos corpos extensos. Kant opõe-se veementemente a esse tipo de inferência: o fato de eu poder distinguir a minha própria existência, enquanto ser pensante, do resto das coisas fora de mim, inclusive do meu corpo, é uma proposição analítica. Isto porque as coisas “exteriores” são tais que as penso como distintas de mim<sup>8</sup>. Ora bem, diz Kant,

*se esta consciência de mim mesmo é de fato possível sem coisas fora de mim, pelas quais representações me são dadas, e se eu poderia existir então simplesmente como essência pensante (sem ser Homem), não o sei de modo algum mediante a consciência de mim mesmo (B 409).*

O que Kant nos quer dizer aqui é que, mais uma vez, o psicólogo racional deriva por análise proposições que são absolutamente sintéticas e tratam de objetos que não podem ser dados em experiência alguma. Distinguir o meu pensar, enquanto penso, do mundo exterior é admissível. O que não se admite é dizer que, por isso, poderia pensar sem esse mundo e sem este corpo que “suporta” a mim, que penso - pois dizer isso ultrapassa a experiência possível.

|||

Talvez possamos dizer que se trata apenas de um único argumento (falacioso) que consta de quanto passos, uma vez que nos quatro paralogismos temos um procedimento análogo: o psicólogo acredita poder derivar analiticamente do “Eu penso” uma série de proposições que são sintéticas e estão vedadas ao conhecimento porque

ultrapassam a experiência, carecendo de pedra de toque. Nas palavras de Kant.

*... mediante análise da consciência de mim mesmo no pensamento em geral não se ganhou o mínimo em vista do conhecimento de mim mesmo como objeto. A exposição lógica do pensamento em geral foi falsamente tomada por uma determinação metafísica do objeto (B 409).*

Confusão entre as características do sujeito lógico do pensamento, que podem ser derivadas analiticamente da apercepção, e as propriedades intrínsecas (substancialidade, etc.) do mesmo tomado como coisa em si, eis a ilusão da metafísica da alma. Os juízos sintéticos a priori referem-se à experiência (enquanto conjunto total dos fenômenos, e não das coisas em si) como a condições unicamente sob as quais ela é possível. Portanto a Psicologia Racional enuncia pretensos juízos sintéticos a priori, presumivelmente ancorados em intuições intelectuais. Mas se não há intuições intelectuais - e para Kant não há - esses juízos são analíticos e deduzem dos conceitos bem mais do que eles poderiam oferecer pela elucidação do seu conteúdo.

Assim, se todos os paralogismos são falaciosos em virtude do mesmo procedimento falso, temos em consequência que a Psicologia Racional é dominada por um paralogismo “arquetípico”. Kant tenta defender essa posição analisando um argumento - o principal, pois, como foi dito, dele o psicólogo deriva toda a sua doutrina. O argumento reza:

*O que não pode ser pensado senão como sujeito, tampouco existe a não ser como sujeito, e é portanto substância.*

*Ora, uma essência pensante, considerada meramente enquanto tal, não pode ser pensada senão como sujeito.*

*Portanto, ela não existe senão e apenas como tal, ou seja, como substância. (B 410-411).*

Aqui, Kant detecta um salto sintético que afirma mais do que a mera análise das premissas permitiria concluir. Nas duas premissas o “pensamento” é tomado em duas significações diferentes. Na premissa maior fala-se de coisas em geral, do que não pode ser pensado em geral, sob todo aspecto (e, portanto, também segundo o modo como pode ser intuído), a não ser como substância existente. Toda e qualquer coisa só pode ser pensada se lhe atribuirmos a substancialidade que permite distingui-la do resto (das coisas). Segundo Kant, isto se refere ao modo como uma coisa pode ser dada na intuição. Na premissa menor, ao contrário, fala-se de um ente apenas como sujeito com relação ao pensamento e à unidade da consciência. Não se o considera em relação à intuição interna pela qual é dado ao pensamento como objeto — único caminho viável para se ter qualquer conhecimento dele. Aqui não se pensa o ente enquanto objeto, mas enquanto relação a Si mesmo na medida em que constitui a forma do pensamento, fazendo-se abstração de todos os objetos. Donde o Eu ser sujeito, porém meramente lógico.

Portanto, na conclusão não se segue que não possa ser pensado senão como sujeito e por isso seja uma substância: se não posso pensar a mim mesmo a não ser como sujeito, a conclusão correta é que “no pensamento da minha existência eu só posso fazer uso de mim (*mich ...brauchen*) como sujeito do juízo, o que é uma proposição idêntica que não revela absolutamente nada

sobre o modo da minha existência” (B 412n). Com efeito, o mero pensar não me permite conhecer. E se, pensando, julgo que me conheço e o afirmo, então a minha observação constitui um juízo sintético *a priori* carente de validade. Em primeiro lugar porque só conhecemos fenômenos, ou seja, objetos dados ou passíveis de serem dados numa intuição sensível. Em segundo, porque o conceito de uma coisa que só pode existir para si mesma como sujeito e não como simples predicado carece de realidade objetiva, já que não podemos saber absolutamente se lhe convém algum objeto. Para que a categoria de substância possa denotar um objeto é preciso que este seja dado como existente numa intuição permanente (B 412). Ora, na intuição interna nada há de permanente, pois é um fluxo sucessivo de representações que se modificam constantemente<sup>9</sup>. E o eu é apenas a consciência do meu pensamento como Uno, a “mera unidade lógico-qualitativa da Autoconsciência no pensamento em geral”. Donde, ela não designa um sujeito substancial (B 413).

Isto posto, Kant não se contenta. Refuta a prova de Mendelssohn sobre a imortalidade da alma, a qual não discuto aqui, pois o problema central em todo capítulo dos paralogismos é refutar o argumento que funda todos os argumentos que tentam demonstrar a imortalidade da alma. A refutação da prova de Mendelssohn no final serve para destacar o cerne da questão mediante um exemplo e para aventurar algumas considerações a respeito do “idealismo” e o “materialismo”. Para Kant, nenhum dos dois consegue provar o que pretende. O idealismo, ao negar a existência das coisas externas com o intuito de determinar no tempo a existência da pretensa “substância

pensante” acaba por admitir gratuitamente a existência daquelas (B 418).

Como justificar a existência de algo fora de mim, contudo, a não ser reconhecendo que “a realidade do sentido externo está ligada necessariamente à do sentido interno para a possibilidade da experiência em geral” (BXL I - nota)? Descartes teria cometido essa ilusão ao querer derivar a existência das coisas exteriores da análise do Cogito, mas sem ressaltar a necessidade delas para determinar a própria existência do sujeito pensante (cf. BXL ss - B 274 ss). Teria cometido paralogismos ao determinar a existência do Cogito como uma substância simples, idêntica e imortal, e ao aceitar gratuitamente a existência das coisas exteriores — Kant rejeita tanto as provas da existência de Deus quanto o apelo cartesiano ao Deus-Veraz.

O materialismo, por sua vez, não parte do conceito de um ser pensante em geral, mas da realidade empírica do “Eu penso” enquanto implica a existência do sujeito. Derivar daí que sou um sujeito é possível. Porém, ainda assim, fica indeterminado se esse sujeito é uma substância. Que o sujeito é simples, pode ser admitido do ponto de vista lógico, mas nunca com relação à substância: a simplicidade está na possibilidade da apercepção, que relaciona os conteúdos à unidade da consciência. Se não fosse simples, não poderíamos distinguir nossas representações de nós mesmos. Trata-se da simplicidade lógica do sujeito. A realidade do “Eu penso” não diz respeito à minha natureza como substância: apenas designa a possibilidade de determinar a minha existência com respeito a minhas representações no tempo (cf. B 428-429). Onde, materialismo e idealismo são

impróprios para elucidar a minha existência em si, pois cometem paralogismos. Por isso Kant conclui que na realidade “não podemos conhecer de modo algum algo qualquer que seja da natureza de nossa alma no que concerne à possibilidade de sua existência separada em geral”(B 420). A solução de Kant consiste em revelar o falso problema.

Assim, a unidade da consciência é confundida com a idéia de um sujeito transcendental (alma), de modo tal que é tomada por uma intuição do sujeito como objeto, ao qual se lhe aplica (sem direito) a categoria de substância. Esta ilusão transcendental subjaz a todos os paralogismos e leva naturalmente “a razão a entrar em conflito consigo mesma”, na medida em que a idéia de um “sujeito transcendental” (alma imortal) supera os limites do conhecimento (traçados por ela própria) toda vez que se afirma conhecê-lo. A idéia que temos desse sujeito é na verdade um princípio racional destinado a outra tarefa. Não é um princípio que afirma o conhecimento da alma em si mesma, inclusive fora da experiência, pois nós não conhecemos fenômenos dessa espécie. Este conhecimento é impossível. Mas então, qual o destino desta idéia que a razão confunde inevitavelmente com o conhecimento de um objeto? Sua destinação é justamente a de fornecer um conhecimento dos limites<sup>10</sup> da razão pura com vistas a estabelecer uma disciplina. Por um lado, para que a razão não se jogue no seio do materialismo “sem alma”, e por outro lado, para não se perder no delírio de um espiritualismo que, nessa vida, para nós é “infundado”. Mais ainda, esta disciplina nos recorda que a nossa razão recusa fornecer respostas definitivas a respeito de questões transcendentais. Assim,

a razão não se satisfaz no uso empírico dos princípios do entendimento e procura o incondicionado para exigir uma unidade sistemática. Para aproximá-la o mais possível do entendimento representa-a como a idéia de um objeto<sup>11</sup>. Quando se esquece de que é uma mera idéia, um mero princípio subjetivo que ela precisa, a razão transcende a experiência e entra naturalmente em conflito consigo mesma. Mas este “esquecimento” tem a finalidade de determinar os limites da própria razão; desse modo, trata-se de um chamado, de uma advertência para que afastemos o nosso autoconhecimento da infrutífera especulação e o apliquemos no frutífero uso prático, o qual abre um caminho real para nossas idéias.

Dessa maneira, a prova da falácia dos paralogismos fornece à razão segurança face às afirmações dogmáticas do contrário. Demonstrando apoditicamente suas proposições e procurando as fontes dessa incapacidade, a razão estabelece os seus próprios limites e põe fim às pretensões dogmáticas. Com isto, abre a trilha que permite admitir a idéia de uma vida futura num uso prático:

*As demonstrações... mediante a supressão daquelas pretensões dogmáticas, lucram bem mais em clareza e natural convicção, na medida em que transportam a razão para sua esfera peculiar, qual seja, a ordem dos fins, a qual é simultaneamente uma ordem da natureza; mas então, a razão, sendo ao mesmo tempo uma faculdade prática em si mesma, sem se limitar às condições da ordem natural, está ao mesmo tempo justificada a estender a ordem dos fins, e com ela, a sua própria existência, para além limites da experiência e da vida (B 425)<sup>12</sup>.*

Assim, tudo parece ter uma finalidade na natureza segundo “a conformidade a fins em tudo o que vemos diante de nós” (B 426). Por isso podemos admitir que se a idéia de uma alma imortal levava a cometer paralogismos, quando na verdade se tratava de um princípio de unidade sistemática, era, por um lado, para determinar os limites da razão pura a respeito do seu conhecimento, e, por outro lado, para ampliar os limites de nossa existência do ponto de vista prático. Se a razão transgredia seus limites partindo de uma ilusão natural e inevitável era porque a sua destinação precisava dela para conhecê-los!

## NOTAS

<sup>1</sup> cf. B 404: “Mediante este eu, ou ele, ou o que (a coisa) pensa não é representado nada mais do que um sujeito transcendental dos pensamentos = X [X = incógnita - J.A.B.], o qual é conhecido somente através dos pensamentos que são seus predicados... em torno dele andamos em círculos, na medida em que sempre temos que nos servir de antemão de sua representação para julgar qualquer coisa a respeito dele...”

<sup>2</sup> Isto é, categorias esquematizadas.

<sup>3</sup> cf. A 348ss.

<sup>4</sup> cf. BXXXIX - XLI

<sup>5</sup> B 134-135.

<sup>6</sup> cf. B 131 ss.

<sup>7</sup> Correção introduzida por Erdmann, a meu ver com razão. cf. **K. der r. V**, op. cit. (Hamburg F. Meiner, 1976), p. 383 b.

<sup>8</sup> O meu sentido interno é temporal e se acompanha de um sentido externo espacial. (cf. BXL ss).

<sup>9</sup> Comparar B 275 ss e BXXXIX ss (nota)

<sup>10</sup> cf. **Proleg.** § 57. Ver B 421.

<sup>11</sup> cf. **Proleg.** § 44.

<sup>12</sup> A tradução **desta passagem** constitui uma variante da versão de Valério Robden (Col. Os Pensadores, S.P. Abril, 1983. 2ª ed. p. 210).

## INTRODUÇÃO

A filosofia do Ser ocupa um lugar de destaque no pensamento do filósofo francês Gabriel Marcel (1889-1979). Embora adote o termo existencialista contemporâneo da palavra "filósofo" também francês e essencialista, Jean-Paul Sartre, o próprio Marcel sempre recusou identificar-se como existencialista.

Embora o Existencialismo este muito além de si mesmo, Marcel centraliza a sua filosofia em Deus. Para ele, Deus é o ponto de partida de toda a sua filosofia. Ele classifica-o como "filosofia transcendental".

Marcel conseguiu sintetizar a sua filosofia em dois livros fundamentais: *Essays on the Philosophy of Saint Thomas* e *Essays on the Philosophy of Saint Thomas*. Os dois volumes, "Reflection et mystique" e "L'Économie de la foi", publicadas em Paris, em 1931, fazem parte de uma série de conferências pronunciadas na Universidade de Aberdeen (Escócia).

Segundo Marcel, a questão do Ser divide-se em duas vertentes: o Ser como "problema" e o Ser como "mistério". O "problema" é algo objetivado, compreensível, definível, mensurável, progressível, resolúvel, "calculável", algo além do "problema", no qual o sujeito não está implicado, compreendendo a sua realidade de compreensão, não podendo ser dominada, apenas aceita. Há um abismo ontológico entre essas duas dimensões da existência humana. A primeira, que Marcel chama de "não autêntica", é aquela em que a reflexão primeira estuda o problema e se restringe na opinião. Estamos ainda no plano

No entanto, essas duas dimensões podem coexistir, mas é necessário privilegiar a dimensão "autêntica" em relação ao "real".

Para explicar certo aspecto da persistência na primeira esfera e como partilhar um verdadeiro acesso ao mistério do pensamento de Marcel, os Neosobrietistas do Círculo de Estudos de Filosofia, a obra "La Philosophie de la Racionalité Croyante" do Prof. R. C. C. C.

# Acesso ao real em Gabriel Marcel: "mistério e problema"

Francisco Fernandes Marinho\*

realidade do Ser, que se concretiza através da realização do "problema" e do "mistério". A filosofia de Marcel é uma filosofia que se realiza por certa "reflexão" no âmbito do próprio "real", mas sempre a divulgação de suas ideias em monografias apresentadas à Universidade Pontifícia de Salamanca (Espanha) e na realização do Curso de Doutorado em Filosofia.

## A VIDA E A OBRA DE GABRIEL MARCEL

Gabriel Marcel é o maior representante da corrente do pensamento contemporâneo chamada "existencialismo cristão". Embora tenha recusado o apelido "existencialista", para não ser confundido com as ideias de Jean-Paul Sartre (1905-1980). Prefere o nome de "filósofo" ou como ele mesmo diz "filósofo da vida". A obra de Marcel é uma obra de grande importância, pois trata da realidade humana e da sua dimensão ontológica.

\* Professor do Departamento de História da UFRN  
Doutorando em Filosofia pela Universidade Pontifícia de Salamanca-Espanha

... a razão, não se trata de um princípio-objeto, mas de um princípio do entendimento, a procura e a apreensão da sua essência. Para aproximar a razão positiva da razão transcendente, como ideia de uma "razão". Quando se entende que a razão é, em si, um novo princípio subjetivo que transcende a razão transcendente e a experiência e a ciência, a razão transcendente mostra-se, em si, como um princípio "razão" com a finalidade de aproximar os limites da própria razão, de se aproximar de um chamado, de um advento, para que a razão e a ciência se aproximem e se unam.

# Acesso ao real em Gabriel Marcel

... "mistério e problema" são dois modos de acesso ao real. O primeiro, o do "mistério", é o acesso ao real através da experiência e da ciência. O segundo, o do "problema", é o acesso ao real através da razão e da filosofia. O acesso ao real através da razão e da filosofia é o acesso ao real através da razão e da filosofia. O acesso ao real através da razão e da filosofia é o acesso ao real através da razão e da filosofia.

*Atque inchoatae... evadit a sequestratae... adgressa... doctus... inchoatae... adgressa... doctus... inchoatae... adgressa... doctus...*

... a razão, não se trata de um princípio-objeto, mas de um princípio do entendimento, a procura e a apreensão da sua essência. Para aproximar a razão positiva da razão transcendente, como ideia de uma "razão". Quando se entende que a razão é, em si, um novo princípio subjetivo que transcende a razão transcendente e a experiência e a ciência, a razão transcendente mostra-se, em si, como um princípio "razão" com a finalidade de aproximar os limites da própria razão, de se aproximar de um chamado, de um advento, para que a razão e a ciência se aproximem e se unam.

Assim, tudo parece ser uma simplicidade na natureza segundo a correspondência a fins em tudo o que vemos diante de nós" (18-426). Por isso podemos admitir que se a ideia de uma alma imortal leva a cometer erros lógicos, quando em verdade se trata de um princípio de unidade metafísica, era, por um lado, para determinar os limites da razão para a respeito do seu conhecimento e, por outro lado, para ampliar os limites de forma existencial do ponto de vista prático. Se a razão transgride seus limites partindo de uma função natural, isso não era porque...

# Acesso ao real em Gabriel Marcel

NOTAS

1. Cf. B. MARCEL, "L'Être et l'existence", p. 101.

2. Cf. B. MARCEL, "L'Être et l'existence", p. 101.

3. Cf. B. MARCEL, "L'Être et l'existence", p. 101.

4. Cf. B. MARCEL, "L'Être et l'existence", p. 101.

5. Cf. B. MARCEL, "L'Être et l'existence", p. 101.

6. Cf. B. MARCEL, "L'Être et l'existence", p. 101.

7. Cf. B. MARCEL, "L'Être et l'existence", p. 101.

8. Cf. B. MARCEL, "L'Être et l'existence", p. 101.

9. Cf. B. MARCEL, "L'Être et l'existence", p. 101.

10. Cf. B. MARCEL, "L'Être et l'existence", p. 101.

11. Cf. B. MARCEL, "L'Être et l'existence", p. 101.

12. Cf. B. MARCEL, "L'Être et l'existence", p. 101.

13. Cf. B. MARCEL, "L'Être et l'existence", p. 101.

14. Cf. B. MARCEL, "L'Être et l'existence", p. 101.

15. Cf. B. MARCEL, "L'Être et l'existence", p. 101.

16. Cf. B. MARCEL, "L'Être et l'existence", p. 101.

17. Cf. B. MARCEL, "L'Être et l'existence", p. 101.

18. Cf. B. MARCEL, "L'Être et l'existence", p. 101.

19. Cf. B. MARCEL, "L'Être et l'existence", p. 101.

20. Cf. B. MARCEL, "L'Être et l'existence", p. 101.

... a razão, não se trata de um princípio-objeto, mas de um princípio do entendimento, a procura e a apreensão da sua essência. Para aproximar a razão positiva da razão transcendente, como ideia de uma "razão". Quando se entende que a razão é, em si, um novo princípio subjetivo que transcende a razão transcendente e a experiência e a ciência, a razão transcendente mostra-se, em si, como um princípio "razão" com a finalidade de aproximar os limites da própria razão, de se aproximar de um chamado, de um advento, para que a razão e a ciência se aproximem e se unam.

## INTRODUÇÃO

A filosofia do Ser ocupa um lugar de destaque no pensamento do filósofo francês Gabriel Marcel (1889-1973). Embora adepto da corrente existencialista e contemporâneo do grande filósofo também francês e existencialista, Jean-Paul Sartre, o próprio Marcel sempre recusou classificar-se como existencialista.

Enquanto o Existencialismo está muito eivado de ateísmo, Marcel centraliza a sua filosofia em Deus, não no homem. Por isso, o chamam de “existencialista cristão”, mas preferimos classificá-lo como “filósofo existencial”.

Marcel conseguiu sintetizar, de maneira admirável, as intuições fundamentais e as linhas mestras de sua filosofia existencial na pequena obra intitulada “Le Mystère de l’Être”, em dois volumes: “Réflexion et mystère” e “Foi et Réalité”, publicados em Paris, em 1951, fruto de uma série de conferências pronunciadas na Universidade de Aberdeen (Escócia).

Segundo Marcel, a questão do Ser desdobra-se em duas vertentes: o Ser como “problema” e o Ser como “mistério”. O “problema” é algo objetivado, compreensível, determinável, programável, resolúvel; “mistério”, algo além do “problema”, no qual o próprio Ser está implicado, transcendendo a sua capacidade de compreensão, não podendo ser dominado, apenas aceito. Há um antagonismo radical entre essas duas linhas da existência humana. A primeira, que Marcel chama linha “não-autêntica”, é aquela em que a reflexão primeira estuda o problema e se exprime na opinião. Estamos ainda no plano do “ter”. A segunda linha é a “autêntica”, na qual a reflexão penetra no “mistério” e atinge o reino do “Ser”.

No homem, essas duas dimensões podem coexistir, mas é necessário fazer prevalecer a dimensão “autêntica”, pela qual temos acesso ao “real”.

Para mostrar como alguns filósofos permanecem na primeira esfera e assim não conseguem ter um verdadeiro acesso ao “real”, comparamos o pensamento de Marcel com o dos Neopositivistas do Círculo de Viena, tendo por base, sobretudo, a obra “La Razón y las Razones: de la Racionalidad Científica a la Racionalidad Creyente”, do Professor Dr. Alfonso Pérez de Laborda, da Universidad Pontificia de Salamanca.

O presente trabalho não pretende ser um estudo aprofundado sobre Gabriel Marcel, a sua filosofia do Ser, da experiência do Ser e da realização do Ser, que se concretiza através da resolução do “problema” e da “revelação” do “mistério”, no desvelamento existencial e por meio de certos atos de natureza privilegiada e por certa “reflexão” no âmbito do próprio “real”, mas apenas a divulgação de uma das monografias apresentadas à Universidad Pontificia de Salamanca (Espanha), durante a realização do Curso de Doutorado em Filosofia.

## A VIDA E A OBRA DE GABRIEL MARCEL

Gabriel Marcel é o máximo expoente da corrente do pensamento contemporâneo chamada “existencialismo cristão”, embora tenha recusado o apelativo de “existencialista”, para não ser confundido com as idéias de Jean-Paul Sartre (1905-1980). Prefere o nome de “filósofo cristão”, ou como ele mesmo diz “socrático cristão”, por causa da semelhança com o filósofo grego na sua maiêutica ou método interrogativo, partindo do inautêntico para o

autêntico. Contudo, a partir de 1925, com a publicação do artigo “Existência e Objetividade”, foi reconhecido como representante de uma das tendências mais originais do movimento existencialista.

Marcel nasceu em Paris, a 07 de dezembro de 1889, onde faleceu em 08 de outubro de 1973. Era um homem polivalente. Além de filósofo, crítico literário, dramaturgo, crítico teatral, participou ativamente da vida cultural francesa, no decênio 1930-1940, mantendo contatos com o mundo da Literatura e da Cultura e, principalmente, nas célebres discussões da “Société Française de Philosophie”.

Inicialmente, voltado para o Teatro e à Literatura, ao entrar em contato com a Filosofia Alemã e a Anglo-saxônica, dedicou-se à Filosofia, em particular àquela que se preocupava com os problemas da existência. Na verdade, a filosofia de Marcel é mais existencial do que conceitual. E o objetivo perseguido não é que o homem seja sábio, mas que seja mais homem.

Depois de um imenso trabalho interior de aproximação à fé cristã, a sua conversão ao Cristianismo representou uma etapa decisiva no amadurecimento de seu pensamento filosófico. Alguns críticos afirmam que ele confundia Filosofia com Teologia, mas o que ele pretendia, porém, com a introdução de alguns conceitos da vida religiosa, como fé, mistério, esperança, oração e humildade, era uma compreensão mais integrativa da realidade.

Nos anos imediatamente sucessivos à sua conversão ao Catolicismo, Marcel apresentou sempre mais acentuado o interesse pelo problema da fundamentação de um conceito de “razão” ou do ideal teórico, mais vasto e mais profundo do que aquele que o

racionalismo epistemológico tinha definido dentro dos limites da verificabilidade. Ele sempre se recusava a aceitar como definitivo o dilema que o pensamento crítico moderno havia deixado como hereditariedade à Filosofia Contemporânea: ou verificar ou crer, ou consciência em geral ou consciência empírica e arbitrária<sup>1</sup>.

Em sua longa existência, Marcel escreveu várias obras, dentre as quais destacamos a tese para a obtenção do diploma de Estudos Superiores “Les idées Métaphysiques de Coleridge dans leurs Rapports avec la Philosophie de Schelling”, em 1910; “Réflexions sur l'idée du Savoir absolu et sur la Participation de la Pensée à l'Être”, em 1910/1911; “Les conditions dialectiques de la philosophie de l'intuition” em 1912; “Le Seuil invisible”, composta por duas peças: “La Grace”, de 1911 e “La Palais de Sable”, de 1913, em 1914; “La Métaphysique de Royce”, em 1918/1919 e 1945; “Le Coeur des Autres”, em 1921; “L'Iconoclaste”, em 1923; “Un homme de Dieu”, em 1925 e 1950; “Le Quatuor en fa dièse”, em 1925; “Existence et Objectivité”, em 1925; “Journal métaphysique”, em 1927; “Trois pièces” (“Le Regard neuf”, “Le mort de Demain”, “La Chapelle ardente”), em 1931; “Le Monde cassé”, em 1933; “Être et Avoir”, em 1935; “Le Chemin de Crête”, em 1936; “Le Dard”, em 1936 e 1950; “Le Fanal dans la Vie Intellectuelle”, em 1936; “Les Points sur les I, em 1936; “Théâtre comique” (“Colombyre ou le Brasier de la Paix”, 1937; “La Double Expertise”, 1937; “Les Points sur les I, 1936; e “Le Divertissement posthume”, 1923); “La Soif”, em 1938 e 1952; “Du Refus à l'Invocation”, de 1940 “Homo Viator”. Prolégomènes à une métaphysique de l'espérance”, em 1945 e

1963; “L’Horizont”, em 1945; “Positions et Approches concrètes du Mystère Ontologique”, em 1949; “Vers un autre Royaume” (“L’Émissaire”; “Le Signe de la Croix”), em 1949; “Le Mystère de l’Être”, em dois volumes, 1951: I “Réflexion et Mystère”; II “Foi et Réalité”, que procedem das “Gifford Lectures”; “La Fin des Temps”, em 1950; “Les Hommes contre l’Humain”, em 1951; “Rome n’est plus dans Rome”, em 1951; “Le Déclin de la Sagesse”, em 1954; “L’Homme problématique”, em 1955; “Crissez et multipliez”, em 1955; “Mon Temps n’est pas le vôtre”; “Qu’attendez-vous du médecin?”, em 1958; “La Dimension Florestan”, em 1958; “Présence et Immortalité”, em 1959; “Théâtre et Religion”, em 1959; “L’Heure théâtrale” (chroniques des Nouvelles Littéraires, de Giraudoux à Jean-Paul Sartre), 1959; “Le Signe de la Croix”, em 1960; “La Prune et la Prunelle”, em 1960; “Fragments Philosophiques 1909-1914”, em 1962; “Regards sur le Théâtre de Claudel”, em 1964; “La Dignité Humaine”, 1964, etc.

## O PENSAMENTO FILOSÓFICO DE GABRIEL MARCEL

Como classificariamos o pensamento deste “socrático cristão” que não quer ser chamado de existencialista? Embora a originalidade de suas idéias não permita a colocação de uma etiqueta, quais as correntes que o influenciaram? Ainda que Gabriel Marcel tenha sido muitas vezes classificado, entre muitos outros, pelo próprio Sartre, como existencialista católico, visto que ele mesmo rechaçou esta etiqueta, o melhor será descartá-la.

Sem dúvida alguma, é muito natural buscar-se alguma etiqueta classificatória, porém o certo é que nenhuma delas se enquadra bem em Marcel. Algumas vezes Marcel foi descrito como empirista, contudo, ainda que ele certamente tenha baseado as suas reflexões na existência e não tenha pretendido deduzir um sistema de idéias, *a priori*, o termo empirismo, que tem demasiadas associações com a análise redutiva de David Hume (1711-1776) e outros, parece não se aplicar convenientemente ao pensamento de Marcel. Do mesmo modo, ainda que ele faça muito uso do que poderíamos chamar análise fenomenológica, nem por isso é discípulo de Edmund Husserl (1859-1938), como na realidade não o é de nenhum outro. Marcel seguiu o seu próprio caminho e não pode ser tratado como membro de uma determinada escola<sup>2</sup>.

Sobre a influência do idealismo no seu pensamento, sabe-se que um tempo chegou a ser atraído por esta corrente, especialmente pelo idealismo de Friedrich W. J. Schelling (1775-1854), mas não tardou a voltar-se contra ela. Immanuel H. Fichte (1796-1879) o irritava e de Georg W. F. Hegel (1770-1831) desconfiava, ainda que o admirando. Sentiu um profundo respeito por F. Francis H. Bradley (1846-1924) e muito tempo depois haveria de publicar um livro sobre Josiah Royce (1855-1916).

Porém pareceu-lhe que o idealismo tinha pouco a ver com a existência concreta, embora a primeira parte de seu “Diário Metafísico”, expressão de suas críticas dos modos de pensar idealistas, estivesse ainda influenciada pelos pontos de vista do idealismo. As experiências por que passou durante a Primeira Guerra Mundial o

confirmaram na sua convicção de que a filosofia abstrata é algo que fica muito separado da existência humana concreta.

Na doutrina de Gabriel Marcel, o indivíduo, a menos que seja socializado e reduzido à sua função pública, é “portador de certas energias misteriosas, cósmicas ou espirituais, cuja transcendência é por ele sentida obscuramente”<sup>3</sup>.

Marcel tenta construir uma filosofia existencial tendente ao concreto, e o significado do existencial entende-se quando se quer falar da existência divina, porque Deus não é uma concepção ultra-existencial da pessoa divina, não se encontra “por cima” da existência, mas como o próprio fundamento do existente.

Um segundo momento da tendência ao “real”, encontramos na meditação sobre a noção do corpo ou do “meu corpo”, quando Marcel afirma que o “meu corpo” tem uma relação singular com o “eu”, do qual o corpo parece ser predicado, em uma relação que faz compreender a possibilidade dos juízos da existência e que o próprio Marcel chama de “mistério” e apresenta a distinção entre “mistério” e “problema”. “Problema” é o dado proposto; “mistério”, algo que compromete e que não pode ser dominado. Daí concluir-se que a questão sobre o Ser seja misteriosa e não problemática e a sua revelação dá-se por meio do desvelamento existencial e por meio de certos atos de natureza privilegiada, como o amor, a fidelidade, a admiração, etc.

“Reconhecida a existência e a legitimidade do mistério no âmbito da existência humana, afirma Bissaca, os esforços de Marcel se concentram sobre a pesquisa das condições metafísicas da fé<sup>4</sup>.

O pensamento de Marcel encontra-se em um nível mais absoluto na sua obra “Le Mystère de l’Être”, resultado de uma série de conferências “Gifford Lectures” pronunciadas na Universidade de Aberdeen, em maio de 1949 e de 1950. Trata-se de uma obra de difícil possibilidade de resumo, algo característico do pensamento de Marcel, que não permite que os resultados possam ser separados do processo por meio do qual são alcançados. Mas, mesmo sob tais dificuldades, a obra se apresenta como um “caminho” que leva o homem de “um Monde cassé”, um mundo vazio, velho, privado de uma intrínseca unidade, a uma plena e consciente identificação com o transcendente, com o “Tu Absoluto”, a um “mistério”, no qual reside uma certa região profunda que dá acesso à eternidade. E é nessa região que podemos conhecer a estrutura da “minha vida”, o seu “ser na situação” e no seu “momento da participação” e a sua “exigência do transcendente”, através do uso de uma certa “reflexão”. E é só por meio desta, “que não toma o objeto como puramente ‘exterior’, mas rodeando-o com uma ‘aura’ que emana incessantemente do ‘centro’ existencial onde aparece o meio inteligível que desencadeia todas as fases da ‘reflexão’”<sup>5</sup>, que podemos ter acesso ao “real”.

## MISTÉRIO E PROBLEMA EM GABRIEL MARCEL

A distinção entre “mistério” e “problema” é de fundamental importância em Marcel. Admite que não se pode traçar uma clara linha de demarcação, pois a reflexão sobre o mistério e a intenção de fixá-

lo ou declará-lo tende a convertê-lo em problema. Evidentemente, seria inútil empregar os dois termos se não fosse possível dar sequer alguma indicação de diferença de seus significados.

Veremos isto através de alguns exemplos que nos propõe o próprio Gabriel Marcel: um problema, é uma pergunta que pode ser respondida de um modo puramente objetivo, sem que o interrogante tenha de se misturar ou seja afetado por ele. Seja, propomos por exemplo, um problema de matemáticas: naturalmente que me pode interessar, e talvez muito, resolvê-lo; ocorre assim em exames importantes para a obtenção de uma nota decisiva ou de um título em uma carreira. Porém, ao tratar de resolver o problema que me tenha sido proposto e que tenho, por assim dizê-lo, diante de mim mesmo, o considero de uma maneira puramente objetiva, permanecendo eu mesmo fora de seus dados: eu sou o sujeito, o problema é o objeto. E eu não me introduzo no objeto. É verdade que para solucioná-lo sou eu mesmo que trabalho. Porém, em princípio, isto poderia ser feito não somente por uma outra pessoa mas também por uma máquina. E a solução, uma vez encontrada, é coisa manejável. O problema se move, cambiada a expressão, no plano da pura objetividade. Se, por exemplo, se têm de resolver problemas para enviar o homem ao espaço de forma que possa regressar são e salvo, deverão os técnicos e investigadores fazê-lo com a maior objetividade possível, afastando ao máximo os subjetivismos.

Segundo Copleston, o termo “mistério” se presta a equívocos. Afirma que aqui não se emprega no sentido em que falam de mistérios os teólogos, isto é, para referir-

se a verdades reveladas por Deus, que não podem ser demonstradas somente mediante a razão humana e que transcendem a nossa capacidade de compreensão. Nem significa tampouco o incognoscível<sup>6</sup>.

Para Marcel, o “mistério” é “um problema que rebaixa os seus próprios dados, invalidando-os, por assim dizer, e transcendendo-se com ele a si mesmo como simples problema”<sup>7</sup>.

Na obra “Être et Avoir”, Marcel repete esse pensamento e acrescenta que “um mistério é algo no qual o meu próprio ser está implicado e, por conseguinte, só é concebível como aquilo no qual perde sua significação e sua inicial validade a distinção entre o que há em mim e o que está diante de mim”<sup>8</sup>.

Suponhamos, por exemplo, que eu me “pergunte: ‘que sou eu’?” e respondo que sou uma alma ou um espírito que tem um corpo. Responder assim é objetivizar meu corpo como algo contra mim, algo que eu posso ter ou possuir como poderia ter um guarda-chuva. Em tal suposição já é totalmente impossível reconstituir a unidade da pessoa humana. Eu sou o meu corpo. Porém, evidentemente, não sou identificável com o meu corpo entendendo-o no sentido em que se entenda o termo “corpo”, uma vez que foi distinto da alma e que foi objetivado como se fosse uma coisa que eu pudesse observar, digamos, a partir de fora. Para apreender a unidade da pessoa humana tenho que retornar à experiência vivida da unidade, que precede à separação mental ou à divisão nesses dois dados ou fatores. Em outras palavras, se me divido a mim mesmo em uma alma e um corpo, objetivando-os e tomando-os assim como dados de um problema a ser resolvido, logo, por mais que trate de juntá-los de novo,

nunca jamais o conseguirei. Minha unidade somente posso captá-la a partir de dentro<sup>9</sup>. Os títulos dos dois volumes da obra que estamos estudando, em particular, “Le Mystère de l’Être”: I. “Réflexion et Mystère” e II. “Foi et Réalité”, já nos dão uma indicação inicial sobre a orientação da filosofia de Gabriel Marcel, no que diz respeito aos dois conceitos de “mistério” e de “problema”. Na realidade, “mistério” e fé são palavras próprias da Teologia mas aqui não há confusão entre Teologia e Filosofia, porque Marcel as usa no sentido analógico. O mistério teológico se funda na revelação; o mistério filosófico se descobre com a razão: alguma coisa se manifesta mas só analogicamente, isto é, há semelhança, compenetração do “sim” e do “não”. Para se conhecer o “mistério” é preciso passar pela negação.

A fé teológica é baseada numa autoridade, autoridade da palavra revelada. A reflexão filosófica, por seu lado, é natural; a fé filosófica é um saber que supera o nível da razão para chegar ao seu fundamental supra-racional, isto é, ao “mistério”. Não é somente um saber intelectual mas um saber existencial, baseado na experiência de vida que inclui toda a atividade humana.

No pensamento de Gabriel Marcel encontramos uma luta fundamental entre as duas linhas de existência humana: a “não-autêntica”, onde a reflexão primeira estuda o problema e se exprime apenas na opinião, isto é, no reino do “ter” e a “autêntica”, onde a reflexão segunda penetra no “mistério” e responde com a fé, isto é, o reino do “Ser”.

Na constituição do homem entram os dois estados, tanto o estado “autêntico” quanto o estado “não-autêntico”. Por entrar

na constituição do homem o estado “não-autêntico”, existe o perigo do domínio do estado “nãoautêntico”, se bem que nunca totalmente, porque o estado “não-autêntico” é um estado “autêntico” rebaixado, o homem deve lutar para fazer com que domine o estado “autêntico”. No entanto, nem mesmo este pode dominar totalmente, porque o homem não é um “anjo” mas “um espírito no mundo”.

Afirma Marcel que o homem “autêntico” é aquele no qual prevalece mais o estado “autêntico” e o homem “não-autêntico” é aquele no qual domina mais o estado “não-autêntico”, e conclui-se, no entanto, que tanto a Filosofia Positivista quanto a Filosofia Neopositivista, que permanecem sempre na reflexão primeira, são “não-autênticas” e “excêntricas”.

## A QUESTÃO DO SER

A questão do ser, que deve se interrogar na esfera do “mistério”, é um ponto fundamental na filosofia de Marcel. O ser não somente quer dizer intersubjetividade, mas também totalidade estruturada que compreende também a Deus.

A filosofia de Marcel está em oposição à de Sartre para quem o homem é o centro; os outros, fora de mim, são o impedimento do meu desenvolvimento porque me colocam em um estado inautêntico. Os outros me fazem um objeto e me impõem a sua concepção da minha vida e me obrigam a ser assim e, por isso, destroem a minha liberdade.

A filosofia de Marcel tem semelhança com a de Martin Heidegger (1889 -1976), o qual faz análise do “mit-sein” (com-ser), isto

é, a minha ligação com os outros. Com isto quer superar a “metafísica da subjetividade” de René Descartes (1596-1650) e de Immanuel Kant (1724-1804); quer colocar em seu lugar um ponto de vista existencial. Também tem semelhança com a de Karl Jaspers (1883-1969), que faz a análise da comunicação, que é um sinal da verdade. Esta comunicação não significa simplesmente a transferência do conhecimento de um para outro: isto se faz na ciência, mas, no campo do ser, a comunicação que vai à profundidade do homem, se manifesta no consenso daqueles que chegam a essa profundidade.

Quando fazemos a pergunta: “O que é o ser?”, devemos colocar-nos numa nova dimensão, porque esta pergunta se pode fazer somente na esfera inter-subjetiva.

A palavra “intersubjetividade” é usada por Husserl na sua obra “Meditações Cartesianas”, na qual procurou superar Descartes, embora não o tenha conseguido plenamente. O dado original da metafísica do ser não é o “cogito” mas o “nós somos”, isto é, o “eu em comunicação com os outros”, e toda a realidade não é um somatório, mas uma totalidade, *a priori*, original que precede toda experiência singular. A totalidade tudo compreende e nada exclui; é dada a nós não por uma intuição, mas através dos sentidos, enquanto o mundo é apreendido na sua mais íntima raiz; nós estamos no mundo. No objeto singular se manifesta já a totalidade sem limites e o conhecimento intelectual se faz no horizonte da totalidade, isto é, conduzindo cada objeto a essa totalidade.

A totalidade não pode ser nunca um objeto e não se manifesta como um objeto, mas é contida em cada conhecimento. E, por

isso, há uma diferença entre objeto e conteúdo. “Objeto” (*Obiectum, Gegenstand*) quer dizer “alguma coisa limitada”, “finita”, e por isso não posso ser um objeto porque no meu “eu” é já contida a totalidade; eu faço parte da totalidade. Totalidade simplesmente dita quer dizer o ser, mas, qual é o ser? Nós preferimos dizer que deveríamos pensar o ser independentemente porque tudo é indeterminadamente contido no ser. E então nenhum conhecimento acrescenta alguma coisa de novo, mas somente determina o ser ou o torna mais determinado. O ser se determina sempre mais, e nisto está o progresso da Filosofia. Por isso, pensando o ser, nós estamos na comunicação com tudo, e isto é uma superação do Cartesianismo e do pensamento solipsístico.

O ser não é um dado de fora mas de dentro do homem, e pode-se encontrá-lo como a raiz última daquilo que “nós somos”. E pensar o ser não o faz objeto, porque no reino do ser a distinção entre objeto e sujeito já foi superada, uma vez que estamos no horizonte da totalidade. Por isso, o ser não é objeto mas conteúdo no nosso pensamento. Não podemos compreender o nosso ser sem compreender conjuntamente o ser dos outros. Na totalidade que é estrutura, temos já a possibilidade da comunicação vivente.

Para Marcel, a exigência da transcendência é, em última análise, a exigência de Deus. E o ser, sendo uma totalidade estruturada, compreende também a Deus; Deus é conteúdo no ser (não um objeto), no sentido que Ele é o próprio Ser Subsistente, a fonte de todo o ser. Ele é o Ser mesmo por excelência, mas em sentido transcendente e, por isso, pensar plenamente o ser conduz ultimamente a Deus.

O filosofar de Gabriel Marcel origina-se da experiência vivida, isto é, do notar passo a passo a própria experiência interior, através da qual o problema da existência se transforma na aceitação do mistério da existência. Na sua filosofia, como já o afirmamos, Marcel distingue o “problema” do “mistério”. Um problema, diz Marcel, é qualquer coisa que está defronte a nós, em torno da qual podemos discutir. O mistério, no entanto, é algo no qual o homem está inserido e não pode dominar. O mistério, enfim, indica uma realidade que não pode ser expressa em termos de problema objetivo ou determinável. O mistério está além do problema. O mistério fundamental é o mistério ontológico.

O mistério ontológico encontra a sua perfeição na totalidade do ser. Mas, como se pode chegar a esta totalidade do ser: com a intuição, com a razão ou com os sentidos? A totalidade do ser se alcança não exclusivamente pelos sentidos, mas partindo dos sentidos e, fazendo abstrações desses sentidos, se chega ao ser através de um processo chamado “redução transcendental” ou processo de interiorização. A este propósito se pode aplicar o princípio de São Tomás de Aquino, segundo o qual “a quiddidade da coisa sensível é o objeto próprio do intelecto”. O ser se manifesta no processo de interiorização, que é um processo de mediação e não de intuição.

A totalidade do ser não é uma coleção dos seres, nem mesmo uma abstração. A totalidade do ser é indeterminação, por isso quem pensa o ser pensa a totalidade indeterminada. O ser, presença vivida, não é

um mero objeto do pensamento, é a intimidade espiritual inobjetivoável.

A preocupação de Gabriel Marcel, neste mistério ontológico, é a da relação entre existência e ser. Mas, que sentido pode ter a distinção entre existência e ser quando se fala de Deus? A distinção, de fato, não tem sentido porque Deus, como diz São Tomás de Aquino, o Próprio Ser Subsistente, não tem o ser mas é o ser mesmo, a plenitude do ser. Deus não existe, porque Deus é o fundamento de todo o existir, por isso Deus é.

A distinção, portanto, entre existência e ser diz respeito somente aos entes debaixo do ser. Uma coisa existe e esta existência dos entes debaixo do Ser é limite, porque, diz Marcel, estritamente falando, a coisa é incapaz de recolher-se, “se recueillir”, e, sendo dispersa, não pode tender para a totalidade do ser, exercendo a sua realidade enquanto coisa, mas não a sua totalidade.

O homem existe, e, mediante o processo de interiorização, se recolhe, e, neste “recolher”, tende à realidade do ser. Cada ente de fato participa do ser e o homem nessa participação é condicionado pelo vir-a-ser e pela potencialidade, porque está no caminho para a totalidade do ser.

A existência é intimidade, participação com os outros, comunhão com um “Tu Absoluto” mediante a experiência vivida, mediante a superação dos limites das coisas por recolher-se, segundo a linguagem de Marcel, “pour me rendre plus distinct des autres je peux aussi me tourner vers l’intérieur et c’est ce qui arrive dès le moment où je me recueille”<sup>10</sup>.

O recolher-se implica a interiorização que nos aproxima da totalidade do ser. Daí, o significado do emergir, do aparecer e do recolher-se estar contido na existência.

Portanto, se o significado do emergir, do surgir e do recolher-se é contido na existência, daí temos uma dialética inexaurível naquilo que existe e tende para a totalidade do ser.

De uma parte, temos o homem que não é o ser, de outra parte, o homem que é para o ser. Neste círculo metafísico de nossa existência, o homem projetado no ser não é idêntico a si mesmo, mas nessa mediação o homem tende para o ser. Essa mediação não se realiza nos entes debaixo do homem. Jean-Paul Sartre atribui aos entes debaixo do homem a plena identidade. No homem, afirma Sartre, temos a identidade diminuída.

A distinção entre homem e animal consiste no fato de que o animal não é o ser, embora participe do ser, vive a sua não-identidade com o ser e realiza assim a identidade ôntica que é imediata. No homem, temos a identidade mediata, perfeitamente autêntica, graças à qual ele procura eliminar a oposição entre o ser e a aparência do ser. Portanto o homem existe e supera os limites, liberta-se das coisas. Esse libertar-se do homem é, segundo Marcel, a articulação ou a passagem entre existência e ser. A liberdade é o processo do próprio ser, exercício radical mediante o qual o homem se liberta dos limites. Isto se torna possível, somente, para um ser livre, capaz de superar o estado das coisas que o encadeia nos limites.

Esse emergir, surgir e superar os limites conduz o homem a transcender à sua onticidade e superar os limites do ser.

Gabriel Marcel, enfim, fala, ou melhor, acena ao problema da imortalidade. De fato, o tender para a plenitude do ser e da intimidade espiritual nos coloca defronte à imortalidade, que Marcel considera como verdade do ser. Assim, Marcel se opõe a

Heidegger que encerra o homem no nada, à sua morte.

O problema do mistério do ser, a exigência do transcendente, de um “Tu Absoluto”, do recolher-se para tender para o ser são posições que afastam Marcel do existencialismo contemporâneo.

Vimos, assim, que Marcel não quer considerar a Deus como um objeto cuja existência se firme como conclusão resolutória de um problema. A fé não é questão de crer que, mas de crer em; e para Marcel, como para Soeren Aabye Kierkegaard (1813-1855), Deus é o “Tu Absoluto”. Porém há diversas maneiras de orientar-se para Deus. Quer dizer, são vários os enfoques concretos em vista da “Presença Absoluta”: o homem pode abrir-se a essa Presença, a Deus, mediante as relações intersubjetivas, tais como, o amor e a fidelidade criadora, que são sustentadas por Deus e para Ele apontam; ou podem também encontrar a Deus no culto e na oração, invocando-o e respondendo a seu chamamento. Os diversos modos não são, é claro, mutuamente exclusivos. São caminhos para chegar a experimentar a divina presença.

Quando trata das relações pessoais, Marcel dá muita importância ao conceito de “disponibilidade”: se estou disponível para o outro, supero o meu egoísmo, e o outro se me faz presença no plano da intersubjetividade. Se não estou disponível ou aberto a outra pessoa, se me fecho com respeito a ela, essa pessoa, homem ou mulher, não está presente em mim, exceto, talvez, num sentido puramente físico. Também é possível que eu me feche a Deus e que o negue, recusando invocá-lo. Isto depende, segundo Marcel, de uma opção, de um ato da vontade<sup>11</sup>.

Aparentemente, não existem relações entre as idéias do Círculo de Viena<sup>12</sup> e as de Gabriel Marcel, no entanto, quem conhece o pensamento do grande filósofo "socrático cristão" sabe muito bem que ele representa uma posição inteiramente antagônica às idéias defendidas pelo Círculo de Viena e, coincidentemente, no mesmo ano em que se publicava, em Viena, o folheto "A Concepção Científica do Mundo: o Círculo de Viena", o filósofo se convertia ao cristianismo, deixando a religião hebraica.

Para podermos mostrar que o pensamento de Marcel era diametralmente oposto à doutrina dos neopositivistas, é necessário lembrar um pouco a "concepção científica do mundo" defendida por esses autores, sobretudo em suas pretensões de tentar explicar, a partir de seus pressupostos empíricos, a realidade.

Na base do pensamento neopositivista está a afirmação de que "na ciência não há nada de profundidades, tudo não é outra coisa senão superfície". Por que fazem eles esta afirmação tão massiva? Porque sustentam que "a totalidade do vivido forma uma rede complicada que sempre se pode abarcar com os olhos"; "tudo é acessível ao homem, e o homem é a medida de todas as coisas." Não são os neopositivistas, pois, contrários à complicação do real ou de nosso acesso ao real; porém, sim, rechaçam de maneira clara e redonda as misteriosas profundidades inalcançáveis pelo olhar de nosso discurso.

Este é o ponto chave da postura que defendem os do Círculo de Viena, muito embora, já desde Kant, tenha surgido a tendência em filosofia a deixar só à ciência

o âmbito do conhecimento da realidade, pensando que aquilo que se chamava metafísica era um "caco" mastodôntico, inútil para ter acesso a ela<sup>13</sup>.

Os neopositivistas afirmam que se deve fazer uma demarcação entre os enunciados científicos e os enunciados metafísicos ou teológicos. Tanto o metafísico quanto o teólogo se enganam, eles mesmos, crendo dizer algo em seus enunciados e tentando apresentar um estado de coisas.

A realidade não se reduz à superfície atingível pelo conhecimento científico. Este era, na expressão de Alfonso Pérez de Laborda, o "sonho doce" dos neopositivistas, do qual é preciso despertar. Mas, por que a expressão "sonho doce" à ilusão dos neopositivistas? "Talvez, explica o próprio Laborda, porque o "sonho doce" era aquele que pensava que já tudo ou quase tudo estava adquirido, que o progresso do pensamento da História nos havia rendido seus frutos definitivos. Talvez porque o "sonho doce" era aquele que a razão (pura) da ciência, com sua ingrata "seguridade", nos resolveria para sempre todos os problemas, um a um e de maneira definitiva. Porque a filosofia da ciência como poderia ser de outro modo? terminou sendo tão débil como a própria filosofia. Porque quem iria pensar que seria a dura razão (prática), com a sua bela "inseguridade", aquela pela qual deveríamos tomar partido decididamente também para ter acesso à realidade da qual, talvez, fala a ciência. Porque, finalmente, quem pensaria, desde aquele doce sonho, que tudo aquilo não era mais que um "sonho doce". E todo despertar à realidade, desde qualquer doce sonho, é um duro e obrigado esforço, que está cheio de possibilidades reais<sup>14</sup>.

O Círculo de Viena não pode ter a pretensão de que a sua é a única visão possível do mundo. “As intuições básicas do Círculo, afirma Laborda, ficam assim em (meros) pressupostos metafísicos de uma (mera) visão do mundo que dispunha só das armas de suas razões para defender-se, em igualdade com qualquer outra visão do mundo<sup>15</sup>.

Como é, pois, o nosso acesso à realidade?, interroga-se a si mesmo o citado autor. A pergunta não se refere só ao nosso acesso à natureza. Falar de natureza parece supor algo assim como coisas e o mundo seria, como diziam os gregos, um Cosmos. Como somos uma parte da realidade, nós mesmos temos uma peculiaridade: somos capazes de colocar-nos frente a ela, somos figuras que se destacam na paisagem da realidade, mudamos as paisagens, pensamos para atuar, atuamos e voltamos a pensar. Temos, pois, acesso à realidade pelo pensamento.

A seguinte citação de Laborda resume a sua crítica ao neopositivismo, numa linha inteiramente coerente com o pensamento de Gabriel Marcel: “Nós jogamos, no âmbito do real, a existência do mistério; do mistério da existência humana, do mistério mesmo do real. Explico-me: se a racionalidade é racionalidade científica e a ciência progride no conhecimento da realidade sem limites, tendo nós a convicção plena e ativa de que ‘tudo será conhecido, se não por nós, ao menos pelo conjunto da humanidade’, já desde agora mesmo podemos dizer que nada há de misterioso na realidade; que nada há nela que não possa chegar a ser conhecido pelo homem. Conhecido quer dizer, em suas razões últimas, desentranhado, compreendido por nós em seu funcionamento; superfície para nós, já desde agora sem

nenhuma das profundidades do desconhecimento. A realidade, assim, poderá ser complexa, tanto quanto se queira admitir, mas em nenhum caso será inalcançavelmente complexa, infinitamente complexa. A realidade seria, em uma palavra, hoje cognoscível, amanhã conhecida. Este passo do ‘hoje’ ao ‘amanhã’ é, claro, uma aposta, mas uma aposta carregada de certezas que arrastam consequências graves”<sup>16</sup>. Para que se realize plenamente esta passagem, é preciso que nos interiorizemos através da “reflexão”, rodeada pela “aura” que emana da realidade, do âmbito do real, da realidade do “mistério da existência humana”, nas estruturas da vida, no ser da sua “situação” e “participação” e na sua necessidade de “transcendência”.

## CONCLUSÃO

Dentro da “Concepção Científica do Mundo”, defendida pelo Círculo de Viena, as proposições sobre Deus caem no âmbito daquelas proposições metafísicas que não têm sentido (non-sense). Suas deduções não chegam sequer à afirmação do Deus Aristotélico, primeira causa e motor imóvel. O sistema de Marcel, dentro da linha do “mistério”, vai além de uma mera afirmação filosófica de Deus.

O acesso ao real, na filosofia de Gabriel Marcel, ultrapassa a superfície a que chegam os Neopositivistas e tenta sondar as profundidades que só são atingidas através do “mistério”.

Contudo, como diz Copleston, é importante dar-se conta de que ele não trata de explorar o que transcende toda a experiência humana, mas aquilo que ele pretende é manifestar ou chamar a atenção

sobre o significado metafísico que se oculta no familiar, sobre os indicadores do eterno que há, tal como os vê nas relações interpessoais, às quais atribui um grande valor positivo e sobre uma presença que o invade e unifica tudo. Sua filosofia gira em torno das relações pessoais e da relação com Deus<sup>17</sup>.

Para o crente, de modo geral, e para o cristão, de modo particular, o problema de Deus deve ser colocado no âmbito das relações entre fé e razão, entendendo aqui razão no seu sentido pleno e humano. “Se deixamos, como diz Laborda, que a racionalidade se converta em mera racionalidade científica, já perdemos, nós crentes, a batalha frente ao mundo”<sup>18</sup>.

O pensamento de Gabriel Marcel se apresenta como uma filosofia genuína, um acesso à realidade. Não é uma filosofia do conceito, capaz somente de transmitir conceitos, mas é uma filosofia do Ser, da experiência do Ser. É uma filosofia da realização do Ser e a partir do Ser, que se concretiza através da resolução do “problema” e da revelação do “mistério”, no desvelamento existencial e por meio de certos atos de natureza privilegiada, como o amor e a fidelidade e a “reflexão”, interiorização de si-mesmo ou “redução transcendental”, na realidade que emana do âmbito do real, do mistério, do mistério da existência humana; nas estruturas da vida, no ser da sua “situação” e “participação” e na sua “necessidade de transcendência” para a sua “intersubjetividade” e no “eu em comunicação com os outros”, esta exigência da transcendentalidade que é, em última análise, a exigência de Deus, o próprio Ser Subsistente, fonte de todo o ser, o Ser mesmo

por excelência, o fundamento de todo o existir, em sentido transcendental.

Marcel acolhe a instância filosófica da fé, esforçando-se em justificar metodológica e metafisicamente o mistério ontológico.

## BIBLIOGRAFIA

- ANTISERI, Dario. História da Filosofia. v. III: do romantismo até nossos dias. Giovanni Reale, Dario Antiseri. São Paulo: Edições Paulinas, 1991.
- BISSACA, Giulia. Presentazione, in “Il Mistero dell’Essere”. v. I. Riflessione e mistero. Torino: Borla Editora Torino, 1970. (Coleção: “Le idee e la Vita, n. 53).
- BAUSOLA, Adriano (Org.). Questioni di Storiografia Filosofica: la Storia della Filosofia attraverso i suoi interpreti. v. IV Parte II: Il Pensiero Contemporaneo, tomo I. Brescia: Editrici La Scuola, 1978.
- BRÉHIER, Émile. História da Filosofia. Tomo II: A Filosofia Moderna. v. IV: O Século XIX após 1850; O Século XX e Índice Geral. São Paulo: Editora Mestre Jou, 1977-1981.
- CENTRO DI STUDI FILOSOFICI DI GALLARATE. Enciclopedia Filosofica. v. V. Roma: EDIPEM, 1979.
- COPLESTON, Frederick Charles. Historia de la Filosofia. v. IX: de Maine de Biran a Sartre. Barcelona: Editorial Ariel, 1982.
- GILSON, Étienne. A Existência na Filosofia de São Tomás. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1962.
- LABORDA, Alfonso Pérez de. La Razón y las Razones: de la Racionalidad Científica a la Racionalidad Creyente. Madrid: Editorial Tecnos S.A., 1991.
- MARCEL, Gabriel. Decadencia de la Sabiduría. Buenos Aires: EMECÊ Editores, S.A, 1955.
- \_\_\_\_\_. Le Mystère de l’Être. v. I: Réflexion et mystère; v. II: Foi et Réalité. Paris: Aubier, 1951.

- \_\_\_\_\_. *Présence et Immortalité*. Paris: Flammarion, 1959.
- MORA, José Ferrater. *Diccionario de Filosofía*. T. II. Buenos Aires: Ed. Sudamericana, 1975.
- PIERETTI, Antonio. *I Problemi della Filosofia: la Filosofia nei rapporti con le scienze e la cultura*. v. 3: nel mondo contemporaneo. Roma: Città Nuova Editrici, 1981.
- REALE, Giovanni. *História da Filosofia*. v. III: do romantismo até nossos dias./Dario Antiseri, Giovanni Reale; São Paulo: Edições Paulinas, 1991.
- TROISFONTAINES, Roger (s.j.). *De l'Existence a l'Être*. La Phiposophie de Gabriel Marcel. Louvain: Ed. Nauwelaerts, 1968. Tome I, 415p. et tome II, 505p. (Bibliothèque de la Faculté de Philosophie et Lettres de Namur).

- <sup>13</sup> Cf. LABORDA, Alfonso Pérez de. *La Razón y las Razones: de la Racionalidad Científica a la Racionalidad Creyente*, p. 25-6 e 172.
- <sup>14</sup> Idem. *Op. cit.*, p.145-6.
- <sup>15</sup> Idem. *Op. cit.*, p.217.
- <sup>16</sup> Idem. *Op. cit.*, p.171.
- <sup>17</sup> Cf. COPLESTON, F. C. *Op. cit.*, p.322.
- <sup>18</sup> Cf. LABORDA, A. Pérez de. *Op. cit.*, p.169.

## NOTAS

- <sup>1</sup> Cf. ENCICLOPEDIA FILOSOFICA. v. V, p. 410.
- <sup>2</sup> Cf. COPLESTON, Frederick C. *Historia de la Filosofía*. v. IX: de Maine de Biran a Sartre, p. 315.
- <sup>3</sup> BRÉHIER, Émile. *História da Filosofia*. Tomo II: A Filosofia Moderna. v. IV: O Século XIX após 1850. O Século XX e Índice Geral, p. 221.
- <sup>4</sup> BISSACA, Giulia. *Presentazione*, in *Il Mistero dell'Essere*. v. I: Riflessione e mistero, p. 10.
- <sup>5</sup> MORA, José Ferrater. *Diccionario de Filosofía*. Tomo II, p. 133.
- <sup>6</sup> Cf. COPLESTON, F. C. *Op. cit.*, p. 318.
- <sup>7</sup> Idem. Idem, p. 318.
- <sup>8</sup> Idem. Idem, p. 319.
- <sup>9</sup> Idem. Idem, p. 319.
- <sup>10</sup> MARCEL, Gabriel. *Le Mystère de l'Être*. v. II, p. 33.
- <sup>11</sup> cf. COPLESTON, F. C. *Op. cit.*, p. 321.
- <sup>12</sup> HAHN, H.; NEURATH, O.; CARNAP, R. *Wissenschaftliche Weltauffassung: der Wien Kreis*. Viena: Harthur Wolf Verlag, 1929.



## RESUMOS

## SUMMARY

# MANUEL CORREIA DE ANDRADE: a terra e o homem; as lições sobre a questão agrária

Maria de Nazareth Baudel Wanderley

## Resumo

O texto explicita a pertinência e atualidade da obra de Manuel Correia de Andrade **A terra e o homem no Nordeste** pela profundidade com que resgatou a História Social da região. Destaca, ainda, que, através de uma metodologia própria, ultrapassou a descrição da realidade, captada com precisão fotográfica, permitindo sua explicação.

Palavras-chave: Nordeste; concentração de terra; modernização.

## Summary

*This paper concentrates on the pertinence and timelessness of Manuel Correia de Andrade's **A terra e o homem no Nordeste** and discusses the intensity with which the piece of work under consideration restores the regional social history. The author still emphasises the unique methodology that takes it beyond the mere description of reality, viewed with photographic precision, and though explained.*

*Keywords: Brazil Northeast; land concentration; modernisation.*

---

# O PROCESSO DE TRANSIÇÃO DO AUTORITARISMO PARA A DEMOCRACIA NO BRASIL

José Antonio Spinelli

## Resumo

O artigo discute o denominado processo de transição para a democracia no Brasil, ocorrido durante a vigência do regime autoritário instaurado em 1964. Em particular, enfatiza a especificidade da transição brasileira e questiona a própria noção de transição e outras correlatas - liberalização, democratização -, comparando vários enfoques interpretativos. Detém-se na análise dos momentos finais do regime para fundamentar a hipótese de que a transição efetiva só tem início em 1984/85 e, dado o seu caráter de transformação "pelo alto", produziu uma democracia frágil que ainda se debate nos dilemas de sua consolidação.

Palavras-chave: democracia; transição; liberalização.

## Summary

*The article argues the denominated process of transition to democracy in Brazil, occurred during the authoritarian government initiated in 1964. It particularly ostentates the specificity of the Brazilian transition and discusses its own notion of transition and other correlates - liberalisation, democratisation - comparing many interpretative focuses. It lingers on the analysis of the final moments of the authoritarian government to validate the conjecture that the effective transition only begun in 1984/85 and, given its characteristic of superficial transformation, produced a fragile democracy that still debates upon the dilemma of its consolidation.*

*Keywords: democracy; transition; liberalization.*

Resumo

Por que os homens, que tanto aspiram à autonomia, depositam nas mãos do Outro o poder de decisão de suas vidas, ao mesmo tempo em que procuram desvencilhar-se dos constrangimentos sociais? Este artigo envereda pela hipótese de o poder, extrínseco aos homens, fundar-se na própria dinâmica do inconsciente, no aquém e no além da sua vontade racional, ou seja, na ambivalência dos homens que desejam a lei, mas guardam o desejo de transgressão; que desejam a harmonia ao mesmo tempo que semeiam a discórdia; que desejam a paz mas só o combate os apazigua; e que, ao mesmo tempo que se aterrorizam com a violência, se deixam paradoxalmente fascinar por ela. Apóia-se na tese de Freud de que o vínculo social se sustenta na libido (e em todos os derivados do amor), como também nas pulsões de morte.

Palavras-chave: violência; vínculo social; contradições humanas.

Summary

*Why do individuals, that wish on autonomy, put on other hands the power to decide their lives, at the same time that they avoid social embarrassment? This article proposes the hypothesis that outside power is based on the dynamic of unconscious below and beyond the rational will, what means the ambivalence of men wishing the law, but keeping the desire of transgression; wishing harmony and at the same time sowing disharmony; wishing peace but being satisfied with the battle only; being terrified and fascinated by violence. This paper discusses Freud's thesis on the social link, structured on Libido (and in all love derivations), as well as death instinct.*

*Keywords: violence; social link; human contradictions.*

A OLIGARQUIA ROSADO NO PAÍS DE MOSSORÓ

Francisco Fagundes de Paiva Neto

Resumo

O texto verifica como a promoção de bens simbólicos e culturais serve de suporte ao poder instituído sob um aspecto oligárquico na cidade de Mossoró. A expressão “país de Mossoró” sintetiza a relação poder/saber capitaneada pelos Rosado em Mossoró.

Palavras-chave: historiografia; ideologia; oligarquia.

Summary

*The text verifies how symbolic and cultural properties are in support of the power under oligarchic aspect in the town of Mossoró. The expression “Mossoró land” summarises the power/knowledge relation led by the Rosado family in Mossoró.*

*Keywords: historiography; ideology; oligarchy.*

## Resumo

Este trabalho analisa os impactos do crescimento da economia norte-rio-grandense sobre as condições de vida de sua população. Mostra que houve melhoria nos indicadores sócio-econômicos adotados, embora estes também revelem a persistência de um quadro de pobreza que atinge grande contingente da população potiguar.

Palavras-chave: crescimento econômico; infraestrutura social; condições de vida.

## Summary

*This is an analysis of the impacts of the economic development of Rio Grande do Norte on the living standards of the population. It is shown here that there has been some improvement in the social-economical indexes adopted, considering that they reveal, as well, the permanence of a state of poverty that affects a large contingent of the population of Rio Grande do Norte state in Brazil.*

*Keywords: Economic growth; social infrastructure; standard of living.*

---

## PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DOS ESTUDANTES: o caso da UFRN

Alan Daniel Freire de Lacerda

## Resumo

O trabalho discute o fenômeno da não-participação dos estudantes em suas entidades representativas. Com base em alguns pressupostos dados pelas discussões clássicas acerca da participação em geral e da participação estudantil em particular, argumenta-se que é interessante entender a ausência de ação coletiva como um comportamento social relevante. Apontam-se alguns mecanismos que poderiam explicar tal fato no contexto estudantil da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Pretende o autor aproveitar a futura conclusão desse trabalho em uma monografia.

Palavras-chave: participação política; ação coletiva; movimento estudantil.

## Summary

*This paper discusses the phenomenon of students non-participation in their representative associations. On the basis of some presuppositions deriving from classic discussions about participation in general and students participation in particular, it is argued that it is interesting to understand the absence of collective action like a relevant social behavior. Some mechanisms that could explain the fact are indicated in the local context of the students at the Universidade Federal do Rio Grande do Norte, announcing the future conclusion of this research as the author's monograph.*

*Keywords: political participation; collective action; student movement.*

# FRAGMENTOS ARQUIVÍSTICOS E BIBLIOGRÁFICOS: anotações acerca das fontes de pesquisa

Vânia Gico

## Resumo

O levantamento das fontes históricas da educação podem revelar várias histórias, como a administrativa, a política, a história biográfica, a história intelectual e o processo criativo de vultos da história - o que torna esses vultos educadores, em sentido lato. Essas histórias estão entranhadas nos fragmentos arquivísticos, bibliográficos, documentais entre outras fontes.

Palavras-chave: fontes de pesquisa; pesquisa histórica; documentação.

## Summary

*This paper discusses how the survey of historical sources in education may bring to light different histories - administrative, political, biographic, intellectual - and the creative process of historical characters, who are therefore turned into educators lato sensu. Those histories are immersed in archives, bibliographies, documents and other sources of information.*

*Keywords: source material; historical research; documentation.*

---

## POR UMA SOCIOLOGIA DA PERFORMANCE

João Gabriel L. C. Teixeira e Yuli Hostensky

## Resumo

O artigo contém relatos de experimentos didáticos, realizados na Universidade de Brasília, que ilustravam a discussão sobre temas sociológicos variados com a representação de espetáculos teatrais.

Palavras-chave: sociologia; dramaturgia; experimentos.

## Summary

*The article contains reports on didactic experiments held at the University of Brasilia, which illustrated a debate over several sociological themes by promoting theatrical plays.*

*Keywords: sociology; drama; experiment.*

---

## IMAGINÁRIO X CRIAÇÃO

Katiane Fernandes Nóbrega

## Resumo

O texto discute o conceito de Imaginário x Criação baseado na concepção do epistemólogo Edgar Morin, do filósofo Enid Abreu Dobranszky e da antropóloga Maria da Conceição de Almeida Moura. A discussão segue a linha teórica dos estudos da Complexidade do Pensamento Humano.

Palavras-chave: complexidade, imaginário, criação.

## Summary

*This paper aims to discuss the concept of Imaginary versus Creation, based on the ideas of the epistemologist Edgar Morin, the philosopher Enid Abreu Dobranszky and the anthropologist Maria da Conceição de Almeida Moura. The discussion follows the theoretical approach to the Human Thinking Complexity studies.*

*Keywords: complexity; imaginary; creation.*

# REABILITANDO MNEMOSINE; a dimensão transdisciplinar na obra de Clarival do Prado Valladares

Wani Fernandes Pereira

## Resumo

Delineia-se um perfil do historiador e crítico de arte Clarival Valladares. Pensador selvagem, rompe com os paradigmas vigentes, transversaliza saberes. Reescreve a História da Arte ao ampliar seu universo empírico, ao sugerir novos olhares. Advoga o uso das exposições antológicas e itinerantes como espaços de ressignificação da cultura.

Palavras-chave: história da cultura; iconografia; hipertexto.

## Summary

*This paper outlines a profile of Clarival Valladares, historiographer and art critic. Wild thinker, he breaks established paradigms and transposes knowledge. He re-writes the History of Art by enlarging his empirical universe and suggesting a new perspective. He advocates the use of anthological and itinerant exhibitions as places where culture acquires a new meaning.*

*Keywords: history of culture; iconography; hypertext.*

---

# A CRÔNICA FEMININA BRASILEIRA - das origens à contemporaneidade

Constância Lima Duarte

## Resumo

Este trabalho trata da participação feminina na imprensa do país, destacando a utilização peculiar que algumas escritoras fizeram da crônica diária e/ou semanal.

Palavras-chave: crônica; mulher e literatura; história literária.

## Summary

*This paper deals with the participation of women in the country's press and calls attention to the peculiar use that some Brazilian women writers have made of daily and/or weekly chronicle.*

*Keywords: chronicle; women and literature; literary history.*

---

# A EVA FEMINISTA DE ANGELA CARTER

Eduardo de Assis Duarte

## Resumo

Este texto é parte de um trabalho mais amplo, em que o autor aplica a categoria de gênero ao estudo comparado da representação da mulher em romances de autoria masculina e feminina. No caso de Angela Carter, dá-se ênfase ao processo de desconstrução dos mitos fundadores da ordem falocêntrica.

Palavras-chave: crítica literária; comparativismo; feminismo.

## Summary

*This paper is part of a more encompassing work in which the gender category was applied to the comparative study of the representation made of women in novels written by men and women. On Angela Carter, the process of deconstruction of the phalocentric order founding myths is emphasised.*

*Keywords: literary criticism; comparativism; feminism.*

## Resumo

Este trabalho examina os procedimentos ensaísticos em Virginia Woolf, que resultam de uma prática discursiva como escrita multifacetada - simultaneamente poética, ficcional e objetiva - num singular processo de metalinguagem.

Palavras-chave: ensaio; metalinguagem; escrita.

## Summary

*This essay examines the experiments in Virginia Woolf, resulting from a discourse practice with multifarious writings simultaneously poetic, fictional and objective, in a singular process of metalanguage.*

*Keywords: essay; metalanguage; writing.*

---

## O PADRE

Antonio Eduardo de Oliveira

## Resumo

Este trabalho é uma resenha do filme de Antonia Bird "O Padre" ("Priest", Inglaterra, 1994) enfatizando aspectos da sexualidade humana visualizados na narrativa cinematográfica.

Palavras-chave: cinema, sexualidade, narrativa.

## Summary

*This paper reviews Antonia Bird's film "Priest" (England, 1994) emphasising aspects of human sexuality visualised in the cinematographic narrative.*

*Keywords: cinema; sexuality; narrative.*

---

## DESMAYOS E GEMIDOS

Joselita Bezerra da Silva Lino

## Resumo

*Desmayos* e *Gemidos* refletem a temática erótico-amorosa, através de uma linguagem sensual, que cria e percorre os poemas do início ao fim. O "marivaudage", o rebuscamento na linguagem, o "coitus reservatus" estão presentes nos poemas em sua riqueza metafórica correlativa ao gosto pela comparação, pela alegoria e pelo paradoxo que se alia intimamente à fulgurância da intuição e da agudeza intelectual próprias do Maneirismo.

Palavras-chave: lirismo; erotismo; ausência.

## Summary

*Desmayos* and *Gemidos* focuses on the erotic-loving theme carried by a sensual language, that generates and sustains itself all over the poetic texture. The "marivaudage", the sophisticated language, the "coitus reservatus" appear all over the poems in their metaphoric richness through comparisons, allegories and paradoxes, which are intimately related to the bright intuition and intellectual acuteness peculiar to Mannerism.

*Keywords: lyricism; eroticism; absence.*

## Resumo

O autor comenta e explica os paralogismos cometidos pela Psicologia Racional através de análise dos argumentos kantianos na versão da segunda edição de *K. der r. V.*. Primeiramente contextualiza a discussão que Kant mantém com a tradição Metafísica; a seguir, especifica por que Kant considera meras falácias os argumentos da Psicologia Racional. Por fim, mostra a relação entre essas falácias e a ilusão transcendental que Kant anuncia já no início da *Dialética Transcendental*. Conclui situando a problemática da necessidade e a vantagem dessa ilusão “natural e inevitável”.

Palavras-chave: ilusão transcendental; paralogismos; psicologia racional.

## Summary

*This paper intends to discuss the paralogisms in the Rational Psychology through the analysis of Kant's argument in the second edition of the Kritik der reinen Vernunft.*

*It also explains the discussion on why Kant considers the Rational Psychology arguments to be fallacious, and shows the relation between those fallacies and the transcendental illusion, announced by Kant in the Transcendental Dialectic. Finally, the need and advantage of that natural and inevitable illusion are considered.*

*Keywords: transcendental illusion; paralogisms; rational psychology.*

---

## ACESSO AO REAL EM GABRIEL MARCEL: “mistério” e “problema”

Francisco Fernandes Marinho

## Resumo

O autor pretende apresentar uma interpretação da *Filosofia do Ser* de Gabriel Marcel (1889-1973), partindo das duas noções básicas: ser como “problema”, que se encontra no nível da opinião e da dúvida, e ser como “mistério”, que atinge uma dimensão mais profunda. O acesso ao real, na *Filosofia do Ser*, em Marcel, concretiza-se através da resolução do “problema” e da revelação do “mistério”, pela exigência da transcendentalidade.

Palavras-chave: ser; problema; mistério.

## Summary

*The author intends to present an interpretation of the Philosophy of Being by Gabriel Marcel (1889/1973), based on two fundamental notions: being as a “problem”, which exists at the level of opinion and doubt, and being as a “mystery”, which attains a more profound dimension. Access to the reality, in the Philosophy of Being by Marcel, is achieved by the resolution of the “problem” and the revelation of the “mystery”, through the necessary path of transcendentality.*

*Keywords: being; problem; mystery.*

Resumo

O autor comenta e critica os paralogismos kantianos pela Terceira Razão, bem como analisa os argumentos kantianos na Terceira segunda edição de K. de A. V. Posteriormente, contextualiza a discussão dos Kant manin com a crítica kantiana à segunda edição por que Kant considera mais salutar os argumentos da Teologia Kantiana. Por fim, mostra a relação entre essas ideias e a ideia transcendental que Kant apresenta no início da Dialética Transcendental. Conclui dizendo a importância da necessidade e a função dessas ideias Kantianas.

Palavras-chave: Kant, transcendental, dialética, teologia, razão prática, razão teórica.

Juan Adolfo Boerchini

Resumo

Resumo  
O autor comenta e critica os paralogismos kantianos pela Terceira Razão, bem como analisa os argumentos kantianos na Terceira segunda edição de K. de A. V. Posteriormente, contextualiza a discussão dos Kant manin com a crítica kantiana à segunda edição por que Kant considera mais salutar os argumentos da Teologia Kantiana. Por fim, mostra a relação entre essas ideias e a ideia transcendental que Kant apresenta no início da Dialética Transcendental. Conclui dizendo a importância da necessidade e a função dessas ideias Kantianas.

Palavras-chave: Kant, transcendental, dialética, teologia, razão prática, razão teórica.

Palavras-chave: Kant, transcendental, dialética, teologia, razão prática, razão teórica.

ACCESSO AO REAL EM GABRIEL MARCEL: "mistério" e "problema"

Francisco Fernandes Mariano  
SODIMBÉ E GEMIDOS

Sumário

O autor pretende apresentar uma interpretação da filosofia de Ser de Gabriel Marcel (1889-1973), particularmente sua noção de "mistério" e "problema", que se situa no nível de origem e de dúvida, e não no nível de conhecimento e de certeza. A questão que se coloca é a filosofia de Ser de Marcel, e a questão da filosofia de Ser de Marcel, é a questão da resolução do "mistério" e da resolução do "problema", através da experiência, pois a experiência é a experiência da resolução do "mistério" e da resolução do "problema".

Palavras-chave: Ser; problema; mistério; experiência.

Resumo

O autor pretende apresentar uma interpretação da filosofia de Ser de Gabriel Marcel (1889-1973), particularmente sua noção de "mistério" e "problema", que se situa no nível de origem e de dúvida, e não no nível de conhecimento e de certeza. A questão que se coloca é a filosofia de Ser de Marcel, e a questão da filosofia de Ser de Marcel, é a questão da resolução do "mistério" e da resolução do "problema", através da experiência, pois a experiência é a experiência da resolução do "mistério" e da resolução do "problema".

Palavras-chave: Ser; problema; mistério; experiência.



# NORMAS PARA RE

## VIVENC

Conselho C

CCHLA - U

Universit

Natal - RN

59.072-471

Fone: (084) 21 5-3394

Fax: (084) 234

E-mail: vivenc@

*Montagem, fotolitagem, gravação, impressão e  
acabamento pela Equipe Técnica da  
EDUFRN - Editora da UFRN  
Natal/RN  
1996*

Montagem, fotolitagem, gravação, impressão e  
acabamento pelo Grupo Técnico da  
EDUEM - Editora da UFRN  
Natal, RN  
1998

Montagem, fotolitagem, gravação, impressão e  
acabamento pela Equipe Técnica da  
EDUTRN - Editora da UFRN  
Natal/RN  
1996

## NORMAS PARA PL

*VIVÊNCIA* uma publicação semestral do Ce Artes (CCHLA - UFRN) que compreende o: Sociais, Comunicação Social, Filosofia, Geog A revista aceita em fluxo contínuo, propostas cada uma com 30 linhas de 60 caracteres), resenl de eventos (de duas a quatro laudas). O texto p cópias e disquete 3.5" editado em Word for V telefone) para:

### *VIVÊNCI*

Conselho Edit  
CCHLA - UF  
Campus Universitário -  
Natal - RN  
59.072-970  
Fone: (084) 215-3590  
Fax: (084) 231  
E-mail: *vivencia@cc*

Todos os trabalhos serão submetidos ao Cons ou não, podendo enviar o artigo ou resenha p reserva-se o direito de fazer pequenas alteração gráfica. Caso o artigo (ou resenha) seja publico enviados ao autor. Os originais não publicados Os artigos e resenhas publicados na *VIVÊNC* respectivos autores.

Quanto ao padrão do texto, utilizar o sistema ( ano, página). No caso de utilização de mapas e pronta. Listar as referências bibliográficas ao um resumo bilíngüe, português/inglês (máxim dados sobre o autor (endereço, vinculação publicações anteriores).

**EDUFRN - Editora da UFRN**  
**Campus Universitário, s/n - Lagoa**  
**Nova**  
**59.072-970 - Natal/RN/Brasil**  
**fone: (084) 215-3236**  
**telefax: (084) 215-3206**

**Livraria da EDUFRN**  
**Centro de Convivência**  
**Djalma Marinho, loja 2**  
**Campus Universitário da UFRN**  
**59.072-970 - Natal/RN**

## NORMAS PARA PUBLICAÇÃO

*VIVÊNCIA* uma publicação semestral do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes (CCHLA - UFRN) que compreende os Departamentos de Artes, Ciências Sociais, Comunicação Social, Filosofia, Geografia, História, Letras e Psicologia. A revista aceita em fluxo contínuo, propostas de artigos (de cinco a trinta laudas, cada uma com 30 linhas de 60 caracteres), resenhas (de três a cinco laudas), e relatórios de eventos (de duas a quatro laudas). O texto proposto deve ser inédito. Enviar duas cópias e disquete 3.5' editado em Word for Windows, com identificação (nome e telefone) para:

### **VIVÊNCIA**

Conselho Editorial

CCHLA - UFRN

Campus Universitário - Lagoa Nova

Natal - RN

59.072-970

Fone: (084) 215-3596/ 215-3597

Fax: (084) 231.9782

E-mail: [vivencia@cchla.ufrn.br](mailto:vivencia@cchla.ufrn.br)

Todos os trabalhos serão submetidos ao Conselho Editorial, que decidirá publicar ou não, podendo enviar o artigo ou resenha para retificações do autor. À Editoria reserva-se o direito de fazer pequenas alterações no texto para efeito de padronização gráfica. Caso o artigo (ou resenha) seja publicado, três exemplares da revista serão enviados ao autor. Os originais não publicados não serão devolvidos.

Os artigos e resenhas publicados na *VIVÊNCIA* expressam as opiniões de seus respectivos autores.

Quanto ao padrão do texto, utilizar o sistema de referências: (autor, ano) e (autor, ano, página). No caso de utilização de mapas e outras ilustrações, enviar a arte final pronta. Listar as referências bibliográficas ao final. Deverão acompanhar o artigo um resumo bilíngüe, português/inglês (máximo de 10 linhas), três palavras-chave e dados sobre o autor (endereço, vinculação funcional, titulação, e principais publicações anteriores).

*Conselho Editorial*

Letras e  
Ciências  
Tecnologia  
Língua  
e Relações  
Interculturais  
e  
Linguagem

AUFRN  
é VOCÊ  
VOCÊ é  
a UFRN